

Sara Oliveira Farias

ENREDOS E TRAMAS NAS MINAS DE OURO DE JACOBINA



ENREDOS E TRAMAS NAS MINAS
DE OURO DE JACOBINA

Sara Oliveira Farias

ENREDOS E TRAMAS NAS
MINAS DE OURO DE JACOBINA

Recife
2008

Editora
Universitária  UFPE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Reitor: Prof. Amaro Henrique Pessoa Lins

Vice-Reitor: Prof. Gilson Edmar Gonçalves e Silva

Diretora da Editora: Prof^a Gilda Maria Lins de Araujo

COMISSÃO EDITORIAL

Presidente: Prof^a Gilda Maria Lins de Araujo

Titulares: Álvaro Barrantes Hidalgo, Anco Márcio Tenório Vieira, André Luiz de Miranda Martins, Artur Stamford, Benício de Barros Neto, Christine Paulette Yves Rufino Dabat, Elba Lúcia C. de Amorim, Emanuel Souto da Mota Silveira, José Zanon de Oliveira Passavante, Kátia Cavalcanti Porto, Livia Suassuna, Patrícia Cabral de Azevedo Restelli Tedesco.

Suplentes: Alexandre Simão de Freitas, Ana Elizabete Simões da Mota Fernandes, Augusto César Pessoa Santiago, Bruno César Machado Galindo, Carlos Alberto Cunha Miranda, Gorki Mariano, Izaltina Azevedo Gomes de Mello, Ivandro da Costa Sales, José Dias dos Santos, José Gildo de Lima, José Wellington Rocha Tabosa, Vera Lúcia Menezes Lima.

EDITORA EXECUTIVA

Maria José de Matos Luna

Editora filiada à



Revisão: A autora.

Farias, Sara Oliveira

Enredos e tramas nas minas de ouro de Jacobina / Sara Oliveira Farias . - Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2008.

346 p. : il., fotos, tab., mapa . - (Teses e Dissertações)

Trabalho publicado anteriormente como Tese para obtenção do grau de Doutor em História na Universidade Federal de Pernambuco.

Inclui bibliografia e anexos

ISBN 978-85-7315-605-8 (broch.)

1. Mineração - Exploração do ouro, Jacobina (BA) - História. 2. Saúde e trabalho - Sindicalismo. 3. Trabalho e doença - Mineiros - Silicose. I. Título.

94(81)

CDU(2.ed.)

UFPE

930

CDD(22.ed.)

BC2009-075

À memória de meu pai,
Lourival Ramos Farias
que me apresentou
o mundo fascinante
das palavras.

AGRADECIMENTOS

Os percursos de construção de um trabalho de pesquisa são variados, repletos de encontros, marcados pela solidariedade, troca de experiências e de muitos ensinamentos. Muitas pessoas contribuíram para o resultado que agora está aqui em forma de narrativa histórica.

Minha mãe, Nilde e meus irmãos, Fred e Juliana, foram carinhosos e sempre solidários comigo. Obrigada, sempre.

Meu orientador, Antonio Montenegro, acompanhou-me. Indicou caminhos, corrigiu e (re) corrigiu as histórias sobre a mineração em Jacobina. Sempre disponível quando solicitado me fez compreender um pouco melhor sobre as possibilidades da escrita da história. Esse trabalho é nosso. Minha admiração e meu carinho pelo profissional que foi comigo.

Minha querida Lícia Regina me ensinou a escrever, a analisar os discursos, a me fazer rir do que escrevia. Sua competência e mais do que isso sua generosidade, digno dos grandes mestres, em ler as primeiras versões desse trabalho mesmo muito ocupada, como sempre foram fundamentais para que aos poucos o texto se transformasse, ganhasse novos contornos, ficasse mais “bonito.” Nossas conversas longas e sempre muito, mas muito divertidas me davam força e estímulo para continuar. Essa tese é também para você.

Aos professores membros da banca examinadora da tese, Regina Beatriz Guimarães Neto que como sempre de forma muito elegante fez comentários preciosos sobre a narrativa histórica, Carlos Alberto Cunha Miranda pela gentileza de sempre, Leny Caselli Anzai da UFMT, obrigada pelos comentários sobre doença e Ângela de Castro Gomes da FGV/UFF pelas indicações, comentários e críticas significativas que enriquecem a escrita dessa história.

Meus amigos de muitas andanças. Zé Carlos, Rai (in memoriam) Rosinha, Márcio, Myra, Amélia e Help contribuíram para eu ficar mais leve. Obrigada pelos nossos eternos encontros no “Líder” e, mais recentemente no “Mocambinho.” Mas me permitam fazer um agradecimento mais do que especial a minha amiga de todas as horas, Acácia que me escutou e “aturou” muito. Sua ajuda foi fundamental, indicou livros sobre saúde e trabalho, suas orientações foram fundamentais, além é claro de sua companhia, divertidíssima, agora tenho a certeza que formamos uma bela dupla.

A Ilza pelo carinho, gentileza, amor, parceria e companheirismo, sempre presentes nessa longa trajetória.

A Dina meu eterno “anjo da guarda,” cuidando de mim e de minha casa com muito carinho.

Em Jacobina, contei com a ajuda preciosa de minha amiga e colega da UNEB, Graça que há muitos anos atrás me apresentou Jacobina e disse-me que não ia me arrepender de conhecer a cidade e as pessoas. Você estava certa, obrigada pela apresentação. Obrigada pelas nossas conversas infinitas, pelos “cafés” maravilhosos de sua casa, pela acolhida, pelas indicações, facilitando meu acesso a alguns entrevistados.

Meu amigo e colega Paulo que conheci em Jacobina e essa amizade frutifica até hoje. Ainda bem. Dividimos nossas angústias, dúvidas e alegrias escrevendo nossas teses e agora estamos livres e de volta à Jacobina.

À minha colega Zeneide Rios que graças a sua seriedade e competência foi minha parceira na construção de projetos sobre a mineração em Jacobina. Esses projetos continuam vinculados ao Núcleo de Estudos Orais e Memória -NEO da Universidade do Estado da Bahia/Campus IV/Jacobina. Essa parceria possibilitou inúmeras conversas sobre a mineração desdobrando-se em histórias e projetos, fundamentais para que alunos, docentes e comunidade local reconhecessem aquelas histórias como suas.

Aos moradores de Jacobina que contribuíram muito para que essa tese fosse realizada. Mas particularmente, agradeço de coração a Kátia, companheira de várias andanças. Graças a você conheci “outras” Jacobina(s). Essa experiência marcaria profundamente a minha visão sobre a cidade.

Meus colegas e amigos do PQI/UNEB, Ana Maria com quem tive o prazer de dividir apartamento, em Recife, dividindo também angústias, trabalhos, problemas e alegrias. Apesar de tudo nós nos divertimos e muito! A Zacarias colega de muitos anos e quem me recebeu em Jacobina em uma noite fria de agosto, naquela época cursávamos o mestrado na UFBA, tempos depois nos (re)encontramos no projeto do PQI e fomos até Recife.

Aos colegas de curso, a turma do Maranhão, Ceará, João Pessoa e Recife. Mas, Noêmia, colega e grande parceira nas poucas, mas valiosas caminhadas pelo Recife merece agradecimento carinhoso e especial. Sempre presente e solidária. Isso é fundamental para quem está distante de casa. Valeu Nó.

Ao meu queridíssimo Antonio Paulo. Pelo afeto, pelas aulas m-a-r-a-v-i-l-h-o-s-a-s nas manhãs de terça-feira. Elas me ajudaram a compreender melhor o mundo. Pelas nossas conversas intermináveis em Jacobina quando você foi cumprir a missão do PQI. Grandes e valiosos momentos.

Ao Departamento de Ciências Humanas, pela liberação das minhas atividades de ensino e pesquisa para cursar o Doutorado. A Universidade do Estado da Bahia pelo convênio assinado com a Universidade Federal de Pernambuco possibilitando e acreditando no Programa de Qualificação Institucional (PQI) e também pela concessão da bolsa PAC, através de sua gerência de pesquisa (PPG) que sempre que possível atendia nossas solicitações.

A FAMETTIG pela liberação da sala de aula no período que cumpria a creditação em Recife, mas sobretudo obrigada por incentivar e acreditar na qualificação de seu corpo docente.

A CAPES pela concessão de bolsa de doutorado por um ano, período de realização dos créditos na UFPE.

À Carla Corte, pesquisadora que desde 2003 coleta os dados para esta tese. Sua capacidade analítica em selecionar as fontes foi fundamental. Carla também foi responsável pela transcrição das fitas e indicou possíveis depoentes. O resultado é nosso e compartilho com você minha alegria de tê-la ao meu lado, trabalhando e questionando sempre as notícias sobre Jacobina. Também não posso deixar de agradecer o trabalho realizado por Laudicéia, ex-aluna

do curso de história que “garimpou” no “arquivo” da vara criminal do fórum em Jacobina.

João Batista confeccionou os mapas, fez e refez alguns mapas. E também me informou sobre as distâncias geográficas que tanto precisava.

José Félix, colega do DCH IV/UNEB produziu o abstract, obrigada meu querido Félix. E Valter Oliveira gentilmente cedeu algumas fotos do seu acervo sobre Jacobina.

Ainda contei com as preciosas indicações de Ana Beatriz Almeida, da Casa de Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro. Também sou grata a Rodolfo Andrade Vilela da UNIMEP-SP, pelas indicações de livros sobre vigilância e prevenção de acidentes de trabalho.

Não poderia deixar de registrar a fundamental colaboração prestada pelo CESAT de Salvador. Agradeço a toda equipe por ter me atendido e prestado esclarecimentos sempre que necessitei.

Sem a colaboração, dedicação e sobretudo boa vontade dos funcionários do fórum em Jacobina, essa pesquisa não teria sido realizada. Agradeço a Dona Lurdes pelo carinho como me recebia todas as manhãs na sala da 3^a. Vara Cível. Também sou grata a Márcia que me ajudou não apenas no fórum, mas coletou alguns dados na 16^a DIRES. Não posso deixar de agradecer a Tereza pelas informações dadas sobre o andamento dos processos jurídicos. Os estagiários também colaboraram sempre que solicitados. Agradeço ainda a liberação dada pela Juíza Ângela Luisa Lima, responsável naquele período pela 3^a Vara Cível a consulta dos processos cíveis. Dra. Luciana Barreto, juíza da vara crime liberou a consulta aos processos crimes.

E finalmente, parte dessa tese foi realizada graças a boa vontade de todos os entrevistados que permitiram fazer entrevistas e contar esta história. O sindicato dos mineiros também tem um papel fundamental. Me indicou pessoas, sempre se colocou a disposição para responder as minhas questões e dúvidas. Obrigada por compreender a importância dessa pesquisa e dessa história para a cidade de Jacobina.

Viramundo

[...] Sou viramundo virado
Pelo mundo do sertão
Mas inda viro este mundo
Em festa, trabalho e pão
Virado será o mundo
E viramundo verão
O virador deste mundo
Astuto, mau e ladrão
Ser virado pelo mundo
Que virou com certidão
Ainda viro este mundo
Em festa, trabalho e pão.

(Capinan e Gilberto Gil)

INTRODUÇÃO

TRILHANDO HISTÓRIAS

Os percursos que orientam um trabalho de pesquisa em história são múltiplos, muitas vezes emergem de questionamentos subjetivos do pesquisador/investigador, talvez esteja aí o fascínio da pesquisa. A dimensão subjetiva da vida, tecendo histórias, nos liga a muitas inquietações e perguntas que insistem em nos acompanhar dia após dia, sem horário para aparecer, de forma constante, mesmo quando pensamos que estamos de folga, distraídos. Que nada! As inquietações estão lá. Produzidas da emoção, das experiências de vida. É nos espaços sociais e na interação, com as pessoas, que se tecem as relações cotidianas que centralizam sobretudo as maneiras de enxergar o mundo, de tratar o outro, de aprender a lidar com as diferenças, de organizar e reorganizar os acontecimentos passados e presentes no processo de construção e de afirmação da subjetividade.

Possivelmente, as inquietações que produziram este trabalho começaram em uma noite fria de agosto de 1994, período que cheguei a Jacobina, cidade localizada na chapada norte do estado da Bahia, distante da capital 330 km. Nesse período, iniciava a carreira de docente de uma universidade pública. No dia seguinte, deparei-me com uma cidade cercada de serras. E perguntava o que eu iria aprender/fazer naquela cidade. E como cabe a um visitante recém chegado no lugar comecei a trilhar seus caminhos, conhecendo suas ruas, calçadões, praças, serras e, especialmente seus moradores.

O povoamento em Jacobina, segundo a literatura produzida na Bahia¹ teve início no século XVII, mas foi a produção aurífera, iniciada na segunda metade do século XVII e intensificada no XVIII, que promoveu o crescimento da localidade. É a partir desse foco que se pode localizar alguns dos primeiros discursos que produziram a imagem da cidade associada à exploração do ouro.



Essa história que os livros contam encontrou ressonância entre os moradores do lugar. Quase sempre essas pessoas associavam o ouro ao desenvolvimento, não sem propósito Jacobina é nomeada como “cidade do ouro.” Os fios dessas histórias me atraíram para muitos caminhos e lentamente percorri alguns, escolhendo quase sempre ouvir histórias de homens e mulheres que vivenciavam a experiência de morar em uma cidade que tinha atividade mineral como principal pólo de emprego e renda. Aos poucos, os fragmentos

¹ Parte dessa produção está relacionada no cap.I.

de situações discursivas sobre a mineração tentavam retramar aquela história. Ao mesmo tempo, a prática docente me levava a conhecer, através dos relatos dos alunos, algumas histórias fascinantes sobre a cidade e, também, sobre outras localidades próximas de Jacobina.

Desse modo, selecionadas algumas entre incontáveis possibilidades de escrever essa história, espreitando os personagens, encontrados em vários espaços, nas ruas, em suas casas, nos escritórios e nos arquivos, faltava encontrar os fios de ligação que ajudariam na construção dos enredos. A cidade do ouro me inspirava a tecer as tramas de uma história sobre as práticas da exploração do ouro, uma vez que muitos discursos apontavam a atividade mineral como promotora do desenvolvimento sócio-econômico do lugar. Nessa perspectiva, a empresa Morro Velho S/A, que começou o trabalho de produção do ouro em 1982, constituiu-se em um dos pontos de partida, considerando que era perceptível nas histórias contadas pelos moradores que a mineradora exercia certo fascínio em alguns segmentos da sociedade. Para eles, significava crescimento econômico através da geração de emprego e renda e também incremento do comércio. Mas também outras histórias começaram a serem desfiadas não tão gloriosas e triunfantes, mas histórias que se encadeavam num movimento incessante de produção de sentidos.

Para desenvolver a urdidura dessa trama², selecionei alguns enredos para escrever a narrativa histórica. Reaprendendo a olhar a cidade com múltiplas perguntas, entretanto uma foi se delineando com mais força: como foram construídas as relações sociais entre trabalhadores e a mineradora?

Esta pergunta termina desdobrando-se em outros questionamentos, diante das diferentes situações dos discursos. Quais os signos emitidos pela empresa? como também os significados da prática do trabalho de perfurar rochas muito abaixo da superfície da terra? Cada pergunta se ligava a outra que se ligava a outras e assim foram construídas as trilhas deste caminho, procurando as

² A noção de trama histórica é inspirada em Paul Veyne. Para ele a narrativa é produtora de significados. Ver VEYNE, Paul. Como se escreve a história. 2ªed. Brasília: Edunb, 1992.

pistas que poderiam levar-me a escrever uma história entre outras possíveis sobre Jacobina.

Poder, trabalho e doença

Os discursos sobre a prática do trabalho, o papel da mineradora e a doença produzida são utilizados como elementos para a construção desta narrativa. Compreender as relações de força entre empresa e trabalhadores, que instituem verdades e determinam os lugares sociais dos indivíduos, foi um dos caminhos escolhidos na construção de histórias.

Nesse sentido, entender como são produzidos os discursos constituiu-se em um dos caminhos na construção da prática historiográfica. Compreendo-os como produções de formas de pensar, de perceber, de agir e devem ser tratados “no jogo de sua instância,”³ centralizando os interesses e as redes de poder tecidas na construção de enunciados que instituem significados múltiplos para as histórias sobre mineração e trabalho. Dessa forma, os discursos devem ser decodificados e relacionados as práticas. Nesse imbricado da produção histórica, o historiador “procura fazer compreender as tramas,”⁴ armando as ligações, as linhas que engendram histórias.

Assim, a pesquisa realizada para esta tese procurou desfiar os vários fios construídos das e (nas) redes de poder traçadas pela empresa Morro Velho, entre eles a prática do trabalho. Fabricar essa história pode ter como significados: 1) compreender os discursos que colocam a mineradora como promotora do desenvolvimento local, entender o seu papel social de ofertar empregos em grande escala e do outro lado pode-se pensar na fartura de uma mão-de-obra barata que experimentava outras práticas de trabalho, diferentes das vivenciadas anteriormente; 2) analisar a construção do discurso do trabalho como redenção, mas também como projeto de vida e luta pela sobrevivência; 3) narrar a experiência dos indivíduos que

³ FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. 6ªed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p.28. (Trad. Luiz Felipe Baeta Neves). Ver também FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 9ªed. São Paulo: Loyola, 2003. (Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio)

⁴ VEYNE, Paul. *Op cit.* p.52.

contraíram uma doença por conta das relações de poder tecidas pela empresa, centralizando sobretudo as relações sociais do trabalho.

Analisar essas experiências decorrentes das práticas culturais só se tornou possível quando as memórias se constituíram em elemento para construção de narrativas. Nesse sentido, foi preciso compreender seus caminhos percorridos, seu lugar de produção e sobretudo como os indivíduos atualizavam aquele passado no presente.⁵ Operações complexas em que passado/presente se misturam não de forma contínua e linear mais em constante tensão, revelando as múltiplas possibilidades da escrita histórica. A memória individual e coletiva fazem o seu percurso transitando entre a experiência do trabalho e da doença nas minas de Jacobina. Na construção dessas histórias recontadas instaura-se um jogo, a partir do lugar social dos interlocutores, instituindo um mosaico das relações entre indivíduos.

Nesses relatos orais de memória, o mundo descrito “é sempre o mundo temporal,”⁶ produzindo o encontro do passado com o presente, temporalidade que revela a dimensão humana da história que tece enredos e tramas na vida dos indivíduos. Deixando de lado a concepção linear e cronológica, em seu lugar, emerge a fabricação das múltiplas narrativas, imbricadas, embaraçadas, produzidas das experiências humanas. Este foi o caminho percorrido e selecionado para narrar as histórias sobre a mineração em Jacobina, tendo a memória como ponto de partida.

Essas memórias em constante movimento reelaboram o vivido de homens e mulheres, reconstruindo a partir do “olhar do presente”⁷ suas experiências de vida ou suas recordações. Nessa perspectiva, as narrativas produziram discursos que centralizaram o jogo de poder, suas redes e como decorrência a submissão dos

⁵ Sobre a tese da reconstrução do passado no presente ver HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

⁶ Paul Ricoeur enriquece bastante o debate sobre memória e narrativa discutindo sobretudo a experiência temporal presente na narrativa. Ver RICOEUR, Paul. Tempo e narrativa (tomo I). Campinas São Paulo. Papyrus, 1994, p.15.

⁷ MONTENEGRO, Antônio. História oral e memória: a cultura popular revisitada. 3ªed. São Paulo: Contexto. 2001, p.150.

trabalhadores, levando-os a correr riscos e perigos, entre eles contrair doenças.

Nesse cenário que desqualifica os que aparecem como não tendo prestígio e nem poder é que se pode situar o debate sobre as condições de trabalho que produzem a doença, possibilitando um diálogo e também uma contribuição para o campo da Medicina. Compreendê-las significa rastrear os fios de sua historicidade e os sentidos que são atribuídos ao fenômeno nomeado como doença.⁸ Essa maneira de pensar a doença, em um primeiro momento, pertencia ao campo das Ciências Sociais, sobretudo os antropólogos e sociólogos que exploraram o “domínio da construção social e simbólica da doença.”⁹

A partir dos anos 70 do século XX, os historiadores começaram a produzir novos objetos de estudo, entre eles a doença. Nesse sentido, o artigo dos historiadores Jacques Revel e Jean-Pierre Peter, publicado na coletânea dirigida por Jacques Le Goff e Pierre Nora,¹⁰ inaugura um novo momento na historiografia. A doença passa a ser problematizada no campo da história, entendida não apenas como algo natural, mas como prática culturalmente constituída, centralizando sua dimensão social e histórica.¹¹ Deste

⁸ Segundo Dilene Nascimento ao se nominar “um fenômeno como doença é atribuído um sentido a ele.” Ver NASCIMENTO, Dilene. *As pestes do século XX: tuberculose e AIDS no Brasil, uma história comparada*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p.29.

⁹ NASCIMENTO, Dilene; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. “A doença revelando a história. Uma historiografia das doenças.” In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo do & CARVALHO, Diana Maul (orgs) *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004, p.17.

¹⁰ A coletânea é composta de três volumes com os títulos *História: novos problemas; novas abordagens e novos objetos*. No Brasil esta obra foi publicada na década de 80. Sobre o artigo citado ver REVEL, Jacques & PETER, Jean-Pierre. “Corpo. O homem doente e sua história.” In: Le Goff, Jacques & NORA, Pierre (org) *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p.141-159.

¹¹ Se inscrevem nessa linha de abordagem os artigos organizados por Nascimento. Ver NASCIMENTO, Dilene Raimundo do & CARVALHO, Diana Maul (orgs) *Op cit.* Esses artigos mostram um panorama brasileiro da história das doenças sob diferentes perspectivas teórico-metodológicas, através de variadas fontes e documentos históricos, cujos temas englobam doença como que vão desde o cólera até a AIDS. Estudos que contribuem para o debate historiográfico do nomeado campo das doenças. Sobre o livro ver também CHALHOUB, Sidney. “Múltiplos olhares sobre a doença e história no Brasil.” *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*. v.13, n.2, p.515-517, abr- jun,2006. Disponível em <<http://www.scielo.br>>> Acesso em 24 jan. 2007. Ver ainda ALMEIDA, Anna Beatriz de Sá. “As parcelas (in) visíveis

modo, é perceptível a influência da coletânea de Le Goff sobre os historiadores no Brasil. Uma década depois é a vez da publicação de uma coletânea sobre a história das doenças.¹² Neste estudo, são destacadas as múltiplas transformações que a doença provoca na sociedade, abordando as relações entre os indivíduos, as maneiras de encarar a doença, entre outros aspectos. Mas é na apresentação do livro nomeada como “Uma história dramática” que o autor discute a representação das doenças na vida dos indivíduos, destacando sua historicidade, daí a célebre afirmação “a doença pertence à história,”¹³ ou seja, estudar/explicar a doença significa entre outros aspectos compreender sua dimensão social e saber como este fenômeno se constitui.

Nessa perspectiva, o estudo de Georges Canguilhem,¹⁴ que discute a doença não apenas como desequilíbrio ou desarmonia, mas como “norma da vida,” não mais coloca doença e saúde como contrários, mas compreende a doença como nova dimensão da vida, pode ser tomado como modelo de inspiração.¹⁵ Seguindo esse percurso, procurou-se analisar os múltiplos discursos construídos sobre a doença/silicose, destacando sua dimensão social, incluindo a relação doença/indivíduos/doença/sociedade.

O estudo sobre as condições de trabalho que produziram a doença permeou toda a tese, entremeado com outros campos do conhecimento como a medicina, a sociologia, o direito, entre outros. Mas foi problematizando no campo da história que as questões/problemas foram discutidas e analisadas,¹⁶ destacando as maneiras

da saúde do trabalhador”: uma contribuição à história da medicina do trabalho no Brasil (1920-50). Tese de Doutorado em História, UFF, Niterói, 2004. Nesta tese a autora discute entre outros aspectos as experiências individuais com a doença, inscrevendo a medicina e a doença como objetos da história. “Analisadas não como mero saber ou como entidade patológica, mas como fato social, cujo significado é construído de forma particular por cada cultura.” p.224.

¹² LE GOFF, Jacques (org) As doenças têm história. Lisboa: Terramar, 1985.

¹³ LE GOFF, Jacques. “Uma história dramática.” In: LE GOFF, Jacques (org) As doenças têm história. Lisboa: Terramar, 1985, p.7.

¹⁴ CANGUILHEM, Georges. O normal e o patológico. 4ªed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1995.

¹⁵ CANGUILHEM, Georges. Op. cit. p.146 e 149.

¹⁶ É necessário assinalar o crescimento de estudos no campo da história das doenças. Além das produções historiográficas já citadas, podem-se acrescentar outras abordagens que discutem entre outros aspectos o processo de constituição da medicina científica no Brasil

de viver e conviver com uma doença adquirida, na busca de engendrar os fios que teciam a história da mineração em Jacobina.

Nesse sentido, ao iniciar a investigação sobre as práticas do trabalho que levavam à doença, era preciso dialogar com outras abordagens que contemplassem a problemática da medicina do trabalho e da saúde do trabalhador, e seus desdobramentos políticos que se encontram em parte registrados nos debates da reforma sanitária da década de 80 sobre as condições de trabalho no Brasil. Mas havia também o discurso jurídico, que apresentava leis e decretos que normatizavam o campo da medicina do trabalho.¹⁷ Entrelaçar os campos médico e jurídico possibilitou compreender os múltiplos sentidos dos discursos que instituem verdades e produzem efeitos de poder.

Longos percursos: selecionando fontes

O trabalho do historiador entre outras características requer paciência, sobretudo porque os “objetos usados pelo historiador” são de “fabricação artesanal.”¹⁸ Nessa produção, o historiador seleciona, recorta e elabora, dando vida aos relatos sobre o passado, tecendo a vida de homens e mulheres em um determinado espaço e durante um período. Dessa forma, a escrita da história se produz, de maneira minuciosa, traçada das experiências individuais e coletivas. Quando o historiador começa a perceber as várias possibilidades de tramar a história percebe a dimensão subjetiva da vida e, conseqüentemente,

e as práticas de cura que se constituíram no período da colônia até a República. A esse respeito ver CHALHOUN, Sidney. et al (org) Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2003; SAMPAIO, Gabriela dos Reis. Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2001.

¹⁷ Sobre esse aspecto ver MENDES, René. Medicina do Trabalho. Doenças Profissionais. São Paulo: Sarvier, 1980. Do mesmo autor ver Patologia do trabalho. Rio de Janeiro: Atheneu, 1995; SOUTO, Daphnis Ferreira. Saúde no Trabalho: uma revolução em andamento. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2004; ALMEIDA, Anna Beatriz de Sá. Op.cit.; BERLINGUER, Giovanni, TEIXEIRA, Sônia Maria Fleury, CAMPOS, Gastão Wagner de Souza. Reforma Sanitária. Itália e Brasil. São Paulo: HUCITEC, 1988; VILELA, Rodolfo Andrade Gouveia. Desafios da vigilância e da prevenção de acidentes do trabalho. São Paulo: LTr, 2003.

¹⁸ Albuquerque Jr., Durval Muniz de. “Um leque que respira: Michel Foucault e a questão do objeto em história.” Disponível em <<[http:// www. ppghistoria.ufpe.br/prodocent.htm](http://www.ppghistoria.ufpe.br/prodocent.htm). Acesso em 25 mai.2006.

da história. Nesse momento, observa-se que o passado é refeito a todo o momento, “como uma renda, permanentemente trabalhada,”¹⁹ de maneira incessante e o historiador fabrica a história,²⁰ diz o dito de outras formas, investiga a partir dos discursos construídos ao longo do tempo, o jogo de interesses, as relações de força que determinam os lugares sociais dos indivíduos, naturalizando a histórica desigualdade entre os sujeitos.

As fontes históricas utilizadas nesse trabalho foram se emaranhando, selecionadas não por uma cronologia lógica dos acontecimentos, mas por uma curiosidade de conhecer as produções discursivas sobre a cidade de Jacobina. Os jornais locais por apresentar cenários sobre a cidade foram selecionados como primeiro grupo de fonte para que fosse possível se ter algumas idéias de como era produzido o discurso sobre mineração e sua relação com a cidade. Para obter um maior número de exemplares contei com a colaboração de algumas pessoas da comunidade local que possuíam periódicos sob sua guarda. Esta contribuição foi preciosa para o andamento da pesquisa. Assim, a partir da consulta aos jornais, foi possível analisar os discursos sobre as práticas de exploração do ouro no município e traçar outros caminhos para a pesquisa. Neles foi possível identificar o silenciamento sobre alguns impactos provocados pela mineração Morro Velho. Somado aos jornais, os processos sobre alvarás de licenciamento da atividade também foram selecionados para que fosse possível compreender como ocorria o processo de instalação e funcionamento da empresa mineral.

No fórum da cidade, outro tipo de documentação foi consultada, os processos cíveis movidos pelos trabalhadores contra a mineradora, existentes na 3ª Vara Cível. Estes provocaram um grande impacto à medida que apresentavam uma marca trágica na vida dos trabalhadores e de suas famílias. O trabalho, símbolo de meio de vida e sobrevivência, tinha conduzido os empregados da mineração Morro Velho para a morte.

¹⁹ Albuquerque Jr., Durval Muniz de. Op. cit..

²⁰ Sobre o fazer histórico ver CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

Os processos movidos pelos trabalhadores e pelas viúvas dos que contraíram a doença quase todos muito densos, permeados de informações sobre os trabalhadores, as formas e maneiras como trabalhavam na mineração, falta de segurança, ausência de uma política de prevenção, descrição dos sintomas da doença e a procura pelo médico e confirmação do diagnóstico, traçam o longo caminho que ia desde o ingresso na empresa até o afastamento do trabalho. As histórias de vida encontradas nesses processos possuem um caráter trágico, mas ao mesmo tempo revelavam elementos fundamentais para construção das narrativas. O impacto das leituras engendrava os fios de outras histórias e provocava muitas perguntas sobre aquele período e aquelas pessoas que terminavam sendo consumidas por uma engrenagem que destrói os que não têm poder e nem prestígio social.

Mas era preciso pesquisar e conhecer outros documentos que tratassem sobre a prática do trabalho exercido pelos trabalhadores que perfuravam rochas no subsolo. Investigando os que mais contraíram a silicose, doença pulmonar ocupacional causada principalmente pela exposição contínua a poeira “com sílica-livre e sua conseqüente reação tecidual de caráter fibrogênico.”²¹ O contato com a poeira, decorrente do trabalho de furar e explodir rochas para retirar o ouro, causou em muitos trabalhadores de subsolo (ajudantes, marteleiros, operadores, montadores de trilhos, entre outros) a silicose, doença letal e sem cura. Nesse sentido, um caminho começava a ser delineado, a doença produzida em razão das condições perigosas do trabalho.

Além disso, era preciso compreender o processo de produção da doença. E assim os fios dessa história conduziram a pesquisa para o Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador- CESAT, órgão vinculado à Secretaria de Saúde do Estado da Bahia que dispõe de documentação sobre os trabalhadores da empresa Morro Velho que contraíram a doença. Os relatórios de inspecção localizavam, em particular as práticas do trabalho. Poeira, ruídos, sistema de ventilação precário, formas inadequadas de utilização dos equipamentos de

²¹ Manual de normas para o controle das pneumoconioses. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 1997, p.7.

proteção individual, entre outros aspectos, eram sinalizados pela equipe do CESAT.

Em Jacobina, o arquivo do Núcleo de Estudo e Saúde do Trabalhador – NUSAT,²² núcleo regional vinculado ao CESAT, criado principalmente em razão dos casos de silicose em trabalhadores da mineração Morro Velho, revelou outros tipos de fontes, como prontuários médicos de pacientes com silicose e/ou suspeita, que foram se transformando em elementos fundamentais de análise sobre a doença, além de desenhar, em certos aspectos, o perfil do trabalhador de subsolo. Os dados das fichas dos pacientes, em alguns casos, cruzavam-se com os dos processos cíveis e também com as fontes orais. Documentação jurídica, médica e oral começaram a se entrecruzar, facilitando o andamento da pesquisa.

Os relatos orais de memória constituíram outro grupo de fontes, que entremeado a documentação escrita, ia construindo o suporte da pesquisa. Em um primeiro momento entrevistei alguns dirigentes do sindicato dos mineiros, escolhi ouvi-los, porque foi o sindicato que inicialmente começou a travar a luta para associar trabalho e doença. Esses dirigentes indicaram trabalhadores que haviam contraído silicose e também algumas viúvas que perderam seus maridos em decorrência da doença contraída no trabalho. Em alguns casos, a entrevista só ocorreu porque alguns desses dirigentes faziam a apresentação e diziam sobre a importância de contar aquela história. Aos poucos entrevistadora/entrevistado interagiram e construíram um diálogo fundamental para o andamento da pesquisa. Nas entrevistas, procurou-se captar as experiências de homens e mulheres que modificaram suas vidas e contaram como vivenciaram aquela situação. Os relatos, permeados de muita emoção, centralizavam as condições de vida daquelas pessoas, recém saídas de outras localidades da Bahia e do Brasil em busca de um futuro melhor.

²² O que denomino de arquivo não é o que comumente encontramos nos arquivos públicos ou privados. A pesquisa foi realizada onde ficavam as pastas arquivadas por ano no almoxarifado da 16ª Dires [Diretoria Regional de Saúde] com iluminação e sistema de ventilação precária e graças a boa vontade do responsável pelo setor foi possível ter acesso a esses dados. Na narrativa desse trabalho optamos por questões éticas preservar os nomes dos pacientes, utilizando assim nomes fictícios.

Foram seduzidas pela possibilidade de emprego com renda fixa em empresa de grande porte, já que, em sua maioria, eram, como se autodenominavam, trabalhadores de “roça,” e acreditaram que a cidade era um dos caminhos para conseguir vida digna para eles e suas famílias. Nesse sentido, Jacobina pode ter significado O Eldorado da Bahia, lugar de promessa de uma vida mais digna. Nesse trajeto, os indivíduos encontraram trabalho, construíram projetos de família, mas também encontraram perigos nos túneis das minas.

Os discursos apreendidos dos relatos enunciam que o trabalhador não tinha opção a não ser enfrentar um trabalho perigoso, pois o que estava em jogo era a sua sobrevivência e da família. Por outro lado, o trabalhador terminava se enredando no discurso da empresa que afirmava que ordem era para ser obedecida, inculcando nos indivíduos submissão e passividade, fundamentais nas relações de força, para produzir o trabalhador obediente e cumpridor de suas tarefas.

Nesses relatos, analisar a condição de sua produção torna-se fundamental no trato com as fontes orais. Compreender os múltiplos caminhos trilhados pelo depoente, suas escolhas para interpretar a própria vida e a dos outros constituiu um dos procedimentos metodológicos da pesquisa. Ouvir as histórias de vida das pessoas que conviveram com a prática do trabalho na mineração e com a doença constituiu um dos caminhos que norteou as entrevistas. O relato oral neste estudo é considerado “como um texto onde se inscrevem desejos, reproduzem-se modelos, apreendem-se fugas [...] um texto articulador de discursos”²³ que (re)significam constantemente o passado no presente e mostram a construção da tensa e desigual relação social.

Nos depoimentos das viúvas dos trabalhadores foram evidenciadas outras práticas construídas no espaço social daquela realidade. Os discursos dialogam com reações do cônjuge diante da situação que reduzia sua capacidade laborativa, seu salário,

²³ GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Cidades da mineração: memória e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do século XX. Cuiabá, MT: Carlini & Caniato. EdUFMT, 2006, p.47.

as conseqüências econômicas e o rearranjo social provocado pela morte do marido, deslocando o papel social de dona de casa para chefe de família. Rupturas que provocaram marcas que jamais serão apagadas das memórias daquelas mulheres e que constituíram, em muitos aspectos, a matéria de suas histórias de vida.

Outros relatos foram selecionados porque tratavam de outros aspectos da história que problematizam trabalho e doença. Assim, as entrevistas foram realizadas com dirigentes sindicais, um representante da empresa, advogados, assistentes sociais, médicos, uma enfermeira, ex-trabalhadores da mineração e alguns moradores da cidade que vivenciaram aquele tempo, relatos fundamentais para ligar os fios dessa história.²⁴ Como ocorre em todo percurso de uma pesquisa, os obstáculos foram surgindo, como a dificuldade de conseguir marcar entrevistas com algumas dessas pessoas, fato compreensível, levando-se em conta os interesses em jogo, a perpetuação das relações de poder da única empresa de grande porte que empregava e promovia, em certos aspectos, o desenvolvimento sócio-econômico da cidade. Nesse cenário, alguns segmentos da sociedade não permitiram e/ou não narraram as histórias, mas certamente isso não impediu que a pesquisa fosse desenvolvida.

Por outro lado, a maioria dos trabalhadores e das viúvas abriu as portas de suas casas e contaram suas experiências por longas horas. As entrevistas respeitavam o fluxo da memória e às vezes eram interrompidas com lágrimas e silêncios, permeadas de tristeza e revolta, outras vezes de coragem e de um desejo profundo de luta. Os sentimentos se emaranhavam, tecendo as narrativas. Fascinavam-me aquelas narrativas que me colocavam de frente com histórias surpreendentes.

Os depoimentos também indicaram pistas para a pesquisa em outras fontes como os processos crimes existentes no fórum.²⁵

²⁴ Em relação aos moradores da cidade, apenas dois depoimentos terminaram sendo selecionados para a construção da narrativa, analisados como mais significativos dentre os demais como também apenas o relato de apenas uma assistente social.

²⁵ Diferente dos processos cíveis que se encontram catalogados, os processos crimes se encontram em uma das salas do Fórum Jorge Calmon, praticamente com pouca ventilação e iluminação precária, sendo que a maioria dessa documentação está catalogada apenas pelo

Foram selecionados aqueles que descreviam outras práticas cotidianas do trabalho, como os supostos delitos cometidos pelos trabalhadores e denunciados pela empresa, seu poder coercitivo e disciplinador em relação não somente aos seus funcionários, mas também aos trabalhadores de garimpo. Esses processos também mostram os múltiplos significados da prática do trabalho dentro da mineradora, incluindo o fascínio exercido pelo ouro, sobretudo se for levada em consideração a forma como se trabalhava e a renda financeira obtida dessa atividade.

Diferente do trabalho com os processos crimes, a documentação do Arquivo Municipal de Jacobina (Poder Executivo e Legislativo) a maior parte catalogada por assuntos/ períodos,²⁶ apresentava alguns aspectos da relação entre a empresa Morro Velho e a cidade de Jacobina, apontando para a falta de infra-estrutura de alguns bairros e distritos locais, discursos que instituem outros significados diferentes daqueles tecidos pelos poderes municipais. Em Salvador, os percursos da pesquisa também seguiram a trilha das bibliotecas públicas dos órgãos relacionados a exploração mineral,²⁷ além da Biblioteca Pública do Estado. Locais que forneciam informações fundamentais para que fosse possível a compreensão sobre o processo de exploração mineral.

Variadas fontes, cruzadas e analisadas, ajudavam na construção de narrativas que produzem histórias, tendo como matéria as experiências de vida de homens e mulheres, fabricando tramas, escrevendo enredos. Mas a trama central desta história teve como ponto de partida tentar explicar que o jogo de interesses e as relações de força representada pela mineração Morro Velho, na cidade de Jacobina, produziram práticas que levaram seus trabalhadores a contraírem uma doença letal e sem cura.

ano, o que nos fazia garimpar a procura de processos referentes a mineração.

²⁶ Esse trabalho de catalogação foi realizado em parte através da parceria entre Arquivo Público do Estado da Bahia, Arquivo Municipal de Jacobina e o Departamento de Ciências Humanas (Campus IV) através do projeto Acervos e fontes para a história de Jacobina, coordenado naquele período pela professora Zeneide Rios.

²⁷ Refiro-me as bibliotecas do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), da Companhia Baiana de Produção Mineral (CBPM) e da Companhia de Produção Regional Mineral (CPRM)

O recorte selecionado (1980-1998) assinala o período de exploração da mineração. É no ano de 1980 que os trabalhos para o início da produção do ouro começam a se intensificar, resultando na abertura da mina Morro Velho em 1982. Além disso, fez-se necessário conhecer os discursos produzidos naquele período que antecedia a instalação da mineradora na cidade. Confrontá-los e marcar suas diferenças só seria possível percorrendo alguns anos anteriores a 1982. Não é sem propósito que esta tese recua também a década de 70, período que assinala o estudo da viabilidade econômica mineral no município. E 1998 foi selecionado porque marca o ano que a mineração paralisa suas atividades, produzindo outros sentidos para a prática de exploração mineral.

Desse modo, foi possível perceber as diferenças dos variados discursos, resultantes das forças e saberes dos atores sociais envolvidos. Esses discursos sobre a mineração são um lugar de significação, de confronto de sentidos e o objetivo desta pesquisa é procurar compreendê-los e como se articulam em suas redes, em suas relações e em seus múltiplos contextos.

As fontes escritas e orais começavam a indicar os caminhos possíveis para escrever essa história que foi produzida articulando os capítulos. Eles são interligados, o primeiro capítulo articula-se com o terceiro e o segundo com o quarto capítulo. Dessa forma, a narrativa ganha força e produz as histórias sobre Jacobina da seguinte forma.

Capítulo 1 - Análise dos discursos construídos por alguns segmentos locais quando a empresa chegou à Jacobina. Pretende-se investigar, na época do início da exploração mineral, os discursos sobre a empresa. Busca-se analisar o que diziam e como se constituíam historicamente. Também é objeto de análise o discurso triunfalista da empresa e de alguns segmentos da sociedade em relação à Jacobina, “cidade do ouro,” as produções discursivas propagadas pela imprensa local em relação à vocação “aurífera” da cidade, destacando-se o discurso que naturaliza a atividade mineral no município. Nesse sentido, é preciso situar historicamente o discurso construído, desde o período colonial, que enuncia a cidade com tradição em explorar minérios, perpetuando e circulando durante séculos entre seus moradores. Também são

apresentados, através de relatos, como alguns de seus moradores vivenciaram e reagiram à chegada da empresa Morro Velho. Nessa perspectiva, é possível decifrar os impactos tanto positivos quanto negativos, como o lançamento de efluentes químicos nos principais rios da cidade pela atividade mineradora, e como o poder local e estadual se posicionaram diante desses acontecimentos. A discussão sobre o início da exploração das minas de ouro em Jacobina está relacionada ao cenário nacional, procurando-se compreender a política de mineração e desenvolvimento para o estado da Bahia naquele período. Dessa forma, os discursos sobre desenvolvimento e riqueza da cidade, historicamente associada à mineração, produzem sentidos como a garantia do crescimento econômico do lugar, a partir do incremento do comércio, do recolhimento de impostos, de aluguéis de imóveis para abrigar uma população que começava a chegar em busca de emprego, entre outros aspectos. Também foi necessário trazer à tona como alguns segmentos da cidade se movimentavam dentro do ideal de desenvolvimento proposto e o reverso daquela realidade. As fontes escritas, especificamente, a documentação do executivo e legislativo municipal, revelam aspectos fundamentais, desse período e entremeadas às fontes orais apresentaram aspectos significativos para construção de narrativas sobre as práticas cotidianas dos moradores de Jacobina e sua relação com a mineração. No que se refere aos empregados da mineradora, são discutidos alguns aspectos da organização e das práticas do movimento sindical dos trabalhadores das minas e sua relação com a empresa. Nesse âmbito, é fundamental conhecer a pauta de reivindicações dos trabalhadores e como reconstruíram a prática sindical em um Brasil recém-saído de um regime de exceção, aliado a um cenário local que revelava variados aspectos da prática do trabalho e dos trabalhadores. Outros significados são decodificados, como o fascínio que o contato direto com o ouro causava entre os trabalhadores, sobretudo se forem levadas em consideração as relações de força tecidas da prática do trabalho e os signos emitidos pela empresa, considerada, naquele período, como única promotora de emprego e renda.

Capítulo 2 - É analisada como a silicose é produzida, destacando sua relação com o trabalho. Avaliando-se como o tema saúde do trabalhador foi construído no cenário da Reforma Sanitária no Brasil, ao final da década de 70 e início da década de 80, destacando o papel do Centro de Estudos de Saúde do Trabalhador - CESAT-BA na luta para revelar as condições de trabalho da empresa e sua associação com a silicose em trabalhadores de subsolo (marleteiros /operadores). São revelados os discursos produzidos sobre a silicose pelos médicos, órgãos de vigilância e saúde do trabalhador e pela empresa mineradora. São discutidas as estratégias construídas pela empresa para impedir a associação entre trabalho na mina e silicose e como o sindicato tentou desconstruir este discurso, apontando para a relação entre a doença e sua causa, o trabalho no subsolo da mineração. Detalhar as etapas dessa luta travada entre empresa/trabalhadores/órgãos de fiscalização constitui um dos focos deste capítulo. É importante observar o confronto que se revela na linguagem, que se imbrica em diversos planos, o discurso médico e o político. De um lado, o discurso da empresa, sinalizando a doença do aparelho respiratório do trabalhador decorria quase sempre da falta de alimentação, das condições precárias da vida, construindo assim um outro referente para o adoecimento e morte de uma parcela dos mineiros. Nesse discurso, a tuberculose é produzida como doença desenvolvida pelas condições de vida de uma população carente. Do outro, as relações de poder que fazem com que o trabalhador desconheça como a doença foi adquirida. Além disso, analisa-se como o relatório médico constituiu elemento fundamental da luta dos trabalhadores. As fontes escritas abrangem relatórios de inspeção da vigilância da saúde do trabalhador, que apontam as condições do trabalho, prontuários médicos, dados estatísticos e alguns depoimentos, que se constituem no corpus documental da pesquisa. Essas fontes revelam, entre outros aspectos, as várias etapas da luta da empresa x trabalhadores, discutidas para focalizar a realidade das minas no período estudado.

Capítulo 3 - São reconstruídas algumas das experiências dos trabalhadores acometidos de silicose e de viúvas que tiveram sua vida social desorganizada com a perda de seus maridos. Nessa trilha,

deparei-me com depoimentos que levavam a múltiplas histórias que até então desconhecia, narrativas conduzidas e atravessadas por uma história de dor, algumas vezes trágicas, resultantes das práticas sociais e culturais. Neste capítulo, cada história narrada é carregada de muitos significados, de múltiplos contextos que indicam caminhos, conduzindo a outras formas de pensar e compreender aquela realidade. Nessa perspectiva, a produção discursiva instala outros sentidos do histórico, do cultural e do social. A análise dos discursos dos atores sociais em relação à silicose, enfoca trajetórias que vão desde a procura pelo médico da empresa, passando pelo diagnóstico, até a reação do trabalhador e das viúvas diante da nova realidade. Essas reações estão evidenciadas em uma carta escrita por um trabalhador com silicose, que alertava a população de Jacobina para não trabalhar na empresa. A partir desse discurso, são reconstruídas as várias etapas daquela experiência que se liga a outras narrativas de outros trabalhadores e, principalmente, às das viúvas dos mineiros. Analisa-se sua construção, destacando-se os relatos em relação ao marido, à família e à empresa. A construção do texto, a partir das narrativas das viúvas, amplia o debate sobre a silicose, porque, em muitos casos, foram as mulheres que estiveram ao lado de seus maridos desde o momento inicial, quando é descoberta a doença, até o momento de sua morte. Além disso, seus relatos podem revelar a experiência de viver sem o marido e com filhos para cuidar e sustentar, mas também pode revelar outros significados, entre eles a forma de trabalhar do cônjuge, como enfrentava a labuta diária dentro da empresa. Esses são pontos significativos para a construção das histórias desses indivíduos. Nelas, os trabalhadores produziram efeitos de realidade, entre eles a privação do convívio familiar, dos amigos, o descontentamento e arrependimento de ter trabalhado e ter como projeto produzir mais para ganhar um salário melhor e a forma como se enredaram no discurso triunfalista do trabalhador destemido que enfrentava e obedecia o que lhe era determinado. Nesse âmbito, são discutidos alguns aspectos da prática disciplinar da empresa e como os trabalhadores reagiam àquela situação.

Capítulo 4 – Analisa-se a batalha discursiva construída no campo jurídico entre trabalhadores e a empresa. Na década de 90, a busca por direitos, traduzidas em ações indenizatórias, foi freqüente e o tribunal foi o caminho encontrado pelos ex-empregados e suas famílias para provar que a silicose foi contraída no ambiente laborativo. Nos processos cíveis selecionados, o foco de análise foi a produção dos discursos dos advogados de defesa e acusação, sobretudo a produção dos enunciados, engendrando argumentos. A teoria argumentativa do direito é amplamente utilizada nos processos e revelam variados aspectos de uma das etapas da luta dos trabalhadores. O trabalhador, nesse período, consciente de que sua capacidade laborativa havia sido prejudicada, em decorrência do trabalho nas minas e que sua família poderia ficar desamparada, entra com ações judiciais exigindo indenizações. Esse percurso, na maioria das vezes lento, fazia o trabalhador ou a viúva esperarem por cerca de dez anos o parecer final da justiça, ocorrendo em muitos casos o falecimento do responsável pela ação. Nesse caso, a ação movida era transferida para a mulher que continuava a labuta diária pela sobrevivência, mas que esperava e desejava um futuro menos incerto para si e sua família, através das indenizações. A ação judicial revela mais um dos passos da luta dos trabalhadores, mas não mostra apenas a polarização da batalha. Cada lado criou suas táticas para garantir a vitória no tribunal. Nesse sentido, foi importante analisar as construções discursivas sobre silicose e ambiente de trabalho. Os processos produzem sentidos, revelam realidades para favorecer de um lado a empresa, de outro os trabalhadores. Não é por outra razão que a documentação focaliza o funcionamento e o ambiente de trabalho da empresa. A descrição do lugar e da forma como se trabalhava no subsolo (galerias) são produções mais que necessárias para compreender como e porquê o mineiro contraiu a silicose. Detalhar as etapas das táticas da empresa e dos trabalhadores foi um dos fios condutores deste capítulo. A naturalização dos perigos da atividade nas minas constituiu um dos principais argumentos dos advogados da mineração Morro Velho que constroem seu discurso afirmando que o pó de sílica existia em todas as partes e que era próprio da atividade mineradora. Nesse embate, é interessante perceber as estratégias construídas

pelos advogados de defesa e acusação. A consulta e análise sobre a legislação trabalhista e segurança permitiram traçar caminhos para compreensão da realidade nas minas da empresa. Perceber o que dizem as leis sobre acidentes no trabalho e confrontá-las com a prática da empresa em Jacobina foi fundamental, porque a partir desse fio pôde-se observar se foram respeitadas ou não e como contribuíram para favorecer/desfavorecer empresa e trabalhadores.

Considerando os vários caminhos percorridos na pesquisa para realização da tese, a análise dos discursos sobre a mineração em Jacobina produz uma história que não se define pela cronologia, por uma história linear que polariza idéias e sujeitos, pelos fatos, mas pelos discursos produzidos pelos sujeitos e por instituições que constroem significados que se movimentam e circulam, desorganizando os acontecimentos, a memória estabelecida, para desatar sentidos contidos e silenciados, transformando indivíduos em mediadores e personagens de suas próprias histórias.

CAPÍTULO I

A INVENÇÃO DA RIQUEZA: MINERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A INVENÇÃO DA RIQUEZA: MINERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

As cidades também acreditam ser obra da mente ou do acaso, mas nem o outro bastam para sustentar as suas muralhas. De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas.”

(Ítalo Calvino - *As cidades invisíveis*)

Como diz Calvino, as cidades devem ser aproveitadas pelas respostas que dão as nossas perguntas. Pode-se pensar, nessa perspectiva, que as perguntas e suas respostas podem/devem ser múltiplas, carregadas de significados, compreendidos de diversas maneiras. Perguntas e respostas se entrelaçam, fabricam narrativas, produzem histórias, instituem relações de força. Assim são construídas as histórias das pessoas, personagens dos cenários das cidades, produzindo acontecimentos, tramas e intrigas que são analisadas por historiadores, como mediadores dessas vozes, considerando a possibilidade de construir histórias diferentes daquelas que fixam sentidos únicos para os acontecimentos, construindo discursos hegemônicos que aprisionam idéias e fortalecem os interesses de determinados grupos sociais.

Em alguns aspectos, as histórias sobre a cidade de Jacobina parecem ter seguido a trilha que leva a produção de discursos que associam sua imagem à exploração do ouro nos séculos XVII e XVIII. A literatura, as produções jornalísticas, além da memória que foi

sedimentada pelos moradores do lugar trataram de naturalizar uma das principais atividades econômicas da cidade. O ouro explorado nas serras terminava sendo compreendido como algo natural. Jacobina, “nasceu” com a “vocação aurífera” como retrataram as produ es discursivas sobre sua história.¹ De acordo com esses discursos, Jacobina estaria fadada a se desenvolver principalmente por conta da atividade aurífera.

Nesse sentido, pode-se pensar que reduzir a história da cidade a uma história fatalista, predestinada, “sem surpresas,”²   apagar a possibilidade de discutir o seu caráter dinâmico, desfazendo e desprezando suas tramas tão fundamentais para compreensão dos vários sentidos que as práticas da história podem produzir no campo das lutas, das linhas de tensões da prática cotidiana e dos poderes constituídos.

Este capítulo pretende articular historicamente o que contam sobre a cidade de Jacobina, a partir dos múltiplos discursos construídos sobre a instala o da minera o Morro Velho, nas décadas de 1980 e 1990. Contar os enredos que contribuíram para a produ o das histórias sobre a minera o, remete àquela idéia clássica de Walter Benjamin, “nada do que aconteceu pode ser considerado perdido para a História.”³ Assim, múltiplas devem ser as perguntas e as interpreta es que o historiador deverá fazer sobre a cidade de Jacobina nesse período, procurando compreender e também tecer as tramas daquela história.

Dessa forma, pode-se escrever a narrativa histórica sem tanta solenidade, procurando e decifrando, quando possível, alguns dos significados produzidos pelos discursos que se pretendem homog neos para impor as rela es de força que determinam quem deve dizer e o que se deve dizer. Nessa perspectiva, o historiador pode percorrer os variados caminhos da pesquisa histórica, muitas vezes íngremes, mas desafiantes e instigantes,

¹ Como veremos mais adiante as produ es historiográficas de certa forma, além das matérias jornalísticas do lugar ajudaram a perpetuar o discurso da voca o aurífera para a cidade.

² REZENDE, Antônio Paulo. (Des) encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de XX. Recife: FUNDARPE, 1997, p.14.

³ BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas, vol I. Magia e Técnica; Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7^aed. São Paulo: Brasiliense, 1999, p.223.

construindo histórias possíveis e atraentes sobre o lugar. Para situar os discursos produzidos sobre a chegada da mineração Morro Velho, é preciso apresentar algumas das histórias narradas sobre Jacobina, identificando os discursos que terminavam sedimentando a idéia de cidade do ouro, associados a outros discursos como o do desenvolvimento e do crescimento econômico, progresso material, geração de riqueza e emprego.

1.1 Os cenários

As produções discursivas que instituem histórias focalizaram Jacobina inicialmente associada à criação de currais de gado, no final do século XVI e, posteriormente, à exploração do ouro na segunda metade do século XVII, “quando foi descoberto na Serra de Jacobina, constituindo-se em um novo estímulo para o povoamento do nordeste da Bahia.”⁴ A literatura sobre a História da Bahia focaliza quase sempre o desenvolvimento de Jacobina a partir do ouro, intensificando “o povoamento que já ocorria com a criação dos currais de gado.”⁵ A atividade mineradora e as redes de interesses construídas fizeram que a então vila de Jacobina ficasse conhecida na Bahia e pelas autoridades portuguesas.

Nas produções literárias selecionadas, a descoberta do ouro é o marco de origem da cidade. O fascínio da descoberta do ouro, acenando com a possibilidade de enriquecimento, pareceu ter sedimentado o discurso de que a atividade mineradora traria o decantado desenvolvimento sócio-econômico do lugar. A exploração do século XVIII prosseguiu no século seguinte, quando a Companhia das Minas de Jacobina através de seu representante Eduardo Dias Moraes, “conseguiu permissão para explorar ouro e

⁴ TAVARES, Luis Henrique Dias. História da Bahia. 6ªed. São Paulo: Ática, 1979, p.90.

⁵ FARIAS, Sara Oliveira. “Do Garimpo ao Desenvolvimento: O Brilho do ouro nas serras de Jacobina-Ba.” In CLIO. nº21,2003.UFPE/PPGH/CFCH.Recife:Ed.Universitária,2005,p.270. Sobre a produção historiográfica do século XIX e XX ver entre outros títulos:ACCIOLI &AMARAL, Braz. Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia. Salvador, Vol.2,1928;COSTA, Afonso. “Minha terra: Jacobina de antão e agora. Annaes do 5ºCongresso Brasileiro de Geografia. II Volume. Bahia, 1918; SPIX &MARTIUS Viagem pelo Brasil (1817-1820)3ªed. Melhoramentos, vol.II,cap.II;ver também as produções locais , entre elas o livro da escritora LEMOS, Doracy Araújo. Jacobina.Sua história e sua gente.Jacobina,1995.

outros minerais na comarca de Jacobina através do Decreto Imperial 9242 de 17 de maio de 1884 adquiriu o direito de explorar as serras de Jacobina, ampliado pelo decreto 9705, de 29 de fevereiro de 1887[...] Foi montada uma instalação com pesados pilões californianos em Itapicuru, ao sul de Jacobina. Mas, apesar de ter começado bem, pois produziu 90 kg de ouro no período de 1889/1896, a empresa teve vida efêmera. Logo, em 1897 a Companhia Minas de Jacobina decretou falência, abandonando restos de suas instalações na região do Itapicuru.”⁶

O fechamento da companhia é creditada a alguns fatores como a forma técnica inadequada para abertura da galeria, pois “as reservas de ouro visíveis eram pequenas, não justificando a aplicação de máquinas para aumentar a produção na maior parte das ocorrências...Com o fechamento da empresa, as serras de Jacobina passaram por um momento de retração das atividades exploradoras.”⁷ Estas só foram retomadas na década de 1930 por um “comerciante chamado Leonídio Miranda que se tornou um dos grandes exploradores do serviço de ouro,”⁸ trazendo consigo “cerca de 300 garimpeiros a título de faiscação de ouro. Ali se instalou, fundando o actual Povoado do Itapicuru, que agora já se conta mais de 4.000 almas em actividades de faiscação de ouro e comércio de diversos ramos.”⁹

A exploração do ouro na década de 1930 ganhou novo impulso, retomando-se o clima de euforia e otimismo, mediado pelos discursos divulgados pela imprensa, que a representavam como riqueza e prosperidade para todos, associando de maneira inequívoca ouro e progresso. “O ouro é a alavanca do progresso

⁶ JESUS, Zeneide Rios de. Eldorado sertanejo: garimpos e garimpeiros nas serras de Jacobina (1930-1940) Salvador. Diss.mestrado, UFBA.2005,p.42. A dissertação de Zeneide Rios, nesse sentido inaugura uma nova fase de produções históricas que discutem a mineração de ouro em Jacobina com olhar e rigor acadêmico, através da análise cuidadosa do cruzamento das fontes históricas focalizando as múltiplas interpretações sobre a exploração manual do ouro pelos trabalhadores de garimpos nas serras de Jacobina, principalmente durante a década de 1930, período considerado áureo da atividade mineradora.

⁷ JESUS, Op.cit. p.43 e44.

⁸ FARIAS, Op. cit. p.272.

⁹ APEB. Tribunal de Justiça/Instrumento de Agravo. Seção Judiciária. Cx.2141. Doc.11 (1938/39) Jacobina; ver também JESUS, Zeneide Rios de. Op. cit.

[...] sem ele não surgiram as cidades deslumbrantes [...] o ouro é bendito. Bendito na moeda que cai na sacola do mendigo; bendito no pedaço de pão que dá alento ao faminto.”¹⁰ Dessa forma, o discurso salvacionista sobre o ouro foi ganhando força, produzindo verdades, tecendo a história da atividade mineradora colada com o discurso do desenvolvimento do lugar. Entretanto, a atividade parece ter recrudescido a partir da década de 1940, quando Leonídio Miranda perdeu na justiça o direito de explorar as serras de ouro, voltando as terras a pertencerem a Companhia das Minas que provou perante a justiça que Leonídio e os demais trabalhadores invadiram suas terras.¹¹

Na década de 1940, particularmente em 1947, a Companhia das Minas é sucedida pela Mineração de Ouro de Jacobina Ltda que, em 1950, é vendida à empresa canadense Mineração Northfield Ltda que permaneceu em Jacobina até a década de 1960.¹² A partir daí não há informações, nem documentos que apresentem os motivos do fechamento da companhia canadense, constituindo assim uma lacuna na história da mineração nesse período. Mas foi na década de 1970 que, mais uma vez, a cidade de Jacobina viveu a possibilidade de um novo ciclo de desenvolvimento, reeditando os discursos sobre riqueza e progresso que tiveram destaque nas décadas anteriores.

Assim, o passado parecia ter se transformado em norma histórica, remetendo ao discurso da origem da cidade, nomeando os bandeirantes e desbravadores como principais personagens de uma história fadada a acontecer. Portanto, não é de estranhar que a imprensa, nas décadas de 1970 e 1980, frequentemente atribuía

¹⁰ Esse trecho foi retirado do jornal local O Lidador que circulou na cidade de Jacobina na década de 1930 até a década de 1940. Os exemplares do periódico pertence ao acervo da família Barberino e foram digitalizados pelo Núcleo de Estudos Orais e Memória -NEO do Departamento de Ciências Humanas (Campus IV- Jacobina) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e se encontram a disposição do público para consulta e pesquisa. Especialmente sobre esse trecho ver O Lidador. n. 28,p.1.16 março 1934; ver também JESUS, Op. cit. p.31; FARIAS, Op. cit. p.275.

¹¹ Sobre o conflito entre Leonídio, os trabalhadores de garimpo e a Companhia das Minas na segunda metade da década de 1930 ver a documentação no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).Seção Judiciária.

¹² Panorama do Ouro - SGM, Bahia, março, 1998.

a suposta origem de Jacobina a uma história do ouro permeada por glórias, sucesso, fama, riqueza e progresso. Naturalizava-se a exploração do ouro para produzir o discurso da vocação aurífera da cidade.

POEMA A JACOBINA

“Jacobina das chapadas
Fulgurantes do Nordeste
Onde o brilho se reveste
Por suas riquezas mil;
Jacobina das areias
Das pepitas cobiçadas
Que dão progresso ao Brasil.”¹³

O poema publicado pelo jornal apresenta em certos aspectos a dimensão de como o discurso é controlado para poder justificar os interesses que terminam sendo construídos para favorecer alguns grupos. No poema, Jacobina é apresentada de forma romantizada, enriquecida pelo brilho do ouro que se transforma em outras tantas riquezas, no progresso do Brasil, tão propalado no governo militar. Pode-se pensar na força do discurso que tem como foco as riquezas nacionais e que parecia encontrar ressonância em alguns segmentos da sociedade. Nessa lógica, os minérios extraídos nas serras de Jacobina de certa forma colaborariam para o crescimento econômico do Brasil que vivia ainda nesse período o nomeado “milagre brasileiro.”¹⁴

¹³ A Palavra, n.40,13 julho 1974, p.2.

¹⁴ O “milagre brasileiro” tinha entre outras diretrizes elevar as taxas de crescimento criando e acelerando condições para garantir o crescimento econômico; diminuição da taxa de inflação; aprofundar a integração da economia brasileira no sistema capitalista internacional e, sobretudo transformar o Brasil em potência. Para um melhor aprofundamento desse tema ver entre outros títulos BRUM, Argemiro. Desenvolvimento econômico e brasileiro. Ijuí,UNIJUÍ,1999, p.322; PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. “O ‘milagre’ brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973)” In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil Republicano (Vol.4) O tempo da ditadura; regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.207-241.

Nesse cenário de discursos produzidos e selecionados focalizando o suposto crescimento do Brasil, pode-se situar a retomada da atividade mineradora em Jacobina. Em 1973, o jornal A Palavra noticiava:

SERÁ REINICIADA A EXPLORAÇÃO DE OURO EM JACOBINA

“A mineração de ouro por processos mecânicos será iniciada nesse município dentro em breve. Um poderoso grupo econômico brasileiro-angloamericano, integrado pela Indústria e Comércio de Minérios S.A (ICOMI), do território do Amapá e pela Anglo Corporation, sediada em Londres, já iniciou os trabalhos preliminares com esse propósito.

No momento, os técnicos das aludidas empresas estão realizando os serviços de pesquisa ao longo das serras de Jacobina [...] Concluídas as pesquisas e avaliação do potencial mineralógico, será então, instalado um moderno equipamento para extração de ouro o que demandará, entretanto, alguns meses.

Para avaliar-se a importância desse empreendimento, basta saber-se que uma das associadas do grupo empresarial que vai explorar o minério nesse município é a Anglo-América Corporation, uma das maiores produtoras mundiais de ouro, que possui minas desse metal em vários países, inclusive na África do Sul.”¹⁵

A ênfase do reinício das atividades de mineração é centrada no grupo multinacional, responsável pela exploração, segundo o jornal “*um poderoso grupo*” resultante da fusão dos capitais brasileiro e internacional. Nesse período, o grupo empresarial realizava pesquisa de viabilidade econômica da atividade. A empresa Unigeo Geologia e Mineração Ltda foi a responsável pela fase de pesquisa mineral. “Trabalhos intensivos de mapeamentos geológicos, trincheiramento, sondagens, amostragens e galerias contribuíram para o melhor conhecimento geológico do grupo Jacobina.”¹⁶

¹⁵ A Palavra. Nº3. 09 junho de 1973, p.1.

¹⁶ MOLINARI, Lúcio; SCARPELLI, Wilson. “Depósitos de ouro de Jacobina, Bahia.” In:

A Unigeo era uma associação entre a empresa ICOMI e a Anglo América Sul Africana no Brasil para explorar as serras de Jacobina. O relato de um dos diretores da empresa Morro Velho em Jacobina, Kurt Herwing Menchen, focaliza seu primeiro contato com o grupo multinacional, onde posteriormente iria trabalhar como engenheiro de minas. Segundo ele, na década de 1970, o mercado de mineração encontrava-se “bastante aquecido, tinha muita oportunidade, os recursos naturais eram item da segurança nacional [...] tinha muito trabalho de pesquisa.”¹⁷ Recordava-se ainda que estava recém-formado, morando no Rio Grande do Sul, quando soube da existência de um grupo internacional, interessado em contratar engenheiros para a África do Sul.

“[...] todos os dias nós se reuníamos [os colegas de faculdade] todo mundo se preparando para ir para seus respectivos empregos, aí apareceu um colega desses lá [no ponto de encontro] e disse: olha tem um pessoal da África do Sul que quer contratar engenheiros para a África do Sul, um projeto que tem na Bahia, mas passaria um período na África, como nós estávamos perto da faculdade, fomos lá, porque teria uma apresentação da empresa. Ela [empresa] era de fato brasileira e sul africana, era a UNIGEO. Era uma empresa que tinha sido formada entre a ICOMI e a Anglo América do Brasil que era a Anglo América Sul-Africana no Brasil. A Anglo América do Brasil ou AMBRAS se associou com a ICOMI que por sua vez fazia parte de um grupo maior a CAEMI. A ICOMI tinha uma mina de manganês no Amapá que foi aberta nos anos 1950 e operou até recentemente... Enfim essas duas empresas se associaram e formaram a UNIGEO que foi formada como uma empresa de exploração, uma empresa de exploração no jargão técnico nosso significa empresa de pesquisa[...] Exploração no sentido da indústria é pesquisa geológica, você explora para ver se tem alguma coisa. A UNIGEO já tinha identificado alguns alvos no Brasil, um deles foi em Jacobina que já era conhecida na literatura com ocorrência

SCHOBENHAUS, Carlos; COELHO, Carlos Eduardo S. Principais depósitos minerais do Brasil (vol.III) Brasília, 1988, p.463.

¹⁷ Entrevista Kurt Herwing Menchen. 16 julho 2005

de ouro. A UNIGEO andou no Piauí, Paraíba, acho que ... em Curitiba, Paraná, mas desses projetos o que realmente pegou velocidade foi Jacobina. A Anglo veio para o Brasil em 1973 e ela queria parte do controle da Mineração Morro Velho (Minas Gerais) na época controlada pelo Walter Moreira Sales[...] Ele como banqueiro era dono da Morro Velho, isso nos anos 1960,70.”¹⁸

A década de 1970 favorecia a retomada do desenvolvimento aurífero por conta do aumento do ouro no mercado, “o mercado livre era comercializado a preços mais atraentes,” a “paridade ouro-dolar.”¹⁹ Além disso, como assinala Argemiro Brum, o governo brasileiro e as empresas privadas buscavam no “exterior capital e tecnologia, foram feitos empréstimos e financiamentos ou investimentos diretos para ampliação de multinacionais que já operavam no Brasil, associação de empresas estrangeiras com as empresas nacionais.”²⁰ O Estado da Bahia, em 1976, aplicava “Cr\$ 238 milhões em pesquisas minerais.”²¹ Em 1978, havia 70 municípios da Bahia que realizavam pesquisas “geológicas, de avaliação de reservas e exploração de minérios.”²² O discurso do governo desse período enfocava que a atividade de mineração tinha “a capacidade de ocupação intensiva de mão-de-obra no interior e assim contribuir

¹⁸ Entrevista Kurt Herwing Menchem.16 julho 2005. Em 1960 foi constituída a Mineração Morro Velho que herdara da empresa americana Hanna Mining Company (interessada nos anos 1950 nas jazidas de ouro da mina MorroVelho, explorada desde 1834 pela mineradora inglesa Saint Jonh Del Rey localizadas em torno da cidade mineira de Nova Lima) o controle acionário porque a Hanna avaliou que o potencial aurífero da cidade de Nova Lima não constituía motivo de seu interesse, transferindo o controle para os brasileiros. Na empresa Morro Velho havia três sócios-majoritários: Walter Moreira Sales, Horácio de Carvalho e Fernando Souza Mello Viana. Na década de 1970 os sócios brasileiros por “conta dos altos valores nos investimentos e a necessidade de aporte de novas tecnologias faz com que se procure acionista com potencial para investir, mas também apresentasse larga experiência e conhecimento das questões referentes a mineração aurífera. Assim,em 1974, começam os primeiros contatos dos sócios brasileiros com a Anglo American. Em 1980 a Anglo se associa com o banco Bozano Simonsen. A esse respeito ver Mineração Morro Velho Ltda. Morro Velho- História, fatos e feitos.Nova Lima,1995,p.103-116; GROSSI, Yonne de. Mina de Morro Velho:a extração do homem.Rio de Janeiro:Paz e Terra,1981,p.34-49.

¹⁹ Morro Velho- História, fatos e feitos. Nova Lima, 1995, p.119.

²⁰ BRUM, Argemiro. Op. cit, p.331.

²¹ A Palavra. Nº244. 25 novembro 1978, p.3.

²² Conforme publicou o jornal A Palavra. Nº244. 25 novembro 1978, p.3.

para evitar o êxodo para as cidades maiores, mediante criação de pólos de emprego.”²³ Dessa forma, projetos como o de exploração do ouro em Jacobina encontraram cenários propícios para o seu incremento, associados ao discurso do desenvolvimento, da geração de emprego e renda.

“A Anglo chegou em 1973 e comprou 49% da Morro Velho, como ela não podia ter 100% das ações por causa das restituições legais de imigração se associou com o grupo brasileiro que comprou os outros 51%, então ficaram as duas empresas associadas no controle da Morro Velho[...] Jacobina começou a ter atividade de pesquisa geológica em fim de 1973, início de 1974. Essa pesquisa evoluiu, em 1975, a avaliação de alguns geólogos da época era que Jacobina seria uma jazida semelhante as da África do Sul, eu falo geologicamente semelhante, mesma geologia, mesma formação[...]e eles[geólogos] não estavam totalmente errados, só que a estrutura geológica[Jacobina] muito mais complexa e, infelizmente não permitiu grandes extensões minerais, de teores altos, essa coisa toda.”²⁴

O projeto original de produção da mina para a década de 1970 não aconteceu, mas as atividades de pesquisa continuaram para testar a viabilidade de projetos com outras características. Entre os anos de 1977 e 1978 a direção da empresa resolveu suspender as atividades “estava suspendendo tudo aqui, aí eu fiquei ainda uns três meses, arrumando equipamento, colocando as coisas de proteção, demitindo gente, fechando os túneis, mas na época esse evento não teve aparentemente grandes efeitos na cidade, economicamente nós não tínhamos atividade para ficar [...] Havia, claro a expectativa da abertura de uma mina que não aconteceu, quer dizer nada tinha acontecido em função de uma possível mina, então não houve perdas acentuadas.”²⁵

Significativo o relato de Kurt Menchen quando aborda a dinâmica e a lógica da fase de exploração da atividade mineral.

²³ Entrevista citada.

²⁴ Entrevista citada.

²⁵ Entrevista citada.

Apesar de reconhecer a expectativa dos moradores da cidade em relação à possibilidade da abertura de minas de ouro, a pesquisa não causou o que ele nomeia de “perdas acentuadas.” Pode-se pensar que em certos aspectos o que estava em jogo era apenas o caráter comercial da atividade, minimizando os impactos causados com os trabalhos de pesquisa exploratória. Mas, em 1974, o jornal local A Palavra publicou notícia sobre a expectativa criada em torno da geração de empregos com a mineração, o incremento do comércio com a chegada de pessoas de outras localidades, além de denunciar os danos causados com a pesquisa aos pequenos proprietários de terras

“Jacobina será altamente beneficiada, pelo que se espera, quando a UNIGEO passar da fase de pesquisa para o da exploração definitiva das reservas auríferas existentes nas nossas serras, devido ao grande número de pessoas que terão emprego certo. Atualmente já são muitos os trabalhadores que ocupa no serviço de campo. Além disso, reside nesta cidade um grande número de funcionários vindos de outras plagas que, de certo modo, estão contribuindo economicamente para o desenvolvimento do nosso comércio.

Ultimamente, no entanto, este jornal tem tomado conhecimento de que a UNIGEO ou firmas a ela ligadas, ao abrir estradas para os locais a serem pesquisados, vai criando algumas dificuldades aos pequenos proprietários, pois até agora não tem feito qualquer acerto dos danos causados, como cercas, construções, roças, etc.”²⁶

A empresa através de seus representantes procurou o jornal e afirmou:

“A UNIGEO se responsabilizará pelos danos causados ou que venham a surgir das pesquisas que se fizerem necessárias nas propriedades rurais, devendo haver, para tanto, acertos antecipados. Informou-nos que a empresa não tem qualquer interesse em criar problemas, pelo contrário, deverá muito contribuir para o desenvolvimento

²⁶ A Palavra. Nº34. 01 junho 1974, p.1.

de Jacobina, desde que as pesquisas alcancem resultado satisfatório.”²⁷

Começavam a ser delineados os primeiros sinais da intervenção da empresa mineradora na vida cotidiana dos moradores do local. Afinal de contas era a chegada de um empreendimento que instituíra o discurso do desenvolvimento para a cidade. Nesse sentido, segundo o jornal, a pesquisa de viabilidade econômica para o empreendimento era válida e justificada, mesmo causando alguns prejuízos aos donos de propriedades rurais. Se o “negócio” for viável, então pouco importava se as estradas, os caminhos e as escavações abertas para o funcionamento das minas causassem algum tipo de dano para seus proprietários, porque como descreve o jornal, a empresa estava contribuindo “*para o desenvolvimento de Jacobina.*”

O discurso sobre desenvolvimento como princípio e fim instituíra na prática, complexas relações de força entre empresa/moradores/órgãos públicos, sociedade civil, tecendo as redes de interesses que começavam a ser desenhadas nesse período. Por outro lado, há de ser considerada a repercussão da chegada de técnicos contratados pela empresa vindas de outras localidades da Bahia e do Brasil no cotidiano dos moradores,²⁸ tratando-se de uma área ainda predominantemente rural, com uma população estimada na cidade de Jacobina de 19.211 hab. e na área administrativa de 77.266 hab. sendo a taxa de urbanização de 33,30%.²⁹ Apesar das pesquisas sobre o ouro, como relata Flávio Mesquita, médico e prefeito da cidade, no período 1977-1983, Jacobina sobrevivia basicamente da economia agrícola e da pecuária.

“Jacobina ocupava uma liderança na região e com produtos tipo sisal e mamona que eram essenciais para sua economia. Eu quero lembrar que Jacobina naquela

²⁷ A Palavra. Nº37. 22 junho 1974, p.1.

²⁸ Kurt Menchen calculou em torno de trezentas pessoas (Entrevista citada) que estavam trabalhando na fase exploratória da mineração.

²⁹ Esses dados são citados como fontes do IBGE para o ano de 1970 conforme apresenta FONSECA, Antônio Ângelo Martins da. Poder, crise e novas estratégias de desenvolvimento: o caso de Jacobina. Diss.mestrado arquitetura.Salvador,UFBa,1995,p.134,137 e 141.

época era um município com mais de seis mil quilômetros quadrados.”³⁰

Não é de se estranhar, portanto, que alguns setores da sociedade associassem desenvolvimento com a mineração. Somado a esse aspecto o cenário econômico-político nacional e internacional produziam discursos sobre a atividade da mineração como um vetor de desenvolvimento e riqueza para fortalecimento econômico do Brasil. Esses discursos encontraram ressonância nos Estados da federação que apoiaram de forma inequívoca a instalação de empresas exploratórias de ouro. Flávio Mesquita afirma que, nessa fase de pesquisa, a atividade mineral estava mais ligada ao governo do Estado “que talvez tenha sido o mais beneficiado do que a cidade em si.”³¹ Ele recorda ainda que o imposto pago pela mineração à prefeitura só teve início em novembro de 1982, quando a produção de ouro propriamente dita teve início. “Três meses depois o novo prefeito assumiu e ele deve ter sido o grande beneficiado desse imposto único sobre minerais- IUM. [...] Porque o imposto que entrou na nossa gestão foi imposto sobre prestação de serviço, quer dizer uma empresa vinha fazer terraplanagem, construía casas aí pagava o imposto sobre aquela prestação de serviços.”³²

Ainda que a instalação da mina não tivesse sido concretizada, os trabalhos e estudos da UNIGEO na cidade contribuíram para certa movimentação econômica, sobretudo o comércio e o aluguel de residências, pois Jacobina recebeu uma população que fixou residência até o término da pesquisa de ouro. Em 1979, o projeto de instalação da mineração é retomado, constatando-se pelas pesquisas realizadas anteriormente “que daria para abrir uma mina

³⁰ Entrevista Flávio Antônio Mesquita Marques. 14 julho 2005. O entrevistado faz referência aos municípios que pertenciam a Jacobina e que ao longo das décadas de 1970 e 1980 foram desmembrados de Jacobina a exemplo de Várzea Nova, Capim Grosso, São José do Jacuípe entre outros.

³¹ Entrevista Flávio Antônio Mesquita Marques. 14 julho 2005.

³² Entrevista citada. O imposto único sobre minerais (IUM) foi instituído pela lei 4.425 de 08 outubro de 1964 e naquela época definia “a forma de arrecadação, distribuição e aplicação com alíquota fixada em 1% sobre o valor das vendas de ouro como ativo financeiro.” Sendo que do valor de 1%, 70% destinava-se ao Estado; 20% ao município e 10% a União. Sobre o IUM ver Morro Velho Op. cit. p.123.

bem menor, nove vezes menor [do projeto original] Essa foi uma decisão meio política, porque o executivo da Anglo no Brasil era português e queria marcar a presença da empresa no Brasil não apenas como uma empresa de companhia como a Morro Velho, mas que abra jazidas...aí ele queria de qualquer jeito que Jacobina saísse do chão nem que fosse uma mina pequena e foi assim que começou Jacobina.”³³

Finalmente com a retomada da construção de minas para produção, instauravam-se também nos diferentes lugares sociais, múltiplos discursos que ora se apresentavam favoráveis ora possuíam um tom mais crítico diante da nova situação vivida pelo município, sobretudo porque, como publicou o jornal local Correio da Serra, os trabalhos sobre mineração eram desconhecidos da maioria da população. Assim se manifestou o jornal sobre a abertura das minas:

“Chegou a hora de Jacobina voltar à exploração dessa grande riqueza que possui: o ouro. [...] Hoje, uma grama de ouro custa um mínimo de Cr\$400 e um homem poderá extrair 5 gramas por semana e auferir Cr\$2 mil. Não acredito que alguém possa impedir a mineração na zona de Jacobina. Houve quem requeresse o direito e muitos admitem que essa pesquisa* foi um verdadeiro saque contra a nação.[...] Deveria haver uma sindicância para se apurar o que já foi feito e o que pretendem fazer ainda. Foi somente cavar, exarar e transferir o lugar da apuração do ouro, cabendo ao brasileiro só o salário mínimo e gordos proventos aos técnicos.

[...] Se a multinacional quiser explorar, que escolha um lugar adequado, mas não se utilize de extensas áreas, proibindo o brasileiro de explorar o que é nosso. [...] Uma riqueza que nos poderia dar abastança só irá servir para uma multinacional.

[...] Há uns dez anos que essa mineração UNIGEO está em Jacobina e nós não sabemos o que ela faz. Acredito que

³³ Entrevista Kurt Menchen .16 julho 2005. A notícia se refere às pesquisas realizadas pelas companhias de mineração que se instalaram no final da década de 1930 e também na década de 1950.

tenha dado mais prejuízo do que lucro, porque invade uma propriedade, derruba cercas e não dá satisfação a ninguém.

Dar todos os terrenos auríferos a uma multinacional acho que, sem a devida fiscalização é uma espoliação.

Quando chega aqui alguns dos Diretores, ninguém sabe. Dão as ordens aos seus empregados e nós continuamos como uma colônia.

Noto que os homens de bem de Jacobina procuram se esquivar do contato referido.

Deveríamos entregar este caso ao deputado Gilberto Miranda para que junto com o governador ACM não sejamos saqueados. Precisamos ver o ouro do nosso solo e não entregá-lo incondicionalmente a uma multinacional, que não nos será de utilidade alguma. ”³⁴

O discurso nacionalista é selecionado para explicitar o caráter exploratório da atividade mineral em Jacobina desde o seu início até aquele momento. Nesse sentido, reedita na memória os acontecimentos do passado como lições para o presente. E qual é esse presente? O reinício da exploração de ouro por empresas multinacionais onde as pessoas do lugar pouco lucrariam. Focaliza que os trabalhos desenvolvidos pela UNIGEO são desconhecidos da população, apesar da exploração ocorrer no município de Jacobina, enfatizando que as pessoas do lugar pouco sabiam de fato o que acontecia e quais seriam os resultados para a cidade e seus moradores. Assim, relaciona esta prática a uma memória mais antiga, ao período da colonização no Brasil.

O caráter exploratório sobre a mineração em linguagem técnica significa pesquisa, mas o jornal seleciona o termo exploração como sinônimo de usurpação de um bem coletivo que por interesses entre poder político e empresas privadas são colocados, em plano secundário os benefícios para os moradores do local. Pode-se pensar a partir dessa notícia que a rede de poder produzida irá determinar, na maioria das vezes, o poder da multinacional na cidade de Jacobina e também os

³⁴ Correio da Serra. Ano III. N°101. 06 outubro 1979, p.8.

significados atribuídos à exploração do ouro, como a tensa relação vivida entre a empresa Morro Velho e os trabalhadores de garimpo, que laboravam no entorno das terras da empresa, nas décadas de 1980 e 1990.³⁵ Somado a esse aspecto o que estava sendo problematizado era como os lucros obtidos pela mineração poderiam ser reinvestidos no município. Assim, essas práticas começavam a ser denunciadas pelo jornal que assinalava a falta de interesse de alguns setores da sociedade em intervir na questão, mas o jornal, partidário do grupo político do deputado Gilberto Miranda e do governador Antônio Carlos Magalhães, acreditava que essa situação poderia ser resolvida através desses representantes.³⁶

Nessa perspectiva, os discursos trazidos à tona com a abertura das minas destacam quase sempre o desconhecimento dos moradores frente ao empreendimento econômico e também ao caráter exploratório da atividade, sinalizando como a mineração Morro Velho se colocava; em certos aspectos, distanciada da realidade vivida pela maioria dos habitantes da cidade. Por outro lado, havia os segmentos a favor da mineração, associando-a ao decantado progresso que trilhava Jacobina. Discursos que se contradizem, se complementam, tornam-se intrincados, tecidos nas teias dos múltiplos interesses que estavam em jogo.

1.2 A mineração e as redes de interesses

Na documentação consultada, a cidade de Jacobina é apresentada pela imprensa e pelos órgãos públicos municipais ora como uma cidade abandonada, pobre, ora como uma cidade que tinha alguns problemas, mas que trilhava o caminho do progresso para atingir o pleno desenvolvimento, sobretudo por conta da

³⁵ Essa questão será analisada mais adiante neste capítulo.

³⁶ O Deputado Gilberto Miranda havia sido prefeito de Jacobina durante o período de 1973 a 1977. Nesse período a Bahia era governada por Roberto Santos (MDB) de partido opositor ao de Gilberto Miranda. (ARENA) O Correio da Serra durante o período que circulou na cidade publicou inúmeras críticas ao governador, sobretudo em relação à mineração na cidade. Em 1978, Antônio Carlos Magalhães foi eleito através do colégio eleitoral e assumiu o governo da Bahia de 1979 a 1983. Assim, não é de se estranhar que o discurso do jornal focalizasse que o grupo do governador e do deputado priorizassem sobretudo a comunidade de Jacobina.

exploração de minérios, como o ouro.³⁷ Euforias e perspectivas promissoras à parte, o que se pretende mostrar neste estudo é a produção dos discursos elaborados, selecionados, controlados e redistribuídos para instituir verdades produzidas dos jogos de força e interesses dos diversos segmentos da sociedade.³⁸

Nessas produções discursivas as relações de força entre os sujeitos sociais com poderes desiguais parecem desaparecer, e, em seu lugar, os mediadores desses sujeitos elaboram seus discursos focalizando a cidade como objeto ou coisa, com vontade própria e de característica singular. Dessa forma, contribuem para formação do “consenso” sobre a vocação natural de cidade aurífera, encontrando espaço para legitimar o discurso de que o ouro comece a ser produzido, a partir da abertura das minas, e seja distribuído por toda a sociedade. No começo da década de 1980, esse discurso encontrou alguma resistência, sobretudo por se tratar de uma política estabelecida no âmbito federal e estadual e só posteriormente conhecida pelo município. Os discursos de desconfiança sobre os possíveis benefícios da atividade mineral ganharam força nesse período o que é perfeitamente compreensível, se for levada em consideração a dinâmica econômica da cidade, que girava em torno da pecuária e da agricultura, em muitos períodos castigada pelas longas e freqüentes estiagens. Estas causavam prejuízos econômicos e sociais para o município, mas constituía-se em sua base de sustentação. O ouro terminava sendo a possibilidade mais viável para a esperada riqueza do município, enquanto o discurso de oposição assinalava que a exploração era atividade realizada por empresas estrangeiras. O que estaria implícito nesse discurso? De um lado, o caráter nacional é reeditado como discurso hegemônico, que em parte, era vivido por alguns segmentos, como o das autoridades

³⁷ A Serra de Jacobina de acordo com pesquisas realizadas pela própria UNIGEO apresentava “importantes associações de urânio com teores de 0,005 e 0,30 no minério de ouro”. Conforme Plano único de Pesquisa para ouro e municípios de Jacobina, Miguel Calmon e Caen/Estado da Bahia/ DNPM nº870.600/81 a 870.618/81. Os alvarás de pesquisa do período (1980 a 1984) sinalizam a viabilidade de exploração econômica em Jacobina não só de ouro, mas também de barita, apatita, zinco, quartzo, mármore, níquel, prata entre outros minérios. Estes documentos encontram-se disponíveis no Fórum Jorge Calmon. 2ª Vara Cível (Jacobina).

³⁸ FOUCAULT, Michel. A Ordem do discurso. 9ª ed. São Paulo: Loyola, 2003, p.9

municipais, por outro lado os discursos mais reticentes sobre a mineração quase sempre eram produzidos por grupos de oposição ao prefeito, colocando em foco as conveniências, os interesses e as forças que ditam as regras do jogo político.³⁹

No ano de comemoração do centenário da cidade, 1980, o jornal A Palavra traçava uma retrospectiva histórica de Jacobina, focalizando alguns discursos que merecem ser analisados:

“Muito já aconteceu e vem acontecendo em nossa cidade. Chamam Jacobina de “Cidade do Ouro.” Se realmente existe ouro, para onde está sendo levado? Será que nossa nação está realmente usufruindo deste minério? Estas e outras perguntas ficam sem respostas. Diretamente, nossa cidade nada ganha, pelo menos é o que se vê. Indiretamente, ela recebe a sua recompensa, por exemplo: aumento do custo de vida, cresce a cobiça, dando assim o aparecimento de marginais e aventureiros.

Sobre o ensino, estamos carentes de muito [...] Os colégios de nossa cidade, na verdade não oferecem condições justas, mas o importante é que muitos deles vivem infestados de alunos e como a procura é maior que a oferta, seus diretores não se preocupam em botar bons professores.”⁴⁰

“A mineração de ouro no Brasil data de sua própria colonização, logo após o seu descobrimento. [...] A História do Brasil está muito ligada à atividade da mineração e sua própria independência política foi motivada, até certo ponto, pelos distúrbios quase permanentes nas povoações mineiras [...]

As riquezas auríferas da nossa terra são quase proverbiais e existe até mesmo uma tradição corrente de que o subsolo desta gleba é feito desse metal precioso [...]

Mas, a história continuou a se espalhar pelo mundo [...] E foi assim que, há aproximadamente seis anos, veio para

³⁹ O jornal A Palavra durante a década de 1970 publicou diversas notícias com tom mais crítico em relação aos problemas da cidade. Em 1979 o jornal foi vendido para Carlos Pires Daltro que na década seguinte se transformaria em prefeito da cidade pelo PMDB. A partir desse período a crítica em relação a mineração tornou-se mais atenuada, como veremos ainda neste capítulo.

⁴⁰ A Palavra. Ano VII.Nº282. 01 março 1980, p.3.

cá a UNIGEO, com o fim de realizar uma pesquisa em profundidade e descobriu os locais onde o ouro existe, de fato, com maior incidência [...]

Não entendemos bem qual a relação entre governo brasileiro e as empresas estrangeiras que extraem o ouro do subsolo de Jacobina. cremos, porém, que os governantes não iriam entregar o ouro de mão beijada, especialmente porque se trata do produto que serve de lastro para o país. Mas, nossa preocupação não deve parar no problema do aumento do lastro de ouro no Brasil, deve igualmente alcançar a situação do município de onde é o ouro extraído- Jacobina.

Só o fato de pessoas serem empregadas pela multinacional em apreço já seria algo de importância no nosso contexto social e econômico, uma vez que não se tem empregos para todos, especialmente para o homem sem profissão definida. Porém, é exatamente aqui onde surge um outro problema: como ficará a lavoura sem as mãos preciosas do trabalhador braçal, visto que ele está sendo chamado agora para um outro setor - a mineração?

Um dia, não sabemos quando, as empresas que hoje exploram o ouro aqui deixarão Jacobina. Nessa ocasião a cidade sofrerá um abalo ocasionado pelo desemprego, pelo volume de comércio diminuindo e ainda pela perda de sua alcunha - cidade do ouro. [...] As boas residências, ora alugadas aos altos funcionários da empresa, inflacionando os aluguéis, não nos sobrando qualquer residência nova e nem melhoramentos para o operário e para a comunidade como um todo. ”⁴¹

Nesse período, o jornal pertencia ao grupo político que fazia oposição ao prefeito, Flávio Mesquita. Na primeira notícia, a dissociação ouro-desenvolvimento atua como contraponto ao discurso que tinha como foco a geração da riqueza e do crescimento do município. Na lógica do jornal, a atividade mineral parecia ser uma riqueza que não gerava novas riquezas, uma vez que os benefícios da exploração não eram percebidos e nem usufruídos

⁴¹ A Palavra. Ano VII. Nº319. 11 outubro 1980, p.1.

pela cidade. O cenário traçado pela notícia focaliza os impactos negativos causados pela chegada da mineração.

A segunda notícia remete Jacobina a um passado longínquo como forma de validar a tradição aurífera da cidade, ligando essa característica a possibilidade de riqueza e desenvolvimento do lugar, atraindo, segundo o jornal, empresas como a UNIGEO. Nesse sentido, o discurso é construído de forma reducionista, pois a instalação da empresa está relacionada muito mais a tradição da cidade em explorar o ouro do que em decorrência das relações de interesses existentes nas esferas pública e privada. Embora o discurso afirme desconhecer a relação entre o governo e a multinacional, seleciona o poder público e privado como estratégia para mostrar ao leitor a complexidade da questão e também o desconhecimento dos moradores da cidade em relação à atividade mineral, embora reconheça como ponto positivo o fato de a mineração empregar pessoas em larga escala. No entanto, o foco dessas notícias aponta os malefícios em vários aspectos provocados pela empresa.

Nesse aspecto, o discurso apresenta sua multiplicidade de sentidos, articulando vozes reticentes, discordantes em relação ao impacto da migração de trabalhadores das áreas rurais para a cidade. O discurso também mostra os impactos causados com a chegada da mineração, instituindo significados que focalizam esta atividade como efêmera. O reconhecimento de Jacobina como cidade do ouro é contraposto ao seu caráter exploratório e transitório, desconstruindo o discurso de que com o ouro todos seriam beneficiados para instituir outros significados como a especulação imobiliária, alta de preços nos aluguéis, fazendo com que poucos, na cidade, tivessem possibilidade de inserção social e econômica.

Na memória de alguns moradores, a chegada de técnicos e engenheiros, em decorrência da mineração, causou mudanças no cotidiano da cidade, como recorda uma das moradoras de Jacobina.

“[...] Então os empregados da mineração passaram a ser, assim, de elite, de ter direitos. As filhas estudavam em escola particular, essas vantagens que tem, claro que privilégios de alguns. Não foi a cidade toda que foi beneficiada, em

contrapartida na nossa cidade, a inflação chegou junto com mineração. As frutas melhores, a carne melhor, tudo já era encomendado, quando a gente chegava a carne era o triplo do preço. Em Jacobina a carne era caríssima e você não tinha o direito de tê-la, porque você tinha de levantar de madrugada, correndo atrás ou então você não achava mais, porque tudo era encomendado para UNIGEO. [...] Aí muita gente deixou de comer carne por conta do preço que ficou muito alto para o poder aquisitivo de cada um, aí inflacionou mesmo e ninguém reagia, só lamentava, mas sem nenhum movimento da sociedade.”⁴²

O discurso do desenvolvimento, do crescimento e, em certos aspectos, do progresso não atingia a todos os moradores da cidade, apenas alguns, sobretudo se forem levadas em consideração suas práticas cotidianas que tinham de modificar-se diante da corrosão de seu poder aquisitivo em razão da alta de preços dos alimentos. Além disso, trabalhar para a mineração, segundo o relato, significava prestígio social, marcando o lugar de cada um na sociedade. Assim, os que moravam na cidade e que não possuíam o mesmo padrão de vida dos funcionários da mineração terminavam sendo prejudicados, mas acabavam também se enredando no discurso hegemônico do desenvolvimento e crescimento.

“É a cidade cresceu, cresceu sim. Cresceu o comércio, quanto mais eles [funcionários da mineração] recebiam [a renda mensal], lógico que investiam mais, circulava mais dinheiro. A prefeitura foi beneficiada por conta dos impostos que recebia.[...] Eu acho que o ouro para Jacobina é uma fonte de riqueza muito boa, porque se não fosse o ouro para Jacobina, talvez a cidade não tivesse crescido, embora tivesse a inflação, pagávamos o pato, mas aí atraía por outro lado, o ouro atraía autoridades, pessoas de outros lugares para visitar, para investir, para estabelecer comércio.”⁴³

⁴² Entrevista Zislaine Ferreira. 12 julho 2006.

⁴³ Entrevista Zislaine Ferreira. 12 julho 2006.

Nessa perspectiva, a vinculação de mineração ao desenvolvimento torna-se compreensível, se for levada em consideração a situação sócio, econômica e cultural de Jacobina, que apresentava um cenário onde predominava uma população economicamente ativa do setor da agricultura, com rendimento médio mensal de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo, onde o número de leitos dos estabelecimentos de saúde totalizava, na década de 1980, 134, todos pertencentes à rede particular. Sobre os serviços básicos como a energia elétrica havia, nesse mesmo período, um total de 6.614 consumidores para uma população total (urbana e rural) de 103.971 hab.⁴⁴ Assim, a prática discursiva encontra espaço para divulgar que o ouro traria benefícios para todos, transformando-se na salvação para essa gente pobre, em busca de melhores condições de vida, e em instrumento eficaz para incrementar setores como o comércio, além de dar suporte aos interesses dos segmentos políticos. Discurso construído para ter ressonâncias entre a comunidade de Jacobina. Na comemoração do centenário da cidade em 1980, o retorno da exploração do ouro foi focalizada como acontecimento que determinaria o “futuro alviçareiro” da cidade “haja vista que progresso e desenvolvimento são determinações que já se incorporaram ao espírito de seu povo empreendedor e dinâmico. O antigo slogan “cidade do ouro” nunca esteve tão aplicado como agora, pois traduz toda a envergadura e toda a riqueza de uma cidade predestinada ao sucesso.”⁴⁵ Assim em alguns momentos, o discurso daqueles que se beneficiam com a maior circulação de dinheiro na cidade, termina por predominar sobre o daqueles contrários a empresa.

O futuro promissor da cidade foi a tônica desse período, associando a exploração do ouro às características naturais das pessoas do lugar, “povo empreendedor e dinâmico.” Nesse sentido, não havia dúvida que a riqueza chegaria, fazendo ecoar que o desenvolvimento estava sendo trilhado pela centenária cidade, guiada obviamente

⁴⁴ Sobre os dados para o ano de 1980 consultar o IBGE (Centro Demográfico da Bahia); ver também publicações do Centro de Estatística e informações -CEI. A população urbana de Jacobina nesse período era de 36.180 hab e a população rural contava com 67791 hab.

⁴⁵ SGS. Guia de Jacobina. 1980.

pelo poder público municipal. O discurso solene da origem, mais uma vez, era produzido para atender às redes de interesses em jogo e sedimentar, na memória das pessoas, a cidade do ouro como lugar de prosperidade e riqueza, instituindo significados para fortalecer as relações de poder, ao produzir verdades, tramar discursos, deslocar o significado das práticas sociais e culturais de seus moradores.

Desse modo, os dizeres sobre a “cidade do ouro” possuem uma “temível materialidade,”⁴⁶ ao deslocarem-se dos lugares de onde são produzidos. O relato da moradora que se queixava da inflação com a chegada da mineração à cidade e o discurso oficial terminam se complementando, pois progresso e desenvolvimento sempre trazem alguns impactos, mas se, ao final, os benefícios servissem aos interesses dos poderes constituídos, então pouco importava se a população, de maneira geral, tivesse que arcar com algum prejuízo. Este discurso termina sendo reproduzido de forma hegemônica, porque encontra ressonância entre os moradores de Jacobina que aspiravam e esperavam por dias melhores. O desenvolvimento anunciado para todos era a meta a ser alcançada.

Como afirma a historiadora Regina Beatriz Guimarães Neto, “as cidades da mineração surgem associadas ao lucro e ao comércio, em sua especificidade histórica.”⁴⁷ Desse modo, os discursos construídos sobre o reinício da atividade mineral legitimam a prática exploratória, associando cidade, mineração, progresso e crescimento econômico, constituindo um imbricado das redes sociais com seus interesses traçados e definidos para reescrever outra história para Jacobina, diferente daquela que reedita o mito da origem, naturalizando as relações de força e deslocando o lugar social da cidade, das práticas e dos saberes e “palco de combate de múltiplas verdades.”⁴⁸

Na escrita dessa “outra história”, o projeto sobre a mineração é apresentado como uma dessas verdades para alguns setores da cidade, inclusive a imprensa. Começava a divulgação sobre o funcionamento da empresa de mineração:

⁴⁶ FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. 9ª ed. São Paulo: Loyola, 2003, p.9.,

⁴⁷ GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Op .cit, p22.

⁴⁸ GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Op .cit, p22.

“[...] Há muito havíamos recebido um convite para visitarmos a mina, convite que se repetiu por algumas vezes, porém agora se concretizou [30 de dezembro 1980] em companhia de vários outros convidados [...]

A mineração de ouro é feita em superfície e em profundidade. A mineração de Jacobina é feita em profundidade. Esta se divide em duas fases distintas:

1-Abertura de galerias;

2-Exploração ou lavra

As galerias foram feitas com dimensões de 3 mts X 3 mts, criando via de acesso ao filão de ouro (veio) que tem 1.50 de diâmetro

[...] Uma firma do Rio de Janeiro ganhou a concorrência para a construção da usina e estará pronta para funcionamento em meados de 1982. O funcionamento da mesma se fará 24 horas por 7 dias ininterruptamente, com vários turnos de trabalho.

O processo usado para captação é feito uma parte mecânica 30% do ouro em pepitas. A outra parte será química, feita pelo cianeto.* O minério atacado pelo cianeto forma um complexo ciano-aurífero que, tratado pelo zinco metálico precipita o ouro sob forma metálica.

[...] Os nossos companheiros de visita preocupados com o uso do cianeto para a captação do ouro formularam perguntas procurando saber qual o destino da água servida.

A água utilizada na mineração será captada na nascente do rio e impulsionada por bombas possantes para um grande reservatório, no alto do morro [...] A água cianetada será conduzida para uma barragem que eles chamam ‘barragem de rejeitos,’ com capacidade de receptora, útil para mais de 40 anos. Aí, o cianeto contido na água em contato com o oxigênio do ar, por exposição, se evapora purificando a mesma. Desaparecem os perigos da poluição e parte dela ou quase toda nos períodos de estiagem será reconduzida aos grandes reservatórios para a redistribuição.

* De acordo com o dicionário Houaiss da língua portuguesa o cianeto é classificado pela química como um sal ou éster (derivado da reação de ácido +álcool) do ácido cianídrico ou ânion dele derivado. O cianeto é utilizado através de sua solubilização no processo de extração de ouro e prata.

[...] Todo e qualquer cidadão que for admitido à empresa será submetido a exame médico cuidadoso, passando em seguida ao Centro de Treinamento [...] Por determinações do Ministério do Trabalho [a jornada de trabalho é de] 8 horas por dia, sendo que 6, são consideradas horas normais de trabalho e 2 como extras. Recebem o Índice de Periculosidade -Insalubridade 40% e adicionais.

Em julho de 80 eram 150 homens o efetivo. Terminou o ano com 350 homens. Durante 1981, 850 homens formarão o quadro efetivo. A preocupação da empresa é que se contrate para todos os escalões da mina, pessoal brasileiro.

A mão de obra exercida dentro das minas não está isenta de perigos. E isto que se denomina o Índice de Salubridade. O grande perigo que enfrenta o mineiro, além dos acidentes que possam correr na mina é a 'silicose' o seu maior inimigo. A poeira finíssima proveniente dos martelos que costuma se formar no interior das minas e aspirada pelo homem, produzindo lesões gravíssimas nos pulmões, na maioria das vezes irreversíveis. A produção do CO₂ nas grandes profundidades é também fatal [...]

Terminamos nossa reportagem com um misto de tristeza e alegria. Alegria por pressentir os benefícios que trará para o nosso município um empreendimento desse porte. Tristeza por não saber quando nosso país se libertará da ignorância e assumirá de uma vez por todas as responsabilidades e explorar suas riquezas. ”⁴⁹

A visita, descrita pelo jornal A Palavra, pode ser compreendida como uma das estratégias não só para tornar conhecida as várias etapas do processo do trabalho de produção do ouro, mas para colocar em evidência a imagem da empresa, competente, consciente e, portanto, responsável pelas questões de saúde-ambiente-trabalho. Apesar da notícia focalizar os riscos e perigos da atividade mineral, são, de certa forma, considerados inerentes à atividade, como o uso de cianeto necessário no processo de extração do ouro. O composto químico não é apresentado como um produto perigoso

⁴⁹ A Palavra. Ano VII. Nº333. 17 jan.1981, p.1.

para a saúde e o meio-ambiente, seus impactos são minimizados e os significados atribuídos à mineração distribuem socialmente os sentidos, construindo discursos que instalam espaços de silêncio sobre as condições de trabalho e saúde do trabalhador. O perigo fica evidenciado, existe, mas pode e deve ser controlado. É provável que o jornal, naquela época, não tivesse a dimensão dos impactos que poderiam ocorrer, mas também há de considerar que as relações força tecem os discursos a serem ditos e reproduzidos, deslocando o foco do problema para outros enunciados que produzem diferentes verdades.

Nesse sentido, a notícia do jornal legitima os adicionais de periculosidade e insalubridade para a atividade, colaborando, de certa forma, com a naturalização da silicose.⁵⁰ Enunciada de maneira reducionista e simplista, “a poeira finíssima proveniente dos martelos,” a silicose é deslocada de sua causa, das maneiras e formas como se trabalha nos túneis de ouro. O enunciado reduz o acontecimento, constituindo-se em estratégia para escamotear a prática do trabalho na mineração, dissociando trabalho e doença.

O discurso da imprensa mesmo apresentando críticas, de certa forma, colaborou para a imagem que se pretendia construir sobre a empresa mineradora, pois ao assinalar o caráter de dependência e exploração da atividade mineral o faz de forma geral, deslocando a historicidade de Jacobina, naturalizando as relações de poder e exploração que delineiam as práticas dos sujeitos sociais.

Em novembro de 1982, o projeto de instalação da mineradora para produção foi concretizado, como publicaram os jornais da época.⁵¹

⁵⁰ A análise sobre a produção discursiva sobre a silicose, doença causada pela exposição maciça a agentes químicos como a poeira será discutida nos demais capítulos.

⁵¹ Os jornais Correio da Bahia e A Tarde circulavam e ainda continuam circulando tanto na capital como na maioria dos municípios do estado da Bahia.

INDUSTRIALIZAÇÃO DE OURO EM JACOBINA COMEÇOU: MORRO VELHO

“O governador Antônio Carlos Magalhães e o ministro das Minas e Energia, César Cals, presidiram ontem a inauguração das instalações industriais da mineração Morro Velho, em Jacobina. A M.V. produzirá uma tonelada e meia por ano, assegurando à Bahia, o segundo lugar do país na produção organizada de ouro.

Na M.V., o governador ACM e o ministro César Cals acionaram o dispositivo que ativou a maquinaria. O governador assinalou que a Bahia voltava ao ciclo do ouro. Para reativar a mina, agora com moderna maquinaria, o estado instalou uma linha da Coelba* e abriu a estrada de acesso.

O ministro César Cals acentuou que a M.V. tem grande importância para a Bahia, para o nordeste e para o Brasil, pois vai gerar riqueza e muito emprego. Lembrou que no início do governo do presidente Figueiredo a produção anual de ouro era de quatro toneladas, em 1981, ultrapassou 24 toneladas, em 1983 chegará a 40 toneladas. Até 1985, alcançará a meta desejada: 50 toneladas.”⁵²

FESTA NA TERRA DO OURO PARA O GOVERNADOR ACM

“Depois de inaugurar as instalações industriais da mineração Morro Velho, que produzirá uma tonelada e meia de ouro por ano, o governador ACM, participou, ontem, em Jacobina, de uma concentração popular que marcou a inauguração de mais de 26 obras [...]”⁵³

As notícias focalizam a riqueza e o desenvolvimento como inequívocos. As minas de Canavieiras e Itapicuru produziram “1,5 toneladas/ano, sendo investidos, nos anos 1981/1982 70 milhões de dólares.”⁵⁴ Nessa perspectiva, o desenvolvimento do

* Concessionária de energia elétrica do estado da Bahia.

⁵² Biblioteca Pública do estado da Bahia. Seção Periódicos. Correio da Bahia. 09 nov.1982, p11(seção de economia).

⁵³ Biblioteca Pública do estado da Bahia. Seção Periódicos. A Tarde. 09 nov.1982, p.5.

⁵⁴ Morro Velho: História, fatos e feitos. Nova Lima: 1985,p.131. Na primeira década de 1980 as

país dependia em certa medida da produção de ouro nas serras de Jacobina. Concomitante à inauguração da instalação da empresa Morro Velho algumas obras de infra-estrutura foram realizadas, mas parecem que tinham como objetivo favorecer à mineradora, “pavimentação asfáltica da ligação rodoviária entre mineração Morro Velho e a cidade de Jacobina [...] Os serviços de execução vão possibilitar melhores condições para a movimentação de insumos e produtos do complexo da M.M.V, inclusive para o transporte dos seus operários, além de atender às populações dos povoados de Itapicuruzinho e Canavieiras.”⁵⁵ Assim, os povoados tiveram algum benefício em decorrência de estarem localizados no entorno das minas, sinalizando que a lógica do desenvolvimento local priorizava a empresa e não a população, ao modificar se fosse preciso, o cenário do lugar, adequando-o às necessidades da mineradora. Nesse âmbito, pode-se refletir sobre o discurso de ampliação do sistema de abastecimento de água para o município, anunciado, segundo o jornal da época, como se fosse para todos, mas que parecia inicialmente beneficiar apenas a empresa. A rede de abastecimento precisava ser ampliada por conta dos trabalhos da mineração, do aumento do número de pessoas no lugar, entre outros fatores, agravando ainda mais o precário sistema de abastecimento da cidade. Sobre aquelas condições recorda Kurt Menchen:

“Que naquele tempo, Jacobina não tinha o sistema de abastecimento de água, era extremamente precário [...] Então a empresa já percebendo essa carência, ofereceu uma associação em que os custos e vencimentos seriam divididos entre as duas empresas, EMBASA* e mineração, mas a EMBASA reclinou. É claro que a cidade entrou em crise permanente até que ao longo da história, a empresa várias vezes teve que liberar água da barragem até hoje [...] nas secas mesmo, a EMBASA contratava caminhões

minas de Canavieiras e Itapicuru, minas subterrâneas deram início a produção do ouro. Na segunda metade da década inicia-se os trabalhos com a mina a céu aberto de João Belo, em 1992 foi transformada em mina subterrânea.

⁵⁵ As minas de ouro localizam-se próximo aos povoados de Itapicuru e Canavieiras. Ver Correio da Bahia. 02 nov.1982, p.3 [Cad. Política e Governo]

* Empresa Baiana de Águas e Saneamento.

pipa que buscavam água lá na nossa barragem. Nós temos tratamento de água igual a da EMBASA, eles pegavam água potável lá e também pegava água não tratada e trazia para tratar na estação deles, era um negócio meio caótico, já teve crises tremendas de falta de água.”⁵⁶

Os benefícios anunciados na época da inauguração da empresa pareciam esbarrar nas necessidades de uma população que historicamente era penalizada pelas longas estiagens e pela falta de uma política pública que atenuasse/solucionasse a situação. Em 1982, no mesmo ano da instalação da mineração, o município decretou “estado de calamidade pública, considerando a grande estiagem, causando prejuízos no meio rural, o reflexo negativo da estiagem ao comércio, à nossa mini-indústria e à comunidade beirando a falência.”⁵⁷ A imagem de cidade associada ao desenvolvimento parecia perder espaço para as condições históricas do lugar produzidas pelas redes de interesses em jogo. Por outro lado, o discurso do diretor da mineração mostra como a mineradora termina tecendo sua rede de poderes dentro daquela sociedade, como salvadora daquela gente que padecia com um sistema precário de abastecimento de água, serviço considerado essencial para o desenvolvimento do lugar. Nessa perspectiva, pode-se perceber que são instituídos significados múltiplos para a empresa mineradora, sobretudo no que se refere a benefícios / mineração, colaborando com o discurso de que o ouro reativaria a economia, produzindo riquezas e melhorando as condições de vida dos moradores.

Discurso multifacetado, produzido nas teias das relações de força, colocando a mineração em lugar privilegiado e ditando as regras do jogo do poder o que é perfeitamente compreensível, se for levada em consideração a situação histórica do município. A euforia sobre riqueza e prosperidade, associada aos interesses políticos, sociais e econômicos formavam um mosaico complexo das relações sociais. Pode-se afirmar que, no início da exploração de ouro, as

⁵⁶ Entrevista Kurt Menchen. 18 jan.2006.

⁵⁷ Arquivo Municipal de Jacobina. (AMJ) Poder Legislativo/Ofícios recebidos. Maço 01.1982 (ofício nº 100/82).

minas terminaram reativando a economia local, “promovendo 1500 empregos diretos, aquecendo substancialmente as vendas no comércio e favorecendo o desenvolvimento da especulação imobiliária. A cidade registra, neste período, um crescimento horizontal jamais visto”⁵⁸ Mas, o reverso daquele crescimento também era vivido pela população como:

“Problemas sócio-ambientais [falta d’água, poluição dos rios, favelização (...)] A EMBASA não consegue atender toda a comunidade devido ao aumento populacional. A estação de tratamento d’água da empresa está operando com a capacidade abaixo da expectativa. O fato é que constantemente falta água na cidade, não por causa de secas ou por falta de rio, mas por falta de uma maior estação de tratamento[...].”⁵⁹

Apesar do reaquecimento econômico da cidade com a expansão do comércio e de outros serviços que estavam diretamente ligados ao novo impulso promovido pela mineração, Jacobina “não conseguiu se expandir setorialmente e dinamizar outras atividades por muito tempo”⁶⁰ e terminou estabelecendo uma relação de dependência com a exploração de ouro. Embora a produção dos discursos, na década de 1980, associasse ouro à riqueza e desenvolvimento do lugar, esta riqueza parecia não gerar outras riquezas. Para Fonseca vários fatores contribuíram para que a cidade entrasse nas décadas de 1980 e 1990 “com um setor produtivo pouco dinâmico,”⁶¹ entre eles a falta de investimentos governamentais por conta dos conflitos internos entre o poder municipal e estadual, as constantes estiagens e o processo de emancipação de distritos que até então não eram parte da divisão territorial, populacional, política e econômica do município. “A década de 1980 foi de emancipações municipais. Jacobina perdeu três importantes distritos.”⁶²

⁵⁸ FONSECA, Ângelo. Op. cit., p.148.

⁵⁹ FONSECA, Ângelo. Op. cit., p.149.

⁶⁰ FONSECA, Op. cit., p.149.

⁶¹ FONSECA, Op. cit., p.149.

⁶² Sobre as emancipações municipais da década de 1980, Jacobina teve o distrito de Capim Grosso desmembrado em 1985 “que por sua vez perdeu São José do Jacuípe em 1989; Várzea Nova em

O discurso que produz a invenção da riqueza e do desenvolvimento, mediado pelas elites políticas da cidade, terminava se transformando em bandeira política do poder municipal, mas também tinha ressonância em muitos setores da cidade como o comércio e entre a população que buscava em Jacobina condições de vida mais dignas, porque a cidade era considerada, naquele período, um pólo de emprego e desenvolvimento, atraindo homens e mulheres de diversas localidades da Bahia e do Brasil e “classificada no contexto do estado como uma ‘pequena’ cidade de porte médio, exercendo a função de um lugar central que influencia uma vasta área que a envolve em termos econômicos, sociais e culturais.”⁶³ É nesse espaço que a produção discursiva sobre a cidade do ouro encontra ressonância, transformando-se em verdade, instituindo significados para as experiências dos que buscavam mais do que o emprego, procuravam outras formas de viver diante da experiência da pobreza e do trabalho nas áreas rurais, como recordou Javan Sousa Rios.

“Eu nasci na cidade de Várzea do Poço, aliás não foi na cidade, foi na localidade por nome Pau do Angico, na fazenda eu nasci. Depois de casado eu vim para a região de Jacobina, era uma época de seca, as coisas meio difícil, a influência da mineração aí eu vim procurei emprego e encontrei na mineração. Naquele período realmente só falava em mineração. Na época trabalhavam mais de dois mil funcionários, não existiam outras firmas.”⁶⁴

1985 e Ourolândia em 1989,” conforme Fonseca, Op.cit., p.149. É importante esclarecer que poder municipal eleito em 1983 fazia oposição ao governo do estado que estava até meados da década de 1980 sob a liderança política de Antônio Carlos Magalhães. Em 1986, a oposição liderada por Waldir Pires assumiu o governo da Bahia. Em 1990 o grupo político de ACM reassume o governo. Em Jacobina a liderança política estava sob o comando de Carlos Alberto Pires Daltro, popularmente conhecido como Carlito [1983-1989] adversário político de ACM. Na eleição seguinte o grupo político de Carlos Daltro elegeu Manoel Ignácio Paes Martins Brandão [1989-1993] que foi sucedido novamente por Carlos Daltro [1993-1997]. Sobre a cronologia dos prefeitos da cidade ver LEMOS, Doracy Araújo. Jacobina. Sua história e sua gente. Jacobina, 1995, p.41-42.

⁶³ FONSECA, Ângelo Martins da; SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e. “Jacobina; alguns dados sobre a cidade e sua região.” In: BRANDÃO, Maria de Azevedo; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (orgs) Jacobina: passado e futuro. Jacobina; ACIJA,1993,p.45.

⁶⁴ Entrevista Javan Sousa Rios. 20 jan.2006. J.V.S. contraiu silicose trabalhando na mineração Morro Velho. Ver Cap.3. Seu falecimento ocorreu em abril de 2007.

A sedução pelo tipo de trabalho ofertado pela mineração somada às condições difíceis da vida na lavoura impeliu Javan para a cidade em busca de oportunidades. A imagem sobre Jacobina correspondia, em certos aspectos, a uma terra prometida para todos que buscassem oportunidades, embora as experiências do trabalho na mineração levassem para outros caminhos desconhecidos e não explicitados, porque seus significados não podem nem devem ser compreendidos. A década de 1980 pode ser assinalada como um período de euforia em razão da atividade mineradora que era muito incentivado pelo poder público municipal.

Construindo-se a imagem da cidade relacionada ao período áureo da febre da exploração dos garimpos, para fazer ecoar o discurso de que através do trabalho se consegue alcançar a riqueza, desloca-se o sentido da exploração do trabalho humano, das suas relações históricas, culturais e sociais. É significativo que, na primeira metade da década de 1980, o poder municipal construísse na entrada/saída da cidade a estátua de um garimpeiro, trabalhando na apuração do ouro para naturalizar o discurso da “vocação aurífera” do lugar, colaborando com a voz social de que a salvação e o crescimento de Jacobina dependiam da mineração e, também, daqueles que queriam o seu progresso e o seu desenvolvimento. Assim, o discurso sobre as reformas urbanas promovidas pelo poder público local, personificadas na figura de um político, o prefeito Carlos Daltro (Carlito) ganham espaço. A exploração do ouro ganha outras dimensões, servindo como discurso político. Foi nesse cenário que a produção da imagem reeditada do garimpeiro ganha força, fixando e legitimando sentidos.

CARLITO VEIO PARA MUDAR... ESTÁ MUDANDO

SEU GRANDE IDEAL   O PROGRESSO DE SUA TERRA

“A colocação de uma ESTÁTUA do garimpeiro simbolizando o ciclo do ouro que representa a história da fundação e desenvolvimento de Jacobina como “CIDADE DO OURO.”⁶⁵

⁶⁵ A palavra. Ano XI. N  647.29 dez.1984, p.1.

DEPOIS DO CALÇADÃO

Música e letra de: Jaime Nery da Silva

“[...] Este Carlito só vive a trabalhar
Botando as coisas
Da cidade em seu lugar
Disse Carlito
Que vai continuar
Com o progresso da cidade
E Jacobina vai brilhar

Pra frente Jacobina
Terra rica em mineração
Você tem muito ouro
E tem o Carlitão”⁶⁶

O mito fundador sobre Jacobina é construído para legitimar o poder do governo municipal que ressignificava, através de suas ações políticas, o caráter progressista e desenvolvimentista inerente ao lugar. Desse modo, pode-se pensar que quase sempre as cidades são instituídas como signo do progresso e do crescimento e a prática do trabalho como meio para alcançar o tão sonhado desenvolvimento. Nessa lógica, mineração, trabalho e poder municipal conduziram Jacobina para a riqueza que podia ser traduzida no aquecimento do comércio, na geração de emprego e renda, no desenvolvimento urbano, através da construção de praças, ruas, conjuntos habitacionais realizadas no entorno da cidade, construindo o cenário propício para que o discurso do progresso material encontrasse espaço para ser difundido, como frequentemente anunciava o jornal A Palavra. “Vivemos novos tempos. Jacobina hoje cresce em ritmo quase acelerado.”⁶⁷ Os discursos construídos circulavam para fazer ver as ações desenvolvimentistas da prefeitura que solicitava a colaboração da mineração Morro Velho em algumas obras como a realizada em um distrito de Jacobina.

⁶⁶ A Palavra. Nº919. 14 nov.1986, p.3. Nesse período que o jornal pertencia a Carlos Daltro, os discursos são favoráveis a mineração.

⁶⁷ A Palavra. Ano XI. Nº626, p.1. 04 ago.1984, p.1.

ITAPEIPÚ AGRADECE A MINERAÇÃO MORRO VELHO

“Todos sabem que em Itapeipu existe uma fonte de água mineral com propriedades medicinais revelada por uma análise dos seus componentes.

Só que, de uns anos para cá, lá na sua nascente se registrou a presença de caramujos que examinados evidenciaram a contaminação da fonte pela esquistossomose. [...]

A prefeitura de Jacobina, impossibilitada de operar com explosivo, por falta de máquinas e pessoal técnico, além de matéria-prima necessária, solicitou a colaboração da mineração Morro Velho e foi atendida.

O Dr. Luiz, um mineiro simpático, educado e muito competente num gesto modesto e humilde pediu que não citássemos o seu nome, visto ser normas da companhia realizar trabalhos em benefícios das comunidades carentes.

Nós temos conhecimento dos trabalhos beneficentes desta empresa, porém ressaltamos que o valor destas organizações advem dos homens que as dirigem. [...]”⁶⁸

Segundo o jornal, a colaboração da mineração é anunciada como fundamental para os problemas que atingiam localidades pobres da zona rural de Jacobina. Entretanto, pode-se pensar como o jornal ajudava na construção da imagem da empresa que quando solicitada, prontamente atendia ao pedido, mas é preciso refletir sobre a relação entre prefeitura e mineração e, de maneira mais abrangente, a relação da empresa com a cidade. Para essa reflexão, foram selecionadas algumas solicitações feitas à mineradora.

“Pelo presente, solicitamos de V.S^a se digne autorizar que técnicos dessa conceituada empresa, colaborem na elaboração da planta topográfica para a reforma da praça Roberto Santos (Jacobina I), desta cidade, considerando os bons serviços e o excelente relacionamento da mineração Morro Velho em nossa comunidade.”⁶⁹

⁶⁸ A Palavra. Ano XI. N°614. 12 mai. 1984, p.6.

⁶⁹ AMJ. Poder Legislativo/ofícios recebidos. Cx.65, maço 01.ofício n°001.1986.

“Os vereadores que esta indicação subscrevem requerem que após tramite regimental, seja INDICADO ao Exm^o Sr. Prefeito Municipal e ao ilustre gerente da mineração Morro Velho, no sentido de, dentro do possível, se for viável, colaborar com o MUTIRÃO dos moradores do bairro da Bananeira para a ligação d’água de um minadouro existente em uma de suas serras, com manancial hídrico inesgotável mesmo em épocas de estiagem [...]

O custo do serviço acima é baratíssimo, estando os moradores do referido bairro se cotizando, necessitando de uma pequena ajuda da prefeitura e, se possível, também da mineração Morro Velho, empresa que tem colaborado com empreendimentos em nossa comunidade.”⁷⁰

“Tomando conhecimento que essa empresa possui tambores vazios que podem ser aproveitados em alguns serviços desta prefeitura, principalmente na coleta de lixo, vimos solicitar a V.S^a a gentileza, se possível de nos ceder esses vasilhames para que possamos utilizá-lo na limpeza da cidade.”⁷¹

As solicitações à mineração Morro Velho parecem indicar as relações entre comunidade e empresa que prestava pequenos serviços à cidade quando solicitada. A documentação consultada não indica se os pedidos foram atendidos, mas pode-se observar que as solicitações diziam respeito a prática cotidiana da comunidade que necessitava de pessoal técnico qualificado para produzir plantas topográficas, ajuda financeira para tentar solucionar o problema crônico da falta de água na cidade e doação de objetos para reutilização na coleta de lixo, indicadores do papel assumido pela mineradora em relação a algumas demandas de Jacobina.

A documentação consultada mostra os diversos pedidos feitos à empresa, quase sempre pondo em evidência seu papel social de colaborador, ainda que se tratasse de possibilidades de ajuda, algumas atendidas, outras não registradas. É interessante analisar o espaço contraditório desses discursos que reconhecem a importância da mineração, mas terminam secundarizando seu papel, quando

⁷⁰ AMJ. Poder Legislativo/ofícios expedidos. Cx.65, maço 03, ofício nº010. 1988

⁷¹ AMJ. Poder Executivo/ Correspondências expedidas. Cx.685. Ofício nº129. 1990.

a definem como colaboradora em alguns pedidos. Em outros momentos, pode-se perceber que a empresa, inserida em um lugar pobre, de condições precárias, intervia de maneira reduzida, pois o povoado de Itapicuru apesar de abrigar a mineradora não possuía energia elétrica. Nesse sentido, os discursos sobre desenvolvimento e progresso pareciam encontrar obstáculos para propagá-los, haja vista a existência de povoados sem energia elétrica. Do outro lado, a comunidade do lugar reivindicava ao poder público local melhores condições de vida para aquela terra do ouro.

“Nós moradores do povoado de Itapicuru, por ser um povoado bastante habitado e um verdadeiro celeiro de bananas, hortigranjeiros e demais alimentos para nossa querida Jacobina, solicitamos aos senhores vereadores intercedam junto ao sr. prefeito para que nosso povoado seja iluminado e para tanto é necessário apenas um transformador, pois a mineração, antiga Morro Velho permite que nosso povoado tenha iluminação elétrica.”⁷²

A prática cotidiana dos moradores, segundo o documento, mostra a dificuldade de se viver naquele povoado, sem energia elétrica, apesar de abrigar a empresa de mineração, responsável pela produção e exportação do ouro. Pode-se pensar que a empresa funcionava de maneira independente, gerava riquezas, mas não tinha um programa social para beneficiar o lugar onde estava inserida. O Itapicuru funcionava como cenário das histórias do ouro, mas seus moradores representavam papéis secundários. Nesse período, o prefeito de Jacobina solicitava a concessionária do estado da Bahia um estudo de viabilidade para instalar energia elétrica.

“Estando a população do povoado de Itapicuru, neste município, reivindicando a instalação de energia elétrica naquela localidade, através do presente vimos solicitar a V.S^a a gentileza de determinar a realização de um estudo para equacionamento de iluminação pública e domiciliar no referido povoado e, inclusive, a instalação

⁷² AMJ. Poder Legislativo. Fundo: Câmara de Vereadores. Cx.48.1990. No documento constam 41 assinaturas.

de um transformador, pois aquela gente se encontra perto do progresso, mas não usufrui de tão importante benefício.”⁷³

Durante o ano de 1990 várias correspondências continuaram a ser encaminhadas ao poder legislativo, exigindo energia elétrica. Os discursos eufóricos sobre o desenvolvimento pareciam dar lugar a discordâncias e resistências, sobretudo na década de 1990, onde a experiência em outros bairros de Jacobina como a Grotinha revelam as práticas de degradação humana e ambiental apesar da produção de um discurso da riqueza para todos.

“Senhores vereadores, nós moradores do bairro da Grotinha, nesta cidade de Jacobina, solicitamos que tomem providências no total abandono que vivemos, com referência a saneamento básico e em outros setores como educação, etc. Nosso bairro não é calçado, tem um riacho que corre a céu aberto dia e noite, água contaminada[...] Existe apenas uma sala de aula e uma escola municipal que funciona debaixo de uma amendoeira, com 34 alunos.”⁷⁴

O discurso do progresso aos poucos abria espaço para outros discursos que revelavam as condições de vida da população mais pobre de Jacobina. Enquanto os efeitos de verdade eram produzidos para associar a cidade ao desenvolvimento e crescimento, as experiências individuais e coletivas dos moradores do bairro da Grotinha focalizavam o descaso do poder público com o lugar. Apesar da dinâmica populacional do município e crescimento da taxa de urbanização, desde a década de 1980, setores como saúde e saneamento básico pareciam não fazer parte das metas traçadas pelo poder público. Nesse sentido, pode-se pensar nos embates dos discursos com suas múltiplas significações para a cidade do ouro, cidade do progresso, mas também da pobreza, da falta de infraestrutura de alguns bairros, povoados e da falta de perspectiva de uma parcela da população. Compreender a associação cidade/ desenvolvimento significa desembaraçar os fios de uma história

⁷³ AMJ. Poder Executivo/ correspondências expedidas. Cx.685. 1990 (ofício nº155/90)

⁷⁴ AMJ. Poder Legislativo. Fundo: Câmara de Vereadores. Cx.50.1990.

que inventou a riqueza e melhores condições de vida para todos, produzindo o discurso que se pretendia hegemônico, mas que começava a ser desconstruído por alguns segmentos sociais, embora não encontrasse ressonância entre as elites, guardiãs responsáveis dos sentidos dos discursos que focalizavam a cidade trilhando o caminho, talvez único, em direção ao desenvolvimento local.

A produção do ouro das minas de Itapicuru, Canavieiras se expandiu através do projeto João Belo, iniciado em junho de 1987, com investimento de “33 milhões de dólares e geração de 330 empregos diretos,”⁷⁵ colocando Jacobina como um dos principais municípios do Brasil. Em 1988, aprovou-se o projeto de expansão “com produção de 25 mil toneladas/mês.”⁷⁶ Nesse período, foi criada a empresa Jacobina Mineração e Comércio S/A “continuando a mesma, as atividades operacionais e administrativas na região de Jacobina. A nova empresa foi criada para atender a expansão das atividades e maior descentralização e agilidade na sua administração.”⁷⁷ Nessa perspectiva, a produção do ouro crescia entre os anos de 1989 e 1990, passando de 25 mil toneladas para 75 mil toneladas/mês.”⁷⁸

Assim, a década de 80, configurava-se como um período promissor da atividade mineradora no município de Jacobina, traduzido pela expansão do comércio, com inauguração de lojas, agências bancárias e aumento da taxa populacional. Entretanto, a riqueza do ouro não conseguia dinamizar outros setores da economia local, fato que preocupava o poder público municipal. Em 1987, ano da constituinte, os vereadores da cidade encaminharam ao Deputado Federal Ulisses Guimarães, naquela época presidente da Assembléia Nacional Constituinte, a seguinte sugestão à elaboração da futura Constituição Federal:

“As empresas de mineração aplicarão, anualmente, parte dos lucros gerados com o aproveitamento dos bens minerais no município em cujo território estiver situada a mina, em

⁷⁵ Morro Velho. História, fatos e feitos. Op. cit.p.131.

⁷⁶ Entrevista. Kurt Menchen.16 jul 2005.

⁷⁷ AMJ. Câmara de Vereadores. Ofícios recebidos. Maço 01-03. Cx 74. 28 jun. 1988. A mudança do nome de Morro Velho para Jacobina Mineração e Comércio ocorreu para dinamizar ainda mais as questões operacionais do grupo que continuava sob o controle da Anglo American.

⁷⁸ Entrevista. Kurt Menchen.16 jul 2005.

atividades econômicas permanentes não relacionadas com a mineração, conforme dispuser a lei.”⁷⁹

A preocupação dos vereadores fazia parte de um debate mais amplo proposto por inúmeras entidades ligadas à atividade da mineração, entre elas a Coordenação Nacional de Geólogos - CONAGE que havia elaborado uma proposta relativa aos recursos minerais para fazer parte das discussões realizadas na Assembléia Constituinte. Essa proposta era enviada para os municípios produtores de bens minerais para discutir a questão que tinha como base o documento proposto pela CONAGE com o seguinte teor:

“O bem mineral, por ser um bem natural não renovável, de caráter finito, leva necessariamente à exaustão sua reserva com o conseqüente fechamento de sua mina. Como a mina sempre está situada no município, as comunidades que dependem em grande escala da mineração, inexoravelmente, sofrerão problemas sociais, cedo ou tarde.

O quadro desolador que se observa atualmente em antigos centros mineradores, cuja única herança são os buracos não pode constituir a visualização futura dos atuais municípios do Brasil que produzem bens minerais. [...] Infelizmente, se a atual política mineral do Brasil continuar após a Constituinte, sem qualquer dúvida, o destino dos municípios mineradores será aquele de serem campos de buracos e mais buracos, sem contar outros males para o meio ambiente.

[...] Daí a proposta em referência que torna a mineração a origem de novas atividades econômicas produtivas de caráter permanente nos municípios em que estão situadas as minas. Se a mesma for inserida na futura Constituição Federal, a mineração deixará de ser a perspectiva da desolação ambiental, da angústia dos trabalhadores e suas famílias e do retrocesso econômico no município, para se constituir na esperança de novos e continuados empregos

⁷⁹ AMJ. Poder Legislativo/ ofícios recebidos. Cx.74. Maço 01.1987.

e na certeza da garantia do desenvolvimento econômico-social para as comunidades.”⁸⁰

A Constituição Federal de 1988 não contemplou a proposta da CONAGE, o discurso jurídico focalizou apenas a degradação do meio ambiente, preconizando a obrigatoriedade de sua recuperação por “aquele que explorar recursos minerais.”⁸¹ O discurso sobre desenvolvimento com sustentabilidade nas comunidades localizadas em áreas de exploração mineral começava a ser construído por alguns dos segmentos da sociedade, focalizando a preocupação com a degradação do ambiente, o caráter temporário da atividade mineral que terminava produzindo desemprego e retração econômica do desenvolvimento local. Sinalizava para a necessidade de reestruturação de políticas públicas no âmbito federal, estadual e municipal, mas não encontrou ressonância na legislação do Brasil, predominando na prática o discurso hegemônico que associava mineração à geração de emprego e renda. A mineração produzia empregos, mas segundo o documento da CONAGE era preciso dinamizar outros setores da economia e definir políticas para atenuar os impactos produzidos por uma atividade finita e que deixa marcas sócio-ambientais desoladoras. Este discurso sobre meio ambiente e comunidades dependentes da mineração se insere nos debates que associavam desenvolvimento econômico social com qualidade de vida, focalizando a saúde e o bem estar de todos como direito universal. Assim, o discurso sobre meio ambiente referia-se tanto a poluição de rios, lagoas, coleta de lixo como também ao ambiente de trabalho, moradia, enfim, as condições de vida dos indivíduos.

Em Jacobina, algumas das atividades realizadas pela antiga empresa Morro Velho, posteriormente denominada Jacobina Mineração e Comércio S/A (JMC), foram denunciadas pelos moradores do povoado de Itapicuru, que reivindicaram à Câmara de Vereadores solução sobre o envenenamento da água por produtos químicos como o cianeto.⁸² Pode-se pensar na pressão

⁸⁰ AMJ. Poder Legislativo/ ofícios recebidos. Cx.74. Maço 01.1987.

⁸¹ Constituição Federal. Título VIII. Capítulo VI. Do Meio Ambiente. (Texto promulgado em 05 out. 1988) Disponível em www.senadofederal.gov.br Acesso em 03 jul.2007.

⁸² AMJ. Poder Legislativo/ Boletim. Fundo: Câmara de Vereadores. Cx.22 27 mai.1990.

das comunidades, nos interesses em jogo e nos mais diversos motivos que contribuíram para que os problemas causados pela atividade mineral fossem enunciados pelo poder público local. Em 1990, os vereadores encaminharam ao prefeito da cidade um requerimento sobre a necessidade de construção de uma “comporta de emergência,” na localidade de Canavieiras, local que abrigava uma das minas da empresa.

“Encaminhoa V.S.^a conforme anexo, cópia do requerimento, aprovado por unanimidade, no qual os vereadores deste município solicitando de V.Ex^a. as necessárias e urgentes providências no sentido de ser construída um COMPORTA DE EMERGÊNCIA, na barragem de Canavieiras para que seja dada grande vasão d água, quando necessário esvaziar o reservatório no caso de um acidente ecológico que, por ventura, venha ser causado pela empresa Jacobina Mineração e Comércio, como já ocorreu algumas vezes naquela bacia hidrográfica, evitando, assim, perigo à saúde da população de nossa cidade [...]”⁸³

O perigo à saúde da população do lugar é trazido à tona pelos vereadores que focalizavam um dos impactos causados pela mineradora. Pode-se pensar no número de acidentes que ocorreram, para que este viesse a público. Apesar de não termos localizado na documentação nenhuma resposta a este requerimento, dez anos após o início da atividade mineral outros discursos foram produzidos, criando embates com aqueles que associavam mineração e desenvolvimento, produzindo múltiplos significados para as experiências de vida da comunidade local.

Órgãos públicos responsáveis em proteger e fiscalizar o meio ambiente como o Centro de Recursos Ambientais (CRA) notificava, desde meados da década de 80, a empresa por lançar “efluentes contendo cianeto, nitratos, chumbo, zinco, ferro, além de lixo industrial no rio Itapicuruzinho,” causar problemas “no manancial do rio Canavieiras,”⁸⁴ produzindo impactos na população que vivia

⁸³ AMJ. Poder Legislativo/ Justificativa. Fundo: Câmara de Vereadores. Cx.50.1990.

⁸⁴ As notificações do CRA encontram-se anexadas no relatório DSO/CESAT. Nº1. Sobre essas informações consultar CESAT/COVAP. Relatórios.

no entorno da empresa de mineração. Essas notificações e multas continuaram ocorrendo pelo menos até meados da década seguinte. O relatório de técnicos responsáveis pelo estudo e acompanhamento do Plano Saúde Empresa da JMC, após tomar conhecimento do histórico de notificações realizadas pelo CRA concluíram “que urge adotar medidas administrativas e de engenharia para o controle e eliminação dos riscos à população trabalhadora e do seu entorno, além da preservação do meio ambiente.”⁸⁵

Os técnicos do CRA, solicitados pelo Ministério Público da Bahia, elaboraram um laudo pericial onde focalizavam que o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas-PRADE da empresa não atendia “adequadamente as demandas geradas pelos impactos provocados pela atividade de mineração,”⁸⁶ reforçando que a JMC não possuía local adequado para lançar seus efluentes, lançando-os “na bacia hidrográfica do rio que corta a cidade de Jacobina, bem como abastece a população da zona rural.”⁸⁷

O ambiente degradado, colocando em risco a saúde da comunidade local, incluindo os trabalhadores da mineradora, instituiu outros significados sobre a prática da empresa pela comunidade, entre eles a relação entre saúde e trabalho, que encontravam ressonância no âmbito dos discursos produzidos sobre a temática saúde do trabalhador que fazia parte de uma discussão mais ampla promovida pela secretaria de saúde da Bahia referente a problemática da reforma sanitária.⁸⁸ As condições de trabalho na mineradora se transformariam no foco dos órgãos públicos da saúde e vigilância do trabalhador na década de 90, mas antes é preciso entender alguns aspectos da gestão do trabalho na empresa Morro Velho, centralizando a relação trabalhadores/ empresa.

1.3 Reconstruindo as práticas sindicais

O sindicato dos trabalhadores da mineração de Jacobina pode ser estudado no âmbito das reformas políticas e sociais

⁸⁵ CESAT/COVAP. Relatório DSO/CESAT. Nº1.

⁸⁶ Fórum Jorge Calmon. 2ª Vara Cível. Processo nº 8326/92.

⁸⁷ Fórum Jorge Calmon. 2ª Vara Cível. Processo nº 8326/92

⁸⁸ Sobre a reforma sanitária e a discussão sobre saúde do trabalhador ver cap.2.

construídas no Brasil na primeira década de 1980, sobretudo após o período dos governos militares. A anistia política, a organização dos movimentos sociais, como o de trabalhadores em inúmeras cidades do Brasil e a campanha das eleições diretas são alguns dos aspectos incluídos nos discursos que focalizavam a nomeada “Nova República,” período de transição política do Brasil para a democracia. Em 1985, Tancredo Neves foi eleito pelo colégio eleitoral, transformando-se no primeiro presidente civil desde 1964.⁸⁹ Na véspera da posse, Tancredo foi internado, assumindo em seu lugar, o vice, José Sarney, que com a morte de Tancredo, se tornaria o presidente do Brasil, governando até 1989, quando ocorreram eleições diretas para a presidência da república. Nesse cenário de novas perspectivas políticas e sociais, pode-se compreender a construção do sindicato dos trabalhadores na indústria da extração do ouro e metais preciosos de Jacobina. Criado, em 1984, como associação de trabalhadores, no ano seguinte se transformou em sindicato, mas ainda assim, como recordou Francisco Malaquias, ex-diretor de sindicato e trabalhador de subsolo,⁹⁰ sua participação na diretoria do sindicato só ocorreu depois, “porque a gente era muito repreendido, então a situação era meio complicada para se engajar nessa luta, nessa organização.”⁹¹ Nesse sentido, a participação do mineiro no sindicato era dificultada, em razão da pressão da empresa que tentavam barrar a ação política do sindicato. Entretanto, a partir de 1985, a organização de movimentos sociais como o dos trabalhadores se expandiu em diversos estados do país e as centrais sindicais, recém criadas no Brasil, passaram a influenciar na organização e sindicalização de diversas categorias de trabalhadores.

Em Jacobina, a prática sindical começou a ser delineada por influência de moradores de Jacobina que estudavam em Salvador, como recorda Filinto Acendino da Cruz, ex-diretor de sindicato:

⁸⁹ SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.491

⁹⁰ Os trabalhadores de subsolo eram nomeados conforme a função exercida. Alguns trabalhavam como ajudantes de marleteiros, marleteiros, condutor de locomotiva, montadores de tubos, de trilhas. Na década de 90, com a inovação tecnológica, os marleteiros, passam a ser nomeados como operadores de máquinas

⁹¹ Entrevista Francisco Malaquias Aguiar. 16 jan.2007.

“Na época tinha muito estudante aqui de Jacobina morando em Salvador, eles estudavam lá e vinham cá, chegavam e sempre conversavam com a gente. E aí eles foram se reunindo com a gente, a gente se reunindo com eles, aí a gente chegou a fundar a associação na época. Os estudantes eram Emanuel Barbosa.* Tinha um que se chamava Jorginho. Tinha um que se chamava Valério [...]”⁹²

Somado a esse apoio dos estudantes, a organização dos trabalhadores da mineração também contou com a experiência de outros líderes sindicais, como

“Benjamin Ferreira, um grande guerreiro que tinha vindo me parece do sindicato dos químicos, era um dos fundadores do sindicato da empresa Caraíba Metais. Tinha sido preso no passado, por questão da época dos militares, mas ele continuou na luta e ajudou a iniciar a questão da organização aqui em Jacobina.”⁹³

Dessa forma, o movimento dos trabalhadores da mineração, inicialmente através de sua associação, começava a traçar estratégias de luta, reivindicando melhores salários e condições de trabalho. Essas reivindicações terminaram produzindo duas greves no ano de 1985. A primeira delas com duração de sete dias, resultando em várias demissões, sobretudo dos líderes do movimento, como noticiou o jornal A Palavra:

“Os 1.700 operários da mineração Morro Velho entram hoje no quarto dia de greve e não dá qualquer perspectiva de suspensão do movimento, porque a empresa se recusa a negociar sem que antes todos voltem ao trabalho. A comissão de negociação não concordou e voltou a protestar contra as demissões sucessivas e o corte no transporte dos operários.

[...] Enquanto isso, os mineiros mantem bloqueada a estrada Jacobina-Canavieiras, único acesso da mina,

* Emanuel Barbosa se tornaria ano depois advogado do sindicato dos mineiros. O depoimento de Emanuel encontra-se no capítulo IV.

⁹² Entrevista Filinto Acendino da Cruz. 21 jan.2005.

⁹³ Entrevista Francisco Malaquias Aguiar. 16 jan.2007.

só permitindo a passagem dos produtores rurais e dos veículos da cerâmica Jacobina, mesmo assim, após uma rigorosa inspeção.

No local das barreiras, os grevistas estão discutindo os rumos do movimento a cada tentativa de negociação e permanecem tranqüilos, em nenhum incidente com a polícia até agora, apesar do reforço solicitado ao batalhão de Juazeiro. Ontem, eles voltaram a denunciar as irregularidades cometidas pela empresa como o não pagamento de insalubridade e a crescente demissão dos operários que necessitam dos transportes para chegar até o trabalho, principalmente os das localidades conhecidas como Junco e Paraíso.”⁹⁴

O conflito entre empresa e trabalhadores sinalizava para a correlação de forças existentes. De um lado a repressão, traduzida em demissões, como forma de coibir o movimento, do outro lado a associação reconhecia a necessidade de uma articulação mais eficaz, dentro do próprio movimento, porque naquele período, segundo Filinto, “os trabalhadores não entendiam o que era o sindicato, fizeram um acordo e não cumpriram aí depois desses dias paralizados, eles [empresa] inventaram uma história que ia tirar os ônibus do Junco, de Capim Grosso [...] depois disseram que não ia trazer mais ninguém desses lugares, ia demitir todo mundo e quem não quisesse ser demitido que viesse morar em Jacobina. Aí começou a rebelião.”⁹⁵ O relato de Filinto dimensiona alguns aspectos da luta em um ambiente pouco ou quase nada favorável às reivindicações da categoria, sobretudo porque a greve havia sido decretada ilegal pelo Tribunal Regional do Trabalho e diversos trabalhadores haviam sido demitidos por “justa causa, apesar do insucesso das tentativas de conciliação”⁹⁶

⁹⁴ A Palavra. Nº656. 09 mar.1985, p.6.

⁹⁵ Entrevista Filinto Acendino. 21 jan.2005. As localidades citadas na entrevistas se localizam a 50 e 60 km de Jacobina.

⁹⁶ AMJ. Poder Executivo/Correspondência Recebida. Fundo: Gabinete do prefeito. Cx.699, 1985. Neste documento o diretor da empresa, encaminha a lista à Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado da Bahia constando 55 trabalhadores demitidos.

Ao instalar estes espaços de conflito, é fundamental refletir sobre a prática da organização sindical daquele tempo. De um lado, a empresa ditando as regras do jogo, produzindo discursos que legitimavam seu papel de promotora do desenvolvimento sócio-econômico da cidade, marcando seu lugar social e conseqüentemente seu poder. De outro, o medo do desemprego e a falta de experiência dos trabalhadores em lidar com a prática sindical instalam múltiplos significados. Malaquias afirma que os trabalhadores recebiam orientações do “pessoal da CUT, do PT,”⁹⁷ mas na prática eram os trabalhadores “que faziam o movimento na cara e na coragem.”⁹⁸

A segunda greve foi traçada para ser deflagrada no dia 21 de abril, caso a empresa não considerasse o feriado. A empresa não considerou, nem levou em conta a morte do presidente do Brasil, Tancredo Neves, e os trabalhadores paralisaram suas atividades.

“Então a proposta era, se a empresa desse feriado naquele dia ia se programar uma greve mais na frente, outra data. Se ela não desse feriado, aí a gente aproveitava e parar nesse dia. A gente aproveitou [a morte de Tancredo] para protestar, mostrando que a empresa era tão miserável que nem no dia que o presidente morreu, a empresa deu feriado. [...] Paramos a mina totalmente, paramos na raça. Saía um agrupamento, tipo clandestinamente, nós saímos com um bando de colegas da associação e que não era da associação também, que tava trabalhando, tava se sentindo prejudicado e aí fomos [para estrada], nos escondemos tipo guerrilha mesmo. Aí a gente tinha combinado com um camarada que estava no ônibus que ele ia derrubar o crachá e pedir para o motorista parar. Acho que o camarada ia na porta e fez que caiu o crachá e disse para o motorista: pára aí que o crachá caiu aqui. O motorista parou e nós cercamos o ônibus, não deixamos passar.[...] Tínhamos programado a parada dessa forma, porque se a gente saltasse na estrada o motorista colocava o ônibus em cima da gente.[...]

⁹⁷ Entrevista. Francisco Malaquias.16 jan.2006.

⁹⁸ Entrevista citada.

Aí ficamos um monte de dias parados,[24 dias] acampados na estrada, comendo lá, cozinhando lá.” A cidade toda ia para lá olhar a gente parado lá, dava uma olhada, nunca tinha visto isso. A comunidade ajudava, mas não era todo mundo, outros eram contra aquele negócio todo. A igreja ajudava a gente. A prefeitura também ajudava com alimento, doava lona para a gente colocar as coisas. Essa greve foi a maior greve do Norte e Nordeste naquele período. Outros companheiros que já eram de luta apoiou a gente, veio gente de fora, de outros setores, veio da CUT, veio da Federação dos mineiros. [...]”⁹⁹

As estratégias construídas, como a escolha do feriado para começar o movimento de greve e denunciar alguns aspectos da gestão do trabalho da empresa Morro Velho, mostram uma das facetas da relação entre a empresa e seus funcionários. Nessa perspectiva, pode-se pensar nas relações sociais produzidas na mineradora, focalizando a luta do movimento sindical e os embates construídos a partir dessa experiência.

As denúncias contra as demissões, o corte de transporte dos trabalhadores que moravam distantes de Jacobina, como também a reivindicação por melhores salários e condições de trabalho constituíram aspectos fundamentais da prática sindical que começava a ser delineada. Assim, é compreensível Filinto afirmar que as atividades na mina foram paralisadas “na raça.” As dificuldades encontradas para a organização do movimento devem ter sido muitas, afinal de contas os sindicatos no Brasil retomavam sua atuação política depois de vinte anos de repressão e cerceamento das liberdades democráticas imposta pelo regime militar. Nesse sentido, a organização da greve, julgada “clandestina,” é significativa. A forma como se organizaram, tendo como lideranças do movimento tanto os membros da associação como outros insatisfeitos com aquela situação, colaborou para que os demais trabalhadores aderissem à greve.

Esta produziu múltiplos efeitos, um deles a denúncia sobre as condições do trabalho, instituindo, assim outros significados

⁹⁹ Entrevista Filinto Acendino. 21 jan.2005

para prática da empresa. Uma parcela dos trabalhadores revelava as maneiras de realização daquele trabalho, a forma como eram tratados e como estavam expostos a riscos e perigos. É também significativo o fato de as pessoas da cidade se deslocarem para a estrada que dá acesso as minas para olharem o movimento, pois segundo Filinto, a cidade “nunca tinha visto isso.” O movimento grevista apresentava para a cidade, para o estado e para o país os conflitos gerados pelas relações de trabalho naquela empresa mineradora multinacional. Ao radicalizarem o movimento, montando acampamento na estrada, instituiu uma maior visibilidade a sua luta. Nesse sentido, a rede de solidariedade que se formou revelava o apoio da cidade e fortaleceu a paralisação que durou vinte e quatro dias.

As lideranças do movimento parecem ter encontrado espaço entre os trabalhadores para que as táticas traçadas ocorressem com sucesso. É significativo o relato de Malaquias que, naquele período, não fazia parte da diretoria da associação, mas aderiu ao movimento, porque achou “bonito.”

“Eu nunca tinha ouvido falar em greve. Televisão não assistia, não tinha televisão, pouca gente tinha. Mas a gente não ouvia falar em greve, até também porque não se falava em greve mesmo. Eu não conhecia no dia eu achei bonito, eu fui para o movimento porque achei bonito. Eu ia no ônibus, era no terceiro, no quarto ônibus e quando eu vi todo mundo parado, eu coloquei a cabeça fora da janela, quando eu olhei tava todo mundo descendo do ônibus, eu desci porque achei bonito. Eu não sabia, a realidade é essa, eu não sabia que ia ter o movimento, que ia ter greve, não sabia e era pouca gente que sabia se não vazava, não podia falar nada se não vazava. E no momento todo mundo achou bonito, foi mais por boniteza. Na época só tinha o José Lages [militante do PT], o Benjamin [sindicalista] que orientavam a gente.”¹⁰⁰

Possivelmente, as orientações de pessoas com experiência sindicalista contribuíram para o desenvolvimento da greve, mas foram as lideranças dos trabalhadores que deram início a

¹⁰⁰ Entrevista. Francisco Malaquias. 16 jan. 2007.

paralisação, apesar das prováveis retaliações que poderiam ocorrer. Assim como Malaquias, outros trabalhadores desconheciam a estratégia para deflagração da greve, mas por múltiplas razões aderiram, instaurando a construção da prática sindical, mediada por indivíduos que, em sua maioria, não tinha contato com este tipo de discurso sequer tinha ouvido falar sobre greve, sindicalismo ou movimentos sociais. As experiências de trabalho anteriores tinham sido outras, diferentes daquelas vivenciadas pelos trabalhadores da mineração que reivindicavam melhores salários e condições adequadas. Portanto, é compreensível que Malaquias considerasse o movimento dos trabalhadores como algo “bonito.” Os signos emitidos durante o processo de paralisação colocam a possibilidade de discutir o papel do indivíduo, visto como cidadão que luta, decide e acredita que pode modificar alguns aspectos da relação patrão e empregado. Pode-se pensar que aqueles trabalhadores estavam começando a marcar seu lugar social, apesar da desigualdade de forças.

A paralisação dos trabalhadores, como afirmou Filinto, conseguiu apoio de alguns setores da sociedade, inclusive do poder público local. Na câmara municipal, alguns vereadores se pronunciaram sobre as demissões, o impacto sócio-econômico na vida dos demitidos e encaminharam à mineradora em nome de alguns demitidos, alguns itens que faziam parte da lista de reivindicação dos trabalhadores.

A empresa Morro Velho respondeu a câmara nos seguintes termos:

“[...] Devemos salientar que a empresa foi submetida a momentos difíceis e foi espoliada flagrantemente de seus direitos básicos. Ao que consta, a municipalidade nada fez para amenizar ou contornar o problema do bloqueio de uma via pública, num flagrante, ato de força e ilegalidade.

Por outro lado, é direito de qualquer empresa, demitir seus empregados, pois sem isto o fundamento do poder de direção, se esvai e o crescimento de negócios é arrefecido. Quanto aos demais aspectos reivindicatórios não conseguimos perceber a razão do envolvimento da câmara

de vereadores, pois trata-se de aspectos puramente administrativos e de caráter estritamente internos a esta empresa.”¹⁰¹

Observa-se a crítica da empresa ao papel do poder público municipal que segundo esta “nada fez” para impedir a ação dos trabalhadores que bloquearam a estrada. Por outro lado, a lógica patronal focalizava as demissões como natural, própria da atividade empresarial. Nesse sentido, o empreendimento é representado numa lógica empresarial, pouco importando as demissões e seus impactos, cabendo a empresa as decisões administrativas, não aceitando, portanto interferência dos vereadores.

No entanto, se por um lado, o movimento não foi vitorioso na maioria das reivindicações, sobretudo quanto a exigência de reintegração dos demitidos, que só ocorreria em 1987 por decisão judicial, por outro lado, os trabalhadores, principalmente os demissionados, e alguns membros do sindicato iniciaram uma rede de articulação com outras categorias e começaram a discutir e traçar algumas táticas para sua luta. Malaquias avalia o período de 1985 até 1987 como significativo para o desenvolvimento da prática sindical:

“Em 1985 [a discussão] era salário, depois de 1986... 1987 as coisas começaram a mudar, porque a gente [sindicato] começou a ter um conhecimento maior. O próprio pessoal que ficou afastado, que foi demitido, eles começaram a sair, a viajar, ir para Salvador, tinham os encontros da CUT. Foi assim que o pessoal começou a tomar curso sindical.”¹⁰²

O reingresso dos demitidos e a experiência com outras práticas sindicais contribuíram para o fortalecimento do sindicato. “Nós saímos da greve em 1985, além do desgaste pessoal, teve o desgaste da diretoria que foi demitida. E a credibilidade do sindicato se acabou ali. O pessoal começou a acreditar no sindicato exatamente na reintegração dos companheiros. Em 1988, 89 a gente tinha 90%, 95% de sócio dos trabalhadores, quase todo mundo sócio.”¹⁰³

¹⁰¹ AMJ. Poder Legislativo/Ofícios recebidos. Cx.73.1985.

¹⁰² Entrevista Francisco Malaquias.16 jan.2006.

¹⁰³ Entrevista Francisco Malaquias.16 jan.2006.

A experiência do resultado nada favorável aos trabalhadores na greve de 1985 instituiu outros significados à prática sindical, entre eles o medo dos trabalhadores em relação ao desemprego e o descrédito no poder de força do sindicato. Malaquias recorda que os trabalhadores evitavam falar com os diretores do sindicato no local de trabalho, “alguns diziam se você quiser falar comigo vá na minha residência. Lá no trabalho, no meio da cidade, a gente não se falava, parecia inimigo.”¹⁰⁴ Pode-se pensar na pressão estabelecida depois da greve. Os trabalhadores não podiam e possivelmente não queriam ser vistos com os diretores de sindicato, evitavam se falar, sobretudo no local de trabalho. A estratégia encontrada foi fazer reuniões “na casa dos companheiros” como forma de escapar da vigilância da empresa.

Em 1989, o movimento sindical já consolidado deflagrou a maior greve da história do sindicato dos mineiros com duração de 41 dias. “Ai nós já estava com a estrutura melhor, essa greve não fizemos piquete. Fizemos só assembleia, os trabalhadores estavam conscientes, não foi ninguém no ônibus e nem ninguém na porta da fábrica.”¹⁰⁵ A estratégia do efeito surpresa da greve foi substituída pelo trabalho de conscientização do trabalhador, “fazia assembleia, reuniões de quinze em quinze dias,”¹⁰⁶ resultado de um novo cenário que colocava na cena política e social os movimentos sociais, reivindicando e lutando por melhores condições de vida.

Nessa perspectiva, pode-se compreender como a prática sindical consegue a adesão da categoria, começando a politizar uma parcela dos trabalhadores. Não se pode também desconsiderar a pressão, orientação e colaboração das centrais sindicais, dos partidos nomeados como de esquerda na luta sindical, contribuindo para sua expansão e desenvolvimento.¹⁰⁷ Assim, pode-se compreender o discurso político e estratégico do advogado do sindicato ao denunciar

¹⁰⁴ Entrevista citada.

¹⁰⁵ Entrevista Filinto Acendino. 21 jan. 2005.

¹⁰⁶ Entrevista Filinto Acendino. 21 jan. 2005.

¹⁰⁷ Em 1989, o partido dos trabalhadores (PT) lançava Luis Ignácio Lula da Silva, dirigente sindical dos metalúrgicos do ABC paulista para presidência da república. Era a primeira eleição direta depois de mais de vinte anos de regime militar. Assim, é significativo o crescimento dos sindicatos e sua capacidade de articulação com outros setores da sociedade.

ao Tribunal Regional do Trabalho as condições inadequadas do trabalho na mineração como um dos fatores que produziram a greve.

“Os trabalhadores mineiros constituem um contingente de mais de 1.400 operários dos quais aproximadamente 90% laboram no subsolo em todos os turnos pelo dia e pela noite, saindo de suas casas cerca de duas horas, antes do início da jornada. Uma hora em velhos ônibus, “marinetes” com o dobro e o triplo da lotação e gasta até a boca da mina e a outra na troca do uniforme, colocação de equipamentos: botas com aproximadamente um quilo, capacete e bateria com igual peso e no percurso para o local de trabalho situado em alguns pontos nos mais de seis quilômetros de galerias subterrâneas e numa profundidade média de 1.500 metros [...]

Lá nas entranhas da terra com água até os joelhos, perfurando a rocha com martelos pneumáticos, carregando trilhos ou enchendo as locomotivas sob ruído enlouquecedor amplificado pelo eco dos martelos, locomotivas e detonações sucessivas das rochas, sem distinguir o dia da noite, respirando um ar carregado com poeira insuportável, a altas temperaturas estão eles com o peso dos equipamentos – Não se trata dos contos de ficção de Júlio Verne – são eles os mineiros, retirando o ouro, produzindo a maior riqueza de todos os tempos nas piores condições de trabalho [...] produzindo uma riqueza que passa tão longe das suas casas, das suas mesas.

[...] Tudo isto sob o tacão dos feitores que tratam os empregados com rigor próprio da matriz da Anglo América Corporation, sim o tratamento é digno do apartheid.

Tudo fez o suscitante para lograr acordo e nada, a intransigência e a arrogância da suscitada prevaleceram, pediu-se a mediação da DRT e desta reunião não resultou acordo, restou o último instrumento dos despossuídos, restou a greve. Para a greve foi convocada e realizada assembléia específica a qual compareceu mais de 1/3 da categoria, a suscitada foi notificada com antecedência, não demonstrou qualquer sinal modificando a sua intransigência, A

GREVE FOI DEFLAGRADA e continua com total adesão da categoria.”¹⁰⁸

O documento do advogado destaca o ambiente de trabalho perigoso e arriscado que culmina com o trajeto do trabalhador até o interior da mina. A descrição das terríveis condições de trabalho se associa as relações sociais de exploração. O ouro produzido na empresa não gerava riquezas para todos que trabalhavam em sua produção. Some-se a isso, o estado de tensão e vigilância na execução do trabalho, representativas da correlação de forças entre os empregados e chefes, nomeados como feitores que desempenhavam papel decisivo para demarcar o lugar social dos trabalhadores na empresa. Nessa lógica, não há uma política preventiva da saúde do trabalhador, pois este era remunerado para produzir nas condições oferecidas pela empresa.

É nesse confronto entre interesses múltiplos e diversos que o discurso sobre a necessidade e a justiça da greve encontra ressonância. As condições de trabalho, o conjunto de reivindicações e a recusa da empresa em fazer acordo terminaram levando os trabalhadores a deflagrar a greve. Registre-se ainda que os trâmites legais exigidos por lei foram seguidos e o movimento contou com ampla maioria da categoria. Pode-se observar que, nesta greve, o sindicato além de focalizar a luta por melhores salários denunciava as formas do trabalho na empresa, sobretudo suas condições perigosas. Nesse sentido, o sindicato apresentava ao Tribunal Regional do Trabalho as reivindicações que ao longo do tempo eram exigidas, mas que em sua maioria não foram cumpridas.

O documento reivindicatório que abordava, entre outros aspectos, as perdas salariais provocadas pelos planos econômicos, exigindo sua recomposição, produz também o discurso de que a empresa obtém lucros significativos, perpetuando a lógica da exploração da força de trabalho pelo patrão. Também reivindicava abono de férias, participação nos lucros, proibição de trabalho extra no subsolo, fornecimento de vestimentas que, apesar de acordadas na convenção coletiva, não eram fornecidas, assistência

¹⁰⁸ AMJ. Poder Legislativo/Dissídios coletivos. Cx.38. Maço 01.1989.

médica gratuita, adiantamento quinzenal do salário, revogação da demissão por justa causa em caso de ausências justificadas, exigência de supervisores de seguranças nas áreas consideradas de risco, reivindicações relacionadas à gestão do trabalho, incluindo a segurança do trabalhador.¹⁰⁹

O Tribunal do Trabalho julgou favorável aos trabalhadores, mas a empresa não cumpriu a decisão. Os próprios trabalhadores também não conseguiram acreditar na decisão, pois suas reivindicações eram de um piso salarial de “quatro salários mínimos e o tribunal deu dez salários. E a gente ficou assim: se deu para gente é nosso e nós queremos. Resultado: a empresa disse que esse salário não tinha condições de pagar, botou todo mundo na rua, contrataram empreiteiras e só deixou a diretoria do sindicato.”¹¹⁰

O impasse criado com a decisão do tribunal contribuiu para acirrar ainda mais a relação entre patrão e empregados, tanto assim que o sindicato dos mineiros solicitou à câmara de vereadores uma sessão para debater a questão do não cumprimento da decisão do Tribunal pela empresa Morro Velho:

“É público e notório que os mineiros da Morro Velho, durante quarenta e um dias, exercitaram o direito constitucional de greve. Reivindicando melhores salários e condições de trabalho. Tanto a família operária quanto a comunidade sofreram com este fato. Contudo, como tudo na vida, somente com sacrifício chega-se a um termo. A greve cessou com o julgamento do tribunal que determinou por unanimidade que o movimento grevista era legal e que a Morro Velho deveria pagar os 41 dias paralisados além de conceder aumento real de 50% sobre os salários de abril; hora extra a 100%, adicional noturno, adicional de serviço penoso em 30% sobre a remuneração, bebedouros em todas as galerias; água potável; comunicação ao sindicato dos admitidos, demitidos, despedidos, adiantamento de salário quinzenal de 50%; livre acesso do diretor do sindicato as instalações da empresa [...] Mesmo com a decisão do tribunal e a nova

¹⁰⁹ AMJ. Poder Legislativo/Dissídios coletivos. Cx.38. Maço 01.1989.

¹¹⁰ Entrevista Filinto Acendino. 21 jan.2005.

lei salarial que determina o efeito devolutivo dos recursos. A empresa nega-se a pagar os 41(quarenta e um) dias paralisados e cumprir as determinações do egrégio TRT 5ª região.

Continuando na vereda da ilegalidade, a mineração Morro Velho incorre, agora, contra toda a comunidade jacobinense [...] despediu 310 pais de famílias.

Ainda na trilha da truculência já familiarizada por todos de nossa comunidade, a Morro Velho, para rebaixar a moral dos jacobinenses e seus operários vitoriosos, suspendeu 295 companheiros por quinze dias. Motivo: sem justificativa.

[...] Destarte, solicitamos em caráter de urgência debatermos o assunto e apresentarmos algumas propostas de encaminhamentos para solução do problema.”¹¹¹

Grandes foram as dificuldades que o sindicato teve após a greve 1989. Inicialmente, contou com a repressão da mineradora contra seus diretores que por cerca de um ano permaneceram isolados, trabalhando nas galerias subterrâneas sem contato com os demais colegas. “Ficamos isolados até o ônibus era separado, só carregava nós.”¹¹² Outra tática da empresa foi a contratação de empreiteiras, empresas terceirizadas, onde os trabalhadores não eram sindicalizados, dificultando a prática sindical, situação contornada quando o sindicato, através de seu advogado entrou na justiça para que os acordos coletivos celebrados fossem cumpridos também pelas empreiteiras, resultando na saída das empresas de terceirização e na volta dos contratos diretos com a empresa mineradora. O descumprimento da decisão do Tribunal do Trabalho, somado ao medo do desemprego instituíram significados que possivelmente contribuíram para a diminuição da força política do sindicato dos mineiros que, nos anos de 1990, enfrentavam novos desafios.

Algumas das características do sindicalismo no Brasil, na década de 80, como o confronto direto com os patrões e o Estado,

¹¹¹ AMJ. Poder Legislativo. Cx 74.Maço 02. 1989.

¹¹² Entrevista Filinto Acendino. 21 jan.2005.

reivindicação de negociação coletiva, direito de greve,¹¹³ a partir de 1990 cedem lugar para uma posição do sindicato de negociação e cooperação, nomeado como “o discurso da concertação social,”¹¹⁴ onde se está mais disposto ao diálogo do que ao confronto em decorrência da reestruturação produtiva que “fez do desemprego o grande vilão no processo de retração do sindicato.”¹¹⁵ O avanço da política neoliberal, em escala internacional, a crise do socialismo e as políticas de governo no Brasil que priorizavam a privatização e quebra de monopólios do setor estatal podem ser apontados com alguns dos fatores que atingiram a organização e a luta sindical no Brasil nos anos de 1990.¹¹⁶

Nessa perspectiva, é compreensível que o movimento sindical dos mineiros começasse a instituir ao longo dos anos 90 outras práticas políticas, entre elas a livre negociação de salários. Segundo Filinto, “todo ano se fazia o acordo, não era dos melhores, mas também não era dos piores,”¹¹⁷ constituindo-se assim as novas (e precárias) relações do mundo do trabalho que terminavam encontrando espaço na produção do discurso da garantia do

¹¹³ COSTA, Márcia da Silva. “O sistema de relação de trabalho no Brasil: alguns traços históricos e sua precarização atual.” *Rev. bras. Ci. Soc.* v.20 n.59. São Paulo, out.2005. Disponível em: <[http:// www.scielo.br](http://www.scielo.br)> Acesso em 10 dez.2006.

¹¹⁴ ALVES, Giovanni. “Do ‘novo sindicalismo’ à ‘concertação social’: ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998).” *Ver. Sociol. Polit.* n.15. Curitiba, nov.2000. Disponível em: <[http:// www.scielo.br](http://www.scielo.br)> Acesso em 21 set.2006.

¹¹⁵ COSTA, Márcia da Silva. “O sistema de relação de trabalho no Brasil: alguns traços históricos e sua precarização atual ”. *Rev. bras. Ci. Soc.* v.20 n.59. São Paulo, out.2005. Disponível em: <[http:// www.scielo.br](http://www.scielo.br)> Acesso em 10 dez.2006.

¹¹⁶ ALVES, Giovanni. “Do ‘novo sindicalismo’ à ‘concertação social’: ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998).” *Ver. Sociol. Polit.* n.15. Curitiba, nov.2000. Disponível em: <[http:// www.scielo.br](http://www.scielo.br)> Acesso em 21 set.2006. Dados aos limites desse trabalho não discutiremos a complexa rede de relações do trabalho e do sindicalismo no Brasil desse período, para um melhor aprofundamento dessa questão ver entre outros títulos: ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1995; BOITO Jr. Armando. *O sindicalismo brasileiro nos anos 90*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991; GOMES, Álvaro (org) *O trabalho no século XXI: considerações para o futuro do trabalho*. São Paulo: A. Garibaldi. Bahia: Sindicato dos Bancários, 2001; SANTANA, Marco Aurélio. “Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990.” In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano v.4*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

¹¹⁷ Entrevista Filinto Acendino. 21 jan.2005.

emprego com garantias trabalhistas proporcionadas pela Morro Velho.

Dessa maneira ganhava força novamente o discurso da empresa como promotora do desenvolvimento, desqualificando a luta do sindicato, instituindo efeitos de verdade sobre as boas relações de trabalho oferecidas pela empresa. Nesse sentido, as reivindicações por salários e melhores condições de trabalho eram secundarizadas, facilitando o domínio de relações de poder que comandam, ditam e legitimam os discursos que naturalizam as injustiças e a exploração.

Por outro lado, pode-se pensar como prática de resistência o fato de alguns mineiros se apropriarem de pepitas de ouro e de ferramentas bem como o fato de realizarem atividade de garimpagem nas minas da empresa. A repressão a essas práticas delineava outros cenários de tensão produzidos por aquela realidade.

1.4 O fascínio do ouro: poder e tensão

A mineração mecanizada nas serras de Jacobina encontrou ao longo do seu trabalho de exploração a presença de alguns trabalhadores que sobreviviam da garimpagem artesanal. A empresa agiu com rigor diante dos casos de suspeita de furtos das ferramentas como martelos pneumáticos e maquinarias. É significativo destacar as relações entre empresa e os garimpeiros que trabalhavam no entorno da mineradora.

Em dezembro de 1990, José Carlos da Silva foi autuado e preso em flagrante no garimpo de sua propriedade, localizado na serra do cruzeiro pela polícia local que investigava o furto de alguns “objetos da empresa Jacobina, Mineração e Comércio,”¹¹⁸ que supostamente estavam sendo utilizados por diversos garimpeiros, entre eles José Carlos. Em seu garimpo foi encontrado pela polícia “uma máquina

¹¹⁸ Fórum Jorge Calmon. Juízo de Direito da Vara dos Feitos Criminais e do júri. N.º 1.718/91. Os processos crimes da década de 1990 se encontram com classificação precária e, portanto de difícil localização. Pesquisa nessas condições é quase uma aventura, mas conseguimos localizar oito processos sobre os furtos de objetos pertencentes a mineração.

perfuratriz ou martelo, certa quantidade de explosivo mantopim e vinte seis barras de aço de vídia, usados na perfuratriz para perfuração de rocha.” Ele negou que tivesse adquirido o material através de furto, afirmando que o conseguiu da seguinte forma:

“Alguns aços foram adquiridos junto a um ferro velho de uma pessoa conhecida. A quantidade de mantopim foi adquirida junto a uma cooperativa existente no povoado da Carnaíba, acreditando possuir a nota de compra. A perfuratriz adquiriu junto a uma pessoa conhecida por Chico que deve ser o mesmo que já foi indiciado em inquérito policial por furto nesta delegacia. O ofertante [Chico] alegou trazer tal objeto do estado de Goiás, procedente da zona franca e que por isso não possuía nota fiscal, que normalmente o martelo pequeno é encontrado em casas comerciais na cidade de Feira de Santana e Salvador. A perfuratriz de coluna ou martelo viu como sucata em ferro velho na cidade de Feira de Santana. Que mesmo pagando quantia alta não exigiu do vendedor nem mesmo um recibo [...] Com relação a saída de aços da mineração informa que: uma pessoa conhecida por João Alberto, funcionário da mineração há pouco menos de três anos doou nada menos do que dez aços de vídia para a pessoa de Dilton Almeida que há pouco menos de trinta dias, chamou José Carlos para escolher os aços que seriam vendidos como sucata[...] Informa ainda que trabalha como garimpeiro a dez anos e nunca adquiriu objeto de procedência duvidosa, nunca foi preso ou processado por crime de qualquer natureza e que nunca usou o equipamento escondido, mesmo porque a serra é um lugar de turismo.”¹¹⁹

O processo movido pela empresa contra José Carlos terminou sendo prescrito, ocorrendo a extinção da possibilidade de punir o autor do crime. Nessa lógica, ele não entrou nas dependências da empresa para furtar, ao contrário comprou os objetos através de outras pessoas. A partir desse relato é possível detectar uma

¹¹⁹ Fórum Jorge Calmon. Juízo de Direito da Vara dos Feitos Criminais e do júri. Nº 1.718/91.

complexa rede que se forma e procura se apropriar de diversas maneiras de ferramentas e outros materiais da empresa.

Por outro lado, a prática do trabalho em garimpos parece que era visto pela empresa Morro Velho com desconfiança, produzindo tensão entre os trabalhadores que exploravam o ouro artesanalmente. Estes quase sempre reagiam à proibição da mineradora que terminava encontrando respaldo em órgãos como Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Este decidiu, em 1997, paralisar o trabalho de garimpo nas serras de Jacobina, gerando protestos dos trabalhadores que sustentavam suas famílias por meio desta atividade.

“É o caso de Elídio Machado Evangelista, 56 anos, metade deles dedicados a esse ramo que envolve toda a sua família constituída de 22 membros.

Edvaldo Fernandes Queiroz, dono de um garimpo na serra da viúva, acusa a JMC (Jacobina Mineração e Comércio) e o DNPM de estarem tentando destruir a garimpagem manual nas serras jacobinenses que emprega mais de 300 pessoas atualmente.

Críticas duras foram dirigidas a JMC por Alcides Pereira da Silva que acusa a empresa de estar prejudicando o sistema ecológico do município através da destruição das nascentes dos rios e da destruição parcial da serra do vento.

‘São os garimpos que destroem? pergunta. ‘Nós não queremos cestas básicas, queremos trabalho, finalizou.”¹²⁰

A tensão produzida pela decisão do DNPM é também direcionada à JMC, pois segundo o jornal, os trabalhadores denunciavam a ligação do órgão público com a mineradora, impedindo o garimpo nas serras por meio do discurso de que esta atividade degradava o meio ambiente. Em contraposição, um dos representantes dos trabalhadores denunciava que a atividade industrial da mineradora colocava em risco a vida da comunidade através da contaminação dos rios que abasteciam a cidade.

¹²⁰ Primeira Página. Ano V. N°260 6 dez.1997,p.6.

Todos esses discursos revelam a intensa disputa que se desenvolve também entre a empresa – com apoio deste órgão- e os trabalhadores autônomos dos garimpos. Pode-se pensar que este controle que se procura exercer, além de disciplinar, também demarca os poderes que são instituídos dentro e fora da mineradora. É significativo o relato de Malaquias sobre o aspecto violento e coibitivo da empresa Morro Velho em relação aos garimpeiros:

“A empresa mandava o segurança dela bater em garimpeiro, maltratar, queimar garimpeiros com velas, a empresa nunca aceitou que eles garimpassem, chamava a polícia para prender garimpeiros, tomava o material dos garimpeiros.[...] É porque infelizmente a empresa tem o direito sobre a área, na época ela indenizou as pessoas que trabalhavam na área a preço de banana e não queria que o pessoal trabalhasse, garimpasse, mas eles não trazem prejuízo algum para a empresa, porque eles vão lá garimpar para sobreviver. Uma empresa que produz toneladas de ouro e os garimpeiros retiravam cem quilos, cinqüenta quilos, eu acho que não traz prejuízo nenhum para empresa. Mas era malvadeza mesmo que eles faziam com o pessoal.”¹²¹

O relato de Malaquias aponta na mesma direção de João Clarindo, ex-trabalhador de garimpo de Jacobina. Para ele, o fato de a mineradora possuir respaldo legal para explorar as serras do lugar contribuiu para o estado de tensão produzido naqueles tempos.

“A empresa registra [sua atividade]. Ela registra aqui e diz: garimpeiro nenhum pode entrar aqui, que ela paga ao governo federal o imposto, então ela tem direito, ela tem guarda na serra, ninguém entra. Já mataram gente, já prenderam, batem que é poderosa e a polícia protege ela, entendeu?”¹²²

Assim, os instrumentos legais que autorizam a exploração mineral pela empresa Morro Velho terminam se constituindo em

¹²¹ Entrevista. Francisco Malaquias. 21 jan.2005

¹²² Entrevista. João Clarindo. 28 jul.2003.

efeitos de verdade, instituindo outros significados para a exploração do ouro, prevalecendo na prática a coerção e a repressão, elementos fundamentais na organização das relações de força para demarcar os lugares sociais dos indivíduos. A proibição da garimpagem constitui um dos mecanismos de repressão, mostrando na prática “a relação perpétua de força”¹²³ e o campo de confronto e luta daquela experiência entre a mineração e os trabalhadores de garimpo.

Estas histórias, tecidas nos combates e conflitos entre trabalhadores dos garimpos e a empresa Morro Velho, possibilitam mostrar as diferentes dimensões da experiência de trabalhar na exploração mineral.

Os trabalhadores da mineradora, sobretudo os que trabalhavam na fundição do ouro, eram “muito visados, muito vigiados”¹²⁴ por estarem em contato direto com o ouro. A prática de vigilância e controle engendrava em certos aspectos uma política coercitiva no local de trabalho como mecanismo de repreender os possíveis delitos, através de inspeções rotineiras ao fim do expediente.

Foi assim que, em 1991, Gilmar Santos Mota, auxiliar de operação, encontrava-se no departamento de metalurgia, quando foi revistado pelo chefe da segurança “que fazia inspeção rotineira com todos os funcionários da empresa, a fim de detectar furtos que constantemente ocorriam na empresa, tendo sido encontrado em seu poder 65 (sessenta e cinco) gramas aproximadamente de ouro.”¹²⁵ Gilmar foi encaminhado à delegacia e declarou:

“Que estava trabalhando na fundição de operador de moinho, cujas atribuições lhe dão acesso ao produto do ouro e subtraiu uma pequena porção de ouro, escondendo-o na botina, na parte de dentro e agiu sozinho sem ajuda de colegas. Afirmou ter colocado há cerca de um mês um pedaço de metal também dentro da bota e ao passar pela máquina fiscalizadora não foi registrado

¹²³ FOUCAULT, Michel. “Genealogia e poder.” In: *Microfísica do poder*. 16ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p.177.

¹²⁴ Entrevista Malaquias. 21 jan.2005

¹²⁵ Fórum Jorge Calmon. Juízo de Direito da Vara Crime. Processo n. 1.867/92.

nada, estimulando-o a repetir a ação que infelizmente resultou na sua detenção, pois naquele dia a fiscalização resolveu fazer uma revista pessoal, mandando-o tirar a roupa, porém independente da revista retirou o metal de dentro da bota e entregou aos fiscais da segurança que lhe aplicaram alguns murros a fim de identificarem outros suspeitos e depois foi conduzido à delegacia, onde encontra-se detido. Também foi perguntado se o interrogado tem conhecimento que outros funcionários da empresa fazem uso de produto ouro. Respondeu negativamente, acrescentando que somente tem acesso ao ouro as pessoas que trabalham no setor de fundição, ou seja o interrogado e seus dois colegas. Perguntou onde foi vendido o primeiro metal ouro que o interrogado subtraiu da mineração. Respondeu que vendeu a Benedito, nesta cidade, por aproximadamente setenta mil cruzeiros cuja importância foi empregada na compra de um par de alianças e uma camisa, sobrando mais alguma coisa.”¹²⁶

Ao ser revistado, Gilmar entregou o material e afirmou que nunca viu “tal quantidade de ouro e não resistiu, culminando em furtá-lo.”¹²⁷ Seu relato é significativo, pois para ele o contato direto com o ouro, símbolo da riqueza tão próxima, mas ao mesmo tempo tão distante, impulsionou-o a apropriar-se do metal. Somado a esse aspecto, o fato de ter conseguido burlar a vigilância, levando “um pedaço de metal,” o encorajou a repetir essa prática. Pode-se pensar nos múltiplos significados de sua prática que expressa uma forma de resistência a correlação de forças nas relações entre capital e trabalho, onde poder e riqueza, na lógica do sistema capitalista não contemplam efetivamente o trabalhador. Assim, é que Gilmar traz a tona uma forma quase invisível de como uma parcela de trabalhadores estabelece suas próprias táticas de resistir a exploração.

As histórias sobre furto do ouro parecem ter sido freqüentes, como recorda Malaquias:

¹²⁶ Fórum Jorge Calmon. Juízo de Direito da Vara Crime. Processo n. 1.867/92.

¹²⁷ Fórum Jorge Calmon. Juízo de Direito da Vara Crime. Processo n. 1.867/92.

“Existia muitos casos de companheiros acusados de roubo, apesar de não dizerem [afirmarem] para nós [sindicato], pra mim ninguém nunca assumiu. Só que a gente sabia, sabia o poder de salário dele, a gente sabia que alguma coisa estava havendo que não era só salário dele, mudava de vida, o poder de vida dele mudava [...] Muitos deles chegavam para mim e dizia, é fácil, essa coisa toda, entendeu? Não era muito de complicar não, escondiam no mato depois ia buscar, a gente só sabia porque o pessoal comentava, os próprios colegas comentavam. Era complicado, porque você ganhava um salário mínimo, você acha um negócio ali de você fazer um salário mínimo dentro de um minuto. É tentação mesmo, quem é que não vai? Aí o pessoal quer se arriscar.”¹²⁸

A mudança de padrão de vida dos colegas seria revelador dessa forma de ampliar a renda roubando a empresa. Afinal com a renda extra obtida na subtração do ouro, alguns trabalhadores pareciam melhorar as condições materiais de suas vidas. Também é significativa a maneira como o discurso é produzido, circulava entre os trabalhadores de maneira vaga e imprecisa “o pessoal comentava,” pois reconhecer que foi informado era confessar cúmplice e portanto alvo possível de incriminação. Segundo Malaquias, os furtos terminavam sendo compreensíveis dentro da lógica salarial, pois a remuneração mensal frequentemente paga poderia ser facilmente obtida em questões de minutos pelo trabalhador, mesmo correndo o risco de ser descoberto e preso.

Nesse sentido, a prática dos furtos era tecida dentro de uma rede de parceiros:

“É porque às vezes eles [trabalhadores] têm uns grupos, entendeu? Eles trabalhavam com uns grupinhos que já sabiam fazer a coisa. Eles não trabalhavam sozinhos, trabalhavam em um setor de, por exemplo, oito pessoas, juntavam aqueles oito, depois dividia entre eles. Mas isso era o mínimo, era questão de grama, dez gramas de ouro,

¹²⁸ Entrevista. Francisco Malaquias. 21 jan.2005.

vinte gramas de ouro. Só que na época sempre dava um dinheirinho a mais, um dinheirinho extra.”¹²⁹

A atuação coletiva parece ter sido uma das estratégias, revelando a cumplicidade das relações entre os trabalhadores. Pode-se apreender como o sucesso da ação estaria associado ao código de silêncio que deve ter sido estabelecido entre os envolvidos. A prática de desviar o ouro para Malaquias justificava-se pelo desejo dos trabalhadores obterem renda extra que proporcionava “um dinheirinho,” para atender outras necessidades dos trabalhadores. Seu comentário é produzido no campo político, como dirigente sindical que conhecia a complexidade das relações sociais do trabalho, encontrando ressonância no discurso de que os trabalhadores terminavam sendo seduzidos pela facilidade em obter um dinheiro extra com a comercialização do ouro.

É nesse espaço discursivo que se pode inscrever a confissão de Gilmar, processado pela justiça, (re) afirmou que não resistiu em se apropriar do minério, porque “ganhava muito pouco, estava prestes a casar e enfrentava dificuldades.”¹³⁰ Segundo o relato, seu projeto pessoal somado às condições de vida terminaram impelindo-o a praticar o furto, mostrando mais uma vez como o jogo de força dentro da sociedade produz armadilhas que podem conduzir a múltiplos trajetos.

O processo movido contra Gilmar durou cerca de oito anos. Nesse período, ele se mudou para São Paulo, mas continuou prestando esclarecimentos a justiça. Em 1999, foi decretada a “extinção da punibilidade, haja vista a ocorrência da prescrição” da ação. A possibilidade de tentar amenizar as agruras da vida, acrescida de certa sedução que o trabalho com o ouro exercia, produziu algumas entre incontáveis histórias que poderiam ser narradas. As várias dimensões da experiência desses trabalhadores, tendo como foco as imbricadas relações sociais, tecem múltiplas histórias, diferentes daquelas que apenas associam exploração do ouro/desenvolvimento, produzindo efeitos de verdade que

¹²⁹ Entrevista Francisco Malaquias. 21 jan. 2005.

¹³⁰ Fórum Jorge Calmon. Juízo de Direito da Vara Crime. Processo n. 1.867/92.

escamoteiam os confrontos e conflitos das relações humanas frente ao problema social da sobrevivência.

Nesse sentido, torna-se desafiador e instigante compreender a produção e circulação dos discursos que constroem os mecanismos de poder dentro da empresa Morro Velho para produzir práticas e perpetuar a correlação de forças, colaborando para o processo social de atribuição de sentidos que legitima a empresa como salvadora daquelas pessoas. Discurso que continuou sendo produzido mesmo em confronto com outros que começavam a instituir histórias sobre o ouro.

1.5 Discursos e ressonâncias

A maneira como Jacobina é apresentada nos anos 90 caracteriza-se pela heterogeneidade de vozes sociais, mediadoras do conhecimento e da produção de sentidos. Estas vozes representativas de diferentes lugares sociais constituem-se como personagens discursivas que desempenham papéis fundamentais na articulação e compreensão das diferenças hierarquizadas que constituem as relações de poder. No cenário sócio-histórico, as diversas escritas sobre a cidade e a produção do ouro começavam a ser produzidas em decorrência de múltiplos fatores, entre eles a queda do preço do ouro no mercado internacional e as políticas recessivas dos planos econômicos, sobretudo do governo de Fernando Collor. No plano estadual, pode-se destacar a distribuição desigual de centros industriais, concentrando sua instalação na capital Salvador e região metropolitana, resultante das políticas públicas dos anos 80, reduzindo a possibilidade de expansão industrial em outras cidades da Bahia.¹³¹ No plano local, pode-se pensar na repercussão por esse conjunto de fatores na atividade mineradora em Jacobina.

Como já destacamos desde a década de 1980 há uma demanda de mão de obra proporcionada pela empresa Morro Velho, há por extensão uma ampliação do comércio e uma intensa migração da zona rural para o perímetro urbano que resultaram na expansão da

¹³¹ SPINOLA, Noélio Dantaslé. Política de localização industrial e desenvolvimento regional: a experiência da Bahia. Salvador, 2003, p.15-17.

cidade. Em 1991, a população rural de Jacobina contava apenas com 26.486 contra 49.896 hab. Desse modo, pode-se compreender através dos indicadores demográficos das décadas de 80 e 90, o crescimento urbano da cidade.¹³²

Tabela 1- Indicadores demográficos

Ano	População residente		Taxa de urbanização (%)	Densidade demográfica (hab/km ²)
1980	Urbana	36180	34,80	19,82
	Rural	67791		
	Total	103971		
1990	Urbana	49896	65,32	37,41
	Rural	26486		
	Total	76382		

Os indicadores focalizam o significativo potencial demográfico da região, destacando a sede municipal como “centro regional de 1ª ordem, ocupando a 22ª posição da hierarquia funcional urbana do estado, mesmo patamar em que se encontrava em 1940 (período da atividade de garimpo na mina Canavieira) e em 1980 (na retomada da exploração do ouro).”¹³³

Esse cenário de expansão urbana iniciado na década de 80 parece ter começado a arrefecer na década seguinte, por conta de variados fatores, entre eles a diminuição de empregos gerados pela mineradora, principal pólo econômico do município. A empresa, segundo Kurt Menchen, nesse período terminou enfrentando a queda do preço do ouro decorrente da política do Banco Central que ditava restrições ao seu comércio. Essas restrições acrescidas a conjuntura internacional que dava sinais também de queda do

¹³² Os dados abaixo estão de acordo com o censo demográfico de 1991, segundo, FONSECA, Antônio Ângelo Martins da. Poder, crise e novas estratégias de desenvolvimento: o caso de Jacobina. Dissertação mestrado arquitetura. Salvador, UFBA, 1995, p.222.

¹³³ Bahia, Secretaria da Indústria, comércio e mineração, SEBRAE. Diagnóstico de municípios: Piemonte da Diamantina. Jacobina. Salvador: SICM, 1995, p.34.

preço do minério “empacou severamente as finanças da empresa,”¹³⁴ provocando o fechamento das minas de Canavieiras e Itapicuru, restando a mina João Belo em funcionamento.

“A produção foi reduzida. De setenta e poucas mil toneladas/mês caiu para 50, ficou em torno de 50 mil e aí foi a primeira redução de pessoal na sede da empresa, isso se manteve então de 1992 em diante. O preço do ouro cada vez se deteriorando mais no mercado externo. Você tinha uma série de desequilíbrios que levaram a Anglo American a começar se desinteressar do negócio e já vinha com alguns planos ou fecha ou vende ou faz isso ou aquilo, enfim tinha uma série de exercícios para ver se dava uma sobrevida.”¹³⁵

A redução da produção do minério, na lógica capitalista, terminava provocando o desemprego de uma parcela de funcionários. Somado a isso, pode-se pensar que possivelmente o desequilíbrio entre receita/despesa da multinacional fazia o “negócio” tornar-se economicamente pouco rentável. Nesse sentido, foram traçadas estratégias para tentar manter “uma sobrevida” do empreendimento que terminou sendo vendido, em 1996, para a empresa canadense Willian Resources.

“Essas empresas canadenses têm uma característica toda especial, sempre as pequenas. Elas prospectam no mercado algum negócio que potencialmente pode ser melhorado ou outra jazida que vai explorar uma ocorrência mineral de certa expressão, mas a empresa não tem capital ou está com dificuldades, enfim não necessariamente está sempre em dificuldades, mas às vezes não têm o capital mesmo para desenvolver a prospecção, a pesquisa, a exploração da área e transformá-la num rendimento, então essas empresas detectam isso [...] e assim foi feito com Jacobina. Viram a Anglo American desinteressada e compraram por vinte e um milhões de dólares em agosto de 1996.”¹³⁶

¹³⁴ Entrevista Kurt Menchen.16 jul.2005.

¹³⁵ Entrevista Kurt Menchen.16 jul.2005.

¹³⁶ Entrevista Kurt Menchen.16 jul.2005.

Nessa lógica, o empreendimento que não desse o lucro esperado deveria ser vendido. E foi o que aconteceu com as minas de Jacobina, passando o controle acionário para Willian Resource que, segundo Kurt, atuava especulando “no mercado algum negócio” viável para ser explorado. Assim, o que estava em jogo era garantir o sucesso do empreendimento, secundarizando outras questões como o desemprego e os impactos sociais decorrentes daquela experiência.

Estes discursos têm ressonâncias na sociedade local, que começou a produzir outros discursos, focalizando a falta de perspectiva diante de um cenário que tinha a empresa mineradora como única promotora de renda e emprego, reproduzindo as relações de força que estabeleciam dependência e submissão. A lógica do capital que determinava a venda da empresa, por ser considerada pouco rentável, produziu diversos significados com funções distintas, diante do percurso social dos protagonistas dos discursos.

O discurso sobre a riqueza associada à mineração, propagada ao longo do tempo, à medida que as redes de poder e os múltiplos interesses em jogo teciam outros caminhos e outras perspectivas para o “negócio,” deu lugar a outras vozes articuladas em cenários diversos daqueles produzidos no início da exploração mineral.

Em 1992, os vereadores da cidade cobraram da Companhia Nacional de Abastecimento –CAMAB- a liberação “de verbas para o pagamento da fibra de sisal em nosso município,”¹³⁷ como alternativa econômica para a cidade porque, segundo a justificativa do pedido:

“Nosso município não possui uma só indústria, a única que gera empregos é a empresa Jacobina Mineração e Comércio S/A. A pecuária é pequena, a agricultura, também, visto ter que se esperar as chuvas que são periódicas e não temos irrigação de grande porte temos em diversos setores água que não é aproveitada convenientemente, daí a necessidade do sisal entrar em ação, sendo a única fonte de renda que gera empregos.”¹³⁸

¹³⁷ AMJ. Poder Legislativo/ Justificativa. n.123/892. Caixa 50.

¹³⁸ AMJ.Poder Legislativo/ Justificativa.n.123/892. Caixa 50.

Assim, os vereadores passam de forma mais efetiva a defender a necessidade de diversificar a economia da cidade que se concentrava na produção do ouro. Por outro lado, atribuem o pequeno desenvolvimento da agricultura ao fenômeno da escassez das chuvas como algo natural, silenciando sobre a construção histórica de cidades como Jacobina que concentram sua atividade econômica em um único produto. Dessa forma, constata-se a perpetuação das desiguais relações sociais, econômicas e culturais da população, nomeada como interiorana, sertaneja, nordestina, mas que produzem riqueza e prosperidade para o Brasil. E outra vez o discurso salvacionista propõe como alternativa para o ouro, o sisal, “fonte de renda que gera empregos.”

Possivelmente a defesa do sisal circulou e encontrou ressonâncias em um cenário que impunha alternativas econômicas ao ouro que havia dinamizado sobretudo o comércio local, na década de 80, mas que parecia não conseguir gerar outras riquezas. Também é significativa a proposta de instalação de um parque industrial que, segundo o jornal local Primeira Página, iria gerar “empregos para os jovens que hoje não o encontram.”¹³⁹ É nesse âmbito que se pode compreender outros discursos que focalizam a perda do brilho do ouro, tão defendido nas épocas anteriores.

“Em busca do ouro perdido”

“A corrida em busca de um metal valioso que simboliza a riqueza e a prosperidade sempre foi algo que fascinou o lado mais aventureiro e sonhador do homem que em um simples garimpar poderia encontrar a felicidade desejada.

[...] Durante décadas o ciclo do ouro prevaleceu como grande fomentador do desenvolvimento econômico da região. Hoje com o avanço da tecnologia, os velhos garimpeiros foram substituídos por grandes máquinas, este processo de modernização, aos poucos descaracterizou as lendas do eldorado. [...] Jacobina nos últimos anos tem

¹³⁹ Primeira Página. Ano I. 24 jul.1993. N.32, p.1.

passado por momentos difíceis, a seca tem enfraquecido as atividades econômicas da região.

[...] Enfim, o ouro de outrora já não é mais amarelo e sim verde, a cor da esperança. Esperança essa que está dentro de cada cidadão desta cidade que busca reluzir da prosperidade um futuro cheio de oportunidades e os dias de glória do passado.”¹⁴⁰

O significativo título da matéria do jornal focaliza a coexistência dos tempos passado/presente em relação a exploração do ouro. A estratégia de construir um passado que remete à origem atende a necessidade de legitimar a construção de um tempo de riqueza da cidade. Assim, os signos da memória, construídos na experiência do trabalho com o garimpo, produzem a imagem de que “um simples garimpar” proporcionaria a fortuna do indivíduo, retomando uma representação do ouro como promotor do desenvolvimento econômico local. Assim é o discurso romantizado “das lendas do eldorado” que são reeditadas para corroborar o passado como coisa solene e gloriosa em contraposição a um presente marcado por sucessivas crises na economia local.

As ressonâncias da produção discursiva sobre o ouro, focalizando a atividade do garimpo como redentora da economia, “como grande fomentador do desenvolvimento econômico,” confronta-se com outros discursos, sobretudo os produzidos na década de 90, quando a mineração começou a desempregar funcionários, sendo acusada de contaminar e poluir o meio ambiente, de produzir o trabalho que provocava doenças, enfim os discursos que focalizavam alguns dos impactos negativos provocados pela mineradora.

Os múltiplos significados desses discursos sobre o ouro, entre eles, o discurso hegemônico de promotor do desenvolvimento, gerador de riquezas, reduzem o efeito de verdade do discurso sobre a transitoriedade da atividade mineradora, naturalizando o caráter temporário da atividade, caracterizado quase sempre por períodos de glória e decadência. É nesse espaço que se faz um deslocamento das relações de força, construídas pela prática exploratória do

¹⁴⁰ Primeira Página. Ano III. 10 a 16 set.1995, n.144, p.5.

sistema econômico, que busca o lucro fácil e rápido, secundarizando as demais questões. Desse modo, o ouro não é apresentado como solução econômica, mas como perspectiva de um futuro com oportunidades de dias e vidas melhores, esperança de uma parcela da sociedade que viveu a experiência da pobreza e, conseqüentemente, das desigualdades das relações sociais produzidas historicamente. Nesse sentido, é significativa a matéria produzida pelo jornal local:

“Há muito tempo esta cidade tinha um certo desenvolvimento, tinha suas serras e cachoeiras inteiras. Garimpeiros e moradores circulavam por essas serras livremente. Até que um dia fomos vendidos como escravos para americanos, africanos e outros estrangeiros. Tivemos que furar, brocar nossas próprias serras para doar a esses exterminadores. Jacobina era uma cidade chamada capital do ouro, hoje é chamada de capital da miséria. Que benefícios essas toneladas de ouro trouxeram para nossa cidade? Antes era boa, hoje é péssima. Ali foram muitas vidas, sem mesmo os parentes saber como, muitos trabalhadores aleijados, espancados e mortos a tiros. Assim, é o garimpo dos estrangeiros. A população sempre tem que ouvir a versão desses homens que sempre foram inversas.”¹⁴¹

Os enunciados produzidos enfocam de maneira radical o caráter exploratório da atividade mineral pelas empresas multinacionais, provocando prejuízos irreparáveis ao meio ambiente e à comunidade local. Nessa perspectiva, Jacobina nomeada como “capital do ouro” passa a ser chamada de “capital da miséria,” produzindo efeitos de verdade que deslocam os sentidos do discurso hegemônico do ouro como vetor de desenvolvimento para a produção discursiva que revela as dificuldades enfrentadas pela comunidade, entre elas a falta do dinheiro, prosperidade e riqueza.

Nessa lógica, o processo histórico da exploração do ouro em Jacobina pouco contribuiu para o desenvolvimento da cidade,

¹⁴¹ Primeira Página. Ano IV. 14 a 20 jan. 1996.N.162, p.6. Nesse período, o jornal Primeira Página fazia oposição ao poder municipal, explicando em parte o discurso crítico que focaliza as condições sócio-econômicas da cidade de Jacobina.

servindo aos interesses da empresa multinacional que termina ofertando aos seus funcionários um trabalho em condições perigosas que provoca acidentes e mortes. Centraliza ainda a tensa relação produzida do jogo de forças que tinha a mineradora no papel de comando, fazendo cumprir as regras e as ordens. Assim, é significativa a metáfora “garimpo dos estrangeiros,” que dimensiona o poder da empresa na exploração das minas de ouro, produzindo efeitos de verdade através de sua prática discursiva, narrando as histórias sobre o ouro de acordo com os seus variados interesses.

A partir das narrativas sobre a cidade de Jacobina pode-se pensar sobre as possibilidades de fabricar histórias sobre a exploração do ouro. Revelando as diversas resistências e táticas dos trabalhadores a exploração da empresa multinacional, mas também mostrando que as parcelas da sociedade em Jacobina colaboraram com seu estabelecimento, formando uma complexa rede das relações sociais entre trabalhadores, mineradora, poder público e segmentos locais.

Os confrontos e combates produzidos dessa relação, somados a outros aspectos da história do ouro, começam a mostrar as diferentes dimensões da experiência de trabalhar na exploração mineral. Desse modo, pode-se tentar compreender as várias possibilidades de se (re) construir a narrativa histórica, permeada de tensões e enredos, produzida nesses lugares, construindo tramas sociais entrelaçadas de múltiplos sentidos que ressoam em outros lugares e vão organizar outros discursos que têm efeito de verdade para os habitantes da cidade.

CAPÍTULO 2

O INVISÍVEL VISÍVEL: SILICOSE E OURO

O INVISÍVEL VISÍVEL: SILICOSE E OURO

PENSO, LOGO DESISTO*

**Novo - Morro Velho
Velho - Morro cedo
Cedo - Morro logo
Logo - Morro de medo**

(Heitor Brasileiro)

O brilho do ouro, suas glórias e a representação de poder e fortuna construíram, no passado, uma imagem da cidade de Jacobina associada ao sonho da “terra prometida,” lugar de trabalho e riqueza para todos. Aos poucos esta imagem foi sendo desconstruída por uma doença que lentamente afastava os trabalhadores do seu sonho. O brilho do ouro, tão exaltado por alguns setores da sociedade de Jacobina, contrastava com a silicose, adquirida nas minas da empresa Morro Velho, causando medo e pavor aos trabalhadores e suas famílias.

A atividade da mineração, incluindo tanto o garimpo como a mecanização, estivera associada ao discurso do desenvolvimento construído pela empresa e também adotado por diversos segmentos da sociedade local. Nesse cenário, é importante refletir sobre o papel da empresa Morro Velho e sua

* Esse pensamento escrito em alguns muros da cidade de Jacobina na década de 90 denuncia a situação dos trabalhadores da empresa mineradora Morro Velho, vítimas da silicose. Na maioria dos casos eram trabalhadores jovens que adoeciam e faleciam em decorrência do tipo de trabalho. Esses versos foram escritos por Heitor Brasileiro, poeta local que formou com mais alguns amigos um movimento cultural na cidade, conforme relato de Jotta Esse Lobo que acompanhou e participou das atividades culturais da cidade daquela época.

relação com os trabalhadores, principalmente os que contraíram a silicose; por outro lado é fundamental entender como surge a doença, o que se diz dela, quem diz, quando diz, ou seja, o que fez a empresa, o que dizem os médicos, o poder público, o sindicato e os trabalhadores. Neste capítulo, serão analisados os discursos construídos sobre a silicose e as estratégias utilizadas pela empresa para dissociar o trabalho na mina com a doença. A silicose não tem cura, é progressiva e atingiu nas décadas de 80 e 90 uma parcela significativa dos trabalhadores de subsolo da mineração Morro Velho.

2.1 Literatura médica e silicose

A silicose é classificada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como doença ocupacional, adquirida no ambiente de trabalho. É uma pneumoconiose decorrente da exposição agressiva a agentes químicos, como poeiras e gases. Cientificamente é “uma fibrose pulmonar produzida pela inalação de poeira” e uma das pneumoconioses mais comumente encontradas no Brasil.¹ É provocada pela exposição de indivíduos à sílica-livre, encontrada na maior parte da crosta terrestre.² A sílica é uma partícula mineral, encontrada em pedras, em areias.³ Segundo Dra. Sônia Sales, médica pneumologista do Centro de Estudo da Saúde do Trabalhador da

¹ O termo pneumoconiose foi criado por “Zenker, em 1866, para designar um grupo de doenças que se originam de exposição a poeiras.” A partir de 1971, “pneumoconiose passa a ser definida como acúmulo de poeiras nos pulmões e a reação tecidual à sua presença, definindo como poeira um aerossol composto de partículas sólidas inanimadas.” In: ALVES, Luis Carlos Corrêa. “Um olhar sobre o perfil funcional respiratório de trabalhadores da indústria naval do Rio de Janeiro avaliados em ambulatório de referência em saúde do trabalhador.” Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz/ Escola Nacional de Saúde Pública. Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana. Disponível em: < <http://teses.ciet.fiocruz.br>> Acesso em 14 Nov./2005. Ver também Ministério da Saúde - Fundação Nacional de Saúde. Manual de Normas para o controle das pneumoconioses. Brasília, 1997.

² PIRES, Kátia Maria de Azevedo Caldeira. Silicose experimental em ratos. Dissertação Mestrado. São Paulo: Escola Paulista de Medicina, 1992, p.15.

³ A sílica ou dióxido de silício é encontrado na crosta terrestre como combinado de silício com oxigênio (SiO₂) Ver TERRA FILHO, Mario; SANTOS, Ubiratan de Paula. Silicose. J. bras. Pneumol., São Paulo, v.32, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br>.> Acesso em 08 Nov. 2006.

Bahia(CESAT) ao pegar uma pedra de quartzo,⁴ “e na hora em que ela é moída, isso se transforma numa poeira fina que contém a sílica....a poeira fina é a própria sílica.⁵ A serra de Jacobina é totalmente formada de “quartzitos e conglomerados de quartzo, de origem meta-sedimentar,” possuindo, portanto, uma característica geológica única.⁶

No Brasil, o número de doentes de pneumoconioses é elevado. A maioria dos autores que estudam o tema é unânime em afirmar que a ocorrência dessas doenças demonstra sua gravidade, principalmente porque, na maioria dos casos, elas estão relacionadas às condições ambientais do trabalho, constituindo problema de saúde pública.⁷

Em 1978, já se estimava “a existência de aproximadamente 30.000 portadores de silicose.”⁸

Na Bahia, os dados do ambulatório de doenças do trabalho do Sistema Único de Saúde (SUS) no período 1988-1990, registravam a silicose (5,2%) como a terceira causa de doenças ocupacionais.⁹

O trabalhador de mineração ao entrar em contato com a sílica pode ou não contrair a silicose, dependendo, principalmente do tempo de exposição desse trabalhador à poeira e, conseqüentemente

⁴ O Quartzo é uma das formas do silício, sendo o mineral formador das rochas, mais comum e um dos mais abundantes encontrados na crosta terrestre.

⁵ Entrevista Dr. Sônia Maria Sales da Silva, médica do CESAT em 19 abril 2005.

⁶ CESAT/COVAP Relatório sobre a situação das minas de João Belo e Itapicuru e dos casos de silicose em trabalhadores da empresa JMC atendidos no CESAT. Período 1988 a maio de 1995.

⁷ Entre outros títulos ver: ALVES, Luis Carlos Corrêa. “Um olhar sobre o perfil funcional respiratório de trabalhadores da indústria naval do Rio de Janeiro avaliados em ambulatório de referência em saúde do trabalhador.” Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz/ Escola Nacional de Saúde Pública. Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana; MENDES, René. Medicina do Trabalho. Doenças Profissionais. São Paulo: Sarvier, 1980. Do mesmo autor ver Patologia do trabalho. Rio de Janeiro: Atheneu, 1995; RIBEIRO, Fátima Sueli Neto. Exposição ocupacional à sílica: tendência temporal (1985-2001) Tese de Doutorado. São Paulo. Faculdade de Saúde Pública. USP, 2004; SOBREIRA, Joselita Flávia; SILVA, Sônia Sales da. “Silicose.” In: Manual de Normas e Procedimentos Técnicos para a vigilância da Saúde do Trabalhador.Salvador,Bahia,2002.

⁸ Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. Manual de normas para o controle das pneumoconioses. Brasília: 1997, p.8.

⁹ Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. Manual de normas para o controle das pneumoconioses. Brasília: 1997, p.8.

à sílica, como também ao percentual de quartzo na atmosfera respirada no ambiente de trabalho. No Brasil, além da mineração, atividades laborativas como a manufatura, construção e/ou reparação que utilizam rocha, pedra e/ou areia são causadoras de silicose. No estado da Bahia, as principais atividades associadas à silicose são a mineração subterrânea de ouro e o jateamento de areia.

A silicose é, de acordo com a FUNDACENTRO,¹⁰ uma das pneumoconioses de maior prevalência no país, cerca de 500 mil casos de trabalhadores referem-se à atividade de mineração e garimpo. A sílica uma vez depositada nos pulmões pode provocar hipertrofia das glândulas de secreção, reação inflamatória nos pulmões, fibrose e câncer.¹¹ Em sua forma inicial a silicose pode ser assintomática, pois como afirma Dr^a. Sônia Sales “a pessoa pode ter a doença, constatada por alteração no raio-x e não ter sintomas.”¹² A silicose é insidiosa, age em silêncio, ocorrendo “uma grande disparidade” entre o exame clínico e o exame radiológico.¹³ Segundo alguns médicos essas características, aliadas a outros fatores, teriam dificultado o diagnóstico precoce dos trabalhadores da mineração Morro Velho. Os principais sintomas eram “em geral dispnéia que é falta de ar, tosse, expectoração (catarro), hemoptise, alguns

¹⁰ A FUNDACENTRO – Fundação Centro Nacional de Higiene e Segurança do Trabalho foi autorizada a funcionar pelo Congresso Nacional em outubro de 1966. Sua criação é resultante de um acordo com a OIT e o Banco Mundial. Nesse período, os debates sobre trabalho e saúde do trabalhador ganhavam força, sobretudo no campo da Medicina do Trabalho e da Engenharia de Segurança. A esse respeito ver SOUTO, Daphnis Ferreira. Saúde no Trabalho: uma revolução em andamento. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2004, p.215. Posteriormente passou a ser nomeada Fundação Jorge Duprat de Segurança e Medicina do Trabalho em homenagem a um representante da indústria paulista, entretanto suas atividades só foram iniciadas nos anos 70. Para autores como Vilela a FUNDACENTRO era utilizada sobretudo como estratégia do governo militar priorizando “campanhas de ‘conscientização’ que privilegiassem a obediência do trabalhador.” Ver VILELA, Rodolfo Andrade Gouveia. Desafios da vigilância e da prevenção de acidentes do trabalho. São Paulo: LTr, 2003, p.47.

¹¹ “Ministério Público do Trabalho e FUNDACENTRO se unem na prevenção da silicose em trabalhadores.” Disponível em << [http:// www.pgt.mpt.gov.br/noticias/2004/05](http://www.pgt.mpt.gov.br/noticias/2004/05) >> Acesso em 09 de fev. de 2005.

¹² Entrevista Dr.Sônia Sales. 19 abril 2005.

¹³ ALVES, Luis Carlos Corrêa. “Um olhar sobre o perfil funcional respiratório de trabalhadores da indústria naval do Rio de Janeiro...” p.13.

pacientes têm hemoptise que é escarro de sangue, alguns se referem a dor torácica, perda de peso..."¹⁴

A silicose também pode vir associada à tuberculose e os sintomas "somados aos anteriores, já são outros, já pode ter febre, pode ter um aumento da produção da secreção, a perda de peso pode ser mais acentuada."¹⁵ A associação silicose-tuberculose é freqüente, "porque os pacientes com a silicose têm uma predisposição bem maior (em contrair tuberculose) do que a população em geral."¹⁶ Certamente por estar relacionada à aspiração da poeira em ambientes insalubres como mineradoras, pedreiras, marmorarias, entre outras atividades, diagnosticada a silicose o trabalhador deve ser afastado da exposição da sílica.

Pode-se classificar a silicose em três formas clínicas.¹⁷

Silicose aguda - ocorre geralmente em indivíduos jovens e apresentam insuficiência respiratória grave após exposições maciças, principalmente como as que ocorrem na mineração subterrânea de ouro e jateamento de areia. Essas exposições variam de meses a cinco anos.

Silicose crônica - Surge em indivíduos com tempo de exposição à poeira acima de dez anos. É a forma mais freqüente encontrada.

Silicose acelerada ou sub-aguda - Aparece em situações de exposição mais intensa e duração mais curta, surgindo em geral após cinco a dez anos de exposição. A deterioração da função pulmonar é mais rápida e cerca de 25% dos pacientes com silicose acelerada desenvolvem infecção micro bacteriana. Há maior freqüência de esclerodermia e artrite reumatóide.

Nas décadas de 80 e 90 do século XX, diversas dissertações e teses acadêmicas trataram da silicose como também artigos científicos publicados em revistas especializadas. Em 1990 a

¹⁴ ALVES, Luis Carlos Corrêa op.cit.p.13.

¹⁵ Entrevista Dra. Sônia Sales. 19 abril 2005.

¹⁶ Entrevista citada.

¹⁷ SOBREIRA, Joselita Flávia; SILVA, Sônia Maria Sales da. "Silicose." In: Manual de Normas e Procedimentos Técnicos para a Vigilância da Saúde do Trabalhador. SESAB/SUVISA/CESAT. Salvador: CESAT/SESAB, 2002, p.285.

prevalência de silicose no Brasil foi denunciada pelo Departamento Intersindical de Saúde do Trabalhador - DIESAT.¹⁸

A maior ocorrência da silicose aconteceu em Minas Gerais, por conta da mineração de ouro. A empresa Morro Velho era considerada uma das mais antigas da atividade mineradora em cidades como Nova Lima e Raposos. Em 1995, a revista Istoé, denunciou que nestas cidades “há mais de um século, a silicose mata milhares de trabalhadores, mas as duas cidades se orgulham da produção de cinco mil toneladas de ouro em oito minas exploradas pela Morro Velho nos primeiros seis meses deste ano (1995), 78 mineiros de Raposos e Nova Lima morreram com os pulmões enrijecidos, vítimas de uma enfermidade que se alastra pela região –a silicose-... nos últimos 20 anos, a Previdência Social notificou a existência de cerca de mil mineiros portadores de silicose na região metropolitana de Belo Horizonte.”¹⁹

Na Bahia, através de um relatório preliminar do Ambulatório de Doenças do Trabalho do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador-CESAT, referente aos trabalhadores da mineração Morro Velho, atendidos no período fevereiro de 1988 a maio de 1995, foram diagnosticados 98 (noventa e oito) casos de silicose, sendo encontrada associação de sílico-tuberculose em 37 casos (38%).²⁰

O discurso construído sobre a silicose como doença ocupacional, designação da Organização Internacional do Trabalho, muitas vezes escondeu uma prática que encobria as condições inadequadas de trabalho. No início dos anos 80, a produção do discurso sobre a política pública em torno do tema trabalho e saúde começava a dar os primeiros passos em direção a um debate mais amplo que envolvia diversos setores da sociedade no Brasil, mas que atingia de forma lenta alguns estados da federação. Em Jacobina, a prática do trabalho nas minas e os riscos de acidentes pareciam

¹⁸ RIBEIRO, Fátima Sueli Neto. Exposição ocupacional à sílica: tendência temporal (1985-2001) Tese de Doutorado. São Paulo. Faculdade de Saúde Pública. USP, 2004, p.47.

¹⁹ Revista ISTO É. ED. Três. Nº1348. 02 agosto 1995.

²⁰ COVAP/CESAT. Relatório sobre a situação das minas de João Belo e Itapicuru e dos casos de silicose em trabalhadores da empresa JMC atendidos no CESAT, período 1988 a maio de 1995; Ministério da Saúde – Fundação Nacional de Saúde. Manual de Normas para o controle das pneumoconioses, Brasília, 1997, p.8

estar dissociados, instituindo outros significados para a produção de uma doença adquirida no ambiente laborativo.

Nesse sentido, é importante problematizar sobre o conceito de doença. De maneira reducionista, comumente, a doença é propagada como uma alteração biológica no organismo de um indivíduo. Dito de outro modo, a doença é problematizada no campo das ciências humanas e sociais como fenômeno social, assim pode ser considerada também uma construção²¹ repleta de significados que são instituídos sobretudo das experiências dos indivíduos. Nessa perspectiva, pode-se afirmar assim como Jacques Le Goff que “a doença pertence à história, em primeiro lugar, porque não é mais do que uma idéia, um certo abstrato numa complexa realidade empírica[...]a doença pertence não só à história superficial dos progressos científicos como também a história profunda dos saberes e das práticas ligadas às estruturas sociais, às instituições, às representações, às mentalidades.”²²

Dessa forma, a doença não é vista como algo que é dado, ao contrário é uma produção histórica social que fabrica as tramas produzidas pelos personagens que “a cada época, dão significação e sentidos específicos à entidade fisiopatológica chamada doença.”²³ Os sintomas, portanto são dotados de significados, instituídos através das relações de força, e requerem explicações de como e porque esses significados são produzidos.

No caso da silicose, inicialmente o que dizia da doença era o fato de o trabalhador tê-la adquirido por conta de sua fragilidade orgânica, deslocando assim o foco das condições perigosas do

²¹ NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. As pestes do século XX: tuberculose e AIDS no Brasil, uma história comparada. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005, p.29. Nessa perspectiva o estudo de Georges Canguilhem pode ser considerado um dos precursores dessa forma de abordagem teórica. CANGUILHEM, Georges. O normal e o patológico. 4ªed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1995.

²² LE GOFF, Jacques. “Uma história dramática.” In: As doenças têm história. Lisboa: Terramar, 1985, p.7-8.

²³ NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. Op. cit, p.29. Ver também a coletânea de textos sobre história social das doenças. NASCIMENTO, Dilene Raimundo & CARVALHO, Diana Maul de (orgs) Uma história brasileira das doenças. Brasília: Paralelo 15,2004; Nessa linha de abordagem também pode-se inscrever o trabalho de ALMEIDA, Anna Beatriz de Sá. “As parcelas (in) visíveis da saúde do trabalhador”: uma contribuição à história da medicina do trabalho no Brasil (1920-50). Tese de Doutorado em História,UFF, Niterói,2004.

trabalho na mineradora. Tratar a silicose apenas como aspecto patológico é aceitar a argumentação construída por aqueles que se beneficiaram do discurso de que o mineiro foi o responsável pela sua própria doença, de que já tinha uma predisposição genética para adquirir a silicose ou de que não utilizou de maneira adequada os equipamentos de segurança. Discursos que produziram as metáforas da doença, contribuindo assim para escamotear a prática do trabalho no interior da empresa Morro Velho.²⁴ Estes e outros questionamentos serão discutidos neste estudo, mas é fundamental aprofundar as relações entre saúde e trabalho.

2.2 Saúde e trabalho: percursos e histórias.

A literatura médica do Brasil sobre pneumoconioses, especificamente a silicose, começou a surgir há mais de cem anos, com a publicação da tese “Diagnóstico e Tratamento das Pneumokonioses”, do médico José Nogueira Nunes, apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Em 1900, na Bahia, foi apresentada a tese Das Pneumonias Profissionais ou Pneumokonioses, onde se estuda “detalhadamente, definição, histórico, diagnóstico, tratamento e prognóstico das pneumoconioses.”²⁵ Na década de 30, novos estudos apareceram, destacando medidas de prevenção das pneumoconioses “através de técnicas próprias da Higiene do Trabalho, traduzidas nos artigos 1013 e 1014 do ‘Código Sanitário do Estado da Bahia,’ de 1925.”²⁶

De acordo com o médico René Mendes, nas duas primeiras décadas do século XX, na Europa ocorreu um deslocamento do enfoque dado às “doenças dos trabalhadores.” Discutia-se não

²⁴ Ver SONTAG, Susan. Doença como metáfora. AIDS e suas metáforas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Nesse livro a autora discute as metáforas produzidas sobre o câncer, a tuberculose e a AIDS na sociedade contemporânea. Destaca sobretudo como essas doenças foram identificadas com a morte em si, da idéia romântica de que o caráter do indivíduo causava a tuberculose, de que o câncer é produzido como “uma doença que se segue à resignação emocional (p.26)” e da propagação do mito de que a pessoa é responsável por sua própria doença.

²⁵ Sobre a revisão da literatura científica brasileira sobre pneumoconioses (1900-1980) ver MENDES, René. Patologia do trabalho. Rio de Janeiro: Atheneu, 1995, p.20

²⁶ MENDES, René. Op. cit. p.131e 139.

apenas os aspectos fisiológicos, mas sobretudo os estudos dos nexos-causais “entre o agravamento à saúde e a ocupação exercida pelo indivíduo, servindo à ‘Medicina do Seguro,’ que buscava a reparação pecuniária do ‘infortúnio’ do trabalho.” Essas discussões começaram a ser apresentadas em eventos internacionais de Patologia do Trabalho, iniciados a partir de 1906 “com a realização do I Congresso Internacional de Doenças do Trabalho, na cidade de Milão”.²⁷

No Brasil também houve ressonâncias dos debates e discussões sobre a “Medicina do Seguro,” deslocando o enfoque de “doenças dos trabalhadores” para o das “doenças profissionais.” Muitas dessas discussões e ações relacionadas à “higiene e segurança do trabalho” estiveram, no governo de Getúlio Vargas, atreladas ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Era o controle absoluto do Estado nessas questões, embora a discussão devesse acontecer no campo da saúde pública.²⁸

As ações sobre relações sociais e ambientais, sobretudo em relação aos ambientes de trabalho, começaram a ser discutidas ao final da década de 70, tendo certa visibilidade, particularmente, quando a concepção de saúde do trabalhador “como pensamento e movimento de atuação tem suas origens junto a essas parcelas de trabalhadores que esboçavam um modelo de sociedade salarial e que formavam a liderança sindical no início da década de 1980.”²⁹

Nesse âmbito, surgiu o movimento de Reforma Sanitária que pretendia constituir um modelo de organização. A saúde do trabalhador “veio se somar a outras respostas institucionais, diante dos diversos movimentos sociais que reivindicavam, entre outras questões, que fizesse parte do direito universal à saúde, incluída no escopo da Saúde Pública defendido pelo movimento social.”³⁰

²⁷ MENDES, op.cit. p.11.

²⁸ MENDES, op cit, p.12. Sobre a relação do Estado Novo com os trabalhadores no Brasil ver sobretudo a 2ª parte do livro de GOMES, Ângela de Castro. A invenção do trabalhismo. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

²⁹ WUNSCH FILHO, Victor. “Perfil Epidemiológico dos Trabalhadores,” ver Rev. Bras.Med. Trab. BH, vol.2, nº2, pp 103-117, abr-jun, 2004. Disponível em:<[http:// www.scielo.com.br](http://www.scielo.com.br)> Acesso em 21 Set. 2005.

³⁰ Ministério da Saúde. 3ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador: 3ª CNST: “Trabalhar, sim! adoecer, não!”, coletânea de textos/Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e

Em março de 1986, foi realizada por um conjunto de intelectuais que pensavam e elaboravam políticas de saúde “segundo diferentes perspectivas”³¹ a VIII Conferência Nacional de Saúde que propôs um projeto de Reforma Sanitária “articulado à lógica da construção de uma ‘hegemonia alternativa’ na sociedade brasileira” onde se discutia “a universalização da assistência médico-sanitária como decorrência de um direito à saúde inerente à noção de cidadania plena, ou ampliada.”³² A ressonância da Conferência Nacional resultou, em dezembro daquele mesmo ano, na 1ª Conferência Nacional de Saúde dos Trabalhadores que tinha entre outras finalidades “ser um foro de debates sobre a Saúde e a Segurança dos Trabalhadores” e “contribuir para a formulação do Sistema Nacional de Saúde dos Trabalhadores,”³³ além de representar um espaço político para os debates, as questões que visassem, na prática, à reformulação do setor de saúde, concretização de “antigas bandeiras, reafirmadas na 8ª CNS, sobre “a defesa de um Sistema Único de Saúde, de fortalecimento do Setor Público e de uma ampla Reforma Sanitária.”³⁴ Em Salvador, foi realizada, em maio de 1988, a 1ª Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador- CONEST que propôs a formulação das políticas e dos princípios para o programa de saúde do trabalhador para a Bahia - PROSAT.³⁵

O debate da VIII CNS repercutiu, portanto, em todo Brasil. Lentamente em várias instâncias da sociedade começavam a ser discutidas múltiplas questões sobre saúde, ambientes, segurança, focalizando sobretudo os acidentes de trabalho. A conferência reconsiderou o conceito do sistema de prestação de serviços “à luz de um conceito de saúde amplo: a saúde é a resultante das condições de

Emprego, Ministério da Previdência e Assistência Social. Brasília: Ministério da Saúde, 2005, p.55.

³¹ BERLINGUER, Giovanni, TEIXEIRA, Sônia Maria Fleury, CAMPOS, Gastão Wagner de Souza. Reforma Sanitária. Itália e Brasil. São Paulo: HUCITEC, 1988, p.183.

³² BERLINGUER, Giovanni, TEIXEIRA, Sônia Maria Fleury, CAMPOS, Gastão Wagner de Souza. Reforma Sanitária. Itália e Brasil. São Paulo: HUCITEC, 1988, p.180.

³³ CESAT.Pasta:Memória/CESAT.S/N “1ª Conferência Nacional de Saúde dos Trabalhadores. Regimento Especial da 1ª CNST. Cap.1.

³⁴ CESAT.Pasta:Memória/CESAT.S/N “1ª Conferência Nacional de Saúde dos Trabalhadores. Regimento Especial da 1ª CNST. Cap.1.

³⁵ Ver CESAT/COVAP - Programa de Saúde do Trabalhador do Estado da Bahia. -PROSAT.

alimentação, habitação, educação, renda, meio-ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde.”³⁶ O discurso da Reforma Sanitária perseguia a melhoria das condições de saúde para todos, a universalização do direito à saúde “e o dever do Estado quanto à sua promoção, proteção e recuperação.”³⁷

A VIII Conferência Nacional de Saúde representou, portanto, um marco nas formulações das propostas da Constituinte de 1987 que propunha o projeto do Sistema Único Descentralizado de Saúde que priorizava a estadualização, estímulo à participação popular e ampliação dos serviços para todos os cidadãos. O discurso da universalização era adequado ao contexto político recém saído do regime militar que clamava por democracia em todas as esferas da sociedade. Esse período de discussões e modificações na área da saúde foi contemplado pela Constituição Federal de 1988 que preconiza a saúde como: ³⁸

Artigo 196: “...direito de todos e dever do estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”

E a institucionalização do Sistema Único de Saúde (SUS) deverá ser realizada por meio de:

Artigo 198: “As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: descentralização, atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais e participação da comunidade.”

A Constituição Federal acenava com um novo modelo para a área da saúde, embora se reconheça segundo Daphnis Souto o

³⁶ CESAT. Pasta: Conferências s/n. RODRIGUEZ NETO, Eleutério. “A Reforma Sanitária e os serviços de saúde.”

³⁷ CESAT. Pasta: Conferências s/n. RODRIGUEZ NETO, Eleutério. “A Reforma Sanitária e os serviços de saúde.”

³⁸ Constituição Federal do Brasil. Brasília. 1988.

conceito preconizado pela lei é abrangente, além de produzir a “concepção irreal do estado onipotente,”³⁹ mas por outro lado não se pode esquecer que este modelo de saúde torna-se fundamental para a construção do discurso que tinha como foco a educação para a saúde. Entretanto, só a partir da Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei Orgânica da Saúde, o Sistema Único de Saúde - SUS foi instituído. Esta lei inovava, pelo menos, em dois aspectos considerados fundamentais: a descentralização, “transferindo responsabilidades decisórias para estados e municípios, e a valorização da participação popular no processo decisório através dos Conselhos de Saúde.”⁴⁰

Nesse cenário de mudanças políticas e sociais, a atenção à saúde dos trabalhadores ganhava força, “as ações de estruturação da área de Saúde do Trabalhador, no âmbito da rede pública de saúde, vinham se sucedendo por todo o Brasil mesmo antes da constituição brasileira de 1988. Desde os momentos iniciais, a necessidade de articulação das ações com o movimento social organizado foi identificada e foram buscadas maneiras de efetivar a participação dos trabalhadores.”⁴¹ A Lei Orgânica da Saúde já destacava a questão sobre saúde do trabalhador, entendida como “um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho.”⁴²

Começava a construção do discurso que problematizava uma das facetas do mundo do trabalho, em certa medida encoberta pelas práticas das relações desenvolvidas pelo capitalismo: as condições

³⁹ SOUTO, Daphnis Ferreira. Saúde no trabalho: uma revolução em andamento. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2004, p.21.

⁴⁰ SILVEIRA, Andréa Maria; RIBEIRO, Fátima Sueli Neto; LINO, Aparecida de Fátima Pianta Frederico. “O Controle Social no SUS e a RENAST.” In: 3ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador p.118.

⁴¹ SILVEIRA, Andréa Maria; RIBEIRO, Fátima Sueli Neto; LINO, Aparecida de Fátima Pianta Frederico. “O Controle Social no SUS e a RENAST” Op. cit. p.118.

⁴² NOBRE, Letícia Coelho da Costa; BRITO, Alexandre José Ribeiro Jacobina de. Coletânea de Legislação em Saúde do Trabalhador e Meio Ambiente. Salvador: SESAB/SUVISA/CESAT, 2001, p.37.

do ambiente de trabalho e, em decorrência, a preocupação com o estado físico e psicossocial do trabalhador. A construção desse novo discurso implicava em uma articulação entre os sindicatos e instituições como secretarias de saúde, órgãos ligados ao Ministério do Trabalho, o Ministério Público, além de instituições vinculadas a questão ambiental. Era preciso construir uma rede de poder para melhor articular o novo modelo de saúde proposto para o Brasil. A associação saúde-trabalho por ser uma construção relativamente recente não conseguia desconstruir a produção discursiva criada sobre o trabalho. Historicamente a questão da saúde do trabalhador esteve descolada das condições laborativas, pouco importando o estado físico e emocional do trabalhador, relacionando quase sempre trabalho com produtividade, além do tradicional e eficiente discurso que centra o “valor positivo de trabalhar,”⁴³ práticas que terminam dissociando trabalho-saúde, instituindo outros significados para a experiência do trabalho.

O desenvolvimento industrial do Brasil, durante o regime militar, produz algumas modificações nas relações trabalhistas no que se refere à segurança no trabalho, mas é necessário esclarecer que essas modificações são em parte decorrentes das pressões da sociedade civil sobretudo médicos e engenheiros que tentavam sensibilizar o Ministério do Trabalho em relação a essas questões. Somado a esse aspecto o governo militar a partir do governo Médici, estabeleceu “em 1972, o Programa Nacional de Valorização do Trabalhador –PNVT.”⁴⁴ que tinha entre outros objetivos qualificar profissionais nas áreas de saúde e segurança, mas segundo Souto, o que estava em jogo era tornar o setor industrial forte e competitivo tanto no âmbito nacional como internacional e “para isso eram necessários trabalhadores treinados, bem nutridos e com saúde.”⁴⁵

⁴³ GOMES, Angela de Castro. A invenção do trabalhismo. 3ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p.17.

⁴⁴ SOUTO, Daphnis Ferreira. Saúde no trabalho: uma revolução em andamento. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2004, p.221

⁴⁵ SOUTO, Daphnis Ferreira. Op.cit. p.221. É necessário esclarecer que antes da criação do PNVT, outras instituições como a FUNDACENTRO, responsável naquele período pela Saúde e Segurança do Trabalho e o Ministério do Trabalho através do Departamento de Higiene e Segurança do Trabalho atuavam no campo da Medicina do Trabalho, mas também outras iniciativas construídas sobretudo entre médicos e engenheiros trabalhavam e de certo modo

Assim o discurso construído sobre segurança reduzia a complexa relação do trabalho à concepção do trabalhador apto e bem treinado, secundarizando as doenças contraídas no ambiente laborativo, as condições muitas vezes inadequadas e perigosas, instituindo outros significados para a prática do trabalho. Nesse sentido, pode-se compreender como os discursos sobre segurança e saúde daquele período são restritos ao campo técnico, deslocando o foco do que deveria ser fundamental: as condições de trabalho. Entretanto, é compreensível que essa produção discursiva não encontrasse espaço no cenário sócio-político do Brasil. Em seu lugar outros discursos são produzidos, entre eles o de que o Estado preocupava-se em regulamentar medidas que visassem à segurança e proteção dos trabalhadores. Desse modo, o governo militar através de dispositivos legais criou em 1977 a lei n.º 6.514, e em 1978, através de uma portaria, as normas regulamentadoras -NR que dispõem sobre saúde e segurança no trabalho. Sua regulamentação representava, de certo modo, avanço na legislação sobre saúde e trabalho, obrigando as empresas a criarem um serviço de Medicina do Trabalho, mas por outro lado restringia sua execução aos médicos do trabalho que por sua vez eram contratados pelas empresas.

Nessa perspectiva, o saber médico muitas vezes reproduzia a lógica do discurso da empresa, instituindo o saber técnico sobre saúde e trabalho, delimitando o campo de forças produzido na relação social do trabalho. Segundo Rodolfo Vilela, as “atuações tradicionais da Medicina do Trabalho e da Saúde Ocupacional não devem ser consideradas como práticas preventivas,”⁴⁶ pois visavam apenas qualificar “a força de trabalho potencial como sendo ou não interessante, do ponto de vista do capital, para ser consumida

pressionavam empresários e governo para criação de políticas que visassem a segurança no trabalho. Assim, em 1971 deu início a discussão sobre o primeiro projeto de criação de um Serviço de Medicina do Trabalho. Entretanto, esse projeto não foi aprovado de imediato, mas segundo autores como Souto contribuiu na regulamentação de dispositivos legais que seriam aprovados em meados da década de 70. Sobre as iniciativas construídas sobretudo por médicos do trabalho ver o relato histórico traçado por SOUTO, Daphnis Ferreira. Op.cit. p.218-19.

⁴⁶ VILELA, Rodolfo Andrade Gouveia. Desafios da vigilância e da prevenção de acidentes do trabalho. São Paulo: LTr,2003,p.88.

produtivamente.”⁴⁷ A prática do trabalho associada ao discurso da produtividade encontrava espaço no cenário que produzia de forma hegemônica o discurso do desenvolvimento industrial do Brasil.

Assim, a análise sobre o papel do trabalhador e sua rede de relações produzidas no trabalho é deslocada, ganhando força outros discursos que terminam reduzindo a prática política dos trabalhadores, impedindo, em certa medida, uma melhor articulação da política pública para o controle dessas doenças. A área da “saúde do trabalho,” assim denominada pelos especialistas, encontrou muitas dificuldades em alguns períodos de sua história, principalmente porque esteve restrita às atividades localizadas que conseguiram certo êxito, mas faltava uma política institucional. Em meados do século XX, principalmente em diversos países, a “saúde do trabalhador” começou a ser pauta de seminários e congressos acadêmicos.⁴⁸

Em síntese, nos últimos vinte (20) anos o discurso sobre “saúde do trabalhador” trata da dimensão social do processo saúde-doença e sua relação com o processo de produção, construindo outro conceito para a saúde e o trabalho, “começando pelo próprio nome de ‘Saúde do Trabalhador’ ou ‘Saúde dos Trabalhadores.’”⁴⁹ A luta dos movimentos sociais ligados à saúde e ao trabalho conquista novos espaços, por meio de mobilizações sociais que reivindicavam mudanças no âmbito da saúde e segurança do trabalhador e tentavam uma articulação na construção de novas políticas de saúde, implicando também combates no campo da linguagem.⁵⁰

⁴⁷ VILELA, Rodolfo Op. cit. p.88.

⁴⁸ CESAT. Pasta: Conferências s/n. CARNEIRO, Sergio A.M “A Saúde do Trabalhador e a vigilância nos Ambientes de Trabalho.”

⁴⁹ VILELA, Op. cit., p.92.

⁵⁰ O movimento pela saúde do trabalhador no Brasil, sobretudo na reforma sanitária sofreu influência das experiências que ocorriam em países como a Itália que em 1970 promulgou uma lei “que incorpora princípios fundamentais da agenda do movimento dos trabalhadores, tais como o princípio da autotutela da saúde pelos trabalhadores e da não delegação da vigilância da saúde pelo Estado, a validação dos saberes dos trabalhadores,” VILELA, Op. cit., p.93. Estes entre outros princípios foram fundamentais na organização e no fortalecimento dos sindicatos na Itália que passavam a se constituir em modelo de experiência a ser seguido. A esse respeito ver também BERLINGUER, Giovanni, TEIXEIRA, Sônia Maria Fleury, CAMPOS, Gastão Wagner de Souza. Reforma Sanitária. Itália e Brasil. São Paulo: HUCITEC, 1988.

No Brasil, as discussões sobre “saúde do trabalhador” também denunciavam as políticas públicas e o sistema de saúde “por serem incapazes de dar respostas às necessidades de saúde da população, e dos trabalhadores, em especial.”⁵¹ Na reforma sanitária, o foco sobre a saúde do trabalhador começava a produzir mudanças pelo Brasil. Na Bahia, em parceria com a AISPO⁵² foi criado, em 1989, o Centro de Estudos de Saúde do Trabalhador -CESAT, órgão da administração direta da Secretária de Saúde do Estado da Bahia- SESAB. Entretanto, desde 1988, já existia o ambulatório que tratava do diagnóstico de doenças ocupacionais. Em 1990, o CESAT foi definido como órgão “normatizador e articulador das ações de proteção, promoção e assistência à saúde do trabalhador... Em março de 1991, passou a ser a Divisão de Saúde Ocupacional/ CESAT, uma das quatro divisões do Departamento de Vigilância à Saúde.”⁵³

A criação do CESAT também está relacionada à situação da saúde do trabalhador no Estado da Bahia. “As baixíssimas taxas, resultado do sub-registro de dados, evidenciavam o vazio que havia nas ações de saúde do trabalhador e o desconhecimento desta realidade, desde a incidência das doenças até as condições de trabalho.”⁵⁴ Nas décadas de 70 e 80 com a instalação de parque industrial, “sobretudo na região do recôncavo, e as demais atividades econômicas no interior do Estado, como a mineração e a atividade agrícola, ratificavam a tese do sub-registro, pois os dados não contemplavam as populações de trabalhadores expostos aos diversos fatores de risco ocupacional.”⁵⁵ As estatísticas disponíveis

⁵¹ MENDES, op. cit. p.26.

⁵² A AISPO – Associação Italiana para a Solidariedade entre os povos é uma organização não governativa (ONG) que promove a realização de programas sócio-sanitários nos países em desenvolvimento. Nos anos 80 o interesse da AISPO era realizar um “sistema integrado para a prevenção, diagnóstico e cura das doenças profissionais na cidade do Salvador” e colaborava com algumas instituições brasileiras como a SESAB;UFBA;INAMPS e a FUNDAÇÃO MONTE TABOR. O apoio dessa instituição a SESAB foi fundamental, pois propiciou a “capacitação de técnicos em estágio na Itália e da criação do CESAT.” Cf. Pasta:Memória.CESAT.S/N. Histórico da AISPO; Programa de Saúde do Trabalhador do Estado da Bahia.

⁵³ CESAT.Pasta:Memória do CESAT.Regimento.Cap.I. Art.1. Documento resultante das discussões da equipe técnica do CESAT.Salvador, junho de 1992.

⁵⁴ CESAT.Pasta;Memória do CESAT. Op. cit

⁵⁵ CESAT.Pasta;Memória do CESAT. Op. cit

sobre saúde e trabalho, no Estado da Bahia para o período de 1976 a 1986, apontam apenas “uma média de 20 doenças ocupacionais diagnosticadas. Esta incidência é muito inferior às apresentadas por países que contam, seguramente, com melhores condições de trabalho do que o nosso estado.”⁵⁶

A criação do CESAT, segundo a documentação consultada, proporcionou “uma melhoria da informação sobre saúde ocupacional, tanto do ponto de vista dos trabalhadores, quanto das entidades sindicais, serviços médicos de empresas e outros profissionais da área de saúde que referenciavam a este serviço,”⁵⁷ mas a execução eficiente de suas ações, principalmente nos primeiros anos de sua atuação, muitas vezes foi limitada por conta de diversos problemas, como por exemplo, carência de recursos humanos, de equipamentos, ausência de competência legal para entrar em ambientes de trabalho e exercer fiscalização, ausência de laboratórios de análises, dentro da rede pública “que subsidiem as ações na área petroquímica e de mineração,”⁵⁸ além da falta de transporte para realização de atividades, qualificação de técnicos, entre outros. Essa prática pode revelar o despreparo e em certos aspectos o desinteresse do poder público frente àquela realidade, acrescentando-se também as relações de força construídas para impedir e/ou limitar a atuação dos órgãos de saúde do trabalhador.⁵⁹ A vigilância à Saúde do Trabalhador na Bahia enfrentou inúmeros problemas. Uma das queixas da equipe do CESAT, segundo os relatórios, era a ausência do respaldo legal e da normatização dessas ações sob a responsabilidade do Estado que criou o CESAT, muito mais pelas pressões e pelas exigências da sociedade civil, construído mais como discurso político partidário do que instrumento de uma política pública que denunciasses as condições do ambiente de trabalho, prevalecendo, na prática, muitas vezes a força do empresariado da Bahia. Tentou-se ampliar o raio de ação do CESAT, mas este frequentemente esbarrava em dificuldades, principalmente por ser a Bahia um estado de grande

⁵⁶ CESAT.Pasta:Memória. Op. cit

⁵⁷ CESAT.Pasta;Memória do CESAT. Op. cit.jun 1992.

⁵⁸ CESAT.Pasta;Memória do CESAT. Op. cit.jun 1992.

⁵⁹ CESAT.Pasta:Memória do CESAT. Op. cit. Junho de 1992

extensão territorial, dificultando a interiorização do Programa de Saúde do Trabalhador diante das “dificuldades de articulação com o nível regional (DIRES), dificuldade para realização de supervisão dos NUSATs (Núcleos de Saúde do Trabalhador) regionais implantados, especialmente por falta de verba para operacionalizar as ações dos técnicos.”⁶⁰

Após a promulgação da Constituição de 1988, as relações patrão-empregado começaram a passar por algumas mudanças, com a conquista de alguns direitos, mas continuava, na prática, o não cumprimento das decisões judiciais pelos empregadores, sobretudo no que se refere às doenças contraídas no trabalho. O discurso oficial colocava a saúde como direito do cidadão e dever do Estado, mas este conceito abrangente de saúde não atingia uma parcela significativa da população, inclusive trabalhadores que exerciam atividades consideradas de risco. Estes eram excluídos do acesso universal e igualitário das ações e serviços de promoção e recuperação “da saúde em todos os seus níveis.”⁶¹

2.3 Discursos e silicose

A empresa mineradora, uma multinacional com grande poder político-econômico, parece ter silenciado sobre a silicose durante quase uma década em Jacobina, somando-se a isso “o pacto” de silêncio que alguns médicos da cidade e o poder público parecem ter construído, juntamente com a empresa. Não se falava não se comentava, não foi discutida, nem elaborada uma política pública para a prevenção dessa doença. Os trabalhadores, por sua vez, muito deles provenientes das áreas rurais de Jacobina e outras localidades da Bahia, desconheciam ou não foram suficientemente esclarecidos sobre o fato de que o trabalho no subsolo poderia levá-los a contrair a silicose. A mineração Morro Velho já conhecia os riscos desse tipo de atividade, porque explorava algumas localidades de Minas Gerais, desde o século XIX, mas preferiu

⁶⁰ CESAT. Pasta; Memória do CESAT. Op. cit.

⁶¹ Ver Constituição Federal 1988; CESAT. Pasta: Memória do CESAT. Princípios e Diretrizes para um plano de saúde do trabalhador. Bahia, 1988.

calar impedindo que o discurso sobre a doença, seus sintomas físicos já conhecidos pela patologia médica fossem atribuídos e relacionados ao local e ambiente de trabalho de Jacobina.

Essa política da empresa sinaliza para uma reflexão sobre o seu papel na comunidade de Jacobina. O que a empresa Morro Velho fez para prevenir e evitar que seus empregados contraíssem a silicose? A doença adquirida no trabalho era conhecida, na década de 80, no mundo e no Brasil, por médicos, enfermeiros, técnicos da saúde, principalmente os profissionais ligados aos estudos de saúde e trabalho, empresários do ramo da mineração como também por sindicatos de mineiros, como, por exemplo, o de Minas Gerais que há bastante tempo convivia com a silicose, por conta da exploração da empresa Morro Velho. Nesse sentido, é fundamental perceber como a empresa construiu estratégias para impedir e dificultar que fosse associada a silicose às condições de trabalho. Dessa forma, não era anunciado em muitos casos o diagnóstico dos trabalhadores de subsolo que contraíam a silicose.⁶²

As táticas da empresa foram em muitos momentos denunciadas pelo sindicato como forma de “violência contra o ser humano,” e que tinha “ com a cumplicidade criminoso de patrões e médicos, o critério da mentira. O tempo todo, a silicose foi repassada aos funcionários pela Mineração Morro Velho como tuberculose. E tratada como tal.”⁶³ O diagnóstico da silicose é deslocado, substituído por um discurso que, segundo o sindicato, parece ter sido compactuado com os médicos da cidade, que por meio de seu discurso de poder é capaz de produzir outra doença (a tuberculose), impedindo em certa medida, sua associação com o trabalho.

Esta prática denunciada pelo sindicato revela também que a empresa se apropriou do discurso da medicina, de forma reducionista, reconhecendo a silicose apenas como doença do aparelho respiratório, omitindo o nexo causal entre trabalho e doença. Na sua construção discursiva, a empresa não reconhece as condições

⁶² A discussão sobre o diagnóstico fornecido pelo médico da empresa será discutido no terceiro capítulo.

⁶³ Silicose mata mineiros da ‘Morro Velho.’ In: Brasil Revolucionário. São Paulo, Instituto Mário Alves de Estudos Políticos. Ano III, nº10, maio, 1992, p.23.

de trabalho como fator determinante para que o trabalhador venha a contrair a silicose, e passa a relacionar a doença a um conjunto difuso de fatores que retira qualquer responsabilidade da empresa:

“Ai o trabalhador não exige o EPI, o supervisor deixa para lá, o operário perde, as primeiras máscaras eram muito ruins...elas eram adequadas à proteção, mas se sentia mais dificuldade para respirar, tinha que usar muita força...os impactos negativos foi essa história da silicose e sempre dizem que a empresa não queria gastar com isso, é mentira... o que houve talvez num período relativamente longo, uma certa desatenção por parte de todos, a questão propriamente para ventilar essa mina não era suficiente, hoje se sabe muito, mas naquela época...no setor mineral não existe uma solução única, existe um conjunto de soluções, ela passa fundamentalmente com um bom recrutamento de seleção, não é pouca gente que tem um histórico de doenças pulmonares, ou seja tuberculose, renite, a pessoa já tem uma certa propensão a poeira, eles[trabalhadores]sabiam que tinham, mas para nós era uma coisa como tuberculose, o cara fumante, o cara velho, muito álcool...a empresa fazia os exames mas nem sempre você detecta essas coisas tão facilmente.”⁶⁴

Esse movimento de construção do significar cria imagens enunciativas que funcionam para encobrir o como e o porquê a silicose atingiu uma parcela expressiva de trabalhadores em pleno exercício do trabalho. Ao caracterizar o perfil do trabalhador atribuindo-lhe a responsabilidade por ter contraído a doença, o discurso do diretor tece os fios para legitimar o argumento de que a silicose não estava associada ao ambiente de trabalho. Mas por outro lado, revela o desinteresse dos chefes e da própria empresa para lidar com a questão da vigilância e saúde dos trabalhadores. Este discurso patronal imprime sentidos, um deles fundamental para compreender as práticas de trabalho produzidas no interior das minas.

⁶⁴ Entrevista Kurt Menchen, diretor da empresa Jacobina Mineração e Comércio S/A (antiga Morro Velho) 11 julho 2006.

Foi com este discurso que a silicose achou espaço para se instalar e se desenvolver no organismo dos trabalhadores, na década de 80, quando já tinham um tempo de exposição de cinco anos de trabalho no subsolo. É importante ressaltar que estes dados não estão registrados, porque a empresa nem informava sobre os riscos a que estavam submetidos seus empregados, nem tampouco desenvolvia uma política preventiva da silicose. Os trabalhadores, ou pelo menos uma parcela deles, pareciam desconhecer e/ou ignorar a dimensão do problema. Laborar no subsolo muitas vezes significava sinônimo de doença e morte. Nessa época, a discussão sobre reforma sanitária, incluindo o tema saúde do trabalhador, começava a ter ressonância nas capitais do Brasil, e, lentamente alcançavam a agenda dos sindicatos.

Em Jacobina, como a organização do sindicato dos mineiros da empresa Morro Velho somente ocorreu em 1985, não é de se estranhar que silicose e outras doenças adquiridas nesse tipo de trabalho não fossem conhecidas e muito menos debatidas entre os trabalhadores. Os depoimentos dos membros do sindicato dos mineiros indicam que o movimento sindical começou a se desenvolver com mais força a partir da segunda metade da década de 80. Sobre a silicose, afirmaram desconhecer o significado da palavra. Filinto, ex-marteteiro, trabalhador do subsolo, começou suas atividades na mineração Morro Velho, em 1983, e recorda-se que “naquele tempo não tinha doença, as doenças não tinham, a gente não via ninguém doente, porque tinha pouco tempo de começado e também as galerias ainda tava rasa não tava profunda né, aí não tinha tanta gente doente, ainda não.”⁶⁵

Para Filinto a doença não existia no período em que começou a trabalhar na empresa, porque não existiam notícias de pessoas que adoeceram ou morreram por conta do exercício do trabalho. Nessa época não se falava sobre a silicose, muito menos sua relação com as condições de trabalho da mineração, confirmando a idéia de dissociação construída pela empresa, prática eficaz produzida para burlar a vigilância no ambiente laborativo, evitando a conscientização do quanto e como as práticas de trabalho eram responsáveis pelo

⁶⁵ Entrevista com Filinto Acendino da Cruz. 21 janeiro 2005.

afastamento dos mineiros da atividade produtiva, deslocando-os para um outro lugar na sociedade, o da exclusão. Francisco Malaquias, ex-marteleteiro e diretor de sindicato também afirma:

“Não, nós não sabíamos. Certeza absoluta que alguém da empresa, inclusive o diretor da empresa, por exemplo, ele já sabia que existia, porque a Morro Velho vinha de Nova Lima (MG), era uma empresa que em Nova Lima é muito mais antiga do que em Jacobina e lá em Nova Lima tinha muitos estados de silicose, então com certeza absoluta ele era uma das pessoas que sabia que existia a silicose, só que não foi divulgado na época para os trabalhadores, que a maioria dos trabalhadores daqui de Jacobina era o pessoal que vinha do interior da cidade, vinha da roça então a sorte era a ganância de trabalhar por que era fichado numa empresa, então vinham de lá, roçando pasto, arrancando toco era um pessoal muito braçal, então o pessoal não sabia nem que existia a silicose, nem a própria tuberculose muita gente na época não sabia e, morrer gente vinha morrendo desde antes, desde o tempo dos garimpos aqui em Jacobina que isso é uma história que é uma história contada por outro pessoal, não foi no meu tempo eu não alcancei por que eu também cheguei aqui em Jacobina em 79, já existia a UNIGEO já trabalhava, mas a história que os mais velhos contam aí é que já morreu gente há muitos anos atrás, desde os tempos do garimpo e que provavelmente seja de silicose, só que história dos médicos da nossa região aqui de Jacobina, inclusive Jacobina nunca descobriram o nome da doença sempre diziam que o pessoal morria de tuberculose.”⁶⁶

A trajetória da exclusão do mineiro com silicose fora, portanto, arquitetada dentro de uma lógica de produção da empresa e muitos dos mineiros não se deram conta dessa prática, para eles a doença nem existia, porque não era enunciada. Por sua vez, o fato de não saber, não ter conhecimento e esclarecimento sobre a silicose facilitaram seu desenvolvimento. A empresa, segundo o relato, conhecia aquela realidade porque já trabalhava com mineração

⁶⁶ Entrevista com Francisco Malaquias Aguiar 18 janeiro 2006.

em Minas Gerais, mas não falava sobre a doença. Por outro lado, o discurso sobre os trabalhadores é o de não saber sobre a doença, explicado principalmente pela trajetória dos migrantes da zona rural para a cidade em busca de melhores condições de trabalho e de vida. Para Malaquias essa é uma das causas que explicam o fato de muitos trabalhadores terem adquirido a doença, mas também sua narrativa revela o significado de trabalhar numa grande empresa com contrato de trabalho assinado. Era o sonho transformado em acontecimento, garantindo vida estável e um lugar em Jacobina. Arriscava-se tudo, mas a busca por uma vida mais digna era determinante para aceitar a oferta de trabalho no subsolo.

O registro de memória desde os tempos do garimpo sobre as mortes decorrentes da atividade mineral cristalizou um discurso construído de longas datas onde morrer nesse contexto poderia significar algo perfeitamente previsível e freqüente. Ao mesmo tempo que seu discurso em certos aspectos naturalizou as mortes, questionou o fato de que o nome sobre a doença ao longo do tempo esteve deslocado de sua causa, ao invés de silicose, o discurso médico produzia outra doença, a tuberculose, talvez numa tentativa de dissociar a relação silicose e trabalho na mineração.

A silicose adquire a dimensão de doença quando muitos trabalhadores foram excluídos do emprego e posteriormente da vida familiar e social. Por outro lado, a empresa lutava para impedir a associação silicose/local de trabalho. A luta aqui travou-se também no campo da linguagem entre o nome da doença e sua causa. Em um primeiro momento a mineradora negou o enunciado que afirmava que o trabalhador contraia a silicose em razão das condições do trabalho. Remetia sua causa a um fator genético e quanto aos óbitos, estes em muitos casos, segundo a empresa, não estavam diretamente relacionados com a doença. Para o diretor da empresa o que se tem em média de atestado de óbito tendo como causa a silicose, “se eu não tiver enganado em números não pode ser exato porque não é oficial, mas não passa de oito óbitos relacionados diretamente a silicose... porque tem óbitos que não tem nada a ver com a silicose e são divulgados como tal.”⁶⁷ O discurso

⁶⁷ Entrevista Kurt Menchen, 11 julho 2006

da empresa minimiza a quantidade de falecimentos decorrentes do trabalho nas minas, imprimindo outro significado ao afirmar que os casos de silicose não conduziram a maioria dos trabalhadores à morte. Esse discurso foi engendrado para romper os fios de outra realidade, construindo desse modo alguns efeitos de verdade, um deles a redução do número de óbitos.

Durante quase uma década, o dizível sobre a silicose foi silenciado pela empresa na tentativa de consolidar outros discursos, entre eles o do desenvolvimento sócio-econômico promovido pela mineração Morro Velho. Falava-se em progresso, mas este não era visto, confirmando a tese de que falar não é ver. Construiu-se a idéia de um progresso para todos, mas a realidade se apresentava diferente daquela propagada pela empresa e por alguns segmentos da sociedade local.⁶⁸

A imagem de cidade do ouro era apropriada pela empresa e reproduzida pela sociedade, inclusive os trabalhadores, porque a divulgação da doença só viria a acontecer ao final da década de 80, quando os mineiros, os marleteiros, em sua maioria, começaram a adoecer e falecer. Nesse sentido, resta-nos perguntar quantas mortes foram necessárias para que a ligação entre silicose e trabalho nas minas fosse finalmente reconhecida? Não se tem e provavelmente não se terá resposta para essa questão, mas pode-se pensar e refletir sobre o percurso social, constituído de significados que levou o sindicato a questionar a relação entre atividade dos mineiros, doença e óbito.

“... A gente com conhecimento indo para congresso da CUT em Salvador e conhecemos lá uma médica chamada por nome Dra. Joselita e a médica era médica do trabalho e nós começamos, o sindicato começou a levar companheiros de tuberculose, tendo nós aqui como tuberculose levando pra Salvador e lá foi descoberto, ela descobriu que não era tuberculose que era uma doença chamada silicose, que era da sílica da pedra ...Foi através de Dra. Joselita, nós não sabíamos que existia essa doença até por que nós não tinha formação nenhuma ...foi a partir de 87, em 87, a

⁶⁸ Delleuze, Gilles. Foucault. São Paulo: Brasiliense, 1988, p.70.

partir de 87 foi quando a gente começou a conhecer ela e os companheiros daqui, o sindicato através do sindicato já levava os companheiro diretamente pra ela.”⁶⁹

Nesse percurso social, a forma como se trabalhava e como o trabalho era realizado no subsolo foram questões fundamentais para o sindicato compreender o que estava acontecendo com os trabalhadores, marleteiros, ajudantes, operadores e trabalhadores de serviços gerais.

A falta de estrutura do sindicato e o seu despreparo para lidar com a silicose, nesse período, também contribuiu para a eficácia da prática desenvolvida pela empresa. Esta conhecia bem o problema, como afirmou o diretor, “é uma doença típica de mina subterrânea,”⁷⁰ mas não trabalhava sua prevenção e controle, porque estaria admitindo para si própria, seus trabalhadores e segmentos da sociedade as perigosas condições de trabalho que impunha a seus empregados.

No final da década de 80, quando a silicose começou a ser questionada pelo sindicato como doença associada ao trabalho, alguns episódios pareciam impedir tal relação. O INSS local não aceitava onexo causal emitido por médicos da Secretária da Saúde, por sua vez o serviço de radiologia existente na cidade não adotava procedimentos específicos para identificar a silicose, conforme o padrão da Organização Internacional do Trabalho – OIT, “o que tem gerado um grande número de chapas sem qualidade radiológica.” A resistência em acatar o padrão OIT pode ser explicado por conta do “convênio estabelecido entre o serviço e a empresa,”⁷¹ revelando a estratégia construída pela empresa para impedir a relação doença/mina.

A situação dos trabalhadores com silicose parece ter sido agravada quando muitos deles foram demitidos após a greve de 1989. O presidente do sindicato dos mineiros daquele período “comparou os casos de Jacobina e os de Nova Lima (MG), expressou

⁶⁹ Entrevista Francisco Malaquias. 21 janeiro 2006.

⁷⁰ Entrevista Kurt Menchen. 11 julho 2006

⁷¹ CESAT/COVAP. Relatório do acompanhamento das ações da representante da SNAS/MS (28/12/1992 a 05/01/1993, p.5.

sua desconfiança quanto a uma solução rápida para os demitidos com silicose. Considerou que o poderio econômico seria o principal obstáculo a ser vencido, pois este seria usado pela empresa para conseguir protelações no Judiciário.”⁷²

O Núcleo de Saúde e Assistência ao trabalhador em Jacobina “relatou a situação dramática dos demitidos que totalizava 290 trabalhadores,”⁷³ além disso, afirmava que a empresa não realizava exames médicos nos demitidos o que conduziu o NUSAT, articulado com o CESAT, a examinar 148 demitidos, “tendo sido encontrados 5 (cinco) novos casos de silicose, 13 (treze) novos casos suspeitos e 68 (sessenta e oito) foram considerados normais, 62 (sessenta e dois) cujas radiografias realizadas pelo convênio da empresa não ofereciam condições de leitura radiológica, tendo a DRT notificado a empresa a apresentar novas chapas.”⁷⁴

O impedimento construído pela empresa em relação ao diagnóstico da silicose pode ser compreendido como uma de suas táticas à medida que se produzia o discurso de que o trabalhador era doente, possuidor de um organismo debilitado por conta do fator genético, tática que tentava desconstruir o outro discurso, o da doença como acidente de trabalho. Na década de 90, o sindicato começou a perceber a prática da empresa e denunciou essa realidade aos órgãos de saúde e vigilância do trabalhador.

“...a questão dos acidentes que aconteceram na mina e que na realidade o médico lá deu como se o trabalhador estivesse só doente, mas na realidade foi acidente. Temos vários casos e alguns já são do conhecimento do NUSAT, já do conhecimento de Salvador, de alguns médicos de Jacobina que em Jacobina agem assim dessa maneira, que não é confiável e que não existe um material amplo em torno disso aí ...Eu estou aqui para denunciar, já que estamos aqui: empresa, trabalhador e outros órgão juntos.”⁷⁵

⁷² Informações sobre a greve de 1989 ver o capítulo I. Relatório de acompanhamento... Anexo I, p.7.

⁷³ Relatório de acompanhamento... Anexo I, p.8.

⁷⁴ Relatório de acompanhamento... Anexo I, p.8.

⁷⁵ Relatório de acompanhamento ... Anexo II, p.44.

O discurso que não nomeia a doença como silicose revela as relações de força construídas pela empresa que começava a travar sua luta contra o sindicato primeiramente no campo da linguagem, o trabalhador não possuía silicose, utilizando-se para isso do discurso médico. As condições de trabalho, a percepção tardia, o despreparo do sindicato, o reconhecimento de que a luta era desigual por conta dos poderes tecidos pela empresa, entre outros aspectos, revelam um cenário nada favorável aos trabalhadores. Como criar estratégias para tentar discordar do discurso da empresa e instalar a resistência à situação? Como retirar a doença do silêncio e explicitar o não dito, o que foi deslocado? Como atribuir um novo sentido para a silicose, relacionando-a diretamente com o trabalho nas minas de ouro?

Em certos aspectos, entender o silêncio em relação a uma doença adquirida no subsolo da mineração significa analisar o papel de cada um dos envolvidos, os trabalhadores, a empresa, o sindicato, o poder público municipal e estadual. Seria simplificar a análise se a compreensão e as explicações fossem realizadas de forma isolada. As relações de força são mais eficazes do que possam parecer, suas estratégias são construídas com princípios definidos, para que os problemas se transformem em unidades microscópicas dentro de uma lógica que determina o lucro, que prega o discurso hegemônico do progresso. Foi assim na cidade de Jacobina. Os diversos e diferentes interesses convergiam e se identificavam com as imagens enunciativas da promessa de desenvolvimento que a cidade alcançaria. Mas qual o significado dessa voz nos diferentes lugares sociais da cidade? Quais as mudanças resultantes que surgiam dessa prosperidade? Os acontecimentos narravam uma outra história, a da população que viveu os impactos da atividade mineradora, como a proibição de garimpar nas terras e no entorno da empresa, a contaminação das populações ribeirinhas com os dejetos químicos lançados nos rios e as que contraíram a silicose. A atividade da empresa Morro Velho produziu o discurso do trabalho, do emprego e da geração de renda, um mundo até certo ponto misterioso, porque um “mundo novo” que prometia salvar “essa gente” da fome e da miséria, restituindo-lhe a dignidade. Mas o mundo denominado de próspero era o avesso daquele nomeado no discurso e vivido por parcela significativa da população.

O discurso do “Eldorado” é atravessado por outros sentidos e intervém no processo significativo, apoiando-se nas histórias das doenças contraídas pelos mineiros, com seus efeitos de evidência, provocando o movimento entre essa realidade do dia-a-dia e as imagens enunciativas da riqueza que não é só ouro, mas poder, fama e bem-estar.

Os primeiros casos de silicose, lembrados pelos dirigentes do sindicato da época, ocorreram no final da década de 80. Filinto recorda que nesse período o pessoal começou a inchar, a ter falta de ar... a gente não sabia, sabia que era uma doença lá dentro da mina, mas não sabia exatamente o nome.”⁷⁶ Malaquias, complementa Filinto, afirmando “que os outros (mineiros) nem sabiam que era (doença) contraída dentro da mina. As pessoas diziam: tem uns companheiros que começou acho que é falta de circulação no sangue, se não tem oxigênio, começava a inchar as juntas, o reumatismo. Inchava tudo, vários colegas da gente e a gente sem saber o que era, é reumatismo, é não sei o que, é porque tu veste roupa fria demais...”⁷⁷

O aparecimento constante desses sintomas fez com que, em fins da década de 80, o sindicato começasse a pressionar a empresa por meio de denúncias. “Aí gente começou a chamar a DRT, esses órgãos públicos pra fazer fiscalização, aí eles vinham. Começaram a vir e explicar pra gente, medir a sílica, aí explicava pra nós porque tinha a sílica, tava alta demais na mineração. E aí foi... o processo foi mais ou menos esse, aí a gente começou a fazer reunião com os órgãos públicos daqui, aí o governo do Estado fundou o NUSAT (em 1992) aí que já trabalhava com a questão de acidente de trabalho, aí a DIRES aqui encaminhou a gente, o pessoal que tava doente pra Salvador através do NUSAT.”⁷⁸

O depoimento de Filinto revela seu desconhecimento, bem como o dos trabalhadores e do sindicato em relação à silicose. Ao final da década de 80, instala-se a desconfiança e preocupação do

⁷⁶ Entrevista realizada com Filinto Acendino da Cruz e Francisco Malaquias Aguiar. 21 janeiro 2005.

⁷⁷ Entrevista realizada com Filinto Acendino da Cruz e Francisco Malaquias Aguiar. 21 janeiro 2005.

⁷⁸ Entrevista com Filinto Acendino da Cruz. 21 janeiro 2005.

sindicato em relação à saúde e segurança dos mineiros, porque uma parcela significativa de trabalhadores começou a se queixar, dizer o que estava sentindo e assumir não ter mais condições de trabalhar. Filinto e Malaquias afirmaram que:

“Morreu muita gente, de 89 pra década de 90, morreu muita gente. Isso os que morreram antes e a gente não tem laudo, não sabe de que foi, não sabia o que era, eles morreram como morte comum, morte natural. Aí teve o óbito exatamente por causa da silicose, só que não tinha divulgação nenhuma, ninguém sabia, aí foi como morte natural.”⁷⁹

Em um primeiro momento, a silicose foi silenciada nas estatísticas oficiais, porque o atestado de óbito não registrava a causa da morte como silicose. Seria por desconhecimento dos médicos locais? Ou os médicos utilizaram seu conhecimento com o propósito de favorecer o discurso da empresa, produzindo a ilusão de que a causa dos óbitos está relacionada a questões genéticas e à qualidade de vida dos trabalhadores, como fome, miséria, anteriores as atividades na mineração? Malaquias afirma “que os médicos de Jacobina não descobriam qual era a doença que os companheiros tinham.”⁸⁰ Nos atestados registravam-se as conseqüências ocorridas pela silicose, como por exemplo, insuficiência respiratória, esse foi o caso do atestado de óbito de Manoel Maia, marteleteiro, falecido em 24 de março de 1989, na cidade de Miguel Calmon (distante de Jacobina 32 Km), com 41 anos. A causa de sua morte foi atestada como “parada cárdio respiratória, edema pulmonar aguda.”⁸¹ Assim, a doença contraída em um determinado período mantinha-se desconhecida, a opinião pública não era informada sobre seu histórico, os cuidados para prevenção, naturalizava-se a doença, pois o discurso circulante da empresa era confirmado pelo segmento médico de Jacobina, ao atestar os óbitos sem referenciá-la.

⁷⁹ Entrevista Filinto e Malaquias. 21 janeiro 2005.

⁸⁰ Entrevista Malaquias. 21 janeiro 2005.

⁸¹ Fórum Jorge Calmon. 3ª Vara Cível. Ação de reparação de dano que move Zulmira Chances Maia, viúva de Manoel Maia contra Jacobina Mineração e Comércio (Antiga Mineração Morro Velho) Nº 45/96. 07 março 1996.

A produção do silêncio sobre a silicose na cidade de Jacobina tem motivos diversos, mas entre eles é provável que o estabelecimento das redes de poder constituídas explique esse silêncio, além de constituir em estratégia para impedir que as mortes por problemas pulmonares fossem relacionadas a poeira aspirada na mina. Ela atingiu uma parcela de trabalhadores de famílias pobres, originárias da zona rural, com pouca instrução, e, na maioria dos casos, analfabetos ou semi-alfabetizados que sobreviviam de um trabalho duro, árduo e perigoso, realizado muito abaixo da superfície da terra, para retirar as riquezas minerais que constituíram, segundo os discursos oficiais, o desenvolvimento da localidade, do estado e do país. Filinto, chegou em Jacobina, em 1983, com intuito de exercer atividade na mineração, trabalhava na roça em Canabrava, distrito de Mirangaba,⁸² desde os “15,16 anos, jovem, jovem, ajudando os pais ... em 1983 eu vim pra aqui(Jacobina) que tava contratando um monte de funcionário, da roça principalmente...eu vim pra Jacobina com esse objetivo que só tinha ela que oferecia certos empregos aqui...era a possibilidade que tinha aqui por perto era a mineração... você chegava e logo, logo ia trabalhar...com 20 anos eu vim pra aqui.”⁸³ Diferente de Filinto, Malaquias, relata como ingressou na UNIGEO, empresa controlada pela Morro Velho, contratada para fazer a pesquisa exploratória:

“ ... Eu não vim direto pra trabalhar na UNIGEO, eu vim pra Jacobina, fui sair da minha região, eu tinha um irmão que trabalhava aqui na empresa, morava aqui em Jacobina na época ... e eu passei na casa dele pra falar com ele que queria ir pra Salvador, mas cheguei aí, fiquei aí, comecei, gostei né, era para viajar a noite, fiquei, amanheci o dia, no outro dia entrei em algumas farras, gastei o dinheiro da passagem que eu ia pra Salvador.Solteiro, novinho, dezenove anos, vinte anos, aí gastei o dinheiro, não conhecia Jacobina, nem Jacobina conhecia, morava em Piritiba,

⁸² O município de Mirangaba foi criado em 24/01/1961, anteriormente pertenceu a Jacobina, tem 14.017 hab.(CENSO:2005) e se localiza a 30 Km de Jacobina (Fonte: DERBA).

⁸³ Entrevista Filinto Acendino da Cruz. 21janeiro2005.

nasci em Piritiba,* morava na roça... cheguei em Jacobina, o desenvolvimento muito diferente....depois de quinze dias em Jacobina, ele [o irmão] conseguiu um trabalho pra mim lá[na Morro Velho]. Eu disse: vou trabalhar uns dias aqui pra ir pra Salvador, porque o meu intuito era morar em Salvador, a minha vontade era de morar em Salvador. E nessa minha vida de trabalhar uns dias, trabalhei esses dezesseis anos..., aí comecei a trabalhar, comecei a ganhar um dinheiro, pra mim quando eu vim, vim da roça, pra mim, era um absurdo que eu ganhava aqui, na roça eu não ganhava, na roça eu não ganhava esse dinheiro e gostei e fiquei ...”⁸⁴

Pobreza e condições de vida nas áreas rurais da Bahia quase sempre impeliam seus moradores a migrarem, trilhando caminhos diferentes, buscando oportunidades em cidades com maiores possibilidades de trabalho. A estabilidade do emprego atraía migrante como Filinto, o mundo da “roça” não possibilitava vivenciar a experiência do emprego com salário fixo no final do mês. Seu relato mostra a vida difícil da “roça”, desde cedo trabalhando para complementar a renda familiar. Já Malaquias revela seu encantamento pela cidade, o mundo urbano, tudo aquilo que possibilitasse melhores condições de vida fascinava-lhe. Nesse caminho, Malaquias encontrou o emprego na mineração, que mesmo sendo um trabalho muito pesado, era compensado com o dinheiro que recebia para ele era coisa boa, fantástica, considerou gratificante surpreendendo-se com o que recebia de salário, “era um absurdo” se comparado com a situação anterior vivida. A experiência de trabalhador da “roça” determinou sua permanência na Morro Velho por toda uma vida de trabalho, primeiro emprego que ficou até se aposentar com dezesseis anos de serviço prestado à empresa.

Trabalhadores da “roça” enxergavam na mineração um lugar que garantiria o sustento de si, de sua família e a possibilidade de algum tipo de ascensão. Saíram da zona rural para o mundo urbano,

* Piritiba se transformou em município em 28/11/1952, anteriormente pertenceu a Jacobina, tem 15.817 hab (CENSO:2005) Localizado a 72 Km de Jacobina. (Fonte: DERBA).

⁸⁴ Entrevista Malaquias. 21 janeiro 2005.

deixaram de ser “trabalhadores de roça” para ser empregados de uma grande empresa. Por outro lado, a Morro Velho inserida em uma região de semi-árido, penalizada pelas longas estiagens, soube explorar a fartura de uma mão-de-obra que travava embate contra a pobreza e muitas vezes a miserabilidade de suas vidas. A empresa contratava homens jovens e fortes para o trabalho braçal das frentes de serviço instaladas nas galerias, como eram chamados os lugares onde se perfuravam as rochas à procura do ouro. Contratava para um trabalho perigoso, duro e pesado, não oferecendo informações e segurança operacional que garantissem a saúde e a vida dos trabalhadores de subsolo.

Na maioria dos casos, os sintomas da silicose aconteciam no próprio ambiente de trabalho, como relata Afonso de Caldas Goiânia, ex-marteleteiro da mineração Morro Velho:

“Tava trabalhando e comecei a sentir dor no corpo. O corpo começava a doer e eu sentia aquilo. Eu, ó que coisa é isso. Ai me dava uma dor na boca do estômago, embaixo das costelas não agüentava nem suspender os braços. Quando eu ia suspender o martelo, logo o martelo 65 quilos... ai quando foi um dia eu não agüentei mesmo... ai vim pra... pra enfermaria. Aí quando cheguei na enfermaria, eles mandaram eu vim pra aqui, pra Jacobina, aqui pro[hospital] Teixeira Sobrinho ... Aí o médico me deu atestado e mandou eu voltar para lá, pra mina...ele disse vá lá na empresa que lá tem um aparelho pra tirar radiografia, pra ver alguma coisa. Muitos anos de trabalho, pra ver se não é...ele não falou... disse que era doença e me deu atestado de oito dias...se ele sabia, mas não dizia, né?”⁸⁵

O trabalho pesado e intenso de marteleteiro é revelado em sua narrativa. Aquela era uma atividade de esforço e de risco, conhecida daqueles que laboravam no subsolo da mineração e também de médicos, uma vez que a literatura médica descrevia as pneumoconioses, principalmente a silicose, conhecida desde a antiguidade como “doença dos mineiros.” A construção do silêncio

⁸⁵ Entrevista Afonso de Caldas Goiânia. 11 maio 2005.

sobre a silicose foi elaborada, transformando-se em mistério, em algo que não deveria e nem poderia ser desvelado e compreendido. A silicose tornou-se invisível para a comunidade local e também para os trabalhadores de subsolo. Leosvaldo Santana da Silva, ex-marteleiro, ex-diretor do sindicato, reconhece que “a gente como direção do sindicato não entendia dessas coisas, a gente só sabia questionar salário... ninguém sabia ainda se existia uma doença por nome pneumoconiose que aqui a gente chama de silicose, a gente não sabia e aí vinha adoecendo as pessoas... continuava morrendo e a gente sem saber de nada.”⁸⁶

A empresa construiu o discurso de negação da silicose, afirmou “que não era silicose, que ali não tinha doença, que ninguém sabia o que era, mas que não era doença de mina, que o pessoal ficasse calmo... e a gente perguntava ‘e fulano inchado, isso e aquilo? Eles diziam: ‘não, aí não tem nada a ver com a mineração não, é doença do cara mesmo, é o cara que já é doente e tal.”⁸⁷

A predisposição genética foi um dos discursos produzidos pela empresa para impedir que a doença apresentada pelo trabalhador fosse associada às condições de trabalho. A vigilância e o controle do ambiente eram de responsabilidade da empresa que sabia exatamente o seu papel, mas preferiu se eximir da responsabilidade que lhe cabia, provocando posteriormente um problema social de dimensões visíveis. Sua estratégia foi sempre a de deslocar o questionamento sobre a produção da silicose, para atender seus interesses, produzindo um discurso deslocado da realidade.

2.4 A doença nomeada como silicose: um longo percurso

O pânico produzido da experiência com a silicose fez com que o sindicato buscasse apoio e orientação em instituições relacionadas ao trabalho e à saúde do trabalho. A partir do final da década de 80 a Delegacia Regional do Trabalho -DRT foi frequentemente requisitada pelo sindicato para comprovar denúncias contra a

⁸⁶ Entrevista Leosvaldo Santana da Silva. 18 julho 2005.

⁸⁷ Entrevista Filinto Acendino da Cruz. 21 janeiro 2005

empresa sobre as condições de trabalho. A mineração foi autuada várias vezes, mas quase sempre não cumpria todas as determinações da DRT.⁸⁸ A criação do Centro de Estudos e Saúde do Trabalhador - CESAT para os mineiros foi importante. Através do CESAT, os trabalhadores, portadores ou com suspeita de silicose, podiam ser atendidos por especialistas na área de saúde do trabalho, principalmente pneumologistas, psicólogos e assistentes sociais.

A Diretoria Regional de Saúde de Jacobina ao tomar conhecimento das mortes e doenças contraídas na mineração e pressionada pelo sindicato começava a encaminhar os mineiros para Salvador. Muitos não conseguiram realizar consulta com os médicos do CESAT, por falta de condições materiais para o deslocamento de Jacobina para a capital. Alguns conseguiam passagens, mas quando o número de pacientes começou a aumentar, a passagem foi restringida a um número pequeno de trabalhadores, e muitos não conseguiram se deslocar de Jacobina por conta do estágio da silicose.

Na década de 90, a Secretária da Saúde do Estado da Bahia autorizou a criação de Núcleos de Saúde do Trabalhador, em algumas cidades do Estado, como forma de controle da vigilância de saúde do trabalho. A incidência de casos de silicose, nesse período, fez com que em 1992 o NUSAT fosse criado em Jacobina. Apesar dos inúmeros óbitos, a empresa não assumia a silicose como doença adquirida em seu ambiente de trabalho. Segundo a enfermeira Maria José, que trabalhou naquele período no núcleo regional, o NUSAT foi criado por “causa da mineração, dos casos de silicose que vinham ocorrendo anteriormente, sendo diagnosticados como tuberculose... muito tempo isso aconteceu aqui em Jacobina e depois que se descobriu que não era tuberculose e sim silicose, foi aí que começou a mobilização... e através do CESAT foi que eles trabalhando e buscando a necessidade desses locais que tinham mineração, que tinham pedreiras e eles foram priorizando municípios que necessitavam mais e Jacobina por causa da mineração foi uma das prioridades.”⁸⁹ O NUSAT atendia os trabalhadores, encaminhava-

⁸⁸ O papel da DRT e a legislação sobre saúde do trabalhador serão analisados no capítulo 4

⁸⁹ Entrevista Maria José Ferreira Queiroz. 28 setembro 2005.

os para o CESAT, para que este fornecesse o diagnóstico e o relatório médico. Algumas vezes, a médica pneumologista se deslocava para Jacobina para atender. Tanto em Jacobina quanto no próprio CESAT, em Salvador, os pacientes eram examinados clinicamente, faziam radiografia e era expedido o laudo. “E ela começou a cuidar também dos pacientes lá (em Salvador) e todo mundo que morria ela dava óbito e dizendo que a causa morte tinha sido silicose.”⁹⁰ O fragmento de relato de Filinto revela que os óbitos passaram a ser denominados de silicose, expondo uma marca “trágica” dessa luta para construir a relação entre a doença e o local de trabalho.

Relembrando esse tempo, Tânia Estrela, assistente social do CESAT, atendeu muitos dos trabalhadores da empresa Morro Velho, no início da década de 90. Sua memória registrou o fato de muitos trabalhadores chegarem ao CESAT “em estado muito avançado, já chegava muito adoecido, quando ele já tava caindo, dentro da empresa... desmaiando... mesmo sentindo a dor, a falta de ar ele vai trabalhar porque ele não quer nenhuma perda salarial, porque ele já tem os compromissos dele. E o medo de ser demitido que é maior ainda...” Sobre o aspecto físico ela recorda “que a gente via trabalhador que tinha 35, 40 anos, ele tinha um aspecto físico muito envelhecido, era muito preocupado, a preocupação maior desse trabalhador era morrer e como iria sustentar a família, de que a família iria viver depois da morte dele. A primeira pergunta que ele fazia: tem como eu deixar alguma pensão? O INSS vai me pagar alguma coisa, vai ficar alguma coisa para minha família? A maior preocupação dele era como a família iria sobreviver depois que ele morresse, porque ele já vinha com a idéia de que ele não iria viver muito, que ele morreria que era uma doença que não tinha cura mesmo... ele tinha aquela sensação de que estava condenado à morte, então ele normalmente não conversava muito, era muito cabisbaixo.”⁹¹

O relato de Tânia Estrela revela aspectos centrais daquela realidade. O estado físico do trabalhador, um conformismo com

⁹⁰ Entrevista Filinto Acendino da Cruz. 21 janeiro 2005.

⁹¹ Entrevista Tânia Regina Carneiro dos Prazeres Estrela, assistente social do CESAT. 03 maio 2005.

a morte e a grande preocupação do trabalhador com sua família em face de sua possível morte. Aspectos que imprimem múltiplos significados, entre eles o estado avançado dos sintomas visivelmente percebido pela assistente social quando os trabalhadores chegavam ao ambulatório, procuravam o CESAT porque sabiam de sua provável morte, daí o interesse pelo laudo médico construído como elemento fundamental para provar que o trabalho nas minas o tinha levado a contrair silicose, acrescido a isso o laudo serviria para encaminhar seu afastamento do trabalho com direito a receber alguma pensão que garantisse financeiramente em alguns aspectos a família. Mas também é necessário compreender que o fato de não procurar imediatamente o médico do CESAT significou o medo de perder o salário integral e de forma mais radical medo de ficar desempregado, além disso, pode-se pensar na marca social que a doença imprime nos indivíduos, nesse caso afastando-os da possibilidade de continuar empregado na mineração ou fora dela.

O discurso do trabalhador recordado pela assistente social focaliza o aspecto da preocupação com a situação financeira da família, apreensão que pode explicar em parte o fato de protelar sua ida ao médico, contribuindo para que a relação entre silicose e local de trabalho fosse efetivada lentamente. Razões financeiras, resistência em acreditar que pudesse contrair silicose, medo do estigma dentro da mineração e da própria cidade, os significados parecem ter sido múltiplos para a construção dessa história.

O aspecto físico do trabalhador, recordado por Tânia Estrela, revela o envelhecimento precoce, resultante quase sempre da luta diária de sobrevivência, além da preocupação com a família. Para ela, o trabalhador se apresentava rendido àquela situação, estava conformado, restando-lhe apenas esclarecer sobre a situação de sua família, tanto assim que primeiramente perguntava-lhe e interrogava-lhe sobre a nova realidade.

A descoberta ou em muitos casos a confirmação da silicose era o primeiro percurso de uma trilha, muitas vezes íngreme para tentar conseguir o reconhecimento da silicose como consequência do trabalho. Tânia Estrela afirmou que muito desses trabalhadores foram encaminhados para o CESAT “afastados por auxílio doença e o CESAT queria pedir ao INSS depois a transformação desse

benefício de auxílio doença para auxílio acidentário, então ele vinha para Salvador fazer o diagnóstico, a médica mandava esse relatório (para o NUSAT), ele (o trabalhador) recebia e entregava ao INSS de Jacobina.”⁹² Ela ainda recorda que alguns conseguiram receber, outros quando o benefício saía já estavam mortos, passando o benefício para a família.⁹³

Através da ação do CESAT, o sindicato tinha respaldo para denunciar que a silicose existia e matava os trabalhadores da mineração. Filinto relembrou que a Dr.^a Joselita Sobreira, médica pneumologista daquela época do CESAT, atestava a silicose como causa da morte do paciente. Seus relatórios contundentes associavam a silicose com as condições de trabalho da empresa, como descreveu em um dos laudos:

“... o paciente trabalha na mineração subterrânea de ouro durante 7 anos e dois meses na empresa JMC, empresa que tem sido fonte de silicose e tuberculose em trabalhadores expostos a curtos períodos de tempo pelas péssimas condições de trabalho.”⁹⁴

Os laudos atestados pelo CESAT constituíram-se em estratégia de luta dos trabalhadores, em elementos fundamentais para revelar as condições insalubres de trabalho. O relatório extrapolava o caráter médico, denunciava as condições de vida do paciente, como o caso de “José, 35 anos [que] compareceu a este ambulatório em 19-08-92 ... queixava-se de agitação e tremor além de falta de ar +/- 3 anos...foi demitido da empresa e realizou exames médicos em 1989... e o raio-x de tórax mostrou lesões compatíveis com silicose. Desde então o paciente tem recebido benefício por doença comum do INSS...tem história de exposição à sílica, trabalhando durante 10 (dez) anos na mineração subterrânea de ouro na empresa UNIGEO, atualmente Jacobina Mineração e Comércio... o paciente deve solicitar transformação do benefício comum para benefício acidentário”⁹⁵

⁹² Entrevista Tânia Estrela. 03 maio 2005

⁹³ Entrevista Tânia Estrela. 03 maio 2005

⁹⁴ 16^a DIRES. Arquivo do NUSAT. Ficha 0447-94.

⁹⁵ Como forma de preservar sua identidade e também por princípios éticos, os nomes dos

O discurso médico era complementado por um outro o do exercício da cidadania, era o discurso de denúncia, de combate contra práticas de trabalho desumanas e exploratórias. Os relatórios da Dra. Joselita apontavam a meticulosa capacidade da empresa de se afastar de qualquer responsabilidade pelos empregados, dissociando trabalho-silicose. A empresa realizava exames periódicos nos trabalhadores e, portanto, era a primeira a ter conhecimento do seu estado de saúde. O tempo trabalhado na JMC trouxe seqüelas para José como “agitação, tremor,” além da constante “falta de ar”. Seu tempo presente é construído por uma vida de incômodos físicos e também psicológicos que redefiniram o seu novo lugar na sociedade, o de trabalhador doente e desempregado.

Nesse sentido, o relatório médico pode ser entendido como elemento fundamental para a ruptura do discurso dos patrões, ao explicitar que o trabalhador não era o produtor de sua doença, mas a vítima, como enfatizou o relatório da médica sobre “as péssimas condições de trabalho,” onde [o trabalhador] exercia sua atividade laborativa em um ambiente no qual “o conteúdo de sílica na rocha extraída é mais de 80%.”⁹⁶ O relatório descrevia o trabalho como algo desumano e exploratório que subtraía anos de vida de seus funcionários, além de tornar visível a prática inadequada do trabalho desenvolvido no subsolo da mineração.

Em 1992, o CESAT elaborou um relatório técnico referente às questões de saúde dos trabalhadores e do ambiente de trabalho da empresa Jacobina Mineração e Comércio S.A (antiga Morro Velho). O relatório afirmava que a DSO/CESAT⁹⁷ “cumprindo o seu papel de coordenador e executor das ações da Vigilância da Saúde do Trabalhador no subsolo, vinha registrando desde 1990 um significativo número de casos de silicose. A SESAB requereu ao Conselho Estadual do Meio Ambiente -CEPRAM que condicionasse esta empresa a

trabalhadores, pesquisados nas fichas do NUSAT são fictícios. 16ª DIRES. Arquivo do NUSAT. Ficha 0134/92.

⁹⁶ Sindicato dos Mineiros de Jacobina. Relatório médico de A.F. dos S. In: Relatório: Trabalhadores acometidos de doença ocupacional.

⁹⁷ Divisão de Saúde Ocupacional /CESAT.

apresentar Plano Saúde Empresa-PSE para análise e avaliação das condições de saúde, visando o controle de pneumoconioses.”⁹⁸

O PSE apresentado pela empresa foi aprovado com condicionantes. O plano não contemplava proposta de monitoramento ambiental, exigida pelo CESAT e também um “estudo preliminar (diagnóstico) para identificação das áreas de risco, que levaria o projeto para controle ambiental.”⁹⁹ A JMC apresentou proposta, mas a equipe da DSO/CESAT considerou-a insatisfatória para gerar as medidas necessárias às mudanças na qualidade ambiental, de higiene e segurança.

Como medidas para o controle da saúde e do ambiente da JMC, a Secretaria de Saúde do Estado e o CESAT, através do NUSAT em Jacobina, intensificaram suas ações “visando exercer a Vigilância da Saúde do Trabalhador procedendo ao levantamento e diagnose das patologias do trabalho, sendo que no momento será dado maior ênfase aos casos de silicose.”¹⁰⁰ Contaminação por chumbo ocorria em menor grau do que a silicose, conforme relato do Serviço Médico da JMC que havia diagnosticado em quatro funcionários que trabalhavam na metalurgia, local de fundição do ouro, teores significativos de chumbo no sangue. A vigilância da Saúde do Trabalhador afirmou que pelos teores de chumbo encontrados nos trabalhadores, os mesmos deveriam ter sido afastados do trabalho através da emissão de Comunicação de Acidentes do Trabalho- CAT, fato que não ocorreu. No relatório também é citada a frequência dos acidentes de trabalho, “tendo culminado com duas mortes no interior da mina, em novembro de 1991”.¹⁰¹

A empresa apresentava, segundo o relatório da COVAP/ CESAT, um perfil de empresa que descumpria normas relacionadas à vigilância da saúde do trabalhador. A JMC explorou por uma década o subsolo de minas como a de Itapicuru, entretanto não procurou amenizar as duras condições de trabalho. Em 1991, o sindicato dos mineiros elaborou uma cartilha, denunciando as

⁹⁸ CESAT/COVAP – Relatório DSO/CESAT nº 1/92.

⁹⁹ CESAT/COVAP – Relatório DSO/CESAT nº 1/92.

¹⁰⁰ CESAT/COVAP – Relatório DSO/CESAT nº 1/92

¹⁰¹ CESAT/COVAP – Relatório DSO/CESAT nº 1/92.

péssimas condições de trabalho na JMC que resultaram em muitos casos de silicose. Um dos trechos da cartilha apresentado a seguir rompe com o silenciamento e abre espaço para a discordância e resistência do já dito:¹⁰²

SILICOSE: ESSA DOENÇA ROUBA ANOS DA VIDA DOS TRABALHADORES

CARTÃO POSTAL VISITE JACOBINA, CIDADE DA SILICOSE.

O ouro é da mina
dos mineiros é a doença
SILICOSE
O ouro é tolo,
mas mata!
Se você pensa em dizer
que essa terra é rica
por ter suas minas,
tenha cuidado em andar por aí
HÁ BURACOS!
E não se engane
em pensar
que são túneis para o tesouro
pois o **OURO**
já está lá fora
enchendo o rabo
da **ANGLO-AMERICANA**
Enquanto aqui
as bananas de dinamite
explodem na tua cara!!!!

A ênfase da cartilha é o trabalho que enriquece a multinacional, seus patrões e contamina seus funcionários com a silicose, a tríade trabalho-riqueza-doença constituiu o fio condutor do texto. A produção discursiva de “cidade do ouro,” foi deslocada para as

¹⁰² Sindicato dos Mineiros de Jacobina. Silicose. Jacobina.1991.

práticas do cotidiano dos trabalhadores da Morro Velho. A extração do ouro antes configurada como símbolo de riqueza, prosperidade, bem-estar pessoal e coletivo passou a sofrer um deslizamento, um processo de transferência. Assim o que parecia sem sentido transfigura-se em sentido. O discurso para impedir a relação da silicose com as condições de trabalho começa a ser desmontado e desconstruído, quando se tornaram visíveis as histórias dos sujeitos, produzidas em um percurso mais longo, mas que produzem efeitos de sentidos outros que não os instituídos e legitimados. Jacobina “a cidade do ouro” passa a ser chamada de “cidade da silicose,” produção discursiva das condições de trabalho da empresa. É também o terror da morte, de adoecer, do sofrimento. A cartilha tem um tom de revolta contra aqueles que conhecendo os perigos e os riscos do trabalho, no subsolo das minas, omitiram-se e legitimaram seu discurso homogêneo, de aparência estável e coerente. Discurso construído para ecoar entre os diferentes segmentos da sociedade e que pareceu ter efeito de verdade, principalmente quando se percebe que parece ter havido um percurso por vezes lento dos próprios trabalhadores, dos moradores da cidade em associar mina e silicose.

O período em que foi produzida a cartilha, início da década de 90, foi o momento em que se fortaleceu a denúncia por parte dos trabalhadores. O saber sobre a silicose, responsável pela doença de uma parcela significativa dos trabalhadores de subsolo, fez com que o sindicato começasse a denunciar as duras condições de trabalho da empresa à comunidade de Jacobina e também aos órgãos públicos de saúde e vigilância do trabalhador.

O silêncio de anos anteriores despertou um sentimento de revolta e indignação dos membros do sindicato que passaram a buscar informações sobre a silicose com o CESAT. Nesse sentido a articulação sindicato/CESAT foi fundamental para interferir naquela realidade. A cartilha era uma produção resultante desse contexto, informando sobre as medidas tomadas para combater a silicose: ¹⁰³

¹⁰³ Sindicato dos Mineiros. Silicose. Jacobina, 1991, p.2.

“(....) Foi a luta dos companheiros contaminados juntamente com o Sindicato que fez com que os médicos da nossa cidade considerasse a chamada ‘mancha no pulmão’ observada no raio-x) como sinal de silicose e não tuberculose, como se pensava antes.

- Foi, também, a luta do sindicato que pressionou os órgãos de saúde do Estado a enxergarem de perto a problemática da SILICOSE. Hoje já foi implantado o Núcleo de Saúde do Trabalhador – NUSAT, que realiza exames para diagnosticar a silicose.
- O Sindicato organizou uma comissão de saúde, que acompanha e dá toda a atenção aos companheiros contaminados.
- O Sindicato participa de seminários e encontros sobre saúde do trabalhador, principalmente sobre silicose, buscando trazer – E LEVAR, experiências e conhecimentos.”

A criação do NUSAT com médico treinado por uma equipe médica de Salvador para lidar com aquela situação contribuiu no sentido de encaminhar os trabalhadores ao CESAT para serem examinados e daí adquirirem o laudo. Nesse percurso, parece ter sido reduzido o número de médicos de Jacobina que contribuiu com o diagnóstico da silicose, como relata Malaquias “um dos médicos representou o núcleo do CESAT em Jacobina. Ele ajudou a gente, deu alguma participação de ajuda e em alguns casos tivemos um outro médico, deu laudo de alguns companheiros que morreram no hospital e ele dava o laudo de silicose, sílico-tuberculose, mas a maioria não teve participação de ajuda.”¹⁰⁴ Seu relato revela em certo aspecto a luta do sindicato, tentando intervir na prática médica, embora como focalizasse Malaquias, os médicos foram poucos, a maioria resistia fornecer os laudos atestando a silicose o que em certa medida pode ter significado um pacto de silêncio entre uma parcela de médicos e a empresa, tentando impedir a associação dos sintomas dos trabalhadores com o ambiente da mina. Dessa forma, o sindicato travava uma luta para trazer à tona a realidade

¹⁰⁴ Entrevista Malaquias. 18 janeiro 2006.

sobre a produção da silicose, para isso começou a se organizar, se fortalecer para tentar desmontar o discurso da empresa. O percurso foi lento, principalmente porque naquela época a reivindicação por melhores salários e condições de trabalho constituía o principal foco do sindicato. Entretanto, existiam outros sérios problemas não tão visíveis quanto a questão salarial, pauta de reivindicação da maior parte das categorias de trabalhadores. Em Jacobina, as duras e inadequadas condições de trabalho construíram um inimigo silencioso, desconhecido e letal que invadia a vida dos trabalhadores, sugando deles sua jovialidade, entusiasmo, energia, retirando das famílias, pais, filhos, maridos, fazendo com que a vida deles se modificasse “em funcionamento inflectido.”¹⁰⁵

Afonso, portador da silicose recorda que no final da década de 80 “morria gente, mas você dizia que era tuberculoso, a empresa nunca chegava pra você... dizia, rapaz, você ta doente disso.”¹⁰⁶ Flávio Mesquita, médico, ex- prefeito de Jacobina no período de 1977-1982, relembra “o quadro constrangedor” da época, “era uma situação que me dava a dar atestados médicos, naquela época eu sai da prefeitura e a direção da Morro Velho não gostava muito de mim, disse que eu dava muito atestado para o pessoal, atestado médico... se adoecia com muita pneumonia, bronquite, eu não dificultava o fornecimento de atestado médico.”¹⁰⁷

A dimensão do perigo das atividades de subsolo parecia não existir. Flávio Mesquita sabia da existência da silicose, “mas não que seria um quadro que aconteceria como aconteceu... é pra nós uma situação nova, nova digamos como esse quadro, a quantidade dessa doença”¹⁰⁸ recorda ainda que “o padre da época, padre José, ter chamado atenção porque ele era europeu, acho que lá na Europa acontecia isso. [Ele] chamava atenção da silicose e tuberculose, cobrando da empresa os cuidados para os trabalhadores, o trabalho

¹⁰⁵ Sobre o visível e o invisível da doença ver Foucault, Michel. O Nascimento da Clínica. 6ªed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p.168.

¹⁰⁶ Entrevista Afonso Caldas Goiânia.11maio 2005.

¹⁰⁷ Entrevista Dr. Flávio Antônio Mesquita Marques. 14 julho 2005. Flávio Mesquita no período que governou a prefeitura municipal pertencia ao partido da Arena. Com a dissolução desse partido em 1979, Flávio Mesquita ingressou no PDS.

¹⁰⁸ Entrevista Dr.Flávio Mesquita. 14 julho 2005.

de prevenção.”¹⁰⁹ Ele também relembra que “talvez, muita gente não tenha dado tanta importância a não ser os próprios doentes ou as famílias dos doentes.”¹¹⁰ A silicose como problema social é apagada, reduzida a um problema individual, particularizado.

Leosvaldo recorda que na cidade “ninguém nem comentava o mal dessa... o nome dessa coisa aí chamava pneumonia.”¹¹¹ As redes de poder construídas deslocavam o foco da questão. Interessava produzir uma realidade que atendesse os interesses de determinados segmentos sociais e, certamente, a silicose adquirida pelos trabalhadores não era assunto para ser enunciado e discutido na cidade que construía o discurso do desenvolvimento econômico e social trazidos pela Morro Velho. Sobre o poder municipal, na década de 90, Flávio Mesquita que era de partido de oposição ao prefeito afirma não lembrar “de ter havido uma ação mais efetiva por parte da prefeitura na defesa desses doentes.”¹¹² A questão era de saúde pública, mas as discussões que orientavam a política sobre saúde e trabalho pareciam não ter ressonância em Jacobina, prevalecendo um discurso que estabelecia uma rede de poder entre a esfera pública e a privada.

O discurso construído sobre a silicose favoreceu a produção de um outro enunciado, o mal que acometia os mineiros era a tuberculose, que na literatura médica está associada a uma alimentação inadequada, pobre em vitaminas. Dissociar trabalho e silicose ou mais propriamente local de trabalho e silicose era uma das estratégias da empresa. Carlos relatou em sua ficha clínica do NUSAT que “trabalhou durante onze anos na mineração subterrânea de ouro na empresa Jacobina Mineração e Comércio ... informa que, em dezembro de 1991, fez o RX de tórax e disse que o médico da mina informou estar com um pequeno problema...o médico da mina estava suspeitando de tuberculose.”¹¹³ O relatório médico do CESAT, entretanto, enunciava outro diagnóstico “...o paciente é portador de silicose com repercussão funcional importante. Em

¹⁰⁹ Entrevista Dr.Flávio Mesquita. 14 julho 2005.

¹¹⁰ Entrevista Dr.Flávio Mesquita. 14 julho 2005.

¹¹¹ Entrevista Leosvaldo Santana da Silva. 18julho 2005.

¹¹² Entrevista Dr.Flávio Mesquita. 14 julho 2005.

¹¹³ 16ª DIRES. Arquivo do NUSAT. Ficha 87/92. 11/06/1992.

1994, seu estado havia piorado, com profusão padrão de 2/1 e “com sílico-tuberculose com repercussão funcional grave.”¹¹⁴

Algumas fichas dos pacientes atendidos pelo NUSAT de Jacobina revelaram o medo dos trabalhadores em ter contraído a silicose, alguns demitidos pela empresa, como por exemplo, Jurandir, 52 anos, atendido em 1992 “procurou este serviço para certificar-se do seu estado de saúde (com aviso de demissão) e foi encaminhado a consulta com a pneumologista por apresentar o RX lesões suspeitas de pneumoconiose.”¹¹⁵ Na consulta, “o paciente queixava-se de ‘tosse seca’ e ‘falta de ar’ há +/- 2 anos... o paciente relata que no início do quadro foi examinado pelo médico da empresa que detectou “chiado” ao examinar o tórax, foi na ocasião medicado.”¹¹⁶ O relatório médico do CESAT informa também que “o paciente tem história de exposição à sílica trabalhando 9 anos na mineração subterrânea de ouro... e que tem suspeita diagnóstica de silicose.”¹¹⁷ Em 1996, Jurandir retornou ao ambulatório do CESAT, queixando-se de que a dispnéia e a tosse permaneciam. Seu exame radiológico apresentava, segundo a classificação da Organização Internacional do Trabalho, evolução “observada nas lesões radiológicas... pois mesmo após a cessação da exposição à silicose continua a progredir, podendo apenas diminuir a velocidade da evolução das lesões. Assim sendo, baseando-se nos exames apresentados, acreditamos poder firmar o diagnóstico de silicose... o paciente deverá permanecer afastado de todo e qualquer ambiente com poeira mineral...”¹¹⁸ A silicose de Jurandir evoluiu de um padrão 0/1 em 1992 para 1/0 em 1996, confirmando o diagnóstico da doença.¹¹⁹

¹¹⁴ 16ª DIRES. Arquivo do NUSAT. Ficha 87/92. 11/06/1992.

¹¹⁵ Sindicato dos Mineiros de Jacobina. Comissão de Saúde - Mineiros de Jacobina. Relatório Médico. 23/09/1992.

¹¹⁶ Sindicato dos Mineiros de Jacobina. Comissão de Saúde. Op. cit.

¹¹⁷ Sindicato dos Mineiros de Jacobina. Comissão de Saúde. Op. cit.

¹¹⁸ Sindicato dos Mineiros de Jacobina. Comissão de Saúde - Mineiros de Jacobina. Relatório Médico. 23/09/1992.

¹¹⁹ A classificação Internacional OIT 1980 sobre Radiografias de Pneumoconioses define a concentração das opacidades em relação às radiografias padrão da seguinte forma: Categoria 0 - pequenas opacidades ausentes ou menos profusas que o limite inferior da categoria 1. Categorias 1, 2 e 3 - representam uma profusão crescente das pequenas opacidades definidas pelas radiografias-padrão. Conforme: Manual de Normas para o controle das pneumoconioses:

Os pacientes diagnosticados com silicose da categoria 3 dificilmente sobreviveriam por longo tempo, esses em sua maioria falecem rapidamente, como por exemplo “o paciente Expedito Benício Souza.” que compareceu no ambulatório do CESAT em “ 19 de junho de 1991, [e] relata início da história atual há +/- 11 meses com tosse seca e dispnéia aos médios esforços, recentemente apresenta expectoração escassa clara e piora da dispnéia. Refere ainda perda de peso, falta de apetite... ter trabalhado por 5 anos na mineração de ouro como marleteiro, trabalho subterrâneo.” O relatório médico confirma o diagnóstico de silicose e recomenda “que o paciente seja afastado definitivamente do trabalho.”¹²⁰ No ano seguinte, ele falece. Francisco, 43 anos, com seis anos de exposição à mineração subterrânea de ouro ao ser atendido no CESAT, em julho de 1992, é confirmado o diagnóstico de silicose com padrão definido pela OIT de 3/3, e em dezembro ocorreu seu falecimento.¹²¹

A jornada e as condições de trabalho aliados ao alto grau de exposição à sílica foram fundamentais para a duração da vida dos trabalhadores da mineração. Muitos deles sofreram uma exposição maciça à sílica, caracterizando-se, em boa parte dos casos, o que a literatura médica denomina de silicose aguda.

O silêncio construído sobre a silicose implicou também em ausência de dados, relatórios sobre as condições de trabalho durante a década de 80, principalmente quando os empregados da mineração começaram a adoecer e falecer. Silêncio emblemático. No subsolo, a empresa apresentava sua realidade. Na mina do Itapicuru o ruído era intenso, sem ventilação auxiliar, refeitórios próximo ao subterrâneo da mina, expostos a poeira, entre outras condições inadequadas de trabalho. A forma como a empresa tratou seus trabalhadores foi alvo de denúncia por parte do sindicato.

silicose, pneumoconiose dos trabalhadores de carvão e pneumoconiose por poeiras mistas. Brasília, Ministério da Saúde/Fundação Nacional de Saúde, p.23.

¹²⁰ Sindicato dos trabalhadores na indústria da extração do ouro e metais básicos de Jacobina-Bahia. Comissão de Saúde – Mineiros de Jacobina. Relatório: Trabalhadores acometidos de doença ocupacional. Nesse caso optamos por não colocar nome fictício porque sua história de vida será analisada no cap.3.

¹²¹ CESAT/COVAP. Relação dos portadores de silicose, sílico-tuberculose e pacientes com suspeita silicose.

Os dados analisados a seguir cobrem a década de 90, quando a silicose começou a ganhar certa visibilidade para os órgãos públicos estaduais de saúde, principalmente o CESAT.

Em 1991, uma equipe composta por técnicos do DNPM - Departamento Mineral de Produção Mineral e do CESAT fez uma inspeção na mineração com o objetivo de “conhecer as instalações da JMC S/A em Jacobina, visando aprofundar as discussões sobre o Programa de Saúde da Empresa- PSE.” A inspeção identificou irregularidades, como a forma de trabalho nas galerias subterrâneas, considerou o “ambiente confinado, exíguo, sem ventilação auxiliar. Os bebedouros são do tipo simplificado, isto é são construídos nas oficinas da empresa, consistindo de uma caixa eternit com filtro de areia e carvão.”¹²²

No que se refere ao quesito saúde, a situação descrita é assustadora: foram encaminhados à enfermaria da Diretoria Regional de Saúde -DIRES “em média 2 (dois casos) suspeitos de sílico-tuberculose.” O presidente do Sindicato dos mineiros naquela época, Jubilino Carneiro, informou à equipe de inspeção que, em 1989, os trabalhadores tiveram “uma greve prolongada, com demissão e que haviam ganho na justiça a reintegração do pessoal. Muitos que estavam se reintegrando tinham graves problemas de saúde.” Constatada a realidade dos mineiros do subsolo, a equipe de inspeção propôs a DIRES, “uma campanha de educação em saúde, abordando o tema silicose, o pessoal da regional acatou com entusiasmo a proposta de desenvolver este trabalho. Cobrou os treinamentos para a equipe da DIRES (ambulatório) e do técnico de raio x.”¹²³

As propostas levadas pela equipe de inspeção à diretoria da empresa enfatizaram a importância de um monitoramento ambiental do trabalho desenvolvido no interior da empresa como também uma proposta de Programa de Prevenção e Controle de Riscos Ambientais para implantação do programa em 1992, e recomendaram que o acompanhamento das discussões sobre o monitoramento tivesse a participação do sindicato local, pois

¹²² CESAT/COVAP. Relatório de viagem. Período 20 a 23 agosto 1991.

¹²³ CESAT/COVAP. Relatório de viagem - período 20 a 23 agosto 1991.

“tal medida impede o surgimento de dúvidas quanto ao grau de confiabilidade dos resultados obtidos. Dr. Kurt Menchen [diretor da empresa em Jacobina] resistiu à idéia, alegando que o sindicato não teria quadros técnicos para análise e discussão do nível requerido. Mas alegamos ser esta uma questão que caberia ao sindicato resolver, competindo a nós, assegurar o esforço de desenvolver o Programa com todos os segmentos envolvidos. Ele então concordou achando que inicialmente o processo de integração seria difícil, mas não impossível.”¹²⁴

O tema saúde do trabalhador provocou, nesse período, um embate entre empresa e sindicato, como demonstrou o relatório do CESAT. A empresa não aceitava o gerenciamento do sindicato no Programa de Prevenção de Controle e Riscos Ambientais, procurando mantê-lo afastado de qualquer tipo de ação que fiscalizasse as condições do ambiente de trabalho. O discurso utilizado pela empresa é o da falta de técnicos especializados dentro do sindicato para acompanhamento do Programa de Riscos Ambientais. Recorre ao discurso competente ou científico que deveria ser emitido por profissionais da área do saber médico, para tentar desqualificar e impedir o trabalho do sindicato em defesa da vida dos mineiros. Para ela, o sindicato não detém esse saber, o seu discurso não pode ser reconhecido, pois lhe falta o domínio dos conhecimentos exigidos para que tenha representação política e social. Com este discurso a empresa reconheceu que a presença do sindicato se tornava cada vez mais visível, e era preciso apagá-la, deslocando o foco da questão das condições de trabalho, seus riscos e controle, para a incompetência do discurso sindical, procurando assim dificultar e impedir a atividade do órgão de classe dos trabalhadores no local de trabalho. O CESAT, por sua vez, utilizou a estratégia da co-participação do sindicato para poder pressionar a empresa na implantação do programa, pois sabia que o monitoramento do ambiente de trabalho reduziria o risco da contração de doenças, como a silicose. A tentativa da implementação de uma política de saúde para a JMC revela a exposição do risco a que os trabalhadores estavam expostos. É nesse âmbito que órgãos fiscalizadores da

¹²⁴ CESAT/COVAP. Op. cit.

saúde começaram a travar uma batalha, denunciando a empresa pelas condições de trabalho. Em 1992, a FUNDACENTRO, o CESAT, o DNPM e o CRA “encaminharam denúncia ao Ministério Público, responsabilizando a JMC, mineradora de ouro, sediada no município de Jacobina, de causar silicose em seus trabalhadores com atividade no subsolo, devido às más condições do ambiente de trabalho na mina subterrânea do Itapicuru.”¹²⁵ Os casos de silicose aumentavam, mas as ações fiscalizadoras e punitivas contra a empresa mineradora pareciam não conseguir deter o poder da JMC no estado da Bahia. O DNPM continuava a conceder “licenciamento em áreas de mineração,” conforme o CESAT.¹²⁶

Em 1993, o presidente do sindicato dos mineiros, Jubilino Carneiro, denunciou ao CESAT a estratégia da empresa em se isentar da responsabilidade trabalhista. As acusações realizadas pelo sindicato, órgãos fiscalizadores da saúde do trabalho ao Ministério Público pediram o fechamento de duas das minas da empresa, a mina de Itapicuru e a de Canavieiras, responsáveis nesse período pelos maiores índices de trabalhadores portadores de silicose. Antecipando a decisão da justiça, alegando queda da produção do ouro e tentando amenizar o impacto de sua imagem, a empresa decide cessar as atividades naquelas minas, mas o presidente do sindicato esclarece e denuncia uma outra realidade:

“... decorridos mais de um ano após a paralisação nestas minas, reuniões da empresa, Sindicato, Ministério Público e demais entidades, sem concluir solução, foram realizadas conjuntamente e separadamente. Porém, agora é do conhecimento do sindicato que a empresa está contratando empreiteiras para executarem a atividade de exploração de minério nas minas de Itapicuru.

É outrossim, importante salientar que nesta mina situa-se o ambiente de maior nível de poluição ambiental... Solicita desse modo... repita-se com a máxima urgência, medidas que visem evitar a proliferação da SILICOSE.

¹²⁵ Essa citação encontra-se na correspondência do gerente da DSO/CESAT para o Delegado Regional da FUNDACENTRO-Ba.16 novembro1993.

¹²⁶ Correspondência do gerente da DSO/CESAT para o Delegado Regional da FUNDACENTRO-Ba.16 novembro 1993.

Sugere, com desculpas, que seja pelo DNPM a licença de exploração até a data limite à ação movida pelo MP que não renove; Seja convocado pelo MP, com urgência, reunião com todos os órgãos governamentais e não-governamentais do meio ambiente, inclusive sindicato e empresa para solucionar a abertura das minas de Itapicuru...

Por fim, esclarece que a empresa apesar das negociações realizadas com todos os órgãos do meio ambiente, sindicato, Ministério Público, Ministério do Trabalho, DNPM, SESAB, INSS, compromissada, irresponsavelmente, reabre as minas sem nenhuma comunicação a nenhum dos órgãos referidos. ¹²⁷

A empresa, segundo o sindicato, burlava a lei, utilizando estratégias para se isentar da responsabilidade trabalhista sobre seus empregados e de indenizações futuras, contratando empreiteiras para realização do trabalho na mina de Itapicuru. A empresa parecia ignorar os órgãos responsáveis da área médica de saúde do trabalhador. As notificações contra a JMC não impediam que novas frentes de trabalho fossem abertas. O CESAT se pronunciou contra a reabertura “de frentes de lavra,” pois havia um índice elevado de pacientes “portadores de uma patologia irreversível e incurável”¹²⁸ e sua prática ajudou em certa medida na visibilidade das condições de trabalho desenvolvida pela JMC, mas a instituição não possuía caráter punitivo, apenas se restringia à vigilância da saúde dos trabalhadores. Seu papel foi importante no sentido de articular uma política de saúde para amenizar as perigosas condições de trabalho da empresa, mas mesmo assim o poder exercido pela empresa, muitas vezes, se sobrepunha a órgãos como o CESAT.¹²⁹

Em outubro de 1992, “os sindicatos e associações de mineiros de todo o Brasil fizeram uma representação junto ao Ministério da Saúde - MS, requerendo uma maior atenção das condições de saúde dos trabalhadores em atividade de extração e beneficiamento de minérios... O sindicato dos mineiros de Jacobina reivindicou que

¹²⁷ CESAT/COVAP. Ofício circular nº 09/93 do sindicato dos mineiros de Jacobina para o CESAT.

¹²⁸ CESAT/COVAP. Correspondência do CESAT para a FUNDACENTRO-BA. 16/11/1993

¹²⁹ CESAT/COVAP. Correspondência do CESAT para a FUNDACENTRO-BA. 16/11/1993.

o MS apurasse a ocorrência de grande número de silicóticos, com alta letalidade nos trabalhadores das minas de ouro pertencentes a Jacobina Mineração e Comércio S.A.”¹³⁰ Em dezembro do mesmo ano o Serviço de Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde enviou representante para elaborar um relatório sobre a conjuntura do trabalho realizado pela empresa. O relatório constava, entre outros itens, de uma reunião realizada entre representante da empresa, do sindicato e do CESAT, além da representante do Ministério da Saúde.

A empresa quando questionada pela representante do MS sobre o problema da saúde argumentou que sua atividade,

“... tem riscos, não existe atividade industrial por mais primária que seja que não cause impactos. Isso é utopia de quem pense o contrário, isso é o partido verde e os poetas que borboleteiam em torno disso. A atividade industrial hoje, por extensão moderna, ela tem e causa impactos. E tanto mais ela causa impactos tanto maior são os impactos... Eu não falo de problemas... nós temos de reconhecer riscos. E dominados eles, trazê-los para dentro de níveis suportáveis ou digamos assim são aceitos pela sociedade. No momento em que uma sociedade não aceita um risco, economicamente ou tecnologicamente se não possíveis de serem eliminados ou trazidos a níveis suportáveis por essa mesma sociedade, você se retira do negócio... com relação ao nosso problema de poeiras, nós não conseguimos controlar a poeira. Hoje nós conseguimos, está sob controle ou abaixo dos limites de tolerância no que diz respeito a este poluente, se não conseguimos controlar isso nós temos que parar a atividade. Essa é a nossa visão no que diz respeito a saúde.”¹³¹

O discurso da empresa é revelador de significados; num primeiro momento procura desqualificar o discurso produzido sobre a ausência de impactos na atividade industrial dizendo que é

¹³⁰ CESAT/COVAP. Relatório do acompanhamento das ações da representante da SNAS/MS (período: 28/12/1992 a 05/01/1993). Governo do Estado da Bahia/Secretaria da Saúde/SUS. Salvador-Ba, 1993, p.1.

¹³¹ CESAT/COVAP. Relatório do acompanhamento.. Anexo II, pp.41-42

coisa de quem devaneia coisa de poeta, utópico. O enunciado sobre a atividade de mineração é deslocado do campo de prevenção da saúde do trabalhador para ser anunciada como atividade de risco, que causa impactos que a empresa tem de reduzir “a níveis suportáveis aceitos pela sociedade.” O risco é apresentado como algo natural, próprio da atividade industrial, principalmente a mineradora, instituindo um outro significado de que é impossível não causar impactos, controlar a poeira. Ou a sociedade aceita conviver com os riscos ou a empresa “se retira do negócio.” A empresa sinaliza que a viabilidade econômica, o valor do “negócio,” é a essência para que continue a existir.

Em alguns trechos, como o discurso de que “...uma empresa tem que funcionar a qualquer custo,” significa dizer que o número de trabalhadores mortos em princípio não interessa, desde que se garanta o lucro. Em outros termos, pode-se pensar que mesmo morrendo trabalhadores e esta pagando as indenizações, se no final houver lucro, então a empresa continua a funcionar, para eles todo empreendimento é social desde que gere riquezas que cubra os investimentos e custos. “Se ela deixa de gerar riqueza que cubram os investimentos e os seus custos, alguém outro vai ter de pagar, e esse alguém é a própria sociedade.”¹³² O discurso construído pela empresa define o empreendimento em uma perspectiva simplesmente comercial, eximindo-se da responsabilidade social. Além disso conclui ameaçando, a empresa, se não compensada pelo lucro, deveria se retirar do empreendimento, provocando perdas econômicas para o desenvolvimento de Jacobina. A relação de forças sempre desigual determinava o “lugar social” da multinacional, dando-lhe o direito de dizer e definir o “que” e “como” fazer.

O enunciado sobre a silicose pelo sindicato e órgãos de saúde e do trabalho parecia não poder de fato interromper a prática da empresa. No período 1990/1991 havia sido registrado pelo CESAT 20 casos, aumentando em 1993 para 70 casos, e até o mês de maio do ano de 1995 o ambulatório registrou 98 casos, informando perfil

¹³² CESAT/COVAP. Op. cit.

da faixa etária, das atividades, do tempo de exposição e da forma e óbito da silicose.¹³³

No período de sete anos de acompanhamento pelo CESAT (1988-1995) dos casos de silicose em trabalhadores da mineração Morro Velho, treze casos evoluíram para óbito, integrantes do universo de apenas 98 pacientes que procuraram o ambulatório do órgão, portanto são dados oficiais, mas que não traduzem com fidelidade o número de acometidos pela silicose. A faixa etária predominante dos trabalhadores de subsolo era de 30 a 39 anos de idade, sendo a idade mínima de 23 anos e a máxima de 61 anos. Nos casos de óbitos também a maioria (53,8%) estava nessa faixa etária (30-39 anos) e a quase totalidade dos casos indicavam como atividade profissional a prospecção em subsolo de ouro, expostos a sílica por um período de 05 a 10 anos, tendo um tempo médio de exposição de 9,24 anos que contraíram a silicose, perfazendo um total de 70,4% dos pacientes atendidos pelo CESAT. Apenas dois casos tiveram um tempo de exposição menor que cinco anos. Além disso, “dos casos de silicose sub-aguda, 54,7% tiveram associação com tuberculose pulmonar, contrastando com apenas 20% naqueles com silicose crônica”.¹³⁴ O tempo e a forma de exposição determinavam o tempo de vida dos trabalhadores, predominando para esse período um tipo de silicose que aparecia por conta da intensidade da exposição e em período médio de menos de dez anos de atividade em subsolo.

Em agosto de 1995, havia registro de 114 casos de silicose o que revela um progressivo aumento. A empresa apesar de notificada não implantava uma política de prevenção de saúde para seus empregados. Nesse ano o CESAT solicitou da FUNDACENTRO uma avaliação do monitoramento ambiental de poeira mineral, pois os dados revelaram que o aumento de casos de silicose implicava em descumprimento das medidas de segurança.¹³⁵ Para avaliar, a FUNDACENTRO emitiu um parecer sobre o Plano de Saúde

¹³³ CESAT/COVAP. Relatório sobre a situação das minas de João Belo e Itapicuru e dos casos de silicose em trabalhadores atendidos no CESAT. Período 1988 a maio de 1995.

¹³⁴ CESAT/COVAP. Relatório sobre a situação das minas João Belo e Itapicuru e dos casos de silicose em trabalhadores atendidos no CESAT. Período 1988 a maio de 1995.

¹³⁵ CESAT/COVAP. Ofício nº 268. 01/08/1995.

Ocupacional da empresa. Os técnicos da FUNDACENTRO são taxativos em afirmar que “o Plano de Ação de prevenção de doenças ocupacionais se baseia apenas no monitoramento biológico e no acompanhamento clínico dos trabalhadores e não em um programa efetivo de prevenção de riscos à saúde.”¹³⁶ Tece críticas também ao fato de que a empresa promove o “retorno do trabalhador quando do seu afastamento por motivo de doença, após a normalização dos exames biológicos. Não há indícios de que medidas sejam adotadas no ambiente de trabalho de modo a se evitar que o trabalhador se exponha novamente ao retornar ao local de trabalho.”¹³⁷ Sobre a concentração de poeiras e gases apresentados pela empresa, os técnicos criticam a alta concentração, pois estaria acima dos limites de tolerância estabelecidos pelas normas regulamentadoras, mas, no entanto, a empresa constrói o discurso técnico: para ela o que existe no subsolo são apenas “amostras insalubres,” não comentando no seu plano as “medidas que foram adotadas na tentativa de reduzir as concentrações.”¹³⁸

O enunciado da empresa era de natureza distinta do constatado pelos técnicos da FUNDACENTRO e do CESAT. Ou seja, de um lado o saber produzido pela empresa, de outro o saber do sindicato e dos órgãos de saúde a partir dos exames clínicos e dos óbitos. O primado do enunciado, o dizível, é construído pela empresa, o poder de pronunciar sua verdade é construído dentro de um jogo de forças que produz discursos técnicos sobre a saúde dos trabalhadores, construindo assim uma verdade diferente do cotidiano do trabalho no subsolo.¹³⁹

Construir uma visibilidade para as práticas do trabalho realizado no subsolo significa desvelar a exploração e as difíceis e irregulares condições de trabalho - produzidas no interior das minas. Negar os altos índices de concentração de poeira existente no ambiente de trabalho foi uma estratégia utilizada pela empresa

¹³⁶ CESAT/COVAP. Parecer técnico da FUNDACENTRO-BA. 1995

¹³⁷ CESAT/COVAP. Parecer técnico da FUNDACENTRO-BA. 1995

¹³⁸ CESAT/COVAP. Parecer técnico da FUNDACENTRO-BA. 1995.

¹³⁹ A inspiração sobre o visível e o dizível é retirada de Foucault. *Arqueologia do Saber*. 6ªed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002; ver também DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

para tentar burlar a vigilância, mas que contribuía para aumentar os casos de silicose. As denúncias dos órgãos fiscalizadores tentaram desmontar os discursos da Morro Velho, para reorganizar outras formas de interpretação, produzindo evidências dos acontecimentos.

No período de 1991-1998 foram atendidos no ambulatório do CESAT 207 trabalhadores da JMC (Morro Velho) em primeira consulta. Em relação às ocupações, 36,6% eram operadores e 24,1%, marleteiros. E as principais doenças relacionadas ao trabalho diagnosticadas foram: Silicose (73%) e Silicotuberculose (14,8%).¹⁴⁰

Esses dados mostraram a situação de risco nas minas da empresa, mas não traduzem todos os casos. Revelam apenas parte da experiência de trabalhar em situação de perigo, pois múltiplas foram as estratégias construídas pela empresa para não associar silicose/trabalho nas minas, além do desconhecimento dos trabalhadores diante dos perigos produzidos pelo trabalho, de articulação mais eficiente dos órgãos públicos, e, em certos aspectos, o despreparo do sindicato em lidar com as tensões produzidas da relação capital/trabalho. É importante acrescentar que a prática sindical lentamente começava a se organizar, naquele período, porque os trabalhadores, em sua maioria, vivenciavam a experiência do primeiro emprego com renda fixa, além do poder exercido pela mineradora que ofertava empregos e ditava as regras das relações econômicas e sociais da cidade de Jacobina, contribuindo para que os números mencionados não traduzissem a realidade sobre a silicose. O dizível sobre a doença encobria um fato muito mais complexo do que os números registrados oficialmente, mas mesmo assim apontavam para uma contração adquirida no ambiente de trabalho.

Os casos de silicose aumentavam na mesma proporção que o descumprimento das medidas de segurança do trabalho, pois a empresa não estabelecia uma política preventiva de saúde, produzindo condições de trabalho inadequadas, colocando em risco a vida de seus funcionários. A “insalubridade” que a empresa indicou no Plano de Saúde Ocupacional apresentado aos

¹⁴⁰ CESAT/COVAP. Relatório sobre a situação das minas João Belo e Itapicuru e dos casos de silicose em trabalhadores atendidos no CESAT. Período 1988 a maio de 1995.

órgãos de vigilância em saúde do trabalho contribuiu para que o ambiente produzisse doentes e mortos. Trabalhadores relataram que raramente usavam máscaras para proteção, ou porque não eram fornecidas ou por incomodar, como alegam muitos deles. Malaquias, ex-mineiro, explicou que muitos trabalhadores não as usavam por diversos motivos, entre eles o fato de que no início da exploração, primeira década de 80, só eram fornecidas bota e capa para o marleteiro.

“Não era para todo mundo... eles davam, mas davam para o operário que queria e tava na frente de trabalho, outros não usavam porque não tinham instrução nenhuma de como usar, aquela coisa também incomodava, o pessoal achava que aquilo tava incomodando eles. Muitas vezes eu mesmo tirei a minha também, achando que tava ruim, me incomodando... realmente incomoda mesmo, então, mas você tem que ter a consciência que tá lhe incomodando, mas que tá lhe protegendo. Só que na época se você tinha instrução nenhuma, então: tá me incomodando, eu vou tirar, entendeu? Já aconteceu de estar com abafador, mas aquilo tava ruim, tirava aquilo ali dali, então iria causar problema de audição, se alguém não chegar pra me dizer: não, você tem que usar, senão você pode mais tarde você pode ser prejudicado por isso e você não está usando, aí é claro que eu teria que usar ou tivesse um castigo: ou você usa ou você vai ser punido por isso... não tinha nada disso.”¹⁴¹

O uso e a qualidade dos equipamentos de proteção individuais foram um dos problemas que contribuíram para a produção e o aumento da silicose no subsolo da mineração. Afonso admitido na empresa em 1980, permaneceu até 1996 e relembra no começo, “eles não forneciam nada, só mesmo as botas, luvas e capacetes... a máscara não tinha não. Tinha máscara não. Nem tinha a máscara, nem a roupa plástica... cansei de trabalhar, quando terminava o turno tava igual a um porco, só, só lama.”¹⁴². Sobre o

¹⁴¹ Entrevista Francisco Malaquias. 21janeiro 2005.

¹⁴² Entrevista Afonso Goiãna.11maio2005

fornecimento da máscara ele se recorda que “não existia isso não,” só “uns oito a dez anos”¹⁴³ de empresa.

“... aí, eles começaram a fornecer a máscara, mas [ela] não valia nada... ela tinha um prendedor, mas ela num prendia direito as coisas; você trabalhava mais com ela pendurada no pescoço do que na cara, porque o elástico não prestava. Relaxava logo. Aí pra trocar...a gente trabalhava num horário e o almoxarifado no outro horário,você chegava de manhã, ele não tava aberto...pra pegar, você largava de tarde, ele não tava ...fechado pro almoço....tinha mil e tantos homens trabalhando e dava aquela filona de gente...se fosse terminar de pegar era cinco horas da tarde. Você perdia seu tempo todinho lá...e você não podia ficar cá fora que a chefia não aceitava ...deu seu horário, você tinha que bater seu cartão e entrar pra trabalhar.”¹⁴⁴

Seu relato revela a ausência de uma política administrativa da empresa, traduzida, por exemplo, na falta de fiscalização em relação ao uso da máscara, “você usava se quisesse se não quisesse também, ninguém reclamava nada.”¹⁴⁵ As informações sobre segurança do trabalho pareciam não circular entre os trabalhadores no início da exploração, contribuindo para o avanço da silicose. As normas de segurança, saúde e meio ambiente, propagadas na década de 80 no Brasil, não tinham ressonância na mineração de Jacobina.

Leosvaldo, também se recorda que quando começou a trabalhar, em 1983, a empresa não fornecia a máscara, “não existia isso não [máscaras]... entrava lá dentro do subsolo, tinha um lugar que chamava de galeria, tinha outros que chamava reis... e aí a peãozada entrava pra trabalhar lá somente com a bota, o cinto e um capacete e uma lâmpada lá pra dentro, não tinha máscara, não tinha nada... só tinha o direito de usar isso, só era chefe, supervisor, geólogo, topógrafo e peão foi difícil de adquirir isso. Quando a gente veio adquirir o equipamento de segurança já tinha morrido

¹⁴³ Entrevista citada

¹⁴⁴ Entrevista citada.

¹⁴⁵ Entrevista Afonso Goiãna. 11maio2005.

mais ou menos umas quatro pessoa...”¹⁴⁶ Ele se recorda quando compreendeu o significado da silicose:

“... quando Joselita [pneumologista do CESAT] veio que eu não me lembro da época... ela trouxe um negócio lá e mostrou, aí foi que foi, ela chegava e colocava um pulmão e dizia: isso aqui seca que você não tem capacidade de respirar e aí vou lhe mostrar: 0/1,0/2 vamos dizer aqui nesse pulmão direito com cinco mancha, essas mancha que aconteceu aqui não colava no osso, então tem a dificuldade de respirar porque não tinha a circulação como um todo, aí foi que o medo aumentou mais.”¹⁴⁷

O recurso adotado pela Dra. Joselita funcionou como um aviso de urgência. A situação era grave e aquela altura irreversível. Seus relatórios contribuíram para revelar as condições de trabalho da mineração. A didática da médica, revelada por ele, pode estar relacionada com a preocupação dos órgãos de saúde em alertar e conscientizar sobre os perigos no trabalho de subsolo da mineração. Medo, susto e terror, além do sentimento de revolta entre os trabalhadores, marcaram a década de 90, apresentando uma realidade oposta ao discurso de promessa de riqueza e desenvolvimento de Jacobina. O mistério construído sobre a silicose, na década de 80, começava a ser mostrado nos anos 90, focalizando as conseqüências da maciça exposição dos marleteiros à sílica, a falta e/ou o uso inadequado de equipamentos de proteção, ausência de fiscalização e sobretudo de uma política preventiva de saúde e segurança de trabalho.

As fichas de atendimento do NUSAT/Jacobina também revelaram a utilização inadequada dos equipamentos de proteção individual - EPI. Os trabalhadores que haviam contraído ou não a silicose afirmaram, em sua maioria, que EPIs, particularmente as máscaras não resolviam o problema devido ao alto nível de poluição existente no subsolo. Em 1996, Valmir, operador de perfuratriz, passou pelo NUSAT para fazer uma avaliação médica, afirmou

¹⁴⁶ Entrevista Leosvaldo Santana. 18 julho 2005.

¹⁴⁷ Entrevista L. S. 18 julho 2005.

em sua ficha de enfermagem que usava máscara, abafador, luvas, capacetes, mas a “máscara não resolve, teria que ser máscara de gás, eles não dão. Só melhora a ventilação quando tem visita.”¹⁴⁸ A maciça exposição à poeira de sílica revela as reais condições de trabalho, amenizadas em situações especiais, em dias de visitas, algumas dessas diziam respeito aos representantes de instituições fiscalizadoras de saúde e do meio ambiente ou pessoas que não estavam diretamente relacionadas ao cotidiano do trabalho das minas. Na produção discursiva da empresa o subsolo era o local de ver e fazer ver o trabalho, a produtividade. Na década de 90, o subsolo era o local de ver e fazer ver a silicose, era o lugar de uma prática de trabalho que não livrava os trabalhadores de terem seus pulmões contaminados.¹⁴⁹

Luis, 50 anos, trabalhou na mineração desde 1973, passou seis anos em atividade de subsolo, só usava como EPI “bota e capacete,” foi encaminhado pelo médico da empresa em 1992, ao [NUSAT] por constar em seu “raio-x pontos de silicose.”¹⁵⁰ Silvano, 31 anos, encaminhado pelo sindicato “procurou o serviço[médico] devido ao receio de estar com silicose por causa da incidência de casos de silicose nos seus colegas de galeria.” Usava como EPIs “abafador, máscara, luva e bota.” No CESAT realizou exames e tem suspeita diagnóstica de silicose. Em 1994, retornou ao CESAT e o diagnóstico foi mantido com recomendação: o “paciente deverá permanecer afastado da exposição à poeira fibrogênica.”¹⁵¹ Marivaldo, 50 anos, trabalhou como marteteiro na Morro Velho, no período 1983-1992, foi encaminhado pela empresa ao NUSAT em 1991, porque se queixava de “falta de ar, principalmente aos médios esforços.” Sobre os EPIs afirmou usar “capacete, abafador de ruído, bota, luva, tem máscara para respiração, mas não usa.” Em fevereiro de 1992, compareceu para consulta “com a pneumologista, queixando-se de dor torácica e dispnéia... perda de peso e diminuição de apetite...o paciente tem história de exposição à sílica, trabalhou

¹⁴⁸ 16ª DIRES. Arquivo do NUSAT. Ficha 0634.18/09/1996.

¹⁴⁹ Para Foucault as formações históricas ou estratos como ele denomina são feitos de coisas e palavras, de ver e de falar cf. Deleuze, Gilles. Foucault... p.58.

¹⁵⁰ 16ª DIRES. Arquivo do NUSAT. Ficha s/n. 11/02/1992

¹⁵¹ 16ª DIRES. Arquivo do NUSAT. Ficha 0041/92.

durante 11 anos como marteleiteiro....tem raio-x de tórax compatível com diagnóstico de silico-tuberculose, com repercussão funcional importante, portanto sugerimos o afastamento definitivo do trabalho.” Marivaldo faleceu em dezembro desse mesmo ano.¹⁵²

A primeira década de 90 apresentou as conseqüências de um trabalho degradante realizado no subsolo da empresa Morro Velho, e o CESAT e o seu núcleo regional - NUSAT se transformaram em lugares de visibilidade e de investigação sobre a silicose. O relatório médico era o instrumento legal para poder requerer aposentadoria por acidente de trabalho. No caso dos demitidos e afastados constituía prova de que haviam adquirido a silicose no ambiente de trabalho. Marteleiteiros e operadores continuavam a procurar os órgãos de saúde do trabalhador. Em 1993, Gilson, 34 anos, operador de máquina no subsolo, “...trabalhando na mineração subterrânea de ouro – onde a concentração de sílica na poeira transportada pelo ar varia de 40 a 80%, durante 11 anos na JMC..” encaminhado pelo sindicato, compareceu ao NUSAT/Jacobina queixando-se de “um pouco de dor cabeça,” utilizava como EPI “máscara, abafador de ouvido,capacete, luvas,botas,” mas tinha consciência que “os EPIs ajudam só um pouco.”¹⁵³ Benedito, 52 anos “compareceu ao CESAT em 23.01.93, relata o início de sua sintomatologia há 3 meses com crises hipertensivas... trabalhou na mineração subterrânea de 1976 a 1992, exposto a péssimas condições de trabalho...”¹⁵⁴ Damião, 46 anos, após trabalhar por 9 anos como marteleiteiro na Morro Velho, “furava pedra e outras coisa mais sempre no subsolo,” usava como EPIs “capacete,bota,luva só” e afirma que “nunca usou máscara na sua época, no último ano[1989] já alguns eram privilegiados,” em 1989 foi demitido e somente no final de 1996 procurou o NUSAT, depois foi encaminhado ao CESAT para realizar exames, neles constava “o diagnóstico de pneumoconiose pela exposição à poeira de sílica:silicose,” tendo como padronização da OIT/FUNDACENTRO um grau de 1/2.¹⁵⁵

¹⁵² 16ª DIRES. Arquivo do NUSAT. Ficha 16/91. Relatório Médico em 09/04/1992.

¹⁵³ 16ª DIRES. Arquivo do NUSAT. Ficha 267/93. 16/03/1993. Relatório médico de 11/06/1993. O paciente faleceu, mas em sua ficha não consta a data do óbito.

¹⁵⁴ 16ª DIRES. Arquivo do NUSAT. Ficha 486/94.

¹⁵⁵ 16ª DIRES. Arquivo do NUSAT. Ficha 677/96. Relatório Médico 11/11/1997.

Por outro lado, o discurso da empresa sempre foi categórico: os trabalhadores “estavam utilizando respiradores contra poeira,”¹⁵⁶ como descreve no seu Plano de Saúde Ocupacional. Seu enunciado determina o acontecimento: as medidas de segurança estavam sendo cumpridas, contudo é preciso analisar como estavam sendo utilizados os equipamentos de proteção individual, todos usavam? como faziam seu uso? são questões que direcionam a análise para discutir a estratégia do discurso utilizado pela empresa, produzindo uma realidade para isentar o seu papel, o de implantar e fiscalizar as medidas de segurança. A construção do discurso sobre as condições do trabalho foi uma estratégia para administrar a produção de sentidos e criar a realidade que interessava apenas à empresa.

A prática discursiva da empresa Morro Velho, no entanto, foi contestada pelos técnicos da FUNDACENTRO. Segundo eles, a mineradora não esclareceu se “existe um Programa de Proteção Respiratória implantada”, nem tampouco afirma “com que frequência esses respiradores são substituídos, como são guardados os respiradores” e se “os trabalhadores são treinados adequadamente e periodicamente.”¹⁵⁷ No relatório sobre a situação das minas de Jacobina e dos casos de silicose em trabalhadores, o CESAT também questionou a garantia e qualidade dos equipamentos de proteção individual, porque “como se pode realmente garantir que estes EPIs estavam protegendo adequadamente o trabalhador, frente aos níveis de contaminação encontrados no ambiente de trabalho?”¹⁵⁸ Os enunciados dos órgãos de vigilância e saúde foram construídos para contrapor o discurso da empresa, era a primazia do enunciado, discutia-se aquilo que não era visível: o nível de contaminação do subsolo como também a qualidade dos EPIs frente a um ambiente de trabalho nocivo.

O pânico e a apreensão com aquela realidade construíram um mundo de incerteza entre os trabalhadores, como demonstraram as fichas de atendimento do NUSAT/JACOBINA. Os trabalhadores relatavam a preocupação de ter contraído a silicose. Hélio procurou

¹⁵⁶ CESAT/COVAP – Relatório DSO/CESAT nº 1/92.

¹⁵⁷ CESAT/COVAP. Parecer técnico da FUNDACENTRO-BA. 1995.

¹⁵⁸ CESAT/COVAP. Parecer técnico da FUNDACENTRO-BA. 1995.

atendimento no núcleo, queixando-se de “sentir paradas rápidas e momentâneas no tórax... muito cansaço, respiração forçada.” Na ficha de enfermagem há uma observação sobre seu comportamento: “o paciente demonstra muita preocupação, pois tem colega que adquiriu silicose com o tempo semelhante ao dele.”¹⁵⁹ Outros se apresentavam muito nervosos, como Roberto que “apresentava-se nervoso com grande ansiedade em relação a saúde.”¹⁶⁰ Outros queriam “investigar a silicose.”¹⁶¹ Pedro descreve o estado de medo que se formou nesse período na empresa, ele “demonstra muita preocupação quando se refere aos sintomas (fraqueza, dor torácica) fica apavorado pois já tem visto muitos colegas morrerem deste mal.”¹⁶²

Os marleteiros, ajudantes e operadores descreveram uma silicose muitas vezes implacável, produzida no subsolo e da qual eles estariam reféns. Essa situação causava-lhes temor e a certeza de que o futuro não lhes chegaria, seu tempo era marcado por uma realidade difícil e muitas vezes atroz. Os mineiros preocupavam-se com o estado de sua saúde, principalmente quando eram demitidos. Na demissão poderia estar implícito o fato de ter contraído silicose e contraí-la era sinônimo de vida mais curta, resultando em estigmas para atuação no mercado de trabalho.

Desse modo, a empresa mantém os conflitos encobertos e cria uma falsa representação para escamotear os problemas de saúde dos mineiros decorrentes das condições insalubres de trabalho. Utiliza-se de múltiplas estratégias para dissociar trabalho nas minas com a silicose. Constrói o discurso técnico para continuar explorando o trabalhador. Desse modo, usa o argumento investimento/lucro, para justificar a impossibilidade de “eliminar os riscos” (não se referindo aos deveres cumpridos) e coloca como alternativa (ou ameaça?) “parar a atividade”.

Do outro lado, o trabalhador que enfrenta o problema social da sobrevivência, “quer trabalhar,” quer melhores condições de

¹⁵⁹ 16ªDIRES. Arquivo do NUSAT. Ficha 0624. 12/09/1996.

¹⁶⁰ 16ªDIRES. Arquivo do NUSAT. Ficha 644/96.01/10/1996.

¹⁶¹ 16ªDIRES. Arquivo do NUSAT. Ficha 645/96.01/10/1996.

¹⁶² 16ªDIRES. Arquivo do NUSAT. Ficha 665/96.25/11/1996.

vida, quer melhores salários, saúde e segurança para realizar suas atividades.

Os percursos e ressonâncias desses intensos combates são intrincados, permeados de tensões, produzindo sentidos plurais, porque neles está subjacente o problema das relações sociais e econômicas, da divisão e exploração do trabalho, produzidas no jogo de forças. Nesse confronto, há sempre a possibilidade de rupturas e da criação de outras formas de vida e trabalho.

CAPÍTULO 3

TECENDO AS TRAMAS DA VIDA

TECENDO AS TRAMAS DA VIDA

“...ele mesmo que era uma pessoa assim tão forte foi rápido, a doença pegou e foi num instante assim..”

(Edelvita de Souza viúva de mineiro)

O convívio com a silicose afetou de muitas maneiras a vida de mineiros e suas famílias. Em um primeiro momento, a desconfiança e, posteriormente, a confirmação da doença significaram transformações no curso da vida, promovendo também alterações no cotidiano daquelas famílias. Ao se tornar incapaz para a atividade laborativa, o mineiro, portador de silicose, muitas vezes desenvolveu um sentimento de impotência diante da vida, tomando consciência de que o trabalho realizado, durante longos anos na empresa Morro Velho, o expulsara do mundo nomeado produtivo.

Os relatos de mineiros e suas famílias revelam os traços de suas experiências com a silicose. Reconstruir esse passado significa, entre outros aspectos, compreender através dos variados discursos produzidos, como se reconheceram nessas relações laborativas, como tomaram conhecimento sobre a silicose e suas reações, como registraram na memória esse período de suas vidas, como apreenderam e instalaram os sentidos do histórico e do social construídos nas práticas cotidianas, principalmente como os revelaram nas suas narrativas, nas suas histórias.

As narrativas construídas tomando por base as práticas cotidianas dos trabalhadores revelaram tristeza, revolta, impotência,

sentimentos muitas vezes contraditórios, mas vivenciados em um período crucial de suas vidas, marcadas por ambigüidades e tensões nas relações construídas entre os portadores de silicose, suas famílias, o sindicato e a empresa. Os atores sociais, que vivenciaram a experiência de ter contraído silicose no ambiente laborativo, instituem uma história para explicar seu passado e seu presente. A temporalidade revelada nas narrativas de memória dos mineiros foi marcada pelo significado que atribuem a determinadas experiências e não por um tempo linear, cronológico. O tempo reconstruído foi compreendido como tempo humano, com base nas experiências de trabalhadores que viveram intensamente o trabalho na lavoura em áreas rurais de Jacobina e também em outras localidades da Bahia e do Brasil. Buscaram e acreditaram numa vida melhor, construíram e perseguiram o ideal de um outro tipo de trabalho, talvez menos árduo e associado a algum tipo de reconhecimento social. O emprego na mineração Morro Velho poderia significar em parte a conquista de um sonho, a realização de um projeto de vida. Acostumados com o trabalho da roça, não hesitaram em aceitar a missão de furar rochas abaixo do solo. Nessa perspectiva, estas histórias permitem compreender alguns traços da dimensão “da invenção da experiência humana” dos trabalhadores da mineração.¹

3.1 Escrevendo carta, tecendo narrativa.

Ouvir as histórias dos mineiros, pensar a experiência com a doença na prática do trabalho, seguindo as linhas que a engendram e sua associação com o ambiente laborativo, não constituiu tarefa das mais fáceis, pelo contrário, exigiu investigação, delicadeza e sensibilidade para trabalhar com questões que inevitavelmente remetem a uma história de dor e de muita emoção, além das exigências formais da pesquisa e da organização das narrativas como prática historiográfica. Muitas foram as histórias ouvidas, contadas pelos próprios mineiros, viúvas e por dirigentes do sindicato dos

¹ RICOEUR, Paul. Tempo e Narrativa. Tomo I, Campinas, 1994, p.15; GUIMARÃES NETO, Regina B. Cidades da mineração: memória e práticas culturais. Mato Grosso na primeira metade do século XX. Cuiabá. Carlini & Caniato. EdUFMT, 2006, p.56.

mineiros. Nesse trajeto, encontramos alguns dos sobreviventes da silicose que permitiram e quiseram contar suas experiências, através de relato oral ou escrito. Dentre os registros escritos foi encontrada uma carta datada de 1992, quando um mineiro teve confirmado o diagnóstico de silicose. Sua carta, para ler e sentir, significa uma “escrita de si” que “integra um conjunto de modalidades do que se convencionou chamar produção de si no mundo ocidental. Essa denominação pode ser mais bem entendida a partir da idéia de uma relação que se estabelece entre o indivíduo moderno e seus documentos.”²

Cartas há muito tempo são usadas como fontes, mas só recentemente passaram a ser também objeto de pesquisa histórica por revelar sobretudo uma prática cultural, onde o foco de análise é a produção de si, escreve-se sobre “a própria vida e a de outros,”³ podendo ser entendida como uma das modalidades da produção do eu, expandido-se a partir da afirmação do valor do indivíduo. Apesar de muito antiga, “ganha contornos específicos com a constituição do individualismo moderno.”⁴ A escrita de cartas também revela sentimento, intimidade, mostrar-se para o outro, expor-se. Escrever, como afirmou Foucault é “fazer aparecer seu próprio rosto perto do outro,”⁵ mas a escrita também pode ter efeito catártico, pode ser compreendida como elemento terapêutico, ao construí-la, alimentam-se dores e angústias, mas também as ameniza ou as coloca para fora, na tentativa de libertar-se, ser ouvido, compreender-se e, se possível, ser compreendido. Quem escreve informa, comunica algo para alguém. Revisa em certos aspectos a vida cotidiana, produzindo significados. A escrita de si também pode ser considerada “uma forma de produção da memória que merece ser guardada e lembrada.”⁶ Estabelece-se uma relação

² GOMES, Angela de Castro. “Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo.” In: GOMES, Ângela de Castro (org) Escrita de si, escrita da história. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p.10.

³ GOMES, Angela de Castro. Op cit., p.16.

⁴ GOMES, Angela de Castro. Op cit., p.14.

⁵ FOUCAULT, Michel. “ A escrita de si” In:Ditos e escritos.Vol.V.Rio de Janeiro: Forense Universitária,2004, p.156 e 159.

⁶ GOMES, Ângela, Escrita de si..., p.16 e 19;

curiosa e interessante sobre aquele que escreve e aquele que recebe e guarda a carta O ato de escrever cartas é significativo e merece ser desvelado, decifrado.

Analisar uma carta escrita por alguém que teve confirmado o diagnóstico de silicose, em grau avançado, próximo da morte, significa trilhar caminhos tortuosos, de agudo sofrimento, mas é um discurso revelador de sentidos e da historicidade do emissor, do modo como organizou sua memória para a escrita de sua história pessoal e seu processo de produção como alguém tão perto da finitude da vida. Estas são questões fundamentais para a análise dessa produção de si.

Expedito Benício de Souza, nascido em 1962, natural de Jacobina, ingressou na Morro Velho em 1985, exerceu atividade de marteleteiro, “com função de perfurar a rocha... além de carregar explosivos do tipo Dinamite e Nitron.” Trabalhou na mineração até outubro de 1989, “data da extinção do contrato de trabalho em virtude da despedida.” No mês seguinte, foi admitido e permaneceu até 1990 na empresa HL consultoria gerencial LTDA, empresa que exercia atividade de lavra ou mineração “na área de concessão da empresa Jacobina Mineração e Comércio S/A.”⁷ Em junho de 1991, procurou o CESAT onde teve confirmado diagnóstico de silicose. Em agosto de 1992, faleceu com vinte nove anos em decorrência da doença, conforme atestou a certidão de óbito, morte por “insuficiência respiratória aguda, devido a doença bronco pulmonar obstrutiva crônica – pneumoconiose.”⁸

Ao tornar-se visível e relatada oficialmente pelo CESAT, a silicose já invadia e subtraía a vida de muitos que trabalhavam no subsolo da empresa, deixando em alguns casos mulheres e filhos com pensões previdenciárias que se restringiam na maioria dos casos a um ou no máximo, dois salários mínimos. Essa foi uma das histórias relatadas pela viúva de Expedito, Edelvita Mesquita de Souza. Um ano depois do diagnóstico, ele falecera, deixando viúva

⁷ Sindicato dos trabalhadores na Indústria da Extração do Ouro e Metais Básicos de Jacobina – Sindicato dos Mineiros. Comissão de Saúde. Relatório: Trabalhadores Acometidos de Doença Ocupacional.

⁸ Fórum Jorge Calmon. 3ª Vara Cível. Processo nº 20/93. 04/02/1993.

e uma filha de dois anos. O trajeto da descoberta da doença até o seu óbito foi marcado por uma história de intensa dor, sofrimento, revolta e denúncia. Em 1992, ele “fez carta, escreveu aí na rua para os amigos.”⁹ Alertava-os para não trabalhar na empresa Morro Velho. A seguir será analisada a construção da memória sobre a silicose e sobre o seu trabalho na mineração:

“Meus prezados amigos de Jacobina e região, leia com atenção por favor esta mensagem que é no mesmo tempo um conselho de seu amigo que já se foi. Meus amigos, não tem coisa melhor no mundo de que a nossa vida com saúde, principalmente quando existem na vida de cada um de vocês filhos e esposa que ama e gosta assim como eu, meus amigo, que tinha uma esposa e uma filha que era tudo para mim, elas hoje só vive de lembranças e saudades. Portanto, meus amigos pensem mais nos seus filhos e esposa e na sua saúde, dinheiro não é nada na vida de vocês, se é muito importante porque meus amigos, enquanto eu tive vida, juntos com esposa, filhos, parentes e amigos, não existia nada melhor para mim, portanto meus amigos que ainda estão trabalhando na Morro Velho poupe a sua vida, saias enquanto a tempo, por favor, dê conselho aqueles inocentes que quiere ir trabalhar lá que não vá, que vocês não passa fome. Arrependimento só vem tarde, não faça como eu que perdi a minha maravilhosa vida meus amigos, [...] evite de trabalhar na Morro Velho, a Morro Velho é o caminho para o inferno, uma máquina de fazer defunto[...]¹⁰ (1992)

Nascido em 16/09/62

O registro de sua memória focaliza o aspecto trágico de sua vida, a indignação diante de uma realidade produzida em seu ambiente de trabalho, a morte era inevitável. A carta também mostra ainda sua rendição diante da constatação de que era portador da silicose, doença sem cura e letal, escreve como autor-defunto, assim

⁹ Entrevista Edelvita Mesquita de Souza. 07junho 2005.

¹⁰ Carta cedida pela viúva.

como o personagem de Brás Cubas de Machado de Assis.¹¹ Mas diferente de Brás Cubas, Expedito está vivo, escrevendo de um lugar do futuro em que não será mais um entre os seus companheiros. Escreve tendo como referência a morte que se aproxima em razão do trabalho. Revela também seu desespero diante do iminente perigo da morte, sua intimidade, sua indignação, seu sentimento de perda da batalha contra a silicose, adquirida na empresa Morro Velho. Expedito atribui à empresa seu estado terminal, afirmando que a mineração o havia encaminhado para a morte, privando-o do convívio familiar. A dor da lucidez é transcrita na carta, a mineração subtraiu sua vida, não uma vida qualquer, mas sim uma vida “maravilhosa,” ou seja uma vida com saúde e um futuro que a empresa impediu que acontecesse. Nesse sentido, assinala sua data de nascimento na carta como forma de revelar uma trajetória de vida rápida e trágica. Vida e morte no registro de sua memória são simultâneas, coexistem e provocam uma ressignificação do trabalho desenvolvido na mineração, visando instituir o discurso de que o trabalho que deveria ser um meio de vida passou a ser um instrumento que o levou para a morte.

A escrita que produz de si é a produção de sua memória, estabelecendo como marco sua vida antes e depois de ingressar na empresa. Assim ordena e rearranja o trajeto de sua vida, construindo a narrativa através de uma memória temporal. No passado, a vida com saúde, atravessada pelas rotinas do cotidiano, no presente, convivendo com a silicose, e na perspectiva de futuro a morte, morte apressada, fora de hora. O presente é ressignificado nas experiências após contrair a silicose, vivenciar os sintomas sentidos e ter a certeza das limitações físicas e da fragilidade humana. É nessa tensão entre passado e presente que Expedito produziu o discurso sobre sua história. A carta é o entrelace desses tempos que revelam conflitos, luta e indignação contra a empresa.

A produção de sua memória registrada na carta tem como foco revelar sua história de trabalhador da mineração, seu drama e sua experiência de portador de silicose. Ao escrever, ele quer mostrar-se, tornar-se visível para os amigos, os conhecidos e

¹¹ ASSIS, Machado. Memórias póstumas de Brás Cubas. 28ªed. São Paulo: Ática, 2004.

vizinhos. Pode-se pensar que a carta revela seu olhar sobre aquela realidade, mas também ao escrever pretende “ser olhado”¹² e sua verdade desvelada. Expedito publiciza, revivifica o acontecido, emite “signos a serem decifrados,”¹³ entre eles sua aprendizagem com o trabalho no subsolo, deixando registrada sua preocupação enquanto cidadão, não apenas alertando os que trabalhavam, mas os que queriam emprego na mineração.

E qual sua lição ao dirigir-se aos companheiros de trabalho tendo como referência sua morte? Primeiro acreditou que com o trabalho na mineração teria melhores dias para viver um pouco melhor com sua mulher e filha, mas diferente do que acreditou aquele trabalho lhe tirou a vida. Ao descobrir que era portador de silicose, deixa como lição o fato de que o trabalho não é tudo, principalmente se o preço for a saúde. Essa é a sabedoria que deseja transmitir a todo custo para os companheiros, é a sua verdade, sua escrita elabora o vivido, dando-lhe vida e força. Ganhar dinheiro, só é bom, só faz bem se o indivíduo tem saúde, pois sem ela o dinheiro deixa de ter valor, pois ele não cura doenças como a silicose.

Se o trabalho na mineração poderia modificar a condição do indivíduo na sociedade, por outro lado também produzia mortes, por isso insistiu em revelar o trabalho que lhe retirava a saúde, para ele a empresa Morro Velho era uma “máquina de fazer defunto.” A metáfora utilizada desloca os sentidos do discurso da empresa, máquina de progresso e riqueza, para outro discurso e outros sentidos. O ritmo frenético do trabalho, sem proteção e orientação, lhe aproximava da morte. Nessa perspectiva, sua denúncia foi reconstruída “pelo processo reativo que a realidade”¹⁴ provocou em sua vida, ou seja, o trabalho nas minas o conduziu para a morte.

Os efeitos dessa realidade traduziram-se em ausência, afastando-o do convívio familiar e dos amigos. Produziram pavor,

¹² FOUCAULT, “A escrita de si” p.156.

¹³ Sobre o conceito de signo ver DELEUZE, Gilles. Proust e os signos. Trad. Antônio Piquet e Roberto Machado. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2003. Para este autor “Tudo que nos ensina alguma coisa emite signos, todo ato de aprender é uma interpretação de signos ou de hieróglifos.” p.4.

¹⁴ MONTENEGRO, Antônio Torres. História oral e memória. A cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 2001, p.19.

descontentamento e arrependimento de ter trabalhado de forma incessante, pois tinha como projeto produzir mais para ganhar um salário melhor e ter uma vida mais honrada. Queria, segundo o relato da viúva, deixar de pagar aluguel para poder construir a casa própria e o trabalho seria o meio de garantir uma vida digna para si e sua família. Ela também conta sobre a maneira quase incessante como trabalhava, realizando frequentemente jornadas duplas,

“...ele era corajoso, tinha trabalho lá que ninguém aceitava e ele, aceitava...teve uma vez mesmo que ele trabalhava direto, num folgava nem nada sabe? Foi logo que a gente casou, que a gente morou seis meses de aluguel, ele tava querendo fazer essa casa aqui, aí tudo que vinha na frente ele enfrentava, acho que pra fazer logo a casa, acho não, com certeza...tinha hora-extra, essas coisas...fazia pra ganhar um dinheirinho que foi isso que ele comprou esse terreno, e levantou essa casa pra gente morar...trabalhava direto. Tinha vez que ele chegava, tinha vez que nem chegava, chegava seis horas da manhã.Ou às vezes dobrava em vez dele chegar assim seis horas da tarde, ele chegava no outro dia, trabalhava o dia e a noite.Não tinha folga...trabalhou um tempão assim...uns seis meses.”¹⁵

O relato descreve o marido como um homem trabalhador, “chefe” de família, cumpridor de seus deveres, além do trabalho significar uma batalha “aí tudo que vinha na frente ele enfrentava,” com coragem e determinação, aceitando todo tipo de trabalho, arriscando-se, não tendo medo do perigo. A função de marteleteiro exigia, sobretudo, força, um trabalho braçal realizado muito abaixo da superfície da terra. Procurou ganhar um “dinheirinho,” um pouco mais, esticando o ordenado do final do mês, realizando uma atividade árdua, pesada, expondo-se a muitas horas de trabalho, acreditava assim poder dar um futuro melhor para sua família e para si próprio. Tinha um projeto de vida, queria uma casa que fosse sua, seu patrimônio, sinônimo de vida mais segura, acreditava que poderia assegurar isso para sua mulher e filha, queria ampará-las,

¹⁵ Entrevista Edelvita de Souza. 11 maio 2005

queria um pouco de dignidade, um lugar numa sociedade muitas vezes desigual para os destituídos de prestígio social e econômico.

Na carta o tempo em busca do dinheiro foi lembrado, não como um fim em si mesmo, mas como meio de vida, talvez por isso insistisse no aviso: as pessoas que quisessem trabalhar na empresa Morro Velho não deveriam ir, aliás seu aviso é quase um pedido desesperado, preocupado, mas também determina de modo imperativo “não vá.” A experiência de trabalhar por longas horas, exposto às perigosas condições de trabalho, foi determinante para que registrasse, através da carta, o significado de trabalhar na mineração, uma trilha para adoecer e chegar à morte.

A carta pode também representar um lugar de luta, um compromisso com seus companheiros de trabalho e, principalmente, um pacto com a cidadania, “deixa de ter apenas valor afetivo, circunscrito ao mundo privado, para criar asas no espaço público e emitir os signos da luta que pode ensinar ao presente.”¹⁶ Expedito acreditou em um projeto de vida que foi interrompido ao encontrar em sua trajetória um campo minado: as condições inadequadas do trabalho de marleteiro. A garantia de um emprego fixo e os riscos produziram um cenário tenso em sua vida. De um lado, o trabalho em busca do dinheiro e da sobrevivência, do outro o desejo de uma vida com saúde. Ao descobrir que era portador de silicose, descobriu também que o fundamental era sua vida com saúde ao lado de sua família.

Ao tomar consciência da doença que o levaria à morte, Expedito (re)significa o passado que viveu como marleteiro, as condições de trabalho que enfrentou ao longo de cinco anos no subsolo das minas. O tempo futuro utilizado na carta foi a estratégia encontrada para sensibilizar ou para impressionar e persuadir amigos, conhecidos, vizinhos, colegas de trabalho e a própria empresa, considerando a possibilidade de pôr um fim a este trabalho exploratório e mortal, do qual foi vítima.

¹⁶ GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz; ARAÚJO, Maria do Socorro de Souza. “ Cartas do Chile: os encantos revolucionários e a luta armada no tempo de Jane Vanini.” In: GOMES, 2004,p.338.

A carta é também um registro do seu saber sobre as condições do trabalho ao longo desses cinco anos. O enunciado produzido revela o cotidiano das minas, seus perigos. É como se a voz da experiência falasse e pedisse aos amigos e colegas para não trabalhar na empresa, pois caso contrário a morte seria inevitável, “saias enquanto a tempo,” e “dê conselho aqueles inocentes que querem ir trabalhar lá, que não vá, que vocês não passam fome.” Expedito se coloca como aquele que sabe e sua narrativa revela conhecer as práticas e consequências do trabalho.

E por último, apontou uma realidade quase encoberta, desconstruiu o discurso de que o trabalhador era o responsável pela silicose. Construiu outro discurso, de outro lugar social para denunciar as condições insalubres de trabalho da empresa em relação à saúde de seus trabalhadores. Narrou o acontecido de forma lúcida, corajosa, por vezes trágica e desesperadora, teceu os fios daquela experiência, organizou e selecionou sua memória perante aquela realidade. Este aspecto é central na análise da carta. O valor de sua experiência humana tornou-se fonte e possibilidade de sua narrativa, produzindo e não mais representando o sujeito, compreendido e analisado em sua relação com as trajetórias históricas, suas imbricações, suas redes, o mundo social, por excelência dinâmico, cenário de tensões, de movimentos, de reflexões e transformações. Descobriu-se vivo e combativo mesmo que ao escrever se considerasse morto.

A trajetória que encobre o período do diagnóstico de silicose até a sua morte ficou gravada na memória de sua esposa. Casou-se, cuidava da casa, do marido e da filha, a vida transcorria cotidianamente até a descoberta da silicose em seu marido e, conseqüentemente sua morte. Essa realidade a colocou em outra situação, a da chefia familiar. A sensação foi “de acabou tudo pra gente. Ficar com a filha de um ano e pouco pra criar sozinha foi desesperador.”¹⁷ O futuro incerto, quase sem perspectivas, foi registrado por aquela mulher, sua preocupação era como operar aquela realidade. Os fios que engendraram sua história começaram

¹⁷ Entrevista citada.

a romper-se, criaram uma situação mais tensa e dramática que a levaram a “tecer outros fios e segurar as pontas.”¹⁸

Assim registrou em suas memórias aquele período como sendo de “*muito sofrimento*” e

“...até hoje eu nem sei o que é que eu digo, é tanta coisa ruim que aconteceu assim...tudo bem que eu tenho saúde, minha filha ta viva, com saúde também, mas sei não.. a gente morre com essas coisas, não sai mais da gente não, fica na lembrança para sempre assim, num sabe? Não é dizer, ah! passou, não lembro mais nada, vai ficar para sempre esse sofrimento que eu passei, minha vida continua assim mais minha filha, não tenho muito mais aquela alegria, eu não queria que fosse assim, que tivesse acabado assim...eu acho que vou morrer com essa lembrança, não tiro mais ela, não vou esquecer pra dizer assim: eu to bem, eu tô feliz, não lembro mais nada, que não tem como não lembrar...tem hora que passa na minha cabeça, tem hora até que a gente esquece um pouquinho, né? Mas não sou mais aquela pessoa feliz, aquela pessoa alegre.”¹⁹

Os significados das experiências vividas com seu marido doente de silicose remetem a um universo de tristeza, dor, e não serão jamais apagados. O adoecer e morrer de seu marido são registrados em sua memória de maneira aguda e intensa, por isso afirmou que “tanta coisa ruim” tinha lhe acontecido, seu relato oral permeado pela atividade incessante do seu presente foi (re)significado através de uma leitura atualizada de seu passado, operou passado e presente a partir da perspectiva da ruptura que sofrera em sua vida. Vida de muitas batalhas, lutou e conseguiu sobreviver com a filha, mas não conseguiu (re)significar aquela memória, pois suas lembranças se transformavam à medida que se atualizavam.

A experiência produzida em razão da doença e morte do marido foi inequívoca, transformando-a em uma outra pessoa, menos

¹⁸ MACEDO, Márcia dos Santos. “Tecendo os fios e segurando as pontas: mulheres chefes de família em Salvador.” In: BRUSCHINI, Cristina, PINTO, Regina Céli (orgs) Tempos e lugares de gênero. São Paulo: FCC. Ed.34, 2001, p.67.

¹⁹ Entrevista citada.

feliz e menos alegre. Entrelaçando nesse trajeto sentidos construídos na vida difícil que enfrentou, permeada muitas vezes de fatos que não queria lembrar, mas curiosamente lembrou para não esquecer. A tensão esquecer/lembrar é fundamental para a compreensão de sua produção discursiva que focaliza um dos aspectos cruciais de sua história de vida, produzindo novos sentidos a partir daquela realidade, reconstruindo continuamente seu passado através de seu presente.²⁰

Sua história de vida em muitos aspectos se assemelhava a de muitas histórias de mulheres, lavradoras rurais que são impelidas a migrarem de suas localidades em busca de novas possibilidades de vida. O mundo urbano construído em sua memória poderia ser traduzido como esperança de um futuro melhor. “Na roça, não foi um tempo bom... a gente morava na roça, meu pai morava na roça, a gente se criou na roça, passava as falta das coisas, tinha que trabalhar para ajudar ele... E como a gente ficava moça, a gente não queria ficar na roça, eu e outras irmãs, aí a gente veio aqui pra Jacobina e trabalhava em casa de família, aí continuei estudando, só que não chegava a se formar, eu mesma desisti na 6ª série, se fosse na roça acho que eu não tinha chegado a isso.”²¹

Nessa perspectiva, a cidade de Jacobina se apresentava como lugar de outras oportunidades de vida e trabalho. O tempo passado na roça foi lembrado como um tempo marcado pelas dificuldades. Queria chegar à cidade para tentar mudar aquela situação, passava por um rito de passagem “estava ficando moça” e tinha aspirações do feminino, a cidade se apresentava como um novo território de possibilidades que iam desde uma nova forma de trabalho até a construção de relações afetivas.

Deixar de trabalhar na roça para exercer atividade no centro urbano, em espaço privado das chamadas casas de família, para atuar no trabalho doméstico era significativo, porque possibilitava ter outra vida, diferente daquela vivida na zona rural. Deslocava-se de uma realidade de lavradora, que ajudava no sustento da família, para uma realidade de mulher que continuava a lutar por uma vida

²⁰ HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

²¹ Entrevista. Edelvita de Souza. 07 junho 2005.

melhor. A relação do migrar está associada a um outro viver, para ela “migrar é viver.”²² Criou condições para modificar sua realidade, começou a estudar, embora não concluísse, por múltiplas razões, mas tinha experimentado outras práticas culturais, começou a conhecer, movimentar-se dentro da sociedade.

O trabalho doméstico, embora restrito a um espaço do privado, parecia favorecer-lhe, pois na cidade tinha contato com um universo maior de pessoas, ampliando as redes de relações. Foi nesse contexto que conheceu Expedito, nessa época, funcionário da empresa Morro Velho, demarcando de certa forma seu lugar social em uma cidade em que as possibilidades de emprego, principalmente, em empresas de grande porte, eram escassas.

“Aí trabalhava aqui em Jacobina, foi quando conheci ele... conheci ele no aniversário de uma colega minha, ele já trabalhava na mineração, aí ficamos namorando um ano, um ano e pouco, dois anos. Aí casamos...eu avexada pra casar, porque eu morava na casa dos outros, não casei antes porque tinha que comprar alguma coisa pra dentro de casa, ele já tinha trabalho, mas não tinha nada assim, quando casamos eu tinha vinte e cinco anos.”²³

As redes sociais enredaram o encontro com seu futuro marido. A experiência do trabalho doméstico também deveria ser interrompida, tinha intenções de construir outra realidade. O casamento se apresentava como um dos elementos de ruptura, proporcionando possíveis mudanças ao constituir laços afetivos e familiares, além de garantir um lugar para morar. O projeto de ter uma família, compartilhado com seu futuro marido, concretizou-se. Casaram, moraram de aluguel por apenas “seis meses,” quando Expedito comprou um terreno e começou a construir a casa. O trabalho estava voltado prioritariamente para este projeto, queria construir logo sua casa.

²² SANTANA, Charles d’Almeida. Fatura e ventura camponesas: trabalho, cotidiano e migrações: Bahia, 1950-1980. São Paulo. Annablume, 1998, p.118.

²³ Entrevista Edelvita de Souza. 11 maio 2005.

“A gente não passava fome... e na feira a gente não fazia porque senão não fazia a casa, o dinheiro não deu para fazer a casa, só deu pra comprar o terreno e levantar e cobrir, aí entramo pra dentro... com o tempo foi, rebocou, pintou, forrou essas coisas tudo, piso ainda foi quando ele tava vivo, tudo aqui foi ele que fez, com o tempo a gente foi conseguindo devargazinho, deixava de fazer umas coisas pra poder fazer outras, que foi antes dele adoecer.”²⁴

Os tempos difíceis lembrados apontam na direção de uma vida econômica limitada, cheia de restrições, mas revelam também sua determinação e do marido, persistindo na busca do sonho, na concretização dos planos de uma vida conjugal, apesar das dificuldades que impediam uma vida mais digna. Mesmo diante de muitas adversidades, Expedito é apresentado como um homem que lutou para conseguir moradia para si e sua família. Ela, uma vez casada, assumiu o papel de dona-de-casa, mas também fazia trabalhos para ajudar com algum dinheiro, “fazia unha, cabelo e o dinheiro interava, tudo ia no meio pra comprar o terreno, pra construir.”²⁵ Seu relato revela sua preocupação e de seu marido em não desperdiçar o pouco dinheiro com aluguel e, decidiram comprar o mais rápido possível um lugar para viver com a família.

Nesse sentido, a necessidade de proporcionar à família melhores condições de vida, acrescido a um projeto pessoal que a priorizava, pode ser um dos fios que engendraram sua história de luta e trabalho. O ritmo frenético com que aceitou fazer o trabalho, associado às péssimas condições oferecidas na mina, explica, em parte, o fato de Expedito ter, ao longo dos anos de trabalho como marleteiro, uma intensa exposição à poeira. Sua silicose era de grau avançado, tendo como classificação radiológica 3/3 que é considerado um dos graus máximos da silicose, revelando “crescente profusão das pequenas opacidades,”²⁶ ou seja crescente avanço da doença, sendo a morte nesse momento sua invisível verdade.

²⁴ Entrevista citada. 11 maio 2005.

²⁵ Entrevista citada.

²⁶ Ver Manual de Normas para o controle das pneumoconioses: silicose, pneumoconioses dos trabalhadores de carvão e pneumoconioses por poeiras mistas. Brasília. Ministério da Saúde/Fundação Nacional de Saúde, p.23.

Em 1991, Expedito procurou o CESAT quando a silicose já estava avançada. Um ano depois relatou em sua ficha clínica do NUSAT que “sentia falta de ar e perda de peso.”²⁷

“Ele começou a dar febre assim de repente, chegava do trabalho com febre. E a gente [perguntava] o que é que tu ta com febre e puxando aquela tossinha seca, o que é que tu ta? ta gripado? ta com febre? Alguma coisa ta errada, como é que pode! dando febre assim a toa...Esmagrecia, começou a esmagrecer, começou aquela falta de ar, só que ainda aguentava ir trabalhar né? Aí foi indo, foi indo e ele no trabalho, só que tava piorando, ele não saia do trabalho, sentindo as coisas e trabalhando. Só que chegou o momento que ele não agüentou mais ir pro trabalho, ele ia pro trabalho e não agüentava mais fazer nada no trabalho, a doença foi piorando, cada dia vai piorando, a falta de ar aumentando, o cansaço ia piorando, subia essa ladeira e descansava não sei quantas vezes, que não agüentava mais, foi indo, foi indo que ele parou de trabalhar, aí foi que só foi sufoco além da doença, sem dinheiro.

Ele parou, não foi mais. Eles [representantes da empresa] viam que ele tava doente, qual o da mineração? Acho que deixar pra tomar remédio, fazer os exames, não! Eles escondiam os exames lá, quando ele pedia pra sair que não tava agüentando mais trabalhar, eles não diziam nada. Aí foi indo, foi indo que ele não agüentou mesmo e ele mesmo desistiu de ir, ficou sem ir pro trabalho, aí pronto, aí começou, piorou tudo, aí ele ficou ruim, saiu do trabalho, aí a gente disse, vai pra Salvador fazer uns exames, pra ver o que é isso, fazia exame aqui e não dava nada e ele só doente, aí sabe como é homem, ah! eu vou amanhã, outro dia eu vou, ia enrolando, enrolando sei que chegou no momento que ele foi. Ele desconfiava, [que tinha contraído silicose] ele já sabia, ele tinha certeza, porque ele já tinha uns amigos dele que tinha perdido a vida com isso ou que tava doente, os mesmos sintomas que ele sentia, só que a gente[os parentes] tentava animar, tu vai ficar bom, vai tomar remédio, vai pra Salvador fazer exame, ele dizia

²⁷ 16ªDIRES. NUSAT. Ficha 62/92.

que nada, meus amigos se acabou tudo com essa doença, como é que eu vou escapar?Essa doença não tem cura, ele me dizia. Aí em Salvador a médica deu o laudo a ele, disse que não tinha jeito não, a doença não tinha cura que era silicose mesmo. Aí pronto, ele veio pra casa, sofrer mais eu até no dia que morreu. ”²⁸

O relato de memória focaliza os sintomas da silicose e sua repercussão na vida do marido. Revela que a silicose não apareceu de uma hora para outra, ao contrário, as dores, a febre, a tosse, entre outros sinais da doença pareciam avançar. O tempo passava e os sintomas persistiam principalmente por estar intensamente exposto às condições inadequadas do trabalho que praticava. Insistiu naquele trabalho, precisava manter o emprego, tinha projetos de vida, precisava sobreviver. O cotidiano nas minas exigiu sobretudo esforço físico, rapidez e resistência. Acrescido a esse aspecto Expedito afirmou em sua ficha clínica do NUSAT que durante os anos de trabalho na empresa tinha utilizado como equipamento de proteção individual –EPI –“bota, luva e capacetes.”²⁹

Malaquias colega de trabalho de Expedito e diretor de sindicato, naquele período, se recorda de como ele trabalhava intensamente “era um monstro pra trabalhar” e não acreditava que estava com silicose “dizia que era mentira que não acontecia,não acreditava, não gostava do sindicato.”³⁰ Quando estava com os sintomas em estado avançado decidiu procurar o CESAT.

“Na época eu levei ele pra Salvador, a gente sempre jogava bola, um dia ele desmaiou no campo, e ainda queria jogar bola doente, aí na segunda-feira eu falei pra ele, vou levar pra Salvador, a gente era muito amigo e aí ele achou que tava tão ruim que ele achou que deveria ir, chegou lá Joselita disse a ele... Eu assistir ele morrendo, ele me pegando e me dando a mão e morrendo, ele não tinha trinta anos.”³¹

²⁸ Entrevista Edelvita de Souza. 11 maio 2005.

²⁹ 16^aDIRES. NUSAT. Ficha 62/92.

³⁰ Entrevista. Francisco Malaquias. 18 janeiro 2006.

³¹ Entrevista citada.

Os aspectos relatados centralizam o caráter intenso do trabalho desenvolvido na mina. Mesmo doente continuava a trabalhar, era sua realidade, além disso, como relata Malaquias, não acreditava que pudesse existir uma doença que lhe atingisse. Sua esposa considerou que poderia ter sido de outra forma, se a empresa tivesse anunciado a doença, pois os exames periódicos eram realizados, mas “o resultado ninguém sabia o que dava. Eu acho que já dava a doença e eles escondiam, eu acho que já com medo de encostar os trabalhadores, escondia, porque não tem cabimento não, fazer exame e só descobrir em Salvador? Era tanto que eles nem mostrava e nem dizia o que é que dava, só dizia que não deu nada, era isso, só era assim. Até hoje eu não me conformo com isso.”³²

Seu discurso tem como foco a crítica à estratégia da empresa Morro Velho ao não enunciar o resultado dos exames, pois esta sabia que os sintomas de seu marido tinham relação com o trabalho realizado no subsolo, impedindo dessa forma a possibilidade de vida financeira estável, traduzida em aposentadoria futura, ações indenizatórias favoráveis aos trabalhadores, deslocando o debate para um outro campo, favorecendo o discurso de que a empresa não poderia ser responsabilizada pelas mortes e doenças de seus funcionários, uma vez que não haviam contraído silicose em seu ambiente de trabalho.

Sua leitura atualizada do passado sinaliza para a pouca importância dada pela empresa ao fato de que os trabalhadores pudessem ter contraído silicose nas minas. Parecia apenas importar o trabalho desenvolvido e a produtividade dos funcionários. Mesmo constatando que o funcionário apresentava sintomas de febre e cansaço, a empresa omitia o conhecimento dos fios que engendravam aquela situação. Para ela, se a mineração Morro Velho comunicasse os resultados dos exames poderia ter sido construída uma outra realidade.

Por outro lado, o fato de Expedito mesmo doente continuar a trabalhar revela a tensão vivida diante daquela experiência. Ele adiava sua ida ao CESAT, local onde seria atestado o laudo

³² Entrevista Edelvita de Souza. 11 maio 2005.

médico, porque não queria acreditar que estava com silicose, apesar de conhecer os sintomas da doença, pois colegas de trabalho já tinham apresentado febre e tosse constante, dificuldade no sistema respiratório. A tensão entre sintomas da doença, trabalho e remuneração se instala e Expedito, consciente dos danos, decide continuar e retardar sua ida ao médico. Múltiplos são os efeitos de sentido do discurso de sua esposa. Medo do diagnóstico, certeza da morte e de que não teria muito o que fazer, uma vez que a silicose não tem cura? Talvez as respostas também sejam múltiplas, mas Edelvita atribuiu a demora de ir ao CESAT ao fato dele ser homem, recusando-se a ser revelado como frágil, necessidade de demarcar seu papel masculino, de provedor e pai de família, que lutava contra uma situação que não desejava vivenciar.

Procurar o médico para atestar o diagnóstico de silicose era o começo de uma trilha longa e de muitos atalhos. O relatório médico fornecido pelo CESAT foi instrumento importante na batalha travada para obter a aposentadoria, pois estabelecia o nexo causal entre trabalho na mineração e silicose. De posse dele, o trabalhador poderia ser encaminhado ao “INSS para estabelecimento de nexo causal, avaliação de incapacidade,”³³ mas esse caminho demorava, os trâmites burocráticos impediam agilização dos processos para provar que a doença atestada que incapacitava o trabalhador definitivamente para o trabalho estava diretamente relacionada às condições oferecidas no interior das minas de ouro da empresa Morro Velho. Esta por sua vez evitou em muitos casos o fornecimento das comunicações de acidentes do trabalho -CAT, como determina a lei previdenciária 8.213/91, prática que já fora denunciada pelo CESAT desde 1992.³⁴

A empresa vinha “sendo publicamente denunciada devido aos quase cem (100) casos de silicose até o momento constatados em avaliações ativas feitas pelo Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho -SESMT e pelo CESAT, mas mesmo assim tem se negado a emitir a CAT, e tomar as providências legais cabíveis conforme pude constatar nos seus

³³ DSO/CESAT. Nº1/92

³⁴ DSO/CESAT. Nº1/92. Ver Lei Previdenciária nº 8.213/91.

arquivos,”³⁵ assim autuava a Delegacia Regional do trabalho – DRT. Não fornecer CAT significava dificultar o andamento do processo de afastamento e nos casos mais graves a aposentadoria do trabalhador. Nos casos de afastamento do ambiente laborativo, havia prejuízos, sobretudo financeiros, tendo sua renda mensal diminuída, além de estigmatizado pela sociedade.

A trajetória a percorrer desde a descoberta de ter contraído silicose até o afastamento do trabalho constituía-se em uma batalha, porque no Brasil a compreensão do termo incapacidade para o trabalho na legislação previdenciária é complexa.

“... incapacidade para o trabalho quem classifica quem determina se o indivíduo é incapaz ou não para o trabalho é a Previdência Social... na região [Jacobina] a mineração foi um grande pólo de trabalho, quando indivíduo tinha o diagnóstico de silicose, ele poderia ter uma silicose no estágio inicial ou poderia ser uma silicose no estágio avançado com sintomas e o que indivíduo não está capacitado para o trabalho, ele é afastado. Pelo diagnóstico de silicose é emitido uma CAT e ele é afastado. O INSS é quem reconhece se aquela doença é realmente a silicose e classifica como doença do trabalho. Aconteceu isso ele vai permanecer afastado durante um período até que melhore, mas digamos assim que ele tenha algumas coisas associadas, teve tuberculose, infecção associada, ele tratando disso pode vir a ter uma melhora. Então ele melhorou e é avaliado se ele continua incapaz para o trabalho ou não. O indivíduo só é aposentado se ele é considerado totalmente incapaz para o trabalho... ele pode ser considerado um paciente com silicose que tem uma incapacidade permanente, mas é parcial, ele pode trabalhar em outra atividade, então ele recebe alta e pode até ser reabilitado em outra função.”³⁶

O relato médico discute a legislação em vigor no Brasil, revelando os procedimentos médicos que instituem os limites ou

³⁵ O termo de autuação está anexado ao processo 265/95 Vol.III tramitando no Fórum Jorge Calmon, na 3ª Vara Cível na comarca de Jacobina.

³⁶ Entrevista Dra. Sônia Sales, médica do CESAT. 19 abril 2005.

as fronteiras entre doença, trabalho e aposentadoria ou dispensa provisória do trabalhador, não reconhecendo as facetas de outras realidades. Nesse período, Jacobina revelava uma situação onde,

“a grande maioria desses trabalhadores era de pessoas com pouca instrução, não tinham uma profissão definida... aí que chegava o problema. Para o INSS ele era incapaz parcial, podia exercer outra atividade, uma atividade burocrática, recepcionista, atendente, alguma coisa assim, só que ele nunca teria condição de vir a ter um emprego desse. Aí tem um outro[problema] a silicose na fase inicial não dá sintomas, então faz o raio-x vai estar lá a alteração, ele pode continuar a trabalhar, não pode continuar exposto à sílica, mas ele pode continuar a trabalhar em qualquer local, o grande problema é: ele sempre viveu disso e a outra grande parte não tinha como partir para outra atividade, até porque se vai buscar o emprego e faz um raio-x que dá alterado o padrão já sabe que é silicose, o padrão não aceita. Então é isso que eles falavam muito: ‘eu to doente e ninguém me aceita pra trabalhar.’ Ela é uma doença em fase inicial que permitiria trabalhar, mas aquela história, faz a radiografia dá alteração, ele é eliminado. Então ele diz assim: ‘eu to incapaz para o trabalho.’ O grande problema do INSS é isso. Esse caso gera também CAT, só que não gera CAT com o afastamento, gera com notificação, só que também por um outro lado a CAT com notificação não dá estabilidade ao trabalhador, porque o indivíduo fica afastado pelo INSS ao ter alta e retornar ao trabalho deve retornar em outra função, porque se foi o trabalho que provocou a doença, ele não pode retornar e tem um ano de estabilidade. Só que aquele trabalhador que ta com a doença em fase inicial, que não tem sintomatologia, que foi emitido CAT para notificação e se solicitar a empresa para mudar de função, pode ser demitido a qualquer momento, sem nenhuma... digamos assim... pena para a empresa, a não ser que o trabalhador entre na justiça, por direito civil... a nível imediato não há o que se obter, se ele for tentar outro emprego, ele não consegue.”³⁷

³⁷ Entrevista Dr^a Sônia Sales. 19 abril 2005.

A lógica do INSS apresentada pela médica focaliza o fato de que o trabalhador nomeado como incapaz é aquele que não pode exercer atividade total e definitiva para o trabalho. Dessa forma, pode-se pensar que para a previdência os casos de incapacidade total eram poucos. O discurso de que a doença inviabiliza o trabalhador é deslocado do foco do INSS, instituindo uma outra prática para aquela realidade, o da reabilitação ao trabalho. Nesse sentido, instituir a reabilitação parece ter desfavorecido em muitos casos trabalhadores com silicose. Ao invés de sua aposentadoria o que ocorria era o afastamento do trabalhador com seu provável retorno as atividades habituais que exercia.³⁸

Procurar o CESAT, em um primeiro momento para diagnosticar e, posteriormente, dar entrada no pedido de afastamento ao INSS, transformou-se em uma realidade construída, em parte, por conta dos casos de trabalhadores que já haviam falecido e/ou estavam gravemente doentes, não significando, com relatou a médica, resolução completa do problema. Os empregados da mineração Morro Velho queriam a estabilidade financeira, mas esse caminho era permeado por uma legislação que não projetava os problemas sociais decorrentes daquela realidade.

O afastamento parcial das atividades colocava o trabalhador em uma situação de estabilidade temporária, e ao ter alta médica, deveria ser reabilitado na mesma empresa em outra função, mas como revela o depoimento, a prática dos patrões caminhava na contramão da legislação em vigor. O trabalhador muitas vezes continuava na mesma função como forma de garantir o emprego, mesmo estando com os sintomas da silicose. Ditava a lei que o trabalhador apenas poderia aposentar-se por invalidez quando fosse considerado “incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição.”³⁹

³⁸ Lei 8.213/91 Cap.II- Seção IV-Subseção I Art.43º Ver também Decreto nº3. 048/99. Disponível em <<http://www.previdenciasocial.gov.br>> Acesso 25 jun.2006.

³⁹ Lei 8.213/91. Art.42 in < <http://www.81.dataprev.gov.br/sislex> > Acesso em 25 junho 2005.

Nesse sentido, a legislação instituíria um modelo de doença em que eram objetivados os problemas de saúde em que a recuperação poder-se-ia considerar como muito provável, mas quando se tratava de doenças como a silicose que, em sua fase inicial, poderia não apresentar sintomas, o que não significava não estar doente, o empregado frequentemente não era considerado como inválido e terminava fazendo a reabilitação para retornar a empresa. E retornava, porque na maioria dos casos não podia perder o emprego, precisava do salário para garantir sua vida e de sua família. Além disso, pode-se considerar o estigma construído sobre a silicose, doença sem cura que limitava a capacidade física de laborar.

Não é de se estranhar que Expedito demorou muito a procurar o médico e tomar as providências legais. Primeiro porque tinha medo que o salário fosse reduzido, principalmente porque a empresa não reconhecia que o trabalhador havia contraído silicose no ambiente laborativo, e, portanto a doença não era um acidente de trabalho. O procedimento da empresa consistia em afastá-lo temporariamente, pagar seu salário até o décimo quinto dia a partir do afastamento e em seguida encaminhá-lo à previdência social para pagar o benefício auxílio-doença. A aposentadoria por invalidez era menos freqüente ocorrer por conta da lógica previdenciária já descrita anteriormente. No caso de morte do segurado, seus dependentes tinham direito a pensão, mas como a silicose não era aceita pela empresa como acidente de trabalho o valor da pensão terminava sendo menor do que o salário recebido quando o trabalhador estava em pleno exercício da atividade.

No caso de Expedito ele ficou recebendo um salário mínimo, sua renda, portanto, foi reduzida, quando estava trabalhando recebia em média dois a três salários. Ele solicitou ao INSS sua aposentadoria, mas quando foi aprovada, ele já havia falecido, ficando a pensão para a viúva e a filha. O valor da aposentadoria por invalidez, naquele período era baseada:

“I- na média aritmética simples de todos os 36 (trinta e seis) maiores salários apurados em período superior a 48(quarenta e oito) meses imediatamente anteriores ao do acidente, se o segurado contar, nele, mais de 36 (trinta e seis);

II- dos salários-de-contribuição compreendidos nos 36 (trinta e seis) meses imediatamente anteriores ao do acidente ou no período de que trata o inciso I, conforme mais vantajoso, se o segurado contar com 36 (trinta e seis) ou menos contribuições nesse período.”⁴⁰

O afastamento da atividade no subsolo quase sempre reduzia a renda do mineiro, ao invés de salário, recebia o auxílio doença, mas muitas vezes e dependendo do grau da doença e da prática da empresa, o trabalhador era encaminhado para trabalhar na superfície, não recebia os adicionais de insalubridade o que implicava em salário reduzido e terminava por diminuir o valor de uma aposentadoria futura e também a diminuição dos valores dos auxílios, caso fosse afastado. O auxílio doença era pago de acordo com lei previdenciária de 1991 de “30 a 60% do salário de contribuição do segurado.”⁴¹ Em 1999, essa lei ampliava o valor para 91% do salário de benefício.⁴² Essa realidade acrescida de outros fatores, como a proximidade da aposentadoria por tempo de serviço, o desconhecimento do que era a silicose e o medo de não conseguir emprego por conta da doença, sobretudo aqueles que haviam sido demitidos da empresa parece ter contribuído para que os trabalhadores terminassem por retardar sua ida ao médico. As pensões por morte na maioria dos casos não ultrapassavam um salário mínimo e se baseavam nas contribuições salariais dos segurados, avaliados como pessoas apenas afastadas do emprego e não como portadoras de doença adquirida no ambiente laborativo.⁴³

As restrições à aposentadoria definitiva e a redução do salário terminavam desfavorecendo os trabalhadores, não resolvendo seus problemas sócio-econômicos. Além da doença, o trabalhador assistiu à diminuição de sua renda mensal o que deve ter gerado preocupação de como sustentar a si e sua família. Acrescente-se que ficar marcado pela silicose, no lugar onde morava e trabalhava, constituía mais

⁴⁰ Lei 8.213/91. Art.30 in < <http://www.81.dataprev.gov.br/sislex> > Acesso em 25 junho 2005.

⁴¹ Lei Previdenciária 8.213/91.

⁴² Decreto N°3. 048/99

⁴³ As informações sobre a aposentadoria dos trabalhadores da mineração estão baseadas nos relatos das viúvas e dos mineiros que serão analisadas mais adiante.

um problema, o que explica em parte o fato de Expedito, apesar de sentir os sintomas, continuar no exercício de sua atividade para não perder o emprego e/ou ser afastado e começar uma batalha para ser considerado incapaz. Assim, continuou insistindo até os sintomas se agravarem e “saiu do trabalho,” tendo a empresa se utilizado da estratégia usual para retardar o anúncio da causa de seus sintomas. Não divulgou o resultado de seus exames, impedindo a associação silicose e às condições do trabalho.

O relato por vezes tenso revela a prática de trabalho de seu marido como exaustiva, realizada na fronteira limite entre sua saúde e as atividades no subsolo. Esta realidade é apresentada como um embate, “ele pedia pra sair, ninguém botou, eles não davam, via ele lá morrendo, tossindo sem poder trabalhar e não demitia ele mesmo... aí a mineração encostou, ele ficou ganhando um salário[mínimo] todo mês, só que um salário não dava pra nada, aí inventou de botar um bar pra interar o dinheiro. Só que foi pior nem vendia nada, no dia que tava desesperado que sabia que ia morrer, fazia era beber, se trancava no quarto com faca querendo se matar.”⁴⁴

O cotidiano de Expedito transformou-se em luta pela sobrevivência. Enfrentou o trabalho até quando se rendeu por não poder mais realizá-lo. Afastou-se, tentou complementar a renda salarial recebida da previdência, trilhou outros caminhos, montou um estabelecimento, mas desesperava-se ao ter o seu lugar social deslocado, ao passar de trabalhador apto para o trabalho a trabalhador marcado para morrer. As reações foram várias, dentre elas, a bebedeira, provocando confusões na rua.

“Caçava briga, nos bares pra ver se o povo brigava com ele e acontecia o pior, aí descia com o facão dentro da calça, com revólver, também às vezes começava a desesperar, dava tiro pra cima, essas coisas, era desesperado pro modo a doença, ele sabia que uma hora ia morrer, só fazia isso depois da doença, que era modo da doença, não era quando bebia, às vezes tava sãozinho e fazia, era a doença mesmo, às vezes chorava.”⁴⁵

⁴⁴ Entrevista Edelvita de Souza. 11 maio 2005.

⁴⁵ Entrevista Edelvita de Souza. 11 maio 2005.

O espaço da casa também é relembrado como território de conflitos e tensão,

... “quebrava as garrafas e com o fundo da garrafa se retalhava assim, aí dentro do quarto, querendo se matar. Ave-Maria! E eu sem poder fazer nada, ficava quieta, chorando, desesperada..se eu fosse dizer alguma coisa talvez fosse piorar, deixava fazer o que ele queria, ele fazia, jogava as garrafas na parede, caia lá na outra rua, nas casas lá embaixo.Ah! minha fia, tu não sabe de nada, é coisa!porque é tanta coisa que a gente nem lembra”⁴⁶

Os conflitos internos resultantes do tripé doença/trabalho/sustento da família, em determinados momentos levavam-no ao desespero. Criando confusões na rua, como se quisesse abreviar seu sofrimento e antecipar sua morte. A silicose havia modificado a maneira de viver de seu marido, fazendo-o reagir de forma inversa àquela até então vivida. O relato construído revela a revolta, a indignação, o sentimento de dor e a certeza da finitude, registrados em sua memória e também na carta deixada por seu marido.

Nesse cenário de doença e tristeza, descreve a trajetória de sua vida junto ao do marido, as tensões do cotidiano, os momentos críticos de internação médica, sempre presente e participante,

“..às vezes quando ele internou já não podia tomar banho, eu que dava banho nele, às vezes na cama, pegava ele nos braços, porque ele não queria as enfermeiras, que eu era a mulher dele, tudo era eu.Não queria as irmãs, a mãe, não queria ninguém, aí eu tinha que dar comida na boca dele...Ele não queria ninguém, eu ainda agradeço a Deus, eu tive força para ficar com ele até a hora que Deus levou ele, cuidei dele, não entreguei os pontos para ninguém, assim mesmo magra, seca,velha, fiquei só o talo, quando [ele]morreu fiquei só o talo, quando morreu, as calças não segurava mais de tão magra.”⁴⁷

⁴⁶ Entrevista citada.

⁴⁷ Entrevista citada

Seu cotidiano ficou circunscrito ao mundo da casa e do hospital até que,

“... na terceira vez, ficou quinze dias internado, saiu do hospital todo mundo achando que ele tava bonzinho, ele tava animado, levantou, tomou banho, cortou unha se tu visse, chegou aqui umas três para quatro horas da tarde. Aí quando foi sete da noite, deu a crise de novo, a gente levou para o hospital de novo, aí foi a hora que faleceu e não voltou mais para a casa.”⁴⁸

A ruptura produzida pela silicose tem ressonância em seu relato de memória. Tempo difícil, de modificações que afetaram profundamente sua vida. Seu papel foi cuidar, tomar conta, ajudá-lo nas atividades rotineiras do comer e andar, deixando evidências sobre os entremeios de um caminho tortuoso, permeado de conflitos. Expedito tentava afastar as irmãs e a mãe daquela experiência que ele passava. Exigiu a mulher, sua companheira, para estar junto dele, partilhando das tensões daquele momento.

Constrói seu lugar ao lado do marido, produz sua imagem de mulher que sobreviveu àquela batalha, como ela disse “não entregou os pontos.” Se por um lado seu relato é marcado pela dor e sofrimento, por outro revela a resistência assumida e as conseqüências para seu estado físico e emocional, mas não se deu por vencida, acompanhou o marido na trajetória que o conduziu à morte. A metáfora do “talo” é significativa, associa sua imagem a de um tronco, em geral a parte de uma planta que mais sobrevive, mesmo com a perda das folhas e/ou dos ramos, sinalizando sua força e capacidade de resistir diante das adversidades.

Os infortúnios desse período de sua vida, registrados em sua memória, foram continuamente (re)significados em seu presente. É representativo o caminho que traçou de suas lembranças, acompanhando seu marido desde os primeiros momentos dos sintomas, confirmação da silicose, a experiência traumática de vivenciar as reações violentas, desesperadas e as idas ao hospital, culminando com a morte.

⁴⁸ Entrevista citada.

O período que sucedeu a morte de Expedito continuou marcado por caminhos não menos difíceis daqueles vividos anteriormente. A ruptura produzida com a morte delineou alguns trajetos que deveria realizar, dentre eles a procura pelo amparo, pela aposentadoria, a luta na justiça pela indenização do marido por ter contraído a silicose em ambiente de trabalho, diversas frentes foram criadas na batalha que instalou “pela verdade.”⁴⁹

Nessa trajetória, procurou primeiro o apoio da empresa Morro Velho, “quando ele faleceu eu fiquei assim sem nada, sem aposentadoria que eu não recebia ainda, devendo...aí a gente [ela e a cunhada] foi lá na casa de um grandão da mineração, fui lá pedi ajuda, se ele podia me ajudar, que meu marido tinha falecido, eu tava com uma filha pequena, não tinha dinheiro, aí ele disse que eu não precisava não, que eu ia receber a pensão, que só tinha uma filha, que dava pra sustentar a mim e ela[a filha] também.”⁵⁰

Focaliza também a ausência do papel social da mineração Morro Velho nesse período, mas se recorda que mesmo antes da morte de seu marido a empresa não deu assistência social, “ninguém veio aqui quando ele tava doente para fazer uma visita, vê se tava precisando de alguma coisa, nada. Quem ajudava era os parentes dele que não podia também, os parentes ajudava, dava um quilo de açúcar, meio de feijão... eu não podia trabalhar, porque ele doente, minha filhinha pequena, tomava conta dele e da minha filha, era só nós três aqui, os parentes só vinha quando dava aquelas crise e mandava chamar, mas eles também tem a vida deles, não podiam ficar vinte e quatro horas.”⁵¹

O amparo procurado para manter a si e a sua filha, registrado em sua memória associa-se à esperança de uma atitude solidária, afinal de contas seu marido havia trabalhado na empresa Morro Velho. Os parentes que compunham a rede social não possuíam condições econômicas para ajudar no sustento da família. Nesse aspecto, o enfoque assistencialista buscado e não dado é revelador de sentidos, primeiro porque para ela a empresa funcionava com

⁴⁹ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 16ªed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

⁵⁰ Entrevista Edelvita de Souza. 11 maio 2005.

⁵¹ Entrevista citada.

esse caráter, quando necessitasse de sua ajuda esta deveria estar pronta para atendê-la. A existência de um pacto paternalista nas relações entre empregados e patrões está projetada no seu discurso como um ponto de vista legítimo e consensual. Por outro lado, procurar a empresa significava reivindicar direitos, pois seu marido havia morrido por conta do trabalho exercido no subsolo, deveria receber alguma indenização, pelo menos uma “ajuda,” que não foi concedida, provocando a quebra do pacto paternalista que a conduziu para outros caminhos.

Começou a trabalhar como empregada doméstica e fazer outros serviços enquanto aguardava o recebimento da pensão de viúva, “eu trabalhei em casa de família com minha filha pequena porque tinha que pagar as coisas. Aposentadoria? não tinha chegado ainda, demorou uns seis meses pra chegar ou mais, aí sei que fazia minha coisinha, só era eu ela a gente passava, depois recebi [a aposentadoria] vim pagar as coisas que ele deixou, que morreu e ficou devendo.”⁵²

A silicose do marido provocou mudanças em sua vida, “a doença quase sempre um elemento de desorganização e de reorganização social,”⁵³ nessa operação entre desorganizar/reorganizar construiu um outro lugar social, viúva, com filha para criar, precisava se recuperar da ruptura provocada em sua vida e também por isso, mas não só por isso, trilhou o caminho da justiça civil, recebendo orientações do sindicato dos mineiros para processar civilmente a empresa pela morte de seu marido.

“Foi o sindicato, fizeram a papelada toda, foram eles mesmos que me chamaram lá e disse pra eu levar documento que tinha que entrar, que a gente tinha direito, ia ser indenizado, era acidente de trabalho... encaminhou tudo, teve uma audiência e tudo mais, mais até agora não resolveu nada não... eu queria que Deus me ajudasse, tem hora que digo, to aqui quieta, eu digo oh! meu Deus ajude

⁵² Entrevista citada.

⁵³ REVEL, Jacques; PETER, Jean-Pierre. “O corpo: o homem doente e sua história.” In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. História: novos objetos. 3^a. Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p.144.

que esse negócio[a indenização] saia , eu queria tanto comprar uma casinha maior, que essa rua é tão perigosa... que eu agora sozinha com minha filha, sei lá, a gente não vai nem na rua porque seu eu for na rua com ela pra voltar 10, 11 horas[da noite] eu não volto que eu tenho medo.”⁵⁴

O papel do sindicato parece ter sido fundamental para que entrasse com ação civil, reivindicando indenização por acidente de trabalho. Começava a ser travada uma nova batalha para provar perante a justiça que Expedito falecera em decorrência de silicose contraída no ambiente de trabalho, mas sua primeira ação foi buscar ajuda na própria empresa, talvez por não compreender a dinâmica das práticas do trabalho ou por saber da morosidade da justiça. Desejava trilhar caminhos mais curtos e rápidos para solucionar o problema da sua subsistência. Sua urgência era imediata, mas o sindicato propunha outro caminho, mais longo, mas político, a instauração de processo judicial contra a empresa.

O relato de memória revela o desejo de uma vida melhor, assegurada com a possibilidade de ganhar a causa na justiça. Nesse sentido, aguardar o julgamento do processo constituiu-se em um outro momento de tensão em sua vida, pois a concretização imediata daquele desejo delineou outro cenário. De um lado a espera do resultado do processo, do outro, o sonho de ter dinheiro para comprar uma casa “maior” em um local mais seguro. Reproduzia de certa maneira o projeto de seu marido que trabalhou de forma intensa para aumentar a renda familiar com o propósito de construir a casa própria. Agora a indenização serviria para comprar outra casa, mais ampla e melhor localizada, assegurando a vida material para criar sua filha. Era também a esperança de viver momentos menos tensos, distantes de um passado angustiante e gerador de rupturas em sua vida.

Ao reconstruir sua história pessoal de vida, focalizando, principalmente o convívio com o marido, portador de silicose, entrelaça fatos, acontecimentos e emoções do passado e do seu presente, fabricando as tramas de sua história. Ao fazer uma leitura

⁵⁴ Entrevista citada.

atualizada de seu passado, revelando as práticas de trabalho do marido na mineração e a experiência do convívio com um portador de doença sem cura e que progressivamente avançava, colocou-se de frente com a realidade que a desafiou, produzindo assim efeitos de sentidos múltiplos para aquela história que somada a de outras viúvas e mineiros revelam uma outra história do ouro na cidade de Jacobina.

3.2 Tecendo histórias, contando a vida.

As experiências do passado, que a memória possibilita atualizar no presente, constroem aspectos diversos de uma história contada pelas viúvas dos trabalhadores do subsolo da mina de Morro Velho.

Ednilza Pereira Santos da Silva, viúva de Raimundo Nonato da Silva, ex-marteleiteiro, destaca o ritmo intenso de trabalho desenvolvido no subsolo da mina, onde adquiriu a silicose que o levou à morte. Ao avaliar simbolicamente a vida do marido nas minas, privilegia, no movimento de construção da sua memória, o ritmo frenético e intenso das atividades, recordando também que seu marido trabalhava muito, muitas horas seguidas:

“Ele trabalhava mais fazendo serviço fora do horário de trabalho... fez muito isso. A doença dele dever ter mais adquirido por isso. A maioria do tempo dele, esses cinco anos que ele trabalhou dentro da Morro Velho, ele praticamente não saía de lá de dentro não. Trabalhava dia e noite sem parar. Aí vinha pra casa, dormia, quando era de novo tornava a pegar[no trabalho]. Dormia muito pouco, chegava no horário do dia e às vezes quase nem dormia... eu acho que ele gostava do trabalho, pra ele querer tanto e ele tinha muito conhecimento dentro da firma com os chefes de lá, ele era uma pessoa muito trabalhadora, não se esquivava para o trabalho, não fazia corpo mole para o trabalho. Aí às vezes eles pediam pra dobrar, ele dobrava, às vezes pedia pra trabalhar muito à noite. Ele recebeu essas promoções justamente por isso, porque era uma pessoa que tava disposto a trabalhar em qualquer horário,

qualquer momento, era um daquele que trabalhou bastante ali na Morro Velho, ele não parava não, de jeito nenhum, olha aconteceu acidente com ele lá, perdeu um dedo do pé que a locomotiva passou por cima do pé dele e aí ele teve que amputar o último dedo do pé, esmagou o dedo, ele tava de bota e tudo mais, mas não teve jeito...ele não parava, dizia assim, é pra trabalhar ele ia..e ele gostava de trabalhar ali naquela Morro Velho, ele dizia que gostava de trabalhar que o ambiente era bom, que tinha amizade, pegou muita amizade lá dentro.Salvou uma vez a vida de um colega dele que a pedra desabou e o colega ia ficar soterrado, mas ele entrou, disse que trouxe nas costas e depois disso começou a sentir bastante também que ele se esforçou, eu acho que já devia vir com a doença já, porque depois disso ele ficou, ficou assim um pouco abalado, ficava sentindo dores, ai ia para o médico[da empresa], chegava lá, o médico dizia não é nada não rapaz, isso aí é só cansaço físico.Você não tem nada não, você ta bom, você ta ótimo.”⁵⁵

Nesse movimento de construção dos significados e sentidos, revela sua compreensão dos acontecimentos, considerando que a disposição do marido para trabalhar a qualquer momento e circunstância, seu preparo evidenciado na execução das atividades e o excesso de horas explica em parte a doença. Associa a estas razões suas aspirações pessoais e profissionais, porque o trabalhador que cumpria o que lhe era determinado, sem limites, ganhava a confiança dos chefes e recebia “promoções.” Nesse imbricado das relações sociais do trabalho, pode-se tentar compreender os significados dessa prática.

A narrativa sinaliza para a caracterização social das relações de trabalho enquanto relações simbólicas. Na sua compreensão do mundo do trabalho, a valoração do trabalhador, concretizada em promoções e melhores salários, só ocorre quando este não só é capacitado para as tarefas, mas aceita, sem limites, as solicitações e exigências dos superiores. Só assim, será reconhecido e recompensado financeiramente. Enfim, para “subir na vida” é

⁵⁵ Entrevista. Ednilza Pereira Santos da Silva. 19 julho 2005.

preciso se diferenciar dos demais trabalhadores, única forma de ascensão social na hierarquia do trabalho. O relato da viúva revela sua admiração pelo fato de que o marido “não fazia corpo mole,” era respeitado, ele “gostava do trabalho,” do ambiente, dos colegas, revelando também as relações sociais tecidas pelo seu marido. Segundo seu depoimento, Raimundo construiu seu lugar dentro da empresa, tinha “muitos conhecimentos,” boas relações com seus chefes. Raimundo foi o marleteiro que aceitava fazer trabalhos fora de sua jornada, cumpria ordens, foi o que a Morro Velho queria que ele fosse, trabalhador disciplinado, sempre disponível. Acreditava que esses comportamentos garantiam seu lugar e reconhecimento (na) e (da) empresa.

As normas de operacionalização da empresa parecem ter sido eficientes, principalmente para internalização dos comportamentos exigidos e da disciplina necessária para execução das atividades para trabalhadores com histórico semelhante ao de Raimundo, saído da zona rural de Pernambuco em busca de oportunidades e melhores condições de vida, “ele veio embora para aqui com o tio dele, acho que era caminhoneiro e passava por aqui e dizia que aqui era uma cidade do ouro, aí o irmão dele tava aqui [na cidade], o irmão mais velho, aí ele lá na roça [Pernambuco] trabalhando e aí o irmão disse: aqui tem trabalho, vem pra aqui, fica aí se matando na roça, aí ele veio, acho que ele tinha 18 anos quando chegou aqui.”⁵⁶

A construção de imagens sobre o trabalho nas cidades cada vez mais seduzia pessoas como Raimundo que vivenciavam as dificuldades da roça e buscavam alternativas. A mineração era um caminho para a ruptura e transformação social. As aspirações de mudança de posição na escala social, passando de lavrador a marleteiro de mina, traduzia-se em ter trabalho de carteira assinada, na única empresa de grande porte, e a possibilidade de um “outro” futuro.

As recompensas, materializadas através de promoções, significavam de certa forma estratégias disciplinadoras para manter as metas da produção. Para isso, o valor do trabalhador estava na forma intensa como trabalhava, sempre pronto, vigilante

⁵⁶ Entrevista 19 julho 2005.

e obediente. A esses comportamentos e atitudes associava-se a construção da idéia redentora do trabalho. Só por sua mediação se conseguiria uma vida melhor, e garantia do futuro, interagindo com este discurso mais uma vez a construção histórica da idéia do trabalhador destemido, “homem de invejável resistência, infatigável na árdua labuta.”⁵⁷

A disciplina instituída pela empresa pode ser pensada como um dos fios condutores para compreensão da maneira como se trabalhava na mina. O relato apresentado focaliza o horário do trabalho, muitas vezes irregular, o não revezamento dos turnos, causando-lhe um sono desregulado, por isso “dormia pouco.” O cotidiano do trabalho subtraía-lhe o convívio com a família, ele “praticamente não saía de lá de dentro não,” o que revela certa queixa da viúva, mas também indica a intensidade da jornada de trabalho. A disciplina como afirmou Foucault “fabrica corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis. ’Aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência).”⁵⁸ O corpo produtivo e desejável termina se constituindo como um dos aspectos de positividade do trabalho. A atividade exercida por Raimundo exigia sobretudo força física e “aptidão,” estratégia construída para acentuar a dominação existente, favorecendo a exploração econômica sobre o trabalhador.

A coerção e a disciplina são deslocadas do foco do discurso relatado, são substituídas pela recompensa. Trabalhava-se muito, diversas horas, juntando turnos, extrapolando o limite físico do humano, mas no caso de Raimundo sua esposa atribuía o fato de trabalhar muito, simplesmente porque queria trabalhar. Nesse sentido, poder-se-ia pensar que ele fazia parte de uma complexa rede de poder construída na mina. Os chefes sabiam que podiam solicitar qualquer trabalho a qualquer hora, usavam sua coerção, através do discurso da aptidão, da capacidade de trabalhar, do

⁵⁷ Nesse livro a autora discute sobre as frentes de colonização na Amazônia na década de 70 do século XX ver GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. A Lenda do Ouro Verde: política e colonização no Brasil contemporâneo. Cuiabá. UNICEN, 2002, p.120.

⁵⁸ FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. 26ª ed. Petrópolis, Vozes, 2002. p.119.

trabalhador exemplar. Exemplo e trabalhador constituíram-se em binômio que, em parte, engendrou os (micro) poderes instituídos para controle, tornando o indivíduo obediente, eficiente e útil, elementos fundamentais da política coercitiva construída dentro da mina.

Os elementos disciplinares foram registrados no relato de memória, revelando, em parte, como a questão estava presente no cotidiano do trabalho e nas relações familiares. Focalizou a idéia do trabalhador incansável e corajoso que certa vez arriscou a vida para salvar um colega de trabalho, revelando a faceta heróica do marido. Construiu a narrativa resguardando a imagem do homem trabalhador, mas também enfatizou o ritmo dentro da mina e os acidentes a que estavam expostos os trabalhadores. Elementos centrais de sua narrativa associavam as condições de trabalho aos sintomas da silicose, que começaram a aparecer, mas que não foram diagnosticados pela empresa. O diagnóstico só ocorreu depois que deixou de trabalhar na mineração, fora demitido, mas segundo a viúva “ele pediu, porque ele achou que em Minas [Gerais] tava pagando melhor, aí ele achou que se saísse dela, botando ele pra fora, lá em Minas pegaria ele, porque ele não pediu conta... aí eles fizeram esse acordo. Disse que ia pagar direitinho os direitos dele...”⁵⁹

Por sua vez sintomas como “cansaço, febre alta, dores nas costas” começavam a aparecer. Na viagem para Minas Gerais “ele queimou de febre, lá em Minas passou pelos testes, aí quando chegou no teste do pulmão, ele já não tava bem. Aí o médico detectou que ele tava com um problema muito sério no pulmão e que seria silicose. Aí ele chegou aqui bastante doente, abatido, foi uma pessoa que não quis admitir a doença, ele podia até ta vivo hoje se ele tivesse admitido a doença e dado repouso, quando ele chegou aqui não procurou sindicato, não procurou a firma pra dar inicio a aposentadoria. Ele quis esconder, ele escondeu.”⁶⁰

O medo do estigma pode explicar em parte a recusa de Raimundo em procurar ajuda, como afirmou sua esposa. A imagem

⁵⁹ Entrevista Ednilza da Silva. 19 julho 2005.

⁶⁰ Entrevista citada.

de homem forte construída contribuiu para retardar sua ida ao médico e cobrar o diagnóstico de silicose:

“... ele era muito durão, não dava o braço a torcer, não queria demonstrar que tava doente, levava a vida dele normal, ele era alegre, sorridente, gostava de brincadeira... era assim um pouco ignorante... comigo não, eu entendia ele muito bem, eu sempre fui uma esposa que sempre aceitei tudo do jeitinho que ele gostava, eu fazia os gostos dele, eu era uma pessoa assim paciente, então nós se dava muito bem nesse sentido... eu sei que tinha hora que vinha nervoso, mas ele não deixava transparecer, ele não deixou a doença abalar é tanto que as pessoas nem achava que ele era doente, ninguém sabia, ninguém sabia a doença dele... eu acho que ele ficou assim também porque faziam muita crítica sobre negócio de silicose, ele ficava até um pouco envergonhado de tocar no assunto de dizer que tava com a doença...”⁶¹

A negação da doença é significativa, não queria admiti-la, pois estaria marcado, reconhecido dentro da sociedade como indivíduo incapaz, fraco, excluído do mundo produtivo. Não admitir a doença poderia ser também uma forma de pensar que não se está doente. Uma maneira de não enfrentar o problema. Principalmente se esse problema – a doença- provocará sua morte em um breve espaço de tempo. Raimundo não queria que as pessoas agissem como se ele fosse um doente, não queria estar excluído do trabalho, afastado do convívio dos amigos o que tornava sua situação ainda mais grave. Não querer ser percebido como doente nos remete a idéia de que nos percebemos sobretudo por meio de nossos intercessores, somos também percebidos pelo outro. Raimundo não queria ser percebido pelas pessoas como um indivíduo que estava próximo da morte. A imagem que construiu de homem “forte, durão, alegre e sorridente” é em parte produzida para ecoar entre seus intercessores, ele queria ser mostrado dessa maneira. Opera sua realidade, constrói sua verdade que quer ver reproduzida entre as pessoas ao seu redor.⁶²

⁶¹ Entrevista citada.

⁶² DELEUZE, Gilles. Conversações. (3ª Reimpressão) Rio de Janeiro: Ed.34, 2000, p.156-157.

Raimundo só admitiu estar com silicose tempos depois, quando seu estado foi se agravando e começou a pensar que precisava se aposentar para “ficar tranquilo, só para isso,”⁶³ foi quando o sindicato “ tomou a dianteira do caso dele quando ele começou adoecer mesmo, acho que ele procurou,”⁶⁴ e começou a admitir ter silicose depois da orientação dada pela assistente social de Jacobina que “incentivava ele a falar assim: você tem que falar que ta com essa doença, você não pode dizer que não ta com a doença não, porque se você disser que não ta doente, o povo não vai acreditar...depois ela me disse; a gente tem que falar assim porque ele não admite a doença. Ele chegava pra ela, eu quero saber qual é o meu problema, qual é a minha doença. Aí ela: o seu pulmão está comprometido, o seu problema é irreversível, não tem como a gente lhe ajudar, você tem que dar um repouso pra você sobreviver mais tempo, a gente vai falar a verdade pra você não ficar enganado, mas ele não aceitava... eu acho que foi por isso ele morreu mais rápido, porque quando a pessoa aceita a doença ela se ajuda.”⁶⁵

Nesse caso, a reação foi construir o silêncio acerca dos sintomas sentidos, não queria ser visto como portador de silicose e talvez não quisesse admitir para si próprio que sua vida estava por um fio, dificultando uma ação política sua e do sindicato que começava a relacionar os casos de silicose com o trabalho realizado nas minas. O relato centraliza o silêncio de seu marido sobre a doença e a decisão de conduzir sua vida normalmente, exemplificando com o fato de ter engravidado, “ ele dizia: se eu to fazendo filho, eu não to doente.” Ela recorda ainda que engravidou “evitando, tomando algum comprimido[anticoncepcional] falsificado, na época tava saindo uns comprimidos de farinha..eu acho que engravidei tomando aqueles comprimidos, porque eu não queria mais filho, eu já tinha tido os três, então pra mim era suficiente...ele, gostava quando eu tava grávida, pra ele era um troféu ...ele queria encher a casa de filhos.”⁶⁶

⁶³ Entrevista citada.

⁶⁴ Entrevista citada.

⁶⁵ Entrevista citada.

⁶⁶ Entrevista citada.

Ter filhos significava legitimar o status de ser um indivíduo sadio, forte e viril, diferente daquela imagem do indivíduo portador de silicose. O binômio sadio/doente foi construído na memória da viúva ao lembrar como ele legitimava para si a condição de forte, de homem “durão.” A gravidez da mulher “um troféu,” sua vitória perante uma batalha silenciosamente travada contra a silicose.

Seu falecimento ocorreu, em 1991, e o sindicato, como lembra a viúva, teve papel decisivo em conseguir atestar sua morte como “insuficiência cardíaca, devido a colapso pulmonar - silicose.”

“Foram eles que lutaram [o sindicato] porque quando ele morreu o médico [plantonista] deu um laudo que ele tinha dado um ataque cardíaco e morrido, ai eles [sindicato] já sabia o problema dele, correu atrás do médico dele... e o sindicato fez bastante aquela repercussão em cima disso e tal lutaram pra fazer isso.”⁶⁷

Com a experiência dos casos ocorridos de silicose, o sindicato lutava para demonstrar a associação do trabalho nas minas com a silicose, tornando conhecida e registrada oficialmente aquela realidade, constituindo-se posteriormente como um dos elementos de provas dos processos judiciais, além de reivindicar a causa verdadeira da morte de mais um colega.

Após a morte de Raimundo Nonato, a viúva com a colaboração do sindicato iniciava outra etapa da luta: provar na justiça que sua morte foi decorrente de seu trabalho.

“O sindicato tomou conta, fez um processo que ela [Morro Velho] tinha que indenizar, pediram documentação, xerox de todos os documentos e fizeram um processo lá... eu sempre ia no sindicato e perguntava: e aí vão resolver o que? E eles diziam: não se preocupe que a gente ta resolvendo o seu caso...quando chegou um certo período de três anos e pouco, eu pensei quer saber de uma, eu vou esquecer isso que eu sei que não vai sair mesmo, eu vou tocar minha vida, trabalhar e criar minhas filhas, aí eu não

⁶⁷ Entrevista Ednilza da Silva. 19 julho 2005.

procurei mais, só depois de cinco anos que ouvi falar de um advogado de Salvador Doutor Ari (Arivaldo)...aí ele pegou meu processo, depois de um ano marcaram minha primeira audiência, a Morro Velho fez um acordo, mas o Doutor disse que não era vantagem que ela tava querendo pagar muito pouco.O processo ficou quase dez anos na justiça para poder ganhar a causa.”⁶⁸

A morosidade da justiça parece ter desanimado em um primeiro momento a luta travada pela viúva, suas necessidades eram urgentes, não podia ficar esperando o seu andamento, precisava trabalhar para garantir a sobrevivência da família. A busca pelo amparo material talvez explique em parte o caminho trilhado por mineiros e viúvas que entraram na justiça com ações cíveis. A morte desestruturou em parte a família de Raimundo que havia deixado mulher grávida e três filhos menores de idade, provocando e forçando um novo rearranjo familiar,

“ ... Ah! foi difícil, porque eu tava com três meninos, ainda não trabalhava, porque na época ele não deixava eu trabalhar, ele dizia que ele era o homem da casa, quem tinha que manter a casa era ele, eu só tomava conta da casa e das crianças, então aí foi difícil, depois da morte dele eu tive que trabalhar, porque logo de início eu não fiquei recebendo nenhuma pensão, só depois que deu entrada, que corri atrás...conhecia uma moça que trabalhava no INSS, ela disse:me dá a carteira do teu marido, ele trabalhou muito tempo da Morro Velho, vamos ver o que nós podemos fazer contigo...depois ela disse que eu ia ter direito a uma pensão...uns dois meses que havia dado entrada chegou uma carta dizendo que tinha aprovado minha pensão, aí fiquei recebendo o salário mínimo, porque não foi considerada como acidente de firma, para o INSS foi normal, agora se fosse considerada como morte acidental, aí sim ia ser de acordo com o que ele ganhava na carteira[ele ganhava cinco salários mínimos], mas só que a Morro Velho ainda não tava admitindo que essa doença existia,mas mesmo assim a pensão me ajudou a

⁶⁸ Entrevista citada.

criar as filhas, tive ajuda de pessoas de minha família, mas as meninas foram crescendo e aquele salário não dava para comer, comprar roupa, remédio, então trabalhei de faxineira, arrumadeira, lavadeira, fazia tudo para não deixar minhas filhas faltar nada.”⁶⁹

O aspecto patriarcal revelado no discurso centraliza o aspecto da relação homem/mulher vivenciada pela viúva. O marido, seu provedor e chefe da casa, a mulher desempenhando o papel que lhe era determinado, cuidar do espaço doméstico, a casa e os filhos. Entretanto a morte inverte os papéis e transforma a realidade. Diante do presente irreversível, sua esposa passou a repensar e construir uma outra forma de organização familiar, passando a ser responsável pelo provento da casa e criação dos filhos. Nessa trajetória, encontrou obstáculos, dentre eles a minguada pensão recebida da previdência social, além do não reconhecimento da silicose como acidente de trabalho. Esses fatores, aliados a outros, influíram na luta pela sobrevivência.

Este tempo difícil foi amenizado, em parte, pelo refúgio na religião, segundo ela, ajudou bastante, “principalmente na morte dele, porque eu acredito que através de minha esperança de ter uma ressurreição, de revê-lo novamente que fez com que eu não ficasse tão perturbada assim com a morte dele... ele era uma pessoa que tinha boas intenções, então eu acho que Deus pode dar esse privilégio a ele de voltar novamente, então a esperança que tenho e foi a base dessa esperança que me deu força para continuar lutando tanto pra minhas filhas e a espera dele quem sabe revê-lo novamente no futuro próximo.”⁷⁰

O discurso de resignação pela fé pode constituir-se em estratégia para compensar o sofrimento e a ausência do marido, além de representar uma forma de amparo ao buscar na espiritualidade conforto, mas também pode significar que na falta do poder público atuando, o destino está “nas mãos de Deus.” Este aspecto é muitas vezes recorrente em histórias de vidas semelhantes as das viúvas de mineiros. Somado a esses aspectos, seu discurso desloca a realidade

⁶⁹ Entrevista citada.

⁷⁰ Entrevista citada.

vivida para um outro viver, um futuro ao lado de seu marido para criar os filhos.

As trajetórias de vidas das viúvas se assemelham, particularmente, quando se referem ao desamparo resultante da perda do marido, do pai e provedor da família. A ruptura de uma vida estruturada, muitas vezes provocava uma realidade dramática como relembra a viúva de Cezar Fredo Carneiro Lima, Newcy Felícia Lima que quase enlouqueceu, passou “três meses em cima da cama, no calmante, não queria ver ninguém da Morro Velho[os colegas do marido].”⁷¹ A reorganização familiar ocasionou mudanças significativas na sua vida, “depois que ele morreu tem que ser pai, mãe, a vida se tornou pior pra mim.”⁷² As experiências do contato com a nova realidade registraram em sua memória as tensões presentes no plano espiritual e político, podendo-se perceber que as relações entre os dois planos ocorrem de modo conflitivo:

“Ele morreu falando e ele morreu me pedindo, dizia assim: eu tô morrendo, mas uma coisa eu vou lhe pedir, eu não vou deixar nada porque eu não pude conseguir nada onde eu trabalhava pra você sobreviver com eles, [filhos] mas uma coisa eu vou lhe pedir, tudo que eu tiver direito na Morro Velho lute para receber, criar meus filhos. Tô lutando já tem treze anos, vai fazer quatorze anos e nunca consegui, mas eu vou conseguir em nome de Jesus, daqui pra frente, em nome de Jesus eu vou conseguir. Ele[o marido] disse: lute pelos meus direitos, eles[a mineração] nunca me deram, eu ganhei, ganhei aqui, em Salvador, Brasília e eles segurando pra, mas eles vão entregar porque eles não são mais do que Deus, é meu, eu ganhei, tive direito e meus filhos dependem de mim. Eu espero que Deus toque no coração, amoleça o coração e eles entregarem o que é nosso, meu e das outras minhas amigas que ficaram sem seus maridos...Porque eles não pensam o lado nosso, ele pensa o lado deles, são usuráveis, num sabe? egoístas. Tirar das viúvas, né? Não dá o que as viúvas têm direito, porque o direito é nosso, mas um dia, eles vão dar, sabe

⁷¹ Entrevista Newcy Felícia Lima. 30 setembro 2005.

⁷² Entrevista citada.

por quê? Porque eu coloquei nas mãos do Senhor e eu disse, tu vai ser meu juiz, se o juiz da terra ta agindo assim da maneira que eles querem eu tenho meu direito e Deus é meu juiz e o senhor Jesus é o meu advogado... e o meu sonho vai ser realizado, a vitória é minha, não desisto.”⁷³

A estratégia discursiva concentra sua prática no plano político, mas faz o alerta de que na falta de que seus direitos sejam cumpridos, Deus se transforma em advogado, sem a intermediação das “mãos do Senhor, advogado e juiz onipotente,” não há garantia de conseguir os direitos que as leis dos homens estabelecem para que sejam cumpridas. Uma de suas formas de luta foi o caminho jurídico, mas não confiava plenamente nele, principalmente, porque havia mais de uma década que aguardava a indenização financeira pela morte do marido. Sabia dos entraves de um processo jurídico, tanto assim que seu discurso revela o poder da empresa como um dos obstáculos que impedia sua vitória. Sabia que estava em desvantagem, consideradas as diferenças nas relações de forças sociais e é nesse espaço que mobiliza uma força maior, a espiritual, isenta de todas as maldades humanas, capaz, portanto, de intervir e garantir a justiça almejada. A religião é o sentido encontrado para fortalecer de maneira radical a luta pelos direitos do marido falecido. Se por um lado a religião é construída como maneira de amparo e conforto, por outro lado também funciona como prática política que a ajudaria na luta travada contra a empresa. O fato de não ter recebido a indenização é revelado como “usura” e “egoísmo” dos que detém dinheiro e poder, instituído mais uma vez o jogo de forças desiguais, onde os privilégios são sustentados para os que têm poder e dinheiro, em detrimento dos que “não têm” dinheiro nem poder.

O embate entre a viúva e a Morro Velho foi iniciado com a confirmação do diagnóstico de silicose por um médico de Jacobina que a empresa insistia em negar, afirmando que “ele tinha tuberculose... eu fui atrás para saber, na DORES eles disseram que ele tava de tuberculose, aí foi quando eu ia pro médico [posto

⁷³ Entrevista citada.

médico do município] só procurava um médico que eu conhecia, ele disse: ô nega seu marido ta com uma doença que não tem cura, ele vai morrer.”⁷⁴ Depois ele foi encostado pela previdência e com um ano morreu “e a empresa nunca veio em minha casa perguntar se ele precisava de alguma coisa.”⁷⁵ Sua morte ocorreu em 1991, antes de ser encaminhado para o laudo médico, parte do pulmão fora retirado para autópsia a fim de comprovar sua morte por conta da silicose. Nesse caso, especificamente, a autópsia constituía um elemento fundamental para provar a hipótese de doença contraída decorrente da exposição por 12 anos de trabalho na empresa Morro Velho.

A experiência de acompanhar o marido com silicose provocou em sua vida uma ruptura radical. Nessa perspectiva, o trabalho na empresa é revelado como um ritual para a morte:

“Eu nasci em Canabrava*, eu tenho oito irmãos, não tenho pai, nem tenho mãe. Eu vim parar aqui em Jacobina, meu esposo veio trabalhar aqui na Morro Velho, aí nós viemos todo mundo para aqui e viemos alegres, mas depois aconteceu o que? Tristeza e tragédia, ele veio e arrumou a morte na Morro Velho...eu vou lhe falar uma coisa, se eu pudesse, eu não via nenhum pai de família entrar ali pra trabalhar, eles estão indo atrás da morte, nenhuma pessoa pense que vai adquirir alguma coisa lá dentro porque ele[marido] não adquiriu nada, só a morte, porque os que adquiri alguma coisa lá são os que estão fora que manda eles entrar pra buscar morte, pra fazer os ouros pra eles, são os grandões que ficam cá fora...meu marido não sabe nem o que é ouro, eu perguntava a ele como é ouro?ele disse nunca vi, não sei como é a cor do ouro.”⁷⁶

A articulação entre as dificuldades de Canabrava, sua terra natal, e os sonhos de mudança para Jacobina, “cidade do ouro,” promessa de vida melhor, revelam formas discursivas antagônicas,

⁷⁴ Entrevista Newcy Lima.30 setembro 2005.

⁷⁵ Entrevista citada.

* Canabrava pertence ao município de Mirangaba e está localizado a 78 km de Jacobina.

⁷⁶ Entrevista citada.

mostrando como em situações de conflito as pessoas lidam com as contradições e suas conseqüências. O trabalho de subsolo não trouxe os benefícios sonhados, trouxe a morte. O sonho da riqueza evaporou-se e transformou-se em pesadelo. Em lugar do ouro, ascensão social e vida digna são construídas imagens da realidade vivida, onde o trabalho das minas conduziu seu marido para a morte.

Os depoimentos selecionados revelaram as múltiplas experiências das viúvas decorrentes das práticas cotidianas, sua perplexidade, marcada nos discursos pela escolha dos acontecimentos abordados, pelo tom da voz, pela escolha do léxico, pelo uso das antíteses e pelos sujeitos não identificados. Com a perda dos maridos, impõe-se uma alternância de papéis em função das próprias necessidades. Não há mais a opção trabalhar fora ou ser dona de casa, o problema social da sobrevivência exige que assuma o papel de “comando,” de provedor.

Nesses relatos, alguns aspectos comuns são revelados, entre eles o receio dos maridos em se reconhecer como doente, deixando a doença avançar e só procurando o médico quando a situação já era grave. Os trabalhadores das minas são revelados como trabalhadores sem muitos recursos, mas tratavam suas mulheres dentro de um padrão que repete as práticas das classes ricas de meados do século XX. Ou seja, mulher é para ser mantida pelo homem. Esse modelo masculino e patrimonial se tornou uma dificuldade a ser vencida por essas mulheres que não tinham a experiência de se transformarem em provedoras da casa com filhos para criar e educar. Aspectos significativos na construção das histórias dessas mulheres que engendram outras histórias sobre o ouro em Jacobina.

Pode-se pensar que o receio de se reconhecer doente também se liga ao fato de que trabalhadores como os da mineração têm como padrão, o homem provedor da casa. Nesse sentido, as limitações financeiras traduzidas em reduções de salário se constituíam em realidade que os trabalhadores tentavam adiar pelo maior tempo possível, afinal de contas, precisavam do salário para sobreviver. Como iriam conseguir um emprego semelhante aquele, onde o salário estava acima da média do que era pago na cidade? A luta

pela sobrevivência delineava as práticas dos trabalhadores em relação a estar doente e com a vida por um fio.

Por outro lado, os relatos também revelam uma das práticas da empresa. Trabalhador era para produzir, muitas vezes de maneira intensa, com duplas jornadas de trabalho, não se preocupando com a vida de seus funcionários, quando estes se apresentavam como doentes. Nessa luta, os trabalhadores estavam em desigualdade, pois as condições e o ambiente do trabalho produziram a silicose em seus organismos. Assim, pode-se perguntar: a quem os trabalhadores poderiam recorrer? A luta da justiça foi um dos caminhos a ser seguido, mas não acreditavam muito nela devido a sua morosidade em julgar as ações trabalhistas. Esses significados das experiências humanas terminam por instituir a história do ouro e da morte em Jacobina, construída a partir das práticas individuais e coletivas das viúvas, emitindo signos para serem decifrados.

Nesse sentido, as histórias narradas se entrelaçam, se embaralham, são traçadas e engendradas na prática cotidiana daquelas mulheres que vivenciaram a experiência da doença dos maridos. As narrativas revelaram sobretudo o mundo das viúvas diante da silicose e como conseguiram sobreviver a uma realidade marcada continuamente pela tensão entre sintomas da doença e trabalho e, principalmente, marcada pelas relações de força engendradas pelas prática do trabalho na mineração Morro Velho.

3.3 O caminho das minas: o trabalho no subsolo

As condições de trabalho nas minas associado à silicose constituíram o fio condutor dos depoimentos dos mineiros. O subsolo da empresa foi registrado quase sempre na memória dos trabalhadores como um local de tensão e perigo, com temperatura quente e também fria, com muita poeira, além da falta de equipamentos de proteção individual adequado como máscaras de respiração.

Os depoimentos revelam que as atividades executadas não atendiam as exigências das normas de segurança. As exposições ao calor e ao frio, em muitos casos, provocavam constantes alterações orgânicas, descritas pela patologia médica, como pneumonia,

bronquite, tuberculose, silicose, entre outras doenças do aparelho respiratório.

O cenário do subsolo é reconstruído na memória de Agnaldo Amorim dos Santos. Foi lá que começou a sentir os sintomas, muitos “calafrios,” e recorda que quando ingressou na empresa ao final da década de 70, época da pesquisa exploratória pela UNIGEO, “você pegava muita fumaça, logo que começou o capacete era branco, você entrava ali na galeria o capacete estava preto... você escarrava preto... a poeira era muita mesmo, tinha o exaustor, mas não conseguia tirar tudo, e logo a pessoa tinha que trabalhar, voltava com uma hora depois da detonação, mas mesmo assim permanecia com a poeira lá ...tinha máscara agora é o seguinte, era muito frágil entendeu? Era um cordãozinho que você botava assim e amarrava aqui, era algodão não era máscara especializada.”⁷⁷

Apesar de descrever a precariedade das condições do trabalho que o levaram a contrair silicose, em seu relato “este lugar” remete a uma situação específica em que se representa como desbravador, como herói. Assim relata: “o primeiro boxe que tem na Morro Velho, a gente abre um fenda na serra, quem abriu fui eu, ainda era UNIGEO...eu era forte igual a um touro, algum cansaço a gente sentia, mas você cansou aí parava ali de cinco, dez minutos, você tava melhor, tá normal.”⁷⁸ O trabalho desenvolvido foi lembrado com orgulho, sua trajetória dentro da empresa foi acompanhada de promoções. Depois de trabalhar sete anos como marleteiro, passou a função de encarregado, passando “três a quatro anos, aí depois foi na fase que eles queriam encerrar aqui a mineração, aí passou para máquinas, eu saí como maquinista, em 1991, eu me aposentei”.⁷⁹

No seu testemunho, revelou que apesar da dureza do trabalho no subsolo, não lhe restava outra solução, “porque naquela época de desemprego a gente não tinha opção. Pai de família não tinha opção, a opção era trabalhar lá... não tinha emprego, não tinha

⁷⁷ Entrevista Agnaldo Amorim dos Santos. 19 janeiro 2006. Agnaldo faleceu em março de 2007 em decorrência da doença silicose.

⁷⁸ Entrevista citada.

⁷⁹ Entrevista Agnaldo dos Santos. 19 janeiro 2006.

nada, você tinha filho para dar de comer, você ia fazer o quê, o serviço ta aí.”⁸⁰

As dificuldades da vida com filhos e mulher para sustentar, acrescido de outros fatores como a deficiência física da filha, contribuíram para sua permanência na empresa, local em que adquiria os meios para manter a família:

“ ...então a Morro Velho, às vezes muita gente fala mal e tudo mais, também não vou falar muito bem da Morro Velho, mas também não falo mal porque arrumei minhas coisas, apesar de ta doente, mas arrumei de lá, de lá não, do meu suor. Eu que trabalhei, trabalhei pra adquirir minha casinha, hoje tenho minha casa só não tenho saúde, arrumei a casa e fiquei sem saúde. Quando entrei na UNIGEO, era um cabra forte, cabra novo forte, de roça, de tudo de roça, trabalhava aqui na rua antes de entrar na UNIGEO, mas o desemprego era grande, não tinha com que sobreviver, quando tinha uma safra você até rendia um pouquinho quando a safra acabava, aí...nada. Aí a Morro Velho chegou, todo mundo queria ser empregado da Morro Velho naquela época...E aí muitos e aí muitos a precisão, pais de família entendeu? Tem um emprego, não vai trabalhar?vai morrer desse jeito.”⁸¹

O desemprego e a falta de opções de trabalho justificavam o ingresso na empresa que em Jacobina era a principal alternativa, possibilitando uma renda fixa e garantia de sobrevivência para sua família. Seu relato focaliza a luta para concretizar o sonho da casa própria. Do lugar histórico-social de onde fala a casa significava segurança e amparo para a família, mas também se apresenta de certa forma como um prêmio: “ ... mas também não falo mal, porque arrumei minhas coisas.” Nesse sentido, Agnaldo tenta justificar a prática cometida pela empresa com a casa que é o resultado natural do seu trabalho e não uma recompensa ou premiação. Para ele, ter moradia compensou a perda de sua saúde. O trabalhador da “roça,” “cabra forte,” corajoso, fora abatido pelo trabalho realizado

⁸⁰ Entrevista citada.

⁸¹ Entrevista citada.

nas minas. A saída da zona rural em direção ao centro urbano com propósitos e sonhos múltiplos foi se deslocando dentro desse espaço, cidade X empresa X emprego, construindo novos sentidos para sua história.

Assim, Agnaldo identifica no seu relato oral sua “maneira própria de estar no mundo.”⁸² Teceu significados para sua experiência. O trabalho intenso e desumano passa a ter sentido com aparência de coerente, a empresa como única possibilidade de assegurar uma vida mais digna. Sentido construído, sobretudo por conta da experiência anterior vivida, entre a vida na “roça” e a vida na cidade, apostou e construiu o sentido para essa última.

“Eu nasci no Itapicuru no lugar onde ficou [se instalou] depois a mineração Morro Velho, durante minha vida de criança nasci e fui criado ali. Meu pai era marchante de gado, roceiro, marchante, fazia de tudo, plantava roça. Eu trabalhava na roça, sempre roça, não outra [atividade]. Eu era filho único, minha mãe trabalhava na mineração de Dr. Armando, em Canavieiras, ela trabalhou muito, ela era lavadeira, depurava o ouro. Ela não espremia o ouro quem espremia eram os homens, ela apurava, eu era menino, às vezes ia lá olhar. Depois minha mãe casou com aquele que era meu padrasto o que matava gado, ele tinha oito ou nove filhos, ele era viúvo e minha mãe também. Com a idade de uns quinze pra dezesseis anos aí vim pra Jacobina. Trabalhei em depósito de mercadoria, trabalhei na construção do DERBA, trabalhei em Juazeiro da Bahia, eu trabalhava levando mercadorias para as lojas, trabalhei bastante tempo, vim embora pra aqui, aí desempregado, foi quando chegou a mineração, eu tinha uns vinte e cinco anos.”⁸³

A instalação da mineração em Jacobina representava a possibilidade de emprego e renda em outra realidade, bem diferente

⁸² GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. “Personagens e memória. Territórios de ocupação recente na Amazônia.” In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. História em Causa Miúdas. Capítulos da crônica social no Brasil. Campinas. São Paulo: Unicamp, 2005. Disponível em <<http://www.ppghistoria.ufpe.br/prodocent.htm>>. Acesso 07 agosto 2006.

⁸³ Entrevista citada

da experiência vivida na zona rural. Seu registro de memória privilegiou o fato de já ter certa convivência com a atividade mineradora, sua mãe “apurava” o ouro e ele, ainda criança, recorda que a acompanhava. O menino cresceu e foi garimpar em outras áreas, em busca de alternativas para sua vida. Procurou a cidade, símbolo recorrente de desenvolvimento e oportunidades. Nesse trajeto, conheceu outras formas de trabalho, mas procurou, circulou e se movimentou para inverter uma realidade que se apresentava transitória. O emprego na mineração representava garantia de estabilidade financeira.

Se o lugar de trabalho constituía-se em possibilidade de vida que atendia as expectativas de cidadania, como salário suficiente para garantir a subsistência da família, a educação dos filhos e a moradia própria, por outro lado era também o que em curto espaço de tempo conduzia à morte. As condições perigosas do trabalho são deslocadas do foco de análise, em seu lugar, o trabalho que assegurava a sobrevivência e vida mais digna. Nesse sentido, Agnaldo instituiu o significado de que o trabalho na mineração era o meio de manter a si e sua família, esta era sua interpretação diante daquela realidade, mas o trabalho no subsolo também emitia outros signos a serem decodificados, entre eles a maneira de se trabalhar em um ambiente perigoso.

O ritmo nas frentes de trabalho ditado pela empresa fazia com que os trabalhadores cumprissem as tarefas determinadas. Ele recorda as jornadas enfrentadas, trabalhou seis horas diariamente,

“seis horas de trabalho sofrida, viu, descansar nada, é por turno, pela manhã de sete e meia a duas horas, três horas, depois entrava outro turno pela manhã de sete e meia às duas horas, depois entrava outro turno até nove, dez horas... Cada turno que entrava tinha que fazer seu serviço pronto pra o outro turno que chegasse, se não deixasse, levava reclamação do supervisor, por que não detonou, por que não fez isso? Ele [supervisor] não queria nem saber por que não deu para fazer, a vida lá era assim, o seu serviço tinha que terminar, se você fosse detonar [com dinamite] furava e detonava, aí ia embora, o outro que vinha subia, lavava... se não dava [tempo] para fazer fica

lá, cada turno tem que fazer seu serviço e deixar pronto. É produção, mas só que a gente trabalhava, não ganhava produção não, a gente ia trabalhar... recebia o salário, na época era um bom salário, mas aquilo não correspondia também aquele trabalho não, entendeu? você trabalhava demais. Eu ganhava três salários mínimos, era nessa faixa, quem ganhava mais é marleteiro aí tem ajudante de marleteiro, aí ganhava menos. E a vida era assim mesmo, não tinha jeito não, você tinha que fazer o serviço ou você fazia ou você enfrentava reclamação, às vezes era até punido com demissão. Eu nunca fui punido. Olha cansei de ta trabalhando, depois que eu sai de marleteiro fui trabalhar nas máquinas, cansei de ta trabalhando com a máquina, duas máquinas, uma ligada na outra carregava dezesseis vagões, cada vagão, dez toneladas. Cansei de ta trabalhando sozinho, sozinho limpando galeria, limpei quatro quilômetros sozinho dentro da galeria, quando o colega não vinha, eu trabalhava só. E quando usava a máquina no meu turno que o colega faltava eu tinha que ficar. Tinha que ficar porque era visado, o cara perdia o emprego. Já tinha outros que gostava de dobrar que o mal de muitos foi esse também, quando dobrava a gente ganha o dia que a gente dobrou e mais as horas.”⁸⁴

A narrativa construída revela aspectos que focalizam os movimentos incessantes do começo e o do fim das atividades desenvolvidas nas minas, constituindo um dos fios condutores de sua narrativa, reconhecendo em sua memória atualizada, a luta travada em seis horas diárias laborando. A jornada no subsolo das minas era determinada pela legislação trabalhista, que a limitava em seis horas de trabalho, mas muitas vezes esticava-se esse tempo com direito a intervalos de quinze minutos. Seu relato revela o quanto foi intensa sua atividade e, principalmente, o esforço físico exigido. Pode-se pensar que o ritmo intenso dos trabalhadores fosse motivado pelo salário, um pouco acima do pago na região, que os tornava ainda mais produtivos, instituindo assim outros sentidos

⁸⁴ Entrevista Agnaldo dos Santos. 19 janeiro 2006. Agnaldo faleceu vítima de silicose em junho de 2007.

para a forma e a maneira de trabalhar. Revela também como se engendravam as forças que construía a dinâmica do trabalho dentro da mina, sua organização e vigilância. Primeiro, a obediência às tarefas ditadas pelo supervisor, o trabalhador devia cumpri-las, “o serviço tinha que terminar.” A “vida” como frequentemente registrou, corria naturalmente daquela forma, “era assim mesmo, não tinha jeito não.” Ordem era para ser obedecida, sem direito a reclamações, em razão das práticas coercitivas e punitivas, além do perigo da demissão e do medo de não conseguir outro emprego similar em Jacobina. Muitas vezes a obediência parece ter sido o mecanismo de enfrentamento daquela realidade. Relata com orgulho o fato de “nunca” ter sido punido, construindo uma auto-imagem muito positiva, avaliando-se trabalhador incansável, obediente e exemplar. Se por um lado a empresa criou estratégias para que as ordens de serviço fossem cumpridas, por outro lado o trabalhador colaborou na eficácia daquelas estratégias, porque cumpria o que dele se esperava, sujeitando-se à ordem estabelecida, a disciplina, ao modelo político que organiza o espaço social da exploração e desumanidade. O corpo humano como lembra Foucault, “entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe.”⁸⁵ Nessa perspectiva, os trabalhadores são peças internas no aparelho de produção e fazem parte de redes específicas do poder disciplinar que garantia a forma de se trabalhar.⁸⁶

A exigência do cumprimento dos deveres é mediada pela recompensa, possibilidade de um novo acordo que valoriza o esforço, a experiência e a colaboração do trabalhador em troca da dependência e da fidelidade, deslocando o discurso sobre as relações de trabalho, os aparatos administrativos e políticos que domesticam e desmobilizam os movimentos de libertação, reforçando o individualismo que inculca a passividade e submissão. No seu depoimento, estão as pistas de como se reproduzem as relações dos micro poderes. Sua disciplina foi recompensada, foi promovido de cargo, passando a maquinista, mas continuava a trabalhar no

⁸⁵ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 26ªed. Petrópolis. Vozes, 2002, p.119.

⁸⁶ FOUCAULT, Op. cit.p.147.

mesmo ritmo imposto na fase anterior, única forma de garantir seu emprego. Outros colegas, prossegue, praticavam a jornada dupla, no jargão do trabalhador a “dobra.” Trabalhava-se em ritmo de produção, mas aceitava aquela realidade porque de certa forma ele e os outros trabalhadores foram seduzidos por aquele salário que “na época era um bom salário,” como ressaltou.

Por outro lado, o trabalho intenso afetou o equilíbrio de seu organismo, provocando profundas modificações em sua vida. Como já sentia os sintomas da silicose, resolveu procurar o médico da empresa que o orientou a fazer uma radiografia, realizada em Jacobina, por conta do convênio, que a empresa estabelecia com consultórios, naquela época,

“tinha convênio, aí já ia no médico certo pra dizer que o funcionário não tava doente. Deu a mancha, mas o médico não disse o que era e eu não fui mais[trabalhar no subsolo] aí eles me mandaram para a bateria[na superfície] mas também já tava me aposentando, tava faltando um mês, eles me tiraram do subsolo eu disse que não ia mais para galeria, quando eu soube que na radiografia deu a mancha no pulmão, falei pronto, aqui é silicose, aí eu doidei, não vou mais trabalhar em galeria, joguei duro mesmo, aí me botaram na superfície, aí fiquei até me aposentar, quando eu me aposentei aí saí, eu devia ter me aposentado com isso[silicose] que eu hoje em dia tava ganhando mais. Eu não sabia, falta de experiência, o sindicato não me disse nada. E eu contribuía com o sindicato. Eu me aposentei em outubro de 1991. Em 1992 eu fui pra Salvador para que Dra., Joselita fizesse os exames e me desse o relatório, mas eu já tava aposentado. Hoje em dia meu salário é desse tamanhinho.”⁸⁷

A memória atualizada de Agnaldo registra sua pouca informação sobre a silicose e seus direitos políticos e sociais para enfrentar a nova realidade e lutar para que trabalho e silicose fossem reconhecidos como causa e conseqüência. Explicita o seu despreparo e do sindicato diante daquela situação, mas confirma que entre os

⁸⁷ Entrevista Agnaldo dos Santos. 19 janeiro 2006.

trabalhadores já havia algum conhecimento sobre a silicose, mas só saber parecia não impedir o surgimento de novos casos. A empresa sabia que Agnaldo estava com silicose e, de maneira estratégica, o afastou do subsolo como forma de diminuir sua exposição à poeira e também como forma de impedir a relação entre trabalho no subsolo e contração de silicose.

Descreve também sua reação diante da possibilidade de ter contraído silicose, afirmando categoricamente para a empresa que não voltaria a trabalhar no subsolo. Se foi tão enfático quanto descreveu, não se sabe, mas, no mínimo, impõe-se uma questão: por que continuou a trabalhar? A resposta poderia ser o fato de estar perto da aposentadoria, mas seria simplificar a complexidade das práticas sociais dos trabalhadores de subsolo.

O discurso da necessidade do emprego aos poucos vai se consolidando, criando suas próprias táticas, enredando cada vez mais os trabalhadores, porque atingem suas inquietações mais íntimas e sua responsabilidade familiar e social que remete ao medo do desemprego e sua anulação como sujeito. Assim ele não pediu demissão e nem lutou para adquirir um diagnóstico oficial da silicose que pudesse lhe assegurar o retorno financeiro de direito. Procurou o CESAT somente depois que garantiu a aposentadoria, “compareceu a consulta com pneumologista em 24.04.92. Encaminhado por apresentar lesões no Rx, queixava-se de dor torácica sem características definidas... concluímos que o paciente é portador de silicose sem repercussão funcional no momento.”⁸⁸ Para ele o que estava em jogo era sua aposentadoria que é tomada como foco central de seu argumento, faltava pouco para completar o tempo de serviço e tomar a decisão de procurar o CESAT implicava ser oficialmente mais um portador de silicose, revelando as condições de trabalho da empresa Morro Velho. Protelou sua ida à Salvador, em busca do diagnóstico oficial, e só o fez meses depois, quando tinha se aposentado. Pode-se pensar que as redes estabelecidas entre empresa, trabalhadores e médicos impediram até certo ponto a associação entre condições de trabalho e silicose. Na tessitura das redes, múltiplos fatores podem ter contribuído

⁸⁸ 16ªDIRES. NUSAT. Ficha 066/92.

para que não se estabelecesse o nexos causal entre doença e trabalho. Ao falar da silicose, sinaliza para o fato de que as condições de saúde do organismo facilitavam ou não o avanço dos sintomas que “dependem do organismo da pessoa, organismo forte. Eu mesmo tenho organismo forte, outros também faziam coisas absurdas. Às vezes trabalhava lá dentro, dobrava, em vez de ir para casa, ter um repouso, ficava lá e lá era cheio de venda de bebida, você sabe que o povo aproveita... era uma distração, mas que pagava com a vida, entendeu? Eu bebia uma cervejinha às vezes, mas cachaça nunca foi chegado à cachaça e nem ficar lá bebendo... Às vezes a pessoa tem calibre melhor que o outro, ele tem organismo mais forte”⁸⁹

A resistência orgânica do trabalhador, segundo ele, estava relacionada com o modo de vida que levava. O discurso sobre as condições de vida do indivíduo, como deficiência alimentar e consumo de álcool encontram em seu discurso ressonância para barrar as críticas e as reivindicações e acabam mitificando as relações de trabalho, misturando diferentes sentidos e embaralhando práticas, para que as questões sociais se desloquem para o “corpo individual,” que traz a marca de cada ser humano e que funciona e se realiza no sujeito-trabalhador como espelho, repetição do discurso opressor. Nesse espaço de tensão, não há lugar para reflexão e nem como tomar a distância necessária para distinguir e compreender as representações de sua vida diária no trabalho e as conseqüências para sua saúde e para todos os trabalhadores submetidos às práticas administrativas impostas pela empresa. É nesse espaço de ambigüidade que o seu discurso se movimenta, reforçando o individualismo que controla a agressividade e a organização da resistência. Nesse sentido, o discurso ganha força ao atribuir que a doença “depende do organismo da pessoa,” não questionando o ritmo intenso do trabalho, cumprindo o que lhe era ditado, mesmo quando estava de folga e era chamado para trabalhar.

“Ah! cansei de ta aqui dormindo na minha folga e o carro parado aqui. Você vai ter que trabalhar porque faltou fulano de tal, eu tinha que ir, cansei de ir trabalhar, mas se

⁸⁹ Entrevista citada.

você não fosse que é que acontecia?ficava manjado e logo eu pra me aposentar, fazendo de tudo pra chegar na minha aposentadoria, mas muitos dobraram, tinha um mesmo que não precisa faltar que ele se oferecia pra trabalhar, ele cansava de dobrar, muitas vezes pra ganhar dinheiro, dobrava, entendeu? E não era só marteteiro não.”⁹⁰

Por sua vez a aposentadoria em lugar de ser um direito é nomeada como um prêmio, discurso que ao se personalizar termina por legitimar as práticas de exploração. Por outro lado, a hierarquia e o poder disciplinar, nas relações de trabalho na mineração Morro Velho, funcionaram como elementos eficientes para garantir a produção de sua matéria prima, o maior número de toneladas de ouro.

Do seu ponto de vista, não havia alternativa senão obedecer, passar sem críticas, porque não queria ser punido, construindo sua marca individual de trabalhador disciplinado, exemplar. Como sujeito/indivíduo o trabalho era uma forma de mostrar-se no mundo, ser socialmente reconhecido dentro e fora da empresa, explicando, em parte, o fato de protelar sua ida a Salvador em busca de diagnóstico médico oficial.

Nesse discurso que revela as múltiplas espécies de manipulação constrói significados outros para a mineração como a única alternativa ao desemprego que lhe assustava muito, sobretudo porque migrara da zona rural com a expectativa de dias e vida melhores. Reconheceu a intensidade e os perigos do trabalho, mas não desistiu, acreditando que poderia modificar sua trajetória de homem da “roça,” ao se tornar trabalhador de uma grande empresa para lutar pela sobrevivência, com coragem, disciplina, sempre disponível, quando convocado. Também identifica e compreende que as práticas exaustivas e inadequadas do trabalho diário subtraíram sua saúde. Na sua memória, recria a história de sua existência, representando para si mesmo as suas reações elaboradas em que os acontecimentos se mostram e se escondem, confundem-se para produzir um sujeito que busca o equilíbrio entre forças opostas, talvez a única forma de continuar vivo.

⁹⁰ Entrevista citada.

3.4 O jogo da luta: os embates da vida

A realidade construída em torno das práticas de dirigente sindical constituiu o ponto central do relato de Leosvaldo Santana da Silva, conhecido entre os colegas pela maneira contundente de falar. Seu discurso hierarquiza os múltiplos lugares sociais ocupados durante sua trajetória na Morro Velho, onde o papel de trabalhador e dirigente sindical se entrelaçam, produzindo algumas imagens sobre a empresa e os trabalhadores. No caso da empresa, esta foi revelada como:

“... uma criminosa, continuo dizendo a tese desde a fundação até hoje continua para mim sendo uma criminosa a nível de Jacobina e que o povo de Jacobina como um todo se juntasse poderia tirar até uma conclusão de uma forma melhor pra explorar o ouro daqui até porque ninguém vê isso...o nome é esse aí, ta aqui pra levar o ouro e tirar o couro dos trabalhadores...Jacobina com essa mineração Morro Velho no meu linguajar não cresceu nada, não cresceu nada, quer dizer pode ter crescido assim no setor de compra, porque às vezes eu na classe peão pode vestir, pode calçar, pode comer daqui de Jacobina, mas a nível de engenheiro, geólogo, topógrafo, diretor-geral não influi nada aqui dentro de Jacobina que nem roupa veste daqui, vem de lá da fábrica de São Paulo, sei lá pode vir até do exterior... até picareta, enxada, machado, corda eles não compravam aqui. Ônibus, carro pequeno que era de Nova Lima[Minas Gerais] nunca foi emplacado aqui, então a gente achava um absurdo, na época acho que o prefeito podia intervir, se você ta rodando pro meu município, então tem tudo pra gastar aqui.Na época o sindicato questionava isso, já os trabalhadores, vamos dizer peão da roça, não tinham conhecimento disso desse fato até porque eu na época era o que mais questionava, subia no barranco de terra,dizia companheiro não faça isso, deixa de ser puxa-saco é porque isso não podia acontecer. Quando eu chegava em casa até fazia uma reflexão:o cabra não sabe nem o que era um décimo terceiro, férias, um terço de férias, nunca tinha andado de ônibus.”⁹¹

⁹¹ Entrevista Leosvaldo da Silva. 18 julho 2005.

A associação ouro e exploração do trabalho é o foco de sua narrativa, reeditando a forma clássica do discurso sindical que identifica a empresa como exploradora da força de trabalho e usurpadora da riqueza mineral. Ao abordar a exploração do ouro põe em evidência os que ganhavam dinheiro em Jacobina, mas gastavam em outras localidades. É significativo o registro de sua memória ao revelar que os empregados de poder aquisitivo maior do que o seu não tivessem engendrado a economia local. Ainda revela a hierarquia dos grupos de funcionários da empresa, os de maior prestígio social e econômico, que compravam produtos de outros lugares, desfrutavam da renda do trabalho em Jacobina, mas não faziam circular o dinheiro ganho, dificultando, segundo ele, o decantado desenvolvimento trazido pela mineração. Do outro lado, o grupo do qual fazia parte, considerado como grupo de poder aquisitivo menor, nomeando o trabalhador como “peão,” para produzir a imagem do trabalhador explorado que desconhecia seus próprios direitos.

Discurso político, que tem seu foco no poder, na riqueza e trabalho que, apesar de questionado pelo sindicato, parecia não ecoar entre os trabalhadores, vistos por ele como pessoas sem instrução e sem conhecimento sobre as redes tecidas entre empresa e poder público local. Leosvaldo reconhece as dificuldades de atingir a consciência de seus colegas de trabalho, usando como argumento o fato de muitos vivenciarem a experiência do primeiro emprego fixo com garantias trabalhistas. Parece ter sido este um dos fios que pode explicar a dificuldade do sindicato em lidar com a complexidade das questões do mundo do trabalho que tinha a empresa como principal pólo de riqueza para a cidade e micro-região, além do discurso produzido em parte pelos trabalhadores que enxergavam na mineração a possibilidade de uma vida melhor, discurso que juntamente com outros segmentos da sociedade faziam ecoar a associação entre mineração, emprego, riqueza e desenvolvimento.

Nesse universo de produção e circulação do discurso sobre a empresa Morro Velho não é de se estranhar que a associação entre silicose e trabalho nas minas fosse construída lentamente, mesmo para os dirigentes do sindicato “ninguém sabia que existia uma doença por nome pneumoconiose que aqui a gente chama de

silicose.”⁹² Sua narrativa descreve de maneira minuciosa casos de colegas com silicose, recordando aqueles momentos que considerou difíceis de serem esquecidos. A recordação constituiu estratégia de poder, marcando a experiência de alguns dos trabalhadores que contraíram silicose e seu não reconhecimento pela empresa, mas também tentando esconder a sua versão sobre o fato de ser portador de silicose. Ao relatar os casos dos colegas, evitava falar de si próprio, construindo um discurso combativo contra as condições de trabalho da mineração, colocando os trabalhadores como vítimas daquela realidade.

“ O primeiro caso que eu me lembro, o homem começou a ter dor nas pernas, falta de ar, dor no tórax, aí adoeceu foi pra Salvador e aí acusou a doença, aí ele morreu dessa morte, foi fazer a autopsia e aí deu essa doença por nome de silicose. E daí para cá vem adoecendo as pessoas...e o segundo caso que eu me lembro foi o de Cezar, aí tornou acusar que era silicose, aí a gente começou a brigar com a empresa, para ela adquirir equipamento mais adequado, mesmo a direção do sindicato brigando por isso, a empresa não seguia equipamento de segurança para todo mundo. Com essas mortes, só tinha direito de usar isso, só era chefe, supervisor, geólogo, topógrafo e peão foi difícil de adquirir isso....Depois da briga que a gente teve foi que o supervisor de segurança começou a ir pra mineração e aí começou falar com a peãozada que tinha que usar a máscara, não dizia que corria o risco. O pó entrava pelas narinas, existia um filtro nas máscaras, mas só era para tirar depois de ter trabalhado as seis horas e aí é complicado demais, porque sujava e aí cada vez que sujava aquilo ali, a gente respirava mais pó. Então essa poeira não deixava de não passar, muita gente usava por medo, outros não usava por ignorância. E aí sucessivamente a briga cerrada entre sindicato dos mineiros e a empresa. A empresa via os trabalhadores de um lado, a gente via de outra forma porque a gente tinha que ganhar salário digno, tinha que ter um plano de saúde que a mineração nunca deu plano

⁹² Entrevista Leosvaldo da Silva. 18 julho 2005.

de saúde. Durante quinze anos e quatro meses que exerci a função lá dentro, nunca tivemos um plano de saúde. Fizemos um plano de saúde não to lembrado a época, mas quem fez o plano foi o sindicato dos mineiros, mas aí já tinha passado muito tempo, já tinha morrido muita gente.”⁹³

O relato focaliza a luta do sindicato contra as práticas administrativas da empresa ao descobrir que o adoecer e as mortes dos trabalhadores relacionavam-se às condições de trabalho, destacando a falta de equipamentos adequados, a qualidade das máscaras de respiração, distribuídas, instruções de uso e também o não uso por parte de alguns dos trabalhadores. Os embates daquela época revelam como a saúde não constituía elemento fundamental na organização das relações entre a empresa e os trabalhadores. Por outro lado, o relato também coloca o despreparo inicial do sindicato em lidar com aquela questão, sinalizando que a prática sindical, lentamente, começou a gerar ações para tentar amenizar a situação dos trabalhadores. Leosvaldo, apesar de produzir o discurso combativo contra a empresa, explicita como foram construídas as redes de poder entre empresa, sindicato e órgãos de vigilância do trabalho.

“... Eu via que na minha concepção era muito melhor fechar a empresa de que perder tanta gente, nós chegamos ao ponto de junto com Joselita [médica do CESAT] a ir para Ministério Público. Joselita questionava mais do que o próprio presidente do sindicato dos mineiros, se aquela mulher estivesse viva, eu para mim a mineração Morro Velho tinha fechado, ela questionava os fatos assim tão inéditos, assim de chegar e colocar o Ministério Público e colocar, a responsabilidade é de vocês. Nisso a gente foi perdendo muita gente e ainda os que tem para ir embora, um dia levei isso pra reunião com a direção da empresa que colocou para gente que nas reuniões não podia colocar para os trabalhadores que existia a silicose. Eu achava que podia colocar, era até uma versão que o trabalhador tinha que ter na cabeça, se colocasse que tinha

⁹³ Entrevista citada.

esse perigo, vamos dizer que ali tinha uma morte que era muito perigosa, ta entendendo?O fato de ter acontecido a fundação do NUSAT foi a valência.O sindicato começou a briga cerrada em cima disso, aí teve a fundação, aqui tinha vezes da gente ter cem homens[doentes] e a gente não arrumar vaga em Salvador.Se não fosse Joselita eu não sei não se a mineração tinha fechado com 40 homens vivos não.”⁹⁴

Na sua narrativa reconhece o despreparo do sindicato em lidar com aquela situação. Para ele o que deveria ter sido feito inicialmente era anunciar a silicose, seus riscos para os trabalhadores, e enfrentar a empresa, pedindo seu fechamento, mas isso parece que não aconteceu. As redes sociais tecidas forçavam a construção de outros caminhos que não aquele imaginado por Leosvaldo, afinal de contas o poder da empresa parecia ser determinante para que isso não fosse concretizado, mas restavam outras possibilidades, uma delas recorrer a órgãos públicos que tratavam diretamente da questão da saúde do trabalhador o que pode explicar em parte a construção discursiva sobre a médica do CESAT, revelada no registro da memória como uma lutadora a favor dos trabalhadores com silicose, além de orientar nos caminhos do terreno jurídico para evitar o aumento dos casos de silicose. Nesse sentido, o papel de Joselita parece ter sido fundamental na organização da luta do sindicato que, nesse momento, começava a se preparar para lidar com a complexidade do assunto.

O discurso sobre o posicionamento da médica revela práticas sindicais desenvolvidas naquele período, onde o sindicato parece ter tido dificuldades em produzir um discurso que focalizasse as condições das frentes de serviço da empresa. Nesse jogo, a mineração Morro Velho saiu vencedora, produziu efeitos de verdade que impediram a associação do trabalho com a silicose durante mais de uma década. Em contraposição, outras frentes de luta começavam a ser delineadas, entre elas a atuação do CESAT, que juntamente com outros órgãos públicos teciam as redes de um poder que esclarecia e denunciava as práticas de trabalho na empresa.

⁹⁴ Entrevista citada.

Leosvaldo recorda o papel da médica do CESAT como um dos elementos fundamentais que impediram o avanço do número de doentes e mortos. Nessa luta, destaca o papel do sindicato, mas focaliza o trabalho da médica como necessário e relevante para atenuar as mortes dos trabalhadores e ajudá-los na denúncia pública. Por outro lado, é significativo o discurso em que desloca para segundo plano o papel do sindicato, ao afirmar que, se a médica fosse viva, a mineração teria encerrado sua atividade em Jacobina. Ao deslocar o foco para um órgão público de saúde, principalmente a figura da médica, o sindicato é avaliado como entidade que, de certa forma, não conseguiu uma articulação de poder que atingisse seus objetivos, mas também revela a submissão dos trabalhadores, reconhecendo-os despreparados para enfrentamento daquela situação. O discurso médico, como produção de saber, produz efeitos de poder, revelando-se como tática de luta contra o poder e o saber da empresa.

Os dirigentes do sindicato apropriam-se do saber médico como instrumento de poder, na tentativa de tornar mais visível o discurso sobre o trabalho no subsolo, seus riscos, entre eles a silicose. As experiências individuais e coletivas de Leosvaldo se entrelaçam formando a matéria de sua memória, sendo a prática sindical um dos seus fios condutores. Assim reconheceu a tensão vivida, e mesmo sabendo sobre a silicose, cruzou vários percursos até conseguir a aposentadoria.

“Eu comecei em 1993 com uma dor nas pernas, tosse, não era uma tosse longa, mas uma tosse assim de um minuto, ficar tossindo assim, era muito mais pela noite e às vezes atacava de dia quando eu tava no serviço assim mais esforçado, quando eu pegava muito peso aí eu sentia aquela tosse, aí fiz um exame com o médico da empresa, ele me disse que eu tinha que deixar de fumar, aí eu deixei de fumar. Quando foi 95, 94 aí a dor começou mais forte, a tosse aumentou, a dor nas pernas, aí eu fui para Salvador, aí eu tirei raio-x e disseram para eu pegar o resultado no NUSAT. Peguei, levei para mineração aí o médico de lá imediatamente me tirou do subsolo e me botou na superfície, continuei trabalhando, quando foi

com um ano ele me deu a CAT[comunicação de acidente de trabalho], levei para o INSS que começou a me pagar, quando eu estava mais ou menos completando um ano nessa situação me mandaram para um órgão lá ligado ao INSS, eu fui lá me disseram que o meu grau de silicose era muito pequeno e então eu podia fazer na empresa uma readaptação. Chegando lá eu disse: eu não faço não, os outros fazem porque não tem consciência do fato que está acontecendo, tá lá não é porque o sindicato não explicou não é porque na superfície perderia as vantagens, os 40% e os adicionais... aí mandaram eu voltar para Salvador, para aquele órgão, lá disseram que se eu não fizesse minha readaptação que iam me dar alta e eu voltava com o problema de silicose para dentro do subsolo. Aí eu falei que se eu voltasse pra mineração eu entrava na justiça contra eles, porque a minha capacidade respiratória é de 1.0 que é o que está marcado no laudo, tá dizendo que eu tenho 35% da minha capacidade respiratória. Jogaram pesado em cima de mim e eu em cima deles. Vim me embora quando foi com 15 dias o relatório chegou, aí a mineração me chamou e me aposentou como acidente de trabalho que era para os outros também ter acontecido a mesma coisa e também o direito de receber as indenizações... e os outros não receberam o seguro por acidente de trabalho por falta do laudo. E vem rolando de lá para cá o sindicato sempre brigando com isso, mas não tinha aquele pulso, só questionava, mas para mim tinha que ter fundamento com o Ministério Público com a DRT, tinha que dizer que a gente quer o fechamento dessa empresa ou então melhore as condições.”⁹⁵

O discurso aponta para seu papel social na empresa, reconhecendo que por ter sido dirigente sindical, instrumento de poder, foi tratado de forma diferente dos demais colegas. Descoberta a doença foi logo encaminhado para a aposentadoria, uma exceção que Leosvaldo atribuiu ao fato de ser membro do sindicato. Mesmo assim pode-se perceber, na sua narrativa, as dificuldades resultantes da legislação que, na maioria dos casos, só aposentava o

⁹⁵ Entrevista Leosvaldo da Silva. 18 julho 2005.

indivíduo por invalidez, quando ficasse atestado incapacidade para o trabalho, mas muitos dos que contraíram silicose não poderiam ser enquadrados nessa categoria, apesar dos sintomas, não estavam inutilizados para o trabalho, como foi o caso de Leosvaldo. Seu discurso focaliza o embate travado entre ele e o representante do INSS, ao argumentar que não retornaria ao subsolo, uma vez que, mesmo com o diagnóstico de silicose, continuou a trabalhar na superfície, instalando uma reação de resistência, atenuada quando o médico da empresa o encaminhou para o órgão previdenciário, para a aposentadoria por acidente de trabalho. O discurso médico constitui-se em uma estratégia de poder para controlar a tensão que poderia gerar reações até então desconhecidas. No registro de memória, representa-se como um indivíduo “esclarecido”, em razão do saber adquirido na sua experiência com outros casos de silicose e na sua prática de sindicalista, fundamentais para conseguir se aposentar. Por outro lado, reconhece a falta de articulação entre sindicato e outras redes de poder como as instituições públicas, revelando certo despreparo político do sindicato.

A narrativa de Leosvaldo (re)constrói as tramas dos acontecimentos, como trabalhador, sindicalista, portador de silicose e, nesse universo, insere as práticas do sindicato em relação à silicose, aponta para os fios que foram rompidos e revela a proposta de outros caminhos como o fechamento da empresa, sinalizando ter sido voto vencido dentro da própria entidade. No processo discursivo também delinea, em certa medida, as práticas entre sindicato e empresa. Recorda que constantemente questionava o presidente do sindicato pelo fato da mineração responsabilizar os trabalhadores pelo avanço da silicose nas frentes de trabalho, e o presidente

“... parece que se intimidava, não era um papel de dirigente sindical... eu não sei não... quando ele se aposentou ele recebia o salário integral como que tivesse trabalhando na mineração até o dia do seu fechamento... um dia ouvi assim por alto que o salário dele era assim por conta de uma negociação feita em Salvador, na minha concepção eu não queria isso, porque eu não vou me vender para ninguém... quando eu tava faltando a faixa de uns oito

meses pra me aposentar o chefe me chamou e disse: eu sei que a briga do sindicato foi uma briga muito cerrada mas isso não quer dizer que você durante esse tempo todo que brigou não mereça alguma coisa na função que você ta. Sua aposentadoria é pequena mais eu vou lhe botar numa outra função aqui e quando você completar o tempo de sua aposentadoria ela vai ficar uma aposentadoria bem gordinha, eu levei isso para o sindicato e eles disseram, você não pode receber esse salário! Porque os outros que ta ganhando defasado sabendo que você vai ficar com um salário desse, eles vão querer até lhe pegar e eu não aceitei não e quanto ao presidente, ter aceitado um acordo safado daquele, como é que pode, aí sindicato dos mineiros foi para o poço, hoje ta capengando....Briguei do começo até o fim e até hoje nunca tive respaldo, nunca passou uma tese minha não, eles tem maioria...é bom que fique claro que a direção do sindicato nunca foi uma direção assim formal, de pessoas que tinha assim um certo esclarecimento do que era sindicato do que queria qual era o objetivo da briga, porque tava brigando, ta entendendo? Foi peão que pegou assim, bota na direção do sindicato só para fazer volume, para votar nas propostas que eles queriam porque na hora que dava o nome das pessoas esclarecidas nunca foi aceito, sempre foi manipulado.”⁹⁶

O relato de Leosvaldo apresenta uma crítica explícita a atuação de alguns membros do sindicato, pois teriam dificultado uma ação mais efetiva contra a empresa. Por outro lado, revela como foram tecidas as relações de trabalho na empresa, mostrando como as redes de poder se organizavam com o intuito de cooptar a direção do sindicato. A estratégia da empresa, segundo o relato, foi a de fazer ofertas financeiras, minando o campo político do sindicato. Nessa luta, uns parecem ter cedido ao poder da empresa Morro Velho, outros continuaram a representar os interesses dos trabalhadores das minas, mas é preciso analisar a experiência vivida pelos trabalhadores e dirigentes sindicais.

⁹⁶ Entrevista citada.

Pode-se pensar que o poder da mineradora, em certos aspectos, barrava as práticas do sindicato, afinal de contas, o trabalhador tinha medo das retaliações, sobretudo o desemprego. Acrescido a esse aspecto, o sindicato, a partir da segunda metade da década de 80, tentava se organizar, incorporando lentamente o discurso e a prática sindical construído no Brasil que, naquele período, lutava para impedir prejuízos maiores aos trabalhadores, embora não conseguisse de maneira mais ampla incorporar “conquistas mais generalizadas no plano da redução das desigualdades sociais e econômicas.”⁹⁷ Como foi visto no capítulo 1, a primeira greve do sindicato, em 1985 resultou em muitas demissões, inclusive a maioria dos diretores sindicais, revelando o poder repressivo da empresa.

“Onde é que você vai ter força para o trabalhador acreditar em você. Se você próprio que era da direção do sindicato não teve a garantia de estar empregado. Aí então numa cidade como Jacobina, não tem emprego nenhum e tem uma única empresa que empregava dois mil, três mil trabalhadores aí vem um grupo de pessoas, trabalhador começa a se organizar, se dizendo que tava se organizando e eles próprios é demitido que garantias os outros vão ter pra vir pra o sindicato.”⁹⁸

O relato de Malaquias é significativo, pois revela as dificuldades de organizar o sindicato de mineiros em um contexto adverso. A luta travada era desigual, porque lhes faltava a experiência da prática sindical e política, acrescido a isso pode-se considerar a fragilidade do sindicato, principalmente após as demissões, inclusive dos diretores, a ameaça do desemprego e provavelmente outros fatores terminavam por limitar a atuação do sindicato. Dessa forma, pode-se compreender as queixas e críticas de alguns membros do sindicato em relação a sua função.

⁹⁷ COSTA, Márcia da S. “O Sistema de Relações de Trabalho no Brasil: alguns traços históricos e sua precarização atual.” *Rev.bras.Ci.Soc.*v.20, n.59, São Paulo,out.2005 Disponível em <<http://www.scielo.br>> Acesso em 10 dez 2006. Sobre alguns aspectos sobre o sindicalismo na década de 80 ver capítulo I.

⁹⁸ Entrevista Francisco Malaquias. 16/01/2007

Nessa perspectiva, o relato de Leosvaldo aponta as dificuldades da direção do sindicato que lutou por melhores condições de trabalho. Segundo ele, o sindicato “brigava” com a empresa, mas as relações de força existentes nesse cenário somados aos obstáculos enfrentados pelos dirigentes pareciam barrar ou reduzir a ação política do sindicato. A mineradora conhecia as limitações políticas do sindicato e parecia, segundo o relato, romper os fios dessa rede. Assim, a tentativa de cooptação de alguns dirigentes sindicais parece ter sido uma das estratégias da mineradora para reduzir seu poder de força entre os trabalhadores.

Ainda no seu discurso, para justificar a fragilidade do sindicato nas ações políticas de mobilização dos trabalhadores, fala que alguns dirigentes do sindicato “manipulavam” os trabalhadores porque, em sua maioria, não sabiam o que estava sendo discutido, o saber pertencia aos diretores da entidade que decidiam e conduziam os debates e as ações sobre o espaço de luta dos trabalhadores. Seu discurso questiona o papel ambíguo do sindicato, entidade que cede às pressões do poder da empresa. As contradições de seu discurso remetem ao jogo das diferenças sociais na relação com o poder que se traduz na relação de forças empresa (poder) X sindicato (delegação de poder).

A história de Leosvaldo focaliza aspectos importantes da história dos trabalhadores com silicose, a responsabilidade do sindicato e o desafio para se articular como intérprete daquela realidade. A prática sindical, em alguns aspectos, desnudada, revela os fios de tensão que permearam as relações, impostas pela situação que envolvia doença/morte dos trabalhadores, mas que o discurso da empresa, ao deslocar significados, impedia articulações e frentes de luta mais eficientes. É dessa forma e não de outra que Leosvaldo constrói uma entre algumas possibilidades de relatar sua história de vida.

Javan Sousa Rios trabalhou na mineração durante cinco anos, após a greve de 1989 foi demitido, três anos depois descobriu que estava com silicose. Nesse período, procurou o sindicato que, segundo ele, “dava algumas orientações, mas se tornava em nada que é sempre a força maior quem governa. A mineração era a

força maior, quem manda hoje é quem tem dinheiro.”⁹⁹ Para ele o sindicato atuava, mas seu poder era barrado pelo poder econômico da mineradora que delineava as relações entre patrão e empregado. Somado a esse aspecto, Javan recorda que, durante alguns períodos, o sindicato brigava sobretudo na época em que

“Antônio Menezes fazia parte do sindicato, ali era um cara que jogava duro mesmo, podia acontecer o que acontecesse, ele não cedia ponto para chefe nenhum... Ele era marleteiro, jogava duro mesmo. Ele hoje está morando em São Domingos... Foi um dos membros do sindicato que jogou mais duro, aquele homem é que devia ser presidente. Totonho [presidente do sindicato] juntava com a gente dava aquela pressão toda, apresentava meio mundo de coisa, enfrentava a polícia, mas quando era de noite tava tomando cerveja com Kurt [diretor da empresa], muita gente viu isso.”¹⁰⁰

Os micro-poderes existentes no sindicato pareciam constituir um mosaico que apresentava diferentes dimensões daquela luta. De um lado, apesar das pressões da mineradora, o sindicato como espaço de luta e de confronto com os representantes da empresa, do outro, as relações de força delineando outras práticas que terminaram por dificultar a ação do sindicato. O relato de Javan focaliza o poder econômico e social da Morro Velho como uma realidade que definia as relações entre empresa, sindicato e trabalhadores, produzindo os fios da intrincada rede de interesses e poder que têm como foco o domínio econômico da empresa. Esta enquanto único pólo de emprego da cidade pressiona, domina e tenta intervir no sindicato por meio do seu poder econômico e político, acenando com o fantasma do desemprego.

O discurso de Raimundo Nonato Rodrigues dos Anjos, portador de silicose e dirigente sindical, no período de 1992/1996, revela a falta de informação dele e dos colegas sobre a doença. Recorda que, apesar do sindicato esclarecer sobre os riscos da atividade desenvolvida no subsolo, “o trabalhador não levava

⁹⁹ Entrevista Javan Sousa Rios. 20 janeiro 2006.

¹⁰⁰ Entrevista citada.

a sério, [eu mesmo] só ouvi falar de silicose em 1991, nós os trabalhadores não dava muita importância porque não tinha medo da doença, nem sabia o que era. O diretor do sindicato já falava que existia a silicose e nós trabalhadores não acreditava... nunca passava pela cabeça que aquela poeira que tinha ali na galeria ia empedrar o pulmão e levar a morte. O próprio médico [da empresa] dizia que era tuberculose, mas aí graças a Deus o sindicato descobriu Dra. Joselita que descobriu a doença, antes ninguém falava, eu mesmo não sabia.”¹⁰¹ Seu discurso é revelador no sentido que aponta para uma realidade onde o discurso do sindicato tinha dificuldades de atingir a maioria dos trabalhadores de subsolo o que é bastante compreensível, considerando-se que, na maioria dos casos, aquele era o primeiro emprego do trabalhador com renda fixa e garantias trabalhistas, oportunidade que o trabalhador não podia e nem queria perder, preferindo não acreditar que seu trabalho na mineradora pudesse atingir sua saúde.

Malaquias relembra que, naquele período, final dos anos 80, o sindicato, ao tomar conhecimento da silicose, começou a alertar os trabalhadores, mas estes, em sua maioria, não acreditavam na doença, porque consideravam que o sindicato queria promover greves e novamente iriam ocorrer demissões “como aquelas do passado e o pessoal [os trabalhadores] ficou muito assombrado. A gente pregava lá dentro [da mina] provava com documentos, mas mesmo assim não acreditavam... diziam que tinham que ganhar dinheiro e o sindicato estava querendo se promover.”¹⁰²

Nessa época, Raimundo Nonato não imaginava que poderia vir a ser portador de silicose, trabalhava no subsolo não como marteteiro, mas como “amostrador,” coletando amostra para saber, se no local indicado, existia ouro para ser retirado,

“... todo dia é feito esse trabalho na mina, eu trabalhava com três companheiros, eu trabalhava com um spray, traçava um canal com a tinta e aí eles [ajudantes] coletavam com a marreta, assim mandavam essas amostras para o laboratório, dali sabia se tinha ouro ou

¹⁰¹ Entrevista Raimundo Nonato dos Anjos. 05 abril 2005.

¹⁰² Entrevista Malaquias. 16 janeiro 2007

não... a amostragem é fundamental dentro da mineração, é um trabalho importantíssimo. Nessa função eu fiquei doze anos e quatro meses. Lá eu trabalhava seis horas, porque trabalhar oito horas nunca foi permitido, mas a empresa pedia para alguns trabalhadores, eles faziam, às vezes com medo de perder o emprego. Lá no setor da geologia dificilmente a gente dobrava, quando precisava assim de uma amostragem é que eles supervisores, os geólogos pediam, mas era raro... É por isso que estou vivo, não desmerecendo também os companheiros que lá trabalhava como marleteiro que são grandes heróis, quem sai com vida de lá eu considero herói, o subsolo não é brincadeira é tanto que as pessoas só trabalham 15 anos, aí as pessoas dizem 15 anos é bom, vai para lá debaixo do chão, toda vez que eu ia entrar no subsolo eu pedia a Deus que nós voltássemos vivos, quando eu saía da galeria sempre eu parava, olhava para o céu e agradecia a Deus, os companheiros até perguntavam que era que eu estava fazendo ali, eu tava ali fazendo minhas orações, agradecendo a Deus por mais um dia, por não ter acontecido nada.”¹⁰³

A experiência no subsolo, no departamento de geologia, considerado como fundamental no processo da atividade mineradora, faz valer a importância de seu trabalho e de sua identidade, representada pela capacidade de fazer, que aumenta sua auto-estima, facilitando a reprodução de sua prática à luz de sua experiência subjetiva. A consciência do risco de sua atividade desloca seu discurso para o trabalho no subsolo, os perigos de acidentes provocados pelas detonações e pelas máquinas, não os associando à silicose, provavelmente porque, como argumenta, os trabalhadores, naquela época, não sabiam sua relação com o cotidiano do trabalho nas minas.

Esta dissociação por “não saber” possibilita a passagem do discurso das condições do ambiente de trabalho para o discurso religioso em que reconhece o pedido e a mediação de Deus para estar vivo, sacralizando o espaço social. Prossegue o seu depoimento, instaurando um novo processo significativo, quando se dá conta de

¹⁰³ Entrevista Raimundo Nonato dos Anjos. 05 abril 2005.

que os sintomas da doença se tornaram mais intensos. Procurou o médico da empresa, e foi retirado do subsolo para a superfície, mas não foi comunicado sobre seu estado de saúde.

“ninguém dizia o que eu tinha, eu já desconfiava, não diziam pelo fato de eu ser um representante da CIPA, me arranjam uma vaga no escritório, cheguei lá tinha que tirar xerox de mapas e tinha aquele produto amônia e a bicha era fedorenta, eu usava máscara e abafador...e aí meu contrato todo dia me escondiam, bate cartão, não bate, aquela confusão e aí eu conversei com a direção do sindicato e eles: não, não assine...e eu se não assinar eles não vão deixar eu bater cartão, se eu não bater cartão vou perder meu dia e aquela confusão toda. Aí terminei assinando o contrato de subsolo para superfície, aí um dos advogados da empresa disse: não é certo você tá no subsolo e tá agora na superfície ganhando com se tivesse no subsolo. Eu disse: você acha que é justo eu tá aqui fora ganhando como igual a eles, eu não sou doido não, mas também eu quero ser reconhecido, eu quero que a empresa diga o que é que eu tenho. Sinceramente a empresa só me disse que eu não posso trabalhar no subsolo e aí? É assim? É só eles chegarem, tirar o trabalhador e dizer não tem nada. E aí fui para o CESAT, aí fiz os exames deu o problema e a doutora disse que eu tinha que abrir um processo contra a empresa, aí ela me deu o laudo, aí dei entrada [no INSS] aí passei um ano encostado. Quando deu o problema fiquei muito magoado com o médico [da empresa] porque mentiu pra mim.”¹⁰⁴

Múltiplos são os significados construídos sobre as relações de trabalho. Sua transferência do subsolo para a superfície implicava diminuição de salário, mas significava também o começo da luta do trabalhador para conseguir o diagnóstico de silicose pela empresa, que se negava a fornecê-lo. Sua retirada do subsolo pode ser entendida como uma das táticas da mineradora para reduzir sua responsabilidade social, porque, nesse período, outros casos de silicose já haviam sido identificados e órgãos como o CESAT

¹⁰⁴ Entrevista citada.

atuavam nas frentes de vigilância e saúde do trabalhador e o empregado exigia explicações sobre seu remanejamento, além de lutar para continuar a receber o mesmo salário como trabalhador de subsolo.

Outro significado é a perda da confiança de Raimundo Nonato no médico da empresa, imaginado como o responsável para alertar o trabalhador sobre seu estado de saúde. Ao descobrir que silenciava sobre o diagnóstico, essa relação foi rompida. Diferente é a representação do CESAT, personalizado na atuação da médica pneumologista que, além de fornecer o laudo médico, orientava o trabalhador a reivindicar e lutar por seus direitos. É no espaço do confronto entre dois discursos médicos distintos que Raimundo Nonato reorganiza seu discurso e decide procurar o médico da empresa para esclarecer e questionar sobre as razões de ter omitido que estava com silicose.

“... aí fui tava muito triste, afobado, aí disse: Doutor o senhor me enganou disse que eu não tinha nada. Ele disse: você tem laudo? Laudo é documento, aí eu disse não, não tenho, nesse dia eu menti, disse para ele que eu ia dizer para cidade toda que ele havia me enganado. Eu tava bravo, com medo e disse: eu vou chegar na cidade toda, botar uma faixa ‘estou de silicose’ to para morrer, vou denegrir a imagem da empresa aí fora e a imagem do senhor também como médico, eu vou denunciar, o senhor pode mandar me matar, eu to morto mesmo. Ele disse, não! Você é louco, tal... você ta nervoso. Claro que estou nervoso, sou jovem, vou morrer assim de repente, eu gosto de viver a vida que a vida é para ser vivida... Tudo bem falei essas palavras para ele, fui para casa, no outro dia eu voltei a empresa, fui no centro médico, pediram para eu entrar e eu, não! vou esperar que todos os companheiros que estejam aí sejam atendidos, porque eu não sou melhor do que eles, se eu cheguei e tem os companheiros na frente eu vou ser o sétimo, porque eu vou ser o primeiro. Privilégio porque eu sou um diretor de sindicato? Nesse

momento sou um funcionário da empresa como qualquer outro que está aí.”¹⁰⁵

Neste trecho de seu relato revela sua revolta, configurada na ameaça de denunciar a verdade sobre o que ocorria dentro das minas. Escondia-se do trabalhador a silicose, talvez por acreditar que ele não fosse em busca do diagnóstico. Entretanto, segundo o relato, essa idéia foi desmontada pelo trabalhador que procurou os órgãos públicos de saúde para avaliação de sua doença e obter o diagnóstico. De posse do laudo, o trabalhador retornava a empresa para protestar e reivindicar seus direitos. Assim procedeu Raimundo Nonato, retornando ao médico da empresa que, ao ouvir seu desabafo cheio de indignação, exigiu a apresentação do laudo, instrumento de poder e verdade, única forma de comprovar o seu dizer. Um outro aspecto significativo de seu depoimento foi a percepção da forma diferenciada de tratamento dada ao dirigente sindical ao ameaçar tornar pública as condições de trabalho na empresa.

A mineração construía elementos para impedir a divulgação da silicose nas minas, um deles a demora no fornecimento da CAT-comunicado de acidentes de trabalho- impedindo o trabalhador de entrar com processo de afastamento das atividades perante o órgão previdenciário. Ele recorda que muitas vezes o documento não foi fornecido porque atestava a responsabilidade da empresa que “não queria ser denunciada, ela achava que aquela doença não foi causada por ela,” restava ao sindicato fornecê-la que “em alguns casos emitiram, mas muitos companheiros não procuravam o sindicato, muitos se omitiram com medo ou com vergonha.”¹⁰⁶

As redes construídas pela empresa revelam variadas táticas para dissociar a silicose do trabalho nas minas. Além disso, a realidade produzida pelos sintomas da silicose produziu medo e vergonha nos trabalhadores que, segundo relato, não assumiam estar com a doença. O sindicato por sua vez, apesar de reagir a algumas das estratégias da mineradora, viu seu poder ser reduzido,

¹⁰⁵ Entrevista citada.

¹⁰⁶ Entrevista citada.

principalmente, quando se tratava da vida financeira e das relações sociais construídas entre os trabalhadores.

O discurso que associava a empresa à prosperidade econômica local e a falta de experiência do sindicato, parecem constituir efeitos de verdade que impediram, em alguns momentos, uma política de articulação entre trabalhadores, sindicato, poderes públicos e comunidade. Malaquias, diretor de sindicato reconhece a complexidade daquela realidade.

“Nós temos até culpa, o sindicato em si, eu quando falo [assim] que eu também participava da diretoria, então eu acredito que nós temos até culpa nisso, na época teve tantos acidentes, tanta doença teve mês de se levar quinze, vinte trabalhadores de silicose e o sindicato não interviu em pedir ao Ministério Público pra fechar, teve um processo para o M.P.que não foi feito nem pelo sindicato, foi feito pela Dra. Joselita, pediu a intervenção da mina uma época aí, mas isso não foi a frente não, depois a mina fechou, mas não foi por questões da justiça não, ela fechou por conta do minério que tava pouco, ela tinha terminado a pesquisa e aí fecharam a mina...O sindicato denunciou lá em Salvador, em Brasília aqui na cidade, nós nunca tivemos êxito.”¹⁰⁷

A articulação política com reduzido poder de pressão do sindicato estava associada ao fato de que muitos não possuíam escolaridade, dificultando o entendimento do problema e ações que informassem e envolvessem os trabalhadores. Denunciava-se, mas os fios tecidos na esfera política e empresarial pareciam se emaranhar, criando obstáculos para que a ação do sindicato planejasse e mobilizasse os trabalhadores para as questões que afetavam a vida de todos. Some-se a esse cenário as políticas internas da entidade, que, no processo de construção político-administrativa, delegaram e concentraram poderes nas mãos do presidente do sindicato.

“Não tinha conhecimento, o pessoal [diretoria] não mostrava para gente, nós tínhamos três ou quatro companheiros que tinham inteligência, mas eles só faziam

¹⁰⁷ Entrevista Malaquias 19 janeiro 2006.

para eles... teve um trabalho muito retido a eles, só ele querer ser o presidente, ser o tesoureiro, ele [presidente] não distribuía a função para cada um fazer a sua função, ele sozinho queria assumir, então a situação foi exatamente essa.”¹⁰⁸

Na complexa rede das relações entre os membros do sindicato, Malaquias revela que tal política de certa forma dificultava uma atuação de outros membros do sindicato que poderiam elaborar ações mais eficazes para retirar os colegas do subsolo. Além disso, o sindicato denunciava a silicose, mas seu discurso não convencia os trabalhadores da empresa Morro Velho e nem os moradores de Jacobina que só começaram a conhecer silicose e sua associação com o trabalho nas minas, quando o discurso médico, representado naquele momento pelo CESAT, divulgou a realidade existente na mineração Morro Velho. Anteriormente o sindicato tentou fazer algumas divulgações na cidade sobre a silicose, mas sem êxito.

“Fizemos passeata na cidade, sempre tivemos assembleia dentro do estádio de futebol, só que a cidade tinha oposição ao sindicato, pra ela o sindicato não existia, tudo aquilo que o sindicato tava fazendo nessa época era tudo contra a cidade. A cidade achava que a gente estava fazendo aquilo contra a cidade, porque tinha medo de a empresa ir embora. Então todo mundo, prefeito, todo mundo contra a luta dos trabalhadores e a gente nunca teve apoio da cidade... A imprensa até se fechava pra gente, com as entrevistas da gente. Eu não me lembro que a imprensa deu apoio nenhum. Ela não publicava nada. Tudo era a gente que fazia então a cidade sabia, porque fazíamos ao vivo. A gente ia lá e fazia nossas passeatas... Nós éramos tidos como baderneiros essa era a palavra ‘lá vem os baderneiros’, pronto, era dessa forma. Nós nunca tivemos aplausos e elogios de ninguém.”¹⁰⁹

É muito revelador talvez o fato de que quando o sindicato denunciava a silicose, seu discurso tivesse reduzido efeito de

¹⁰⁸ Entrevista Malaquias 19 janeiro 2006.

¹⁰⁹ Entrevista. Malaquias. 16 janeiro 2007

verdade entre os trabalhadores o que é bastante compreensível se considerarmos que tiravam seu sustento da mina, além do mais era um bom salário em relação aos outros salários da região. A mineração era o pólo de empregos, apresentada pelo discurso da época como possibilidade de desenvolvimento para a cidade. Nesse sentido, as pessoas com pouca informação ofereceram resistência ao discurso do sindicato porque entendiam o emprego na mineração como única possibilidade de sobrevivência.

Mas também deve-se pensar que os signos emitidos pela mineradora como desenvolvimento, emprego e riqueza para Jacobina podem em certos aspectos explicar a reação de oposição de alguns dos segmentos da sociedade em relação à prática do sindicato. Fabricava-se a idéia do decantado crescimento sócio-econômico do lugar através da mineração. Some-se o fato de que historicamente a cidade de Jacobina esteve associada a práticas políticas que remetiam ao cenário das primeiras décadas do século XX, ou seja, políticas dominadas por grupos de tradição oligárquica que faziam ecoar o discurso de que a elite local articulada com os poderes estadual e federal tornaria a cidade um pólo de riqueza. Assim, é compreensível que alguns segmentos reagissem, inicialmente, de forma contrária à organização de movimentos sociais como os dos trabalhadores e também à organização de partidos de esquerda, porque segundo Malaquias o fato de o sindicato estar associado ao Partido dos Trabalhadores criou uma oposição da cidade em relação ao sindicato. Portanto, não é de se estranhar que o mineiro fosse nomeado como “baderneiro,” discurso produzido para minimizar e desqualificar a ação dos trabalhadores e do sindicato. Assim é significativo o relato de Malaquias para aquela realidade.

“Eu não acho que é só por conta do medo que as pessoas tinham que a empresa fosse embora. Eu acho que se tivessem técnicos e engenheiros que estivessem à frente desse movimento que a coisa era vista de outra forma, mas como só era peão mesmo, então eu acho que era mal visto.”¹¹⁰

¹¹⁰ Entrevista Malaquias.16 janeiro 2007.

A multiplicidade de fatores que se ligam e se articulam para explicar a relação da cidade com o sindicato revela as dificuldades do movimento dos mineiros. Primeiro, porque a prática sindical instalava-se em um contexto adverso, e alguns segmentos da sociedade de Jacobina produziram o discurso de que o trabalhador braçal, sobretudo os marleteiros, operadores - trabalhadores de subsolo- não estavam qualificados para entender e discutir assuntos de tamanha complexidade. Segundo, a prática sindical, que começava a se organizar, terminava por encontrar em seu caminho redes de micro poderes que tentavam barrar sua ação, principalmente quando começou a denunciar publicamente os casos de silicose. Nesse sentido, é significativo que a imprensa, segundo o relato, não divulgasse e/ou restringisse, inicialmente as notícias sobre a silicose, construindo silêncios como forma de deslocamento dos discursos sobre a doença entre os trabalhadores da mineração.

Leosvaldo recorda que o sindicato “panfletava dizendo quem era a mineração o que a mineração fazia. Companheiros que tava no hospital morrendo e a gente pedia assim apoio, vamos lá fazer uma reunião com o prefeito, nada disso. A gente também pedia para a igreja discutir com a mineração, ajudar a solucionar o problema, ninguém nem ia visitar, às vezes o padre José ia, era solidário e aí as pessoas jacobinenses nunca tentaram sentar com a gente pra discutir, ninguém.”¹¹¹ Malaquias confirma o depoimento de Leosvaldo e complementa dizendo:

“Quando chegou um momento nos anos 90 a cidade em si via a realidade, o que tava ocorrendo, antes ela achava que o sindicato tava inventando, que o sindicato queria tirar emprego do pessoal, dizendo que o sindicato tava mentindo que não ocorria nada daquilo que quando ela[cidade] viu a verdade com Joselita aqui na cidade. Ela esteve na cidade num congresso ...teve também um médico da empresa, ele não ficou lá porque mostrou a verdade, quem tava de silicose ele dizia, você ta de silicose, você tem que procurar Joselita para lhe dar um laudo porque ela é especialista nisso e tanto que ele não ficou na

¹¹¹ Entrevista Leosvaldo da Silva. 18 julho 2005.

empresa, isso depois de 90 quando não tinha mais jeito, depois que o pessoal já tinha morrido, meio mundo de viúva na cidade, o desastre já tinha acontecido foi quando a cidade veio entender... também o pessoal tinha muito medo de perder emprego é por isso que muitos casos que aconteceram não souberam como morreram, porque, eles sentiam e não diziam para ninguém, ficavam para eles, quando iam procurar o médico já não tinha mais jeito, entendeu?..comprovado temos mais ou menos de pessoal com silicose na faixa de 30 a 40% do pessoal que trabalhava no subsolo, os que tem laudo, mas tem companheiros aí hoje de silicose que não tem laudo...Então tudo isso que eu coloco é porque eu tenho certeza do que ta ocorrendo do que ocorreu na época.”¹¹²

A divulgação sobre a silicose ocorreu quando muitos já estavam doentes ou haviam falecido, o que pode explicar em alguns aspectos a rede construída para isentar a empresa de responsabilidade com seus funcionários. Acrescenta-se também a falta de experiência do sindicato em lidar com questões complexas de alcance político que se apresentavam e precisavam ser compreendidas e discutidas como a saúde do trabalhador.

Nesse cenário, o discurso de que a empresa promovia o desenvolvimento sócio-econômico para Jacobina parece ter se legitimado, tanto que o sindicato era visto com certo preconceito pela população. O emprego com renda fixa terminou seduzindo as pessoas para o trabalho. Malaquias recorda que naquele período era a “mineração que pagava melhor. Na época a Morro Velho era a empresa boa mesmo, em termos de salários, que pagava certo. Nunca atrasava salário.”¹¹³ O salário fixo ao final do mês significava garantia de vida mais digna, realidade que muitos trabalhadores não queriam ver modificada o que explica em parte o fato de os trabalhadores continuarem naquele trabalho com aquelas condições, limitando, de certa forma, a atuação do sindicato. A rede de emaranhados produzida pelas relações de força entre mineração, trabalhadores, sindicato e alguns dos segmentos da sociedade local

¹¹² Entrevista Malaquias 19 janeiro 2006.

¹¹³ Entrevista Malaquias. 21 janeiro 2005

terminava por instituir múltiplas facetas das relações do trabalho na mineradora.

O discurso do sindicato em alguns aspectos parecia se confrontar com o da empresa, mas o que se apreende daquela realidade é que terminava por triunfar o discurso da oferta do emprego com garantias trabalhistas, emprego que colaborou na construção de um lugar social para os trabalhadores, em sua maioria migrantes da zona rural em busca de oportunidades e que terminaram por encontrar na empresa Morro Velho a única possibilidade, naquela época, de ascensão social. Acrescido a isso, pode-se considerar a prática disciplinar e coercitiva construída nas relações sociais do trabalho que impediram ações políticas tanto dos trabalhadores quanto do sindicato em relação à associação do trabalho na mina com a silicose.

3.5 Narrativas fabricando histórias

Múltiplos foram os aspectos dos relatos registrados para a história da mineração e da silicose em Jacobina. Procurou-se captar a diversidade de relatos das experiências com a silicose, como o medo de se reconhecer doente e ser também reconhecido doente pelo outro, provocando, no espaço social, discriminação que exclui o indivíduo do trabalho e o afasta do convívio dos amigos, impedindo-o de cumprir o seu dever como “chefe da família,” provedor do sustento da mulher e dos filhos. Reconhecer ou não a doença é como optar entre trabalhar ou não. Reconhecida a doença é reconhecer a incapacidade para o trabalho, aceitar os limites e enfrentar os problemas sociais da sobrevivência, como a redução do salário, a perda do status, do prestígio doméstico, que inclui distribuição do poder de comando e alternância de papéis de independência e dependência. Tudo isto marcado pela dúvida, pela incerteza e insegurança do que será o futuro para si mesmo e sua família. Outro aspecto a considerar está relacionado à condição histórica dos trabalhadores, recém chegados da zona rural de Jacobina e de outras localidades do Brasil. A luta por uma vida mais digna com emprego e salário fixo terminava por seduzi-los, constituindo o projeto de suas vidas, não admitindo que fosse interrompido de maneira abrupta. O discurso construído

desloca os conflitos sobre aquela situação, focalizando como único problema a preocupação com a família, criando a ilusão de haver opção de procurar ou não o médico do CESAT. Este deslocamento da realidade retarda a decisão de ir ao médico, o que só acontecia quando já não agüentavam mais trabalhar ou quando já haviam conseguido a aposentadoria, revelada mais como uma recompensa do que um direito.

As histórias narradas pelas viúvas são marcadas pela ruptura provocada com a morte dos maridos, tendo como diferença fundamental o deslocamento de seu papel social, passando de donas de casa para o de chefes de família, criando os filhos com poucos recursos e esperando o julgamento dos processos cíveis, espera longa que sinaliza como a vida era tecida naquelas circunstâncias. Narrativas de significados variados que revelam dimensões de uma mesma experiência. Entrelaçado a esses relatos acrescenta-se outros como a dificuldade inicial do sindicato em lidar com a silicose, e, posteriormente sua luta para associar silicose às condições de trabalho. Discursos que por vezes se embaralham, tecendo narrativas, fabricando história.

As histórias relatadas, carregadas de significados, delineiam algumas das práticas cotidianas daquelas pessoas. Significados que constituem um mosaico e articulam as diferentes dimensões relatadas pelos trabalhadores e pelas viúvas. Nelas, apreendemos “os fios de tensões, as linhas contraditórias, talvez muito ambíguas, linhas de fuga que formam um quadro complexo e desafiador para a pesquisa histórica,”¹¹⁴ onde as invenções das experiências humanas permitem recontar as histórias de algumas viúvas e dos trabalhadores das minas da empresa Morro Velho. Nesse sentido, procurou-se apresentar não somente os relatos, mas sobretudo as maneiras como são narradas aquelas experiências. Assim, a prática do trabalho, a vida familiar, as experiências individuais e as redes de relações terminam por fabricar outras possibilidades de escrita da história para Jacobina. Os pedaços, os fragmentos que instituem

¹¹⁴ GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Cidades da mineração: memória e práticas culturais. Mato Grosso na primeira metade do século XX. Cuiabá. Carlini & Caniato. EdUFMT, 2006, p.56.

essa história, são repletos de significados que devem ser analisados, compreendidos e decifrados.

As práticas cotidianas dos indivíduos que vivenciaram a experiência da silicose fazem emergir depoimentos que compõem o enredo da história, repleto de imbricações, ligações e armações. Dessa forma, procurou-se, percorrer alguns das linhas que engendram a trama histórica sobre a mineração em Jacobina, encontrando nesse caminho, diferentes trilhas e muitos atalhos. Nessa perspectiva, a análise histórica descrita traz à tona significados múltiplos que merecem ser reconstituídos a partir dos “fios que os ligam e que fazem com que se engendrem, uns a partir dos outros,”¹¹⁵ acompanhando os percursos, analisando as práticas, porque através desse fazer histórico pode-se construir outras formas de compreensão sobre a experiência da silicose contraída pelos trabalhadores nas minas da empresa Morro Velho.

¹¹⁵ FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. In : Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 16^aed. 2001, p.5.

CAPÍTULO 4

OS DISCURSOS NO TRIBUNAL: CONFRONTO DE POSIÇÕES E PODERES

OS DISCURSOS NO TRIBUNAL: CONFRONTO DE POSIÇÕES E PODERES

“A gente vai contra a corrente
Até não poder resistir
Na volta do barco é que sente
O quanto deixou de cumprir
Faz tempo que a gente cultiva
A mais linda roseira que há
Mas eis que chega a roda-viva
E carrega a roseira pra lá
Roda mundo, roda gigante
Roda-moinho, roda pião.”

(Roda viva/ Chico Buarque)

As histórias dos trabalhadores que contraíram silicose nos túneis e galerias das minas da empresa Morro Velho direcionam as lutas também para o campo jurídico. Ao constatar a silicose, muitos mineiros foram orientados pelo sindicato e por advogados a entrar com ações indenizatórias contra a empresa. Os processos cíveis movidos produzem imbricados discursos dos representantes dos trabalhadores, da empresa, da promotoria de justiça e de juízes, revelando sobretudo as estratégias discursivas para associar/dissociar a silicose das condições de trabalho nas galerias e nos túneis. São, na maioria das vezes, processos volumosos, construídos com argumentos que enfocam a organização e as práticas do trabalho na Morro Velho.

Pode-se perceber que os discursos construídos no campo jurídico revelam uma das várias etapas da luta, para provar que a

silicose foi contraída no trabalho. A procura pela justiça corresponde a um dos períodos da trajetória de vida dos mineiros ao descobrirem que eram portadores da silicose, mas também indicam a denúncia pública sobre uma doença contraída no ambiente de trabalho. Denunciar a empresa como responsável pela segurança e saúde dos seus empregados constitui um dos focos centrais dos discursos dos trabalhadores, enquanto a mineradora discorda e nega os enunciados que afirmam ter sido a silicose resultado do ambiente laborativo, deslocando o discurso para a negligência do próprio trabalhador, utilizando-se da teoria da falha humana ou o nomeado ato inseguro, produção discursiva, na maioria das vezes, do segmento patronal, dos técnicos, engenheiros e médicos da área de segurança e saúde do trabalho, reproduzida em alguns casos pelo próprio trabalhador. A disputa jurídica centrada nas relações de força entre trabalhadores e empresa teve início na primeira década de 90, quando os órgãos de vigilância e saúde e sindicato começaram a associar a silicose com as perigosas condições de trabalho da empresa Jacobina Mineração e Comércio S.A.

As peças jurídicas produzidas pelos advogados dos trabalhadores e da empresa são analisados através dos processos que revelam as estratégias construídas sobre as formas de trabalho no subsolo. Acrescentou-se aos processos os relatos orais do advogado do sindicato, responsável pela maioria das ações, e do advogado de outra parcela de trabalhadores que moveram ações, independentes do sindicato.

4.1 Os percursos iniciais

A criação do sindicato dos trabalhadores da indústria de extração do ouro e metais básicos de Jacobina –Bahia [Sindicato dos Mineiros], em 1985, pode ser compreendido como um dos marcos fundamentais na história de vida desses profissionais. Emanuel Gomes, nascido em Jacobina, foi estudar Direito, nos anos 80 em Salvador, tornando-se um dos advogados do sindicato, e recorda-se daquele tempo.

“... Em 1982 abriu a mina aqui em Jacobina, já como Morro Velho, antes era a UNIGEO e a gente estava sempre presente aqui, vendo a exploração que se dava aos mineiros. Começamos a contactar alguns mineiros, vieram mais alguns companheiros, eu não era a liderança principal e nem tinha outras lideranças principais. Era um conjunto de estudantes que saiu de Salvador para tentar ajudar os companheiros e a idéia que nós tínhamos era de fundar o sindicato, contactamos alguns companheiros, o Jubilino e mais outros, inicialmente fomos reprimidos pela mina... aí fundamos a associação, depois transformada em sindicato. Ele foi fundado com a participação de mais de 1000 pessoas, foi uma assembléia muito bonita lá no estádio de futebol, a peãozada toda junta, veio gente de Salvador, veio gente de cada lugar e aí no período entre 1983 e 1985 foi dada entrada no procedimento para que a associação fosse transformada em sindicato e depois começaram as greves... Em 1988, 89 mais ou menos a gente começou a detectar alguns problemas de saúde nos mineiros, alguns médicos da cidade, eu não sei se por medo da Morro Velho, não sei se por inabilidade técnica diagnosticou em muitos companheiros mineiros uma doença profissional como tuberculose, essa doença era a silicose...e nós não sabíamos, a gente tinha inclusive receio, porque as pessoas se apresentavam como tuberculosas, nós associamos a doença a má alimentação. O pior é que a Morro Velho sabia, lá em Nova Lima eles tinham o histórico dessa doença e não disseram, não disseram nem para os mineiros, nem para a população de Jacobina, nem da região, porque os mineiros não eram só de Jacobina, era de toda a região, eles não disseram nada a ninguém, não advertiram ninguém que tinha essa possibilidade dos companheiros adoecer e pior, os companheiros que adoeciam eram exatamente aqueles que estavam na linha de frente do trabalho. Eram os marteleteiros, os ajudantes de marteleteiros e os operários de galeria que estavam ajudando os marteleteiros. Esses aí foram os que sofreram mais...”¹

¹ Entrevista Emanuel Gomes Barbosa. 05 abril 2006.

O relato de Emanuel Gomes focaliza o começo da prática sindical dos mineiros que lentamente começava a ser construída. No caso de Jacobina, este afirma que sua experiência e de outros colegas e amigos em movimentos estudantis e, posteriormente, em movimentos sociais ajudaram na criação e organização do sindicato dos mineiros, apesar da repressão da empresa. As lutas da categoria pareciam, naquela época, estar mais associadas às questões do salário e às condições de vida do trabalhador, tanto assim que mesmo sendo um indivíduo com bom nível de escolaridade, militante de movimentos sociais e recém formado em Direito só irá perceber a silicose, quando muitos dos mineiros já haviam adoecido. Como os depoimentos analisados nos capítulos anteriores, seu discurso focaliza a falta de informação que existia na cidade, colocando sob suspeita o papel dos médicos, uma vez que já havia uma literatura médica que relacionava silicose com o trabalho em minas. Desse modo, coloca como questão o poder da empresa junto aos médicos que diagnosticam tuberculose ao invés de silicose. Sobretudo, se for considerado que a empresa já conhecia o problema, mas não tomou medidas preventivas para evitar que os trabalhadores contraíssem a doença resultante da aspiração do pó produzido nas galerias do subsolo da mina.

A lentidão em se descobrir e denunciar a silicose, para Emanuel, decorreu de múltiplos fatores, como a falta de experiência do sindicato, dos trabalhadores e dele próprio para lidar com aquela situação. A falta de informação parece ter sido um dos principais elementos para retardar a descoberta sobre a doença, acrescido a isso, como ele enfatiza, tratava-se do começo da organização sindical que pecava pela falta de uma melhor articulação com outros sindicatos no Brasil.” Além disso, a Central Única dos Trabalhadores – CUT havia sido fundada em 1983 “então o conhecimento e acesso a outros sindicatos era nenhum.”² E no que se refere à Jacobina, focaliza que as relações “da classe dominante sempre tiveram bom acesso com os donos da mina.”³ Para melhor contextualizar esse período e

² Entrevista citada.

³ Entrevista citada.

revelar as redes de poder construídas, recorda que, na década de 80, os mineiros reivindicaram a “hora itinere,”⁴

“que era o período que os mineiros saem de casa para chegar daqui do centro da cidade para até a mina, não havia transporte público regular e a justiça tinha entendido, a justiça do trabalho tinha entendido que o que compreendia a saída dos mineiros de casa até chegar a mina, esse período também tinha que ser entendido também como jornada de trabalho, os mineiros entraram com os processos reivindicando isso e a mina conseguiu se articular com o prefeito da cidade no sentido de ele baixar portarias dizendo que havia transporte público regular... na verdade não havia esse transporte público que eles chamavam de público era da mina, ou seja uma fraude, então se eles conseguiram fraudar uma coisa simples como essa que é a jornada de trabalho, imagine o que eles podiam fazer com relação a doença das pessoas e o que pretendiam fazer para não amedrontar aquelas pessoas que trabalhavam na mina ...então se eles fraudaram uma relação boba de uma hora de trabalho imagina como é que eles não poderiam mentir, tanto é que houve no diagnóstico dos médicos de Jacobina um surto de tuberculose.”

O cenário nacional da década de 80 e as estratégias para impedir a associação da doença com o trabalho, em Jacobina, para o advogado explicam a demora de alguns segmentos sociais perceberem que a silicose era produzida no interior das minas, por conta das intensas jornadas de trabalho, em condições perigosas, sem controle e prevenção. Seu discurso imprime sentidos que direcionam para o triunfo da empresa sobre o trabalho exercido pelos marteteiros. Mas por outro lado, revela também a demora em se desvencilhar do discurso hegemônico que diagnosticava a tuberculose como a doença dos mineiros. “Eu não bebia água, nós não bebíamos água no sindicato, com medo de pegar tuberculose, porque tuberculose é contagiosa, descia para beber por aí por

⁴ Entrevista citada.

perto.”⁵ A produção do medo sobre a doença encontrou espaço nos diversos setores da sociedade, inclusive dentro do sindicato dos trabalhadores das minas. A imbricação do discurso parecia enredar cada vez mais os atores sociais dessa história, inclusive Emanuel que só posteriormente, juntamente com o sindicato e o contato com outras instituições ligadas à saúde do trabalhador, começou a compreender os significados da doença contraída em razão da atividade na mina.

Nesse período dominado pela desinformação e medo, recorda o papel do CESAT, principalmente o da Dra. Joselita, “que deu uma grande contribuição aos mineiros daqui e aos trabalhadores da Bahia, principalmente com as técnicas e os estudos sobre doenças profissionais.”⁶ Recorda também que começou a buscar informações sobre a silicose no Ministério do Trabalho que inicialmente “não deu apoio no sentido de orientar a gente, absolutamente nada, tivemos um acesso [por meio do Partido dos Trabalhadores] a embaixada da Finlândia que nos forneceu material, mandou um livro suíço, traduzido em espanhol. O nome é “Guia para a prevenção e a superação do povo das minas dos túneis e das canteiras.”⁷ O discurso sobre a falta de apoio do Ministério do Trabalho revela a forma de atuar do governo, naquele período de transição política, que lentamente encerrava o domínio do regime civil militar que em razão do cerceamento do exercício democrático, tendia a favorecer a classe patronal nos enfrentamentos com os trabalhadores. Dessa maneira, favorecia o predomínio de um modelo de saúde e segurança muitas vezes não supervisionado pelo Estado, principalmente, no que se refere ao cumprimento da lei, favorecendo as relações de poder construídas pela engrenagem do capital. Estas afastam, entre outros aspectos, a possibilidade de discutir os problemas sociais relacionados ao trabalho, como a saúde e segurança, que ainda faziam parte de um campo de saber técnico-científico de domínio de profissionais que compõem o Serviço Especializado de Segurança e Medicina do Trabalho –SESMT- das empresas.

⁵ Entrevista citada.

⁶ Entrevista citada.

⁷ Entrevista citada.

As trajetórias de luta de trabalhadores, do sindicato e dos advogados foram múltiplas. Inicialmente o conhecimento sobre a silicose e sua associação com o trabalho, esclarecimentos aos trabalhadores da empresa Morro Velho sobre os riscos e os agravos da doença, parceria com instituições relacionadas à saúde e vigilância do trabalhador e os pedidos de indenização financeira.

Em 1993, os portadores de silicose começaram a mover processos cíveis contra a empresa Jacobina Mineração e Comércio S/A, mas seu percurso, muitas vezes lento, com direito a recursos impetrados, além de outros fatores contribuíram para que muitas ações demorassem a ser julgadas. Emanuel, advogado do sindicato dos mineiros, esclarece que, dez anos depois das ações movidas, poucas alcançaram a fase de execução, porque a estrutura do sistema jurídico opera com múltiplas deficiências,

...“um dia tem juiz outro dia não tem, as ações não foram julgadas não é pelos aspectos processuais não, porque por eles já teriam sido todos julgados, mas sim pela própria logística da justiça, nós temos uma quantidade pequena de desembargadores para julgar recursos, uma quantidade pequena de juízes para julgar os processos em primeira entrância e isso afeta a democracia e nós não estamos vivendo em um Estado de direito, porque o direito não é aplicado, o poderoso tira os direitos das pessoas, as multinacionais vem e tiram os direitos das pessoas, as pessoas morrem e suas famílias ficam a míngua. Tem uma senhora mesmo que o marido dela morreu de silicose há cinco anos, ela vai receber indenização agora, uma parte da indenização dentro do processo de execução. A casa dela caiu, o rio derrubou e ela ta vivendo uma situação delicada.”⁸

O relato do advogado descreve sucintamente o funcionamento da justiça no Brasil, focalizando falta de

⁸ Entrevista citada. É interessante assinalar a estrutura produzida na sociedade que terminava favorecendo nesse caso a empresa a começar pelo fato desses processos estarem sendo julgados pela justiça comum quando deveriam ser analisados e julgados pela justiça do trabalho. Foi só no ano de 2007 que esses processos começaram a serem transferidos para a justiça do trabalho.

magistrados para dar conta da demanda dos processos, terminando por afetar, principalmente, a vida daqueles que querem ser ressarcidos materialmente para ter uma vida mais digna. Por outro lado, revela como as relações de força são desiguais, favorecendo os que têm poder e riqueza.

Percebe-se ainda que as ações movidas representam uma das etapas da luta dos trabalhadores, mas não significavam dizer que ganhariam a causa e, em curto tempo, receberiam as indenizações. O caminho foi longo, muitas vezes alguns morreram e a família deu continuidade à luta na justiça. Não é de se estranhar que alguns dos trabalhadores e viúvas entrevistados mostrassem certo descrédito em relação à justiça. Embora a lei exista para garantir os direitos e o bem estar dos indivíduos, não havia eficiência na sua aplicabilidade. Os processos selecionados analisam os principais argumentos das partes envolvidas, suas respectivas defesas, os recursos permitidos pela lei e as estratégias discursivas. Os caminhos percorridos pelas ações dessa natureza transpõem as instâncias regional, estadual e federal, adiando a solução desejada por quem move as ações, dificultando a vida dos trabalhadores e suas famílias que, em sua expressiva maioria, viviam a experiência da pobreza e da desigualdade social.

4.2 As estratégias dos discursos

Na construção dos argumentos para provar na justiça que a empresa foi responsável pelos trabalhadores contraírem a silicose, os advogados assinalaram sobretudo a imprudência e a negligência da empresa ao não proteger seus empregados dos riscos decorrentes da atividade mineradora. A natureza da ação jurídica tinha como objetivo fundamental a indenização por perdas e danos decorrentes de atos ilícitos.

No Brasil, a literatura sobre o direito focaliza a responsabilidade civil nos acidentes de trabalho como “a obrigação de reparar o prejuízo resultante de um fato de alguém que é o autor direto ou indireto. Ela consiste em reparar por meio de uma

indenização pecuniária o dano causado aos indivíduos.⁹ O Código Civil ressalta que os responsáveis pela reparação civil abrange também “as pessoas jurídicas, que exercem exploração industrial.”¹⁰ Dessa forma preconiza a legislação que “os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano causado[...].”¹¹

Na legislação sobre acidentes de trabalho, é destacada a natureza do trabalho e a luta pelo ressarcimento de danos materiais e morais, focalizando a responsabilidade civil de quem lucra com uma situação, devendo responder pelos riscos ou desvantagens resultantes. A compreensão sobre responsabilidade civil, pode segundo Vilela, ser compreendida a partir de duas doutrinas jurídicas: “a primeira é a doutrina denominada subjetiva, ou teoria da culpa, que necessita da caracterização da culpa e a doutrina denominada objetiva, ou teoria do risco, que caracteriza a existência da responsabilidade sem necessidade de apuração de culpa.”¹²

No Brasil, a responsabilidade civil entretanto se apóia no princípio da culpa “a despeito de algumas disposições isoladas abrigarem a responsabilidade objetiva ou a teoria do risco. O preceito capital é o artigo 159 do Código Civil”¹³ que dita que “aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem, fica obrigado a reparar o dano.”¹⁴ Pode-se perceber que a lógica da legislação focaliza a culpa de quem provoca o acidente, mas para isso acontecer é necessário que alguns elementos fundamentem essa culpa como “a existência de um dano; a culpa do agente e o nexo da causalidade entre o dano

⁹ VILELA, Rodolfo Andrade de G. Desafios da vigilância e da prevenção de acidentes do trabalho. São Paulo: LTr,2003,p.71 e 73.

¹⁰ OLIVEIRA, Juarez. (org) Código Civil. Art.1522 e Art.1518.42ªed. São Paulo: Saraiva. 1992, p.222

¹¹ OLIVEIRA, Juarez. (org) Código Civil. Art.1522 e Art.1518.42ªed. São Paulo: Saraiva. 1992, p.223.

¹² Vilela, Op. cit. p.72.

¹³ Vilela, Op. cit. p.74.

¹⁴ OLIVEIRA, Juarez (org) Código Civil. Art.159.42ª ed. São Paulo: Saraiva 1992, p.37.

e a culpa.”¹⁵ “Reforça assim a idéia de que para existir o acidente de trabalho é preciso ter ocorrido o dano, definido por Pereira como:

“Um prejuízo (material e moral) resultante de uma lesão a um direito. O dano moral pode ser definido como qualquer sofrimento humano que não é causado por uma perda pecuniária e abrange todo atentado à reputação da vítima, à sua autoridade legítima, ao seu pudor, à sua segurança e tranqüilidade, ao seu amor próprio estético, à integridade de sua inteligência, a suas afeições.”¹⁶

A culpa como princípio é o discurso do legislador, mas sua comprovação percorre variadas trilhas de muitos atalhos. Nesse aspecto, os elementos que compõem a doutrina subjetiva sobre responsabilidade civil terminam na maioria das vezes por colaborar na construção de um outro discurso frequentemente produzido pelos patrões. O trabalhador aparece como alguém que por negligência, imprudência ou incapacidade provoca o dano, argumentos que constroem imagens que interferem na interpretação da lei e na sua aplicação, terminando por favorecer os causadores do dano. As imbricações do discurso jurídico são complexas, merecendo um detalhamento e aprofundamento, entretanto este não faz parte dos objetivos deste estudo que se limita a analisar alguns aspectos da legislação sobre saúde e trabalho, relacionando-os com a prática do trabalho na mineradora de ouro em Jacobina.

As ações trabalhistas sobre silicose focalizam o dano tanto moral como material. O trabalhador, ao contrair a doença, é deslocado do papel social que desempenhava, desorganiza sua vida pessoal e familiar e é submetido a frustrações e sofrimentos, que podem ser considerados dano moral. De outro lado, a perda da capacidade laborativa pode ser compreendida como uma lesão sofrida pelo trabalhador que deve ser reparada “mediante um capital ou uma pensão que supra a vítima.”¹⁷ No dano moral não cabe o conceito ressarcitório e sim “a convergência de duas forças: caráter

¹⁵ VILELA, Op. cit.p.74.

¹⁶ PEREIRA, C.M.S. Responsabilidade Civil de Acordo com a Constituição de 1988. 9ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998 Apud Vilela p.74.

¹⁷ VILELA, Op. cit.p.74

punitivo para que o causador do dano, pelo fato da condenação, se veja castigado pela ofensa que praticou; e o caráter compensatório para a vítima que receberá uma soma que lhe proporcione prazeres como contrapartida do mal sofrido.”¹⁸ O dano material juntamente com o dano moral armam o argumento utilizado nos processos, além disso, há de considerar que a constituição federal de 1988 reforça o caráter do dano moral nas questões sobre acidentes de trabalho, quando afirma “ser inviolável a vida privada, a honra e a imagem das pessoas.”¹⁹

Desse modo, em 1993, Juarez Barbosa da Silva, brasileiro, casado, nascido em 26 de novembro de 1963, ajudante de marleteiro, por meio do sindicato dos mineiros moveu ação indenizatória contra a Jacobina Mineração e Comércio S/A. No processo, a parte inicial seleciona alguns dos fatos considerados significativos que constituem o conteúdo dos argumentos para demonstrar a associação entre trabalho e silicose.

“O autor é casado e pai de três filhos. O autor era operário da JMC S/A de 09.04.85 até 23.03.90, data da extinção do contrato de trabalho, em virtude da ilegal despedida.

Durante a vigência do contrato de emprego, o autor laborava no subsolo da Ré, exercendo atividades de ajudante de Marleteiro com função de perfurar a rocha, utilizando uma perfuratriz pneumática. Esta atividade de perfurar a rocha com aço era auxiliada por jato de água comprimida com ar de alta velocidade. Tal circunstância retirava da rocha partículas microscópicas de sílica qual tornava insalubre o ambiente de trabalho durante a jornada e estendendo-se a 4 horas após o término do labor. Pois a sílica, em forma microscópica, para sedimentar no solo demora. Todavia, após o término de uma jornada, imediatamente iniciava-se outra, com outra turma de operários. Saliente-se que com toda insalubridade reinante no subsolo, o sistema de ventilação era inexistente.

Além da função de perfurar a rocha, o autor após a quantidade de furos desenvolvidos por determinação do

¹⁸ VILELA, Op. cit.p.74

¹⁹ Constituição Federal. 1988, art.5º, X. Apud Vilela, p.74-75.

supervisor hierárquico carregava-os com explosivos do tipo DINAMITE e NITRON. Em seguida retirava-se do local e à distância acendia o pavio e aguardava a explosão. Após a explosão e o desmonte da rocha aguardava uma hora e seguia para o local da detonação com objetivo de ventilar o ambiente com mangueira de ar comprimido e em seguida lavava a rocha. Neste momento, o índice de insalubre chegava a níveis insuportáveis, em virtude do gás oriundo da explosão que ainda continuava no local e a sílica microscópica, sem (repita-se) existir meios mecânicos (exaustor) para auxiliar na retirada da poeira e gases existentes no local de trabalho.

Foram longos cinco anos, diariamente, durante seis horas inclusive noturno/diurno neste Germinal. O autor utilizava como EPI [Equipamento de Proteção Individual] somente capacete, luvas e botas. Não tinha protetor auricular nem máscara contra pó para proteger-se da poeira.

A Ré nunca aperfeiçoou seus mecanismos de proteção contra acidente, tanto individual como coletivo, para reduzir ou eliminar a possibilidade dos operários virem a contrair silicose.

A jornada de trabalho diário é de 06 (seis) horas, conforme dispõe o art.293 da CLT. E, a cada período de três de labor deveria haver uma pausa de 15 (quinze) minutos para repouso. Porém a RÉ dolosamente, nunca concedeu tal tempo para esse repouso, deixando o empregado ininterruptamente, durante a jornada, em contato direto com a sílica...

Em virtude da imprudência, negligência, dolo da Ré, falta de instruções, orientação e treinamento do autor este vem a contrair a PNEUMOCONIOSE, a conhecida SILICOSE.

A Ré é civilmente responsável pelos danos causados ao autor, em virtude da capacidade parcial. E responde porque embora cuide-se de acidente do trabalho (doença profissional), houve culpa do empregador, e mesmo que não houvesse terá que indenizar em face da Teoria do Risco."²⁰

²⁰ Fórum Jorge Calmon. Juízo da 3ª Vara Cível. Comarca de Jacobina. Processo nº056/93. Ver ZOLA, Émile Zola. Germinal. São Paulo: Ed.Martin Claret, 2006. O autor é considerado

A peça jurídica de caráter argumentativo é construída para informar de maneira detalhada os procedimentos de trabalho no subsolo da empresa, as rotinas do cotidiano enfrentadas pelos marleteiros, enfatizando o papel fundamental do trabalhador ao utilizar a força braçal para realizar de maneira plena, obediente e satisfatória a perfuração das rochas. Para tornar os argumentos convincentes, combina os fatos com informações e descrições acerca das escavações em galerias e túneis, locais onde o sistema de ventilação era insuficiente, dificultando a circulação do ar. Também aborda o trabalho de perfurar/detonar rochas com dinamite sem o cumprimento de normas de segurança adequadas, além da jornada de trabalho que se cumpria de forma ininterrupta. Assim produz as linhas que engendram seu discurso, para provar a tese da insalubridade no subsolo da empresa, provocada pelas condições ambientais do trabalho realizado sem proteção e segurança.

Ressalta a não utilização ou inadequação dos equipamentos de proteção individual e coletiva como os exaustores, para apresentar o argumento mais forte, a contaminação pela sílica microscópica, imperceptível, que demora para “sedimentar no solo,” continuando a existir no ambiente em grau considerado alto, principalmente porque, após o término “de uma jornada, imediatamente iniciava-se outra.”

O discurso inicialmente apresenta informações pessoais do autor da ação judicial e relacionada ao trabalho nas minas, como fatores determinantes da contração da silicose no ambiente de trabalho por conta das jornadas intensas, da falta de proteção e segurança dos trabalhadores de subsolo. Detalhar passo a passo a maneira como se trabalhava constitui umas das táticas do discurso do advogado. Associa terra, gérmen e trabalhador para focalizar a condição humana do indivíduo explorado, o homem como um produto da terra. A produção imagética sobre a prática do trabalho constitui-se como estratégia do discurso jurídico processual que objetiva apresentar os fatos, organizando os argumentos para

fundador e principal autor do naturalismo literário. *Germinal* datado de 1885 é considerada a obra-prima de Zola que descreve as condições subumanas de uma comunidade de mineiros na Europa.

convencer e vencer no campo da linguagem e, conseqüentemente, nos tribunais.

Na construção da argumentação, apresenta os equipamentos de proteção individual usados por Juarez Barbosa da Silva, capacete, luvas e botas para mobilizar um componente informativo que incrimina a empresa por não fornecer máscaras e protetor auricular, equipamentos de segurança imprescindíveis para proteger os trabalhadores de subsolo da poeira e dos gases. A falta desses equipamentos aponta para a negligência da empresa em relação à segurança de seus empregados, constituindo-se como um dado evidencial relevante para a determinação da culpa.

O movimento argumentativo do discurso de Emanuel organiza-se para provar que a JMC é a responsável pelos danos causados a seus empregados, principalmente, porque sabia dos riscos a que estavam expostos os trabalhadores.

“A mina sabia que havia uma doença que podia ser contraída no acesso das pessoas ao subsolo, respirando a sílica livre no ar, ela sabia que era perfeitamente possível. Ela deveria dar aos trabalhadores equipamentos de proteção coletiva que é EPC e deveria dar aos trabalhadores EPI- equipamento de proteção individual. O EPC poderia ser molhar o ambiente para reduzir a quantidade de sílica livre no ar, porque senão ela acumula e aí as pessoas não tem condições de respirar, umedecendo ao ambiente com chuvas artificiais reduz a poluição ambiental e colocando grandes exaustores para retirar o que sobra ainda no ar e paralelo a isso fornecer equipamento de proteção individual, na época já existiam máscaras mais eficientes como as máscaras de oxigênio, eles não forneciam, quando começaram a fornecer era uma máscara com um filtro e esse filtro em virtude da chuva ele logo tapava e logo ele[trabalhador] ficava exposto, isso aí é a situação, eles não faziam o treinamento, não advertiram os trabalhadores.”²¹

²¹ Entrevista Emanuel Gomes Barbosa. 05 abril 2006.

O relato de Emanuel, na entrevista, é significativo em relação à “imprudência, negligência” da empresa em relação à saúde e segurança dos trabalhadores. Como se pode observar há uma diferença na organização dos dois discursos, o processual e o da entrevista. No primeiro, ocupa a posição de advogado em uma ação movida por um trabalhador contra a empresa JMC. Seu discurso seleciona e interpreta os dados informativos, que envolvem a situação de conflito, para processá-los com argumentos fortes que provem o componente intencional das práticas de trabalho utilizadas pela empresa, de modo a induzir o juiz à conclusão de culpa. No segundo, o lugar social da interlocução, do jogo de interação, é outro. O espaço e o tempo de produção do discurso são outros. O advogado na relação de interação com a entrevistadora, ao construir sua memória, faz um deslocamento de determinados acontecimentos, focalizando o conhecimento da empresa sobre a possibilidade dos trabalhadores contraírem a silicose, mas no jogo de poder oculta e manipula as informações, desrespeitando as normas de segurança.

O nível de poeira no subsolo, segundo o advogado, poderia ser reduzido caso ações de segurança fossem tomadas. Revela que medidas simples, como umedecer o ambiente, amenizaria a quantidade de sílica no ar o que possivelmente afastaria o trabalhador do perigo, mas também focaliza um dos aspectos fundamentais dessa luta, o discurso sobre a qualidade das máscaras de proteção. O fornecimento de máscaras necessariamente não significava proteção ao trabalhador. A máscara, segundo o advogado, não era condizente com o trabalho realizado no subsolo, e os trabalhadores não recebiam treinamento para lidar com equipamentos de proteção e nem eram informados sobre os riscos a que estavam expostos.

Ao revelar que a empresa sabia os perigos e tinha o conhecimento técnico não só para informar a seus empregados como lidar com aquela situação de risco, mas também como propiciar a segurança adequada e exigida por lei, constrói o argumento que aponta para o dolo. Segundo o dicionário Houaiss, dolo se constitui no Direito Civil em “fraude, engano, manobra ou artifício que se inspira em má-fé e leva a induzir outrem à prática com prejuízo para

este.”²² A empresa ao não esclarecer a possibilidade do mineiro vir a contrair doenças profissionais, para o advogado constitui-se em culpa, “essa culpa pode ser negligência, pode ser imprudência, no caso deles [empresa] eles foram imprudentes, a mina foi negligente, imprudente, puseram os trabalhadores para trabalhar em condições que eles sabiam e ai eu levanto o dolo, dolo quer dizer que eu fiz sabendo, eu assumi o risco.”²³ Entretanto deve-se esclarecer que se o autor da ação indenizatória não comprovar o dolo ou a culpa patronal “não terá êxito na pretensão reparatória.”²⁴ Pode-se pensar que nesse sentido a legislação sobre saúde e trabalho reconhecia a responsabilidade civil do empregador, mas esta só acontecia quando ocorresse a comprovação do descumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho.

A distinção entre dolo e culpa é construída para enfatizar que a empresa conhecia o que provocava a silicose, as condições ambientais de suas galerias, mas foi incapaz de tentar solucionar e ou amenizar a alta insalubridade. No direito a noção de dolo

“[...] Pode ser definido como culpa consciente ou a infração de uma norma com o propósito deliberado de causar um mal ou praticar uma injúria ou de cometer um delito [...] dolo seria então a culpa intencional ou consciente [...] A culpa é um erro de conduta, cometido pelo agente que, procedendo contra direito, causa dano a outrem, sem a intenção de prejudicar, e sem a consciência de que seu comportamento poderia causá-lo. A culpa é a negligência ou a imprudência do agente, que determina violação de um dever preexistente.”²⁵

Nesse aspecto, dolo e culpa constituem-se em elementos fundamentais, instituindo o discurso de que a empresa pouco se importava com a segurança e, conseqüentemente, com a saúde de seus

²² Houaiss, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p.1073

²³ Entrevista Emanuel Gomes Barbosa. 05 abril 2006.

²⁴ VILELA, Op. cit. p.77.

²⁵ PEREIRA, C.M.S. Responsabilidade Civil de Acordo com a Constituição de 1988. 9ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998 Apud Vilela p.75.

funcionários, ao descumprir as normas de segurança da legislação sobre saúde e trabalho.

É nesse espaço que o discurso de acusação explicita a desigualdade das relações entre patrões e empregados, engendrando os campos de luta. De um lado, o trabalhador, sua jornada intensa, sua função de perfurar e dinamitar as rochas no subsolo sem equipamentos de segurança adequados para aquela atividade. De outro, a rede de interesses e o jogo de poder para desqualificar o trabalho nas minas como arriscado e perigoso, usando os instrumentos de dominação para manipular os argumentos que isentem de culpa a JMC.

Nesse jogo de forças, a empresa produz discursos para dissociar a doença do trabalhador com o ambiente laborativo. Para isso, focaliza o fato de Juarez ter sido afastado da empresa, ter realizado os exames demissionais e não ter sido diagnosticada silicose em seu organismo.

“Vale observar que o autor se afastou da empresa contestante em 1990 e o laudo que junta ao processo é datado de 17.09.92... Pelas mesmas razões expendidas na preliminar suscitada anteriormente – inexistência para o labor e avaliação clínica e radiológica normal, a época do desligamento não há falar em reparação indenizatória.”²⁶

A contestação do advogado da empresa baseia-se no fato do laudo ter sido datado dois anos após o afastamento do trabalhador. A empresa discute o pedido de indenização a partir do exame clínico e radiológico, reeditando o modelo tradicional muito divulgado pela Medicina do Trabalho que, entre outros princípios, se baseava em reduzir o assistencialismo à saúde, à assistência médica com “visão unicausal e restrita do processo saúde-doença.”²⁷ Nessa perspectiva, “a ênfase é colocada na doença, no desviante ou disfuncionante e quase nada na saúde ou na vida.”²⁸ A prática da Medicina do Trabalho termina instituindo como referencial a medicina clínica,

²⁶ Fórum Jorge Calmon. 3ª Vara Cível. Processo nº056/93.

²⁷ Vilela. Op. cit. p. 86

²⁸ Vilela. Op. cit. p. 86 e 88

praticada no local de trabalho onde muitas vezes o médico “assume a responsabilidade pela saúde dos trabalhadores e sua principal tarefa passa a ser a adequação física e mental dos trabalhadores ao trabalho.”²⁹ Através dos exames admissionais e periódicos, o médico seleciona o empregado focalizando sobretudo a manutenção da sua força de trabalho e, ao mesmo tempo, produz efeito de verdade, quando afirma: o exame demissional do trabalhador não apresentou sintomas, portanto estava apto para trabalhar em outros locais.

Dessa forma, as estratégias para não reconhecer a silicose como doença adquirida no subsolo da mineradora foram também tecidas, na prática discursiva da Medicina do Trabalho, cristalizando as relações de força que terminavam favorecendo os interesses dos patrões. Múltiplos são os sentidos dessa luta que se travava mediada tanto pelo discurso jurídico como pelo discurso médico como forma de deslocar as péssimas condições do trabalho nas minas. Nesse sentido, a produção discursiva construída pela JMC institui outros significados para a atividade mineradora:

“Para se entender e compreender a atividade do mineiro em minas de subsolo, necessário se torna destacar-se que, a seu lado, se encontra assistindo-o o sindicato da categoria com jurisdição nesta Comarca que, sempre vigilante na assistência e orientação dos trabalhadores, os orienta permanentemente sobre as condições de trabalho a enfrentar. Esta é a sua função básica. E, ao ser admitido, o empregado submete-se a treinamento adequado e, desde logo, passa a conhecer as condições ambientais onde irá jubilar os seus riscos, sistemas de segurança, de ventilação e de poeira mineral.

[...] Assim, o trabalhador tem acesso a trabalho de risco, conhecendo-o prévia e no curso da prestação laborial, mesmo porque a sua remuneração é diferenciada pela inclusão do adicional de insalubridade.

É oportuno ressaltar que, lamentavelmente, a entidade sindical local da categoria através de sua filiação a CUT veio introduzindo resistência aos trabalhadores no uso de máscaras auto-protetoras fornecidas pela contestante [...]

²⁹ Vilela. Op. cit. p.88.

A lei não ignora as condições de trabalho nas atividades de mineração em subsolo. Ao contrário, a elas dispensa atenção especial de corrente das situações de insalubridade e periculosidade que, inevitavelmente, exibem [...] Na realidade, a utilização de perfuratrizes, sob ação pneumática, equipamento importado e de uso internacionalmente consagrado em minas de subsolo, não compromete o ambiente de trabalho. A deflagração do explosivo, e conseqüente desmonte da rocha, somente ocorrem com ausência dos trabalhadores das “frentes” de trabalho. E o evento se dá após o término de cada jornada por um período extremamente curto. A retirada da poeira se dá pelo circuito de exaustão e ventilação – sistema ligado e em funcionamento permanente.”³⁰

O discurso de defesa da JMC, inicialmente, atribui o papel de vigilância e segurança no trabalho ao sindicato dos mineiros, argumentando que a orientação e assistência sobre as atividades do trabalhador estavam sob sua jurisdição.

Este argumento coloca o sindicato como responsável pela (des) informação dos trabalhadores, transferindo a negligência da empresa para o órgão representativo, desqualificando e reduzindo seu papel político, quando a ele atribui apenas a “função básica” de orientar sobre as condições de trabalho. O que está em jogo é a forma como o discurso da empresa investe contra o sindicato, responsabilizando-o pela vigilância e segurança nas frentes de trabalho, armando, portanto, as estratégias de seu discurso para desconstruir a legitimidade do pedido de indenização exigida pelo trabalhador. O discurso avança para uma crítica mais ampla contra a Central Única dos Trabalhadores – CUT, responsável naquele período por uma nova organização sindical no Brasil.³¹

³⁰ Fórum Jorge Calmon. 3ª Vara Cível. Processo nº 056/93.

³¹ A CUT criada em 1983 estava associada à construção de uma central sindical que rompia com a estrutura corporativista das relações de trabalho, que se pretendia “autônoma em relação ao Estado e com uma orientação política classista,” fundamentada “em princípios que buscavam conciliar autonomia, participação massiva e combatividade.” Ver ALMEIDA, Antonio de. Novas leituras para antigas lutas: representatividade e organização coletiva entre trabalhadores do ABC Paulista -1964/1990. Ver. Rev. Bras. Hist. São Paulo, n.37, v.19, 1999. Disponível em <[http:// www.scielo.br](http://www.scielo.br)> Acesso em 25 out.2006. Naquele período, a CUT

A associação de sindicatos no Brasil filiados a CUT crescia de maneira plena, nesse período, e o foco de seu discurso era a implementação de políticas que atendessem os interesses dos trabalhadores. Talvez essa seja uma das razões que expliquem o discurso da empresa contra a central sindical. De acordo com o argumento do advogado da empresa, a organização de classe impedia o cumprimento das normas de segurança, induzindo a resistência dos trabalhadores ao uso das máscaras de proteção. Revela ainda a tensão existente entre empresa, trabalhadores e central sindical, focalizando a correlação de forças na prática do trabalho realizada na JMC, ao deixar implícito de que os trabalhadores eram manobrados pelo órgão de classe. Desse modo, investe no discurso reducionista de que o agravamento de saúde do trabalhador decorria exclusivamente de sua resistência ao uso das máscaras.

Continuando o processo argumentativo, afirma que, os trabalhadores, recebiam treinamento adequado e conhecimentos sobre os riscos. Naturaliza-se, portanto, a condição adversa do trabalho nas minas, trazendo à tona a legislação que prevê remuneração diferenciada, o adicional de insalubridade em atividades consideradas perigosas, utilizando o argumento da previsão legal, produzindo efeitos de verdade sobre a natureza do trabalho.

Nessa perspectiva, a legislação trabalhista termina legitimando a prática da empresa que se utiliza do conceito de insalubridade para naturalizar os perigos de sua atividade, monetarizando dessa forma a saúde do trabalhador em lugar da melhoria das condições de trabalho. A monetarização do risco termina sendo uma prática comumente aceita pelos sindicatos no Brasil, colaborando para que o problema da prevenção e vigilância da saúde seja dissociado das condições do trabalho. Também há de se considerar que essa prática historicamente construída nas relações sociais entre patrões e empregados, respaldada por lei,

começava a organizar as lutas dos trabalhadores e tinha dentre outros objetivos implementar propostas em termos nacional, estadual e regional para “unificar as lutas no Brasil.” Ver COSTA, Hermes Augusto. O sindicalismo, a política internacional e a CUT. Lua Nova. São Paulo, n.64, 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br>. Acesso em 25 out.2006.

termina encontrando ressonância entre os trabalhadores que precisam aumentar sua renda, sustentar sua família e realizar seus projetos de vida.³²

No Brasil, o discurso sobre a segurança do trabalho colaborou na construção de práticas que terminaram por naturalizar os riscos no ambiente laborativo, como o adicional de salário em condições perigosas, mas a supressão do pagamento de insalubridade terminava sendo duramente rejeitada pelos trabalhadores, pois significava redução de salário. É preciso criar estratégias, discutir e definir políticas públicas no campo da saúde e segurança do trabalhador para “convencer os trabalhadores de que melhor do que quaisquer ganhos monetários decorrentes da exposição aos riscos no trabalho são as medidas saneadoras desses riscos.”³³ Trata-se de um processo que encontra resistência dentro da gestão do trabalho que termina tentando compensar as condições inadequadas, monetarizando a saúde do trabalhador.

Na lógica que prioriza a monetarização ao invés da prevenção, a JMC constrói suas verdades, reduzindo a complexidade da prática do trabalho nas minas como as explosões que ocorrem sem a presença dos trabalhadores nas frentes de serviço, após o término da jornada. Produz o discurso de que faz cumprir a segurança no trabalho, minimizando os efeitos da explosão, afirmando que “a deflagração do explosivo” era uma atividade rápida, ocorrendo “por um período extremamente curto.” A produção do discurso organiza e controla o que a empresa quer revelar. A atividade sobre explosivos de rochas não causava danos à saúde do trabalhador, porque era realizado de maneira rápida e, portanto o acúmulo de poeiras era suportável e previsível no trabalho de subsolo. Acrescido a isso a empresa dispunha de um sistema de ventilação eficaz e “em funcionamento permanente e ininterrupto.” Com esse discurso, a empresa desqualifica a denúncia do advogado dos trabalhadores e do sindicato sobre o uso dos equipamentos de proteção coletiva em defesa da saúde dos trabalhadores, afirmando que existem

³² Este aspecto foi analisado no terceiro capítulo.

³³ OLIVEIRA, João Cândido. Segurança e saúde no trabalho. São Paulo. Perspec. v.17.n.2 São Paulo.abr/jun.2003 Disponível em www.scielo.br Acesso em 09 março 2007.

e em funcionamento permanente. Discurso que desloca o caráter político sobre saúde e segurança no trabalho para reeditar em seu lugar alguns dos princípios da medicina e segurança do trabalho, divulgados com mais ênfase na década de 1970, quando se discutia que os equipamentos de segurança individual (EPI) eram suficientes para controlar os riscos no ambiente laborativo, porque eram os que mais salvavam o trabalhador. É esse recorte que dá suporte ao discurso de que os trabalhadores tinham que se adaptar aos riscos que “eram inevitáveis ao processo produtivo.”³⁴

Nesse imbricado universo de discursos “sem corpo” o que estava em jogo era a luta para associar/dissociar silicose das condições do trabalho, utilizando as estratégias e as regras da prática discursiva para revelar as verdades da mineradora e dos trabalhadores.³⁵

Nessa situação de tensão, a JMC constrói seu discurso (re) significando uma memória do passado, relatando que a silicose é uma doença antiga, conhecida desde 1556 como “asma dos mineiros” para argumentar que sempre existiu e existirá no trabalho das minas, pois é “inerente” à exposição ocupacional, apesar do aparato tecnológico existente hoje. É um discurso que se pretende neutro e que procura apenas informar sobre a verdade que enuncia baseada no conhecimento já produzido e comprovado.

“Apesar do esforço permanente da contestante para reduzir os níveis de concentração de sílica em sua ‘frente’ de trabalho mediante significativos investimentos naquilo que a tecnologia possui e recomenda a silicose ainda existe. É insidiosa e inerente a exposição ocupacional à poeira de sílica livre e pode influir no organismo pelo seu acúmulo nos pulmões.

Trata-se de doença antiga, conhecida em 1556 como ‘asma dos mineiros’ e somente a partir de 1870 veio a ser associada à inalação crônica de poeira contendo sílica livre, cuja evolução relaciona-se ao hábito de tabagismo, alcoolismo, uso de drogas, etc. Mas a silicose não é em

³⁴ Vilela. Op. cit. p.49.

³⁵ FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do Saber. 6ªed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p.28.

princípio, uma moléstia fatal. Morre-se com ela e não necessariamente dela... A sílica existe em todas as partes do mundo, é peculiar as formações rochosas e sua liberação ocorre na oportunidade de sua movimentação pelo desprendimento de poeira e, em determinadas condições, provoca evidentemente, danos à saúde.”³⁶

Dessa forma, constrói o discurso afirmando o empenho da mineradora em controlar a poeira nas galerias e que a doença decorre da sílica livre, produzindo assim efeito de verdade, deslocando o funcionamento do sistema de prevenção e controle no ambiente de trabalho para o agente causador. Assim, centraliza o caráter adverso do trabalho em torno do discurso reducionista de que os riscos e perigos no subsolo decorriam do composto oxigenado do silício, colocando como causa da silicose apenas sua composição química, ao invés da maciça exposição dos trabalhadores à poeira.

Faz circular o discurso de que o agravamento da silicose dependia exclusivamente dos hábitos dos trabalhadores como tabagismo, ingestão de álcool e de drogas. Nessa perspectiva, a empresa produz sua defesa, utilizando como estratégia o fato de que inicialmente muitos dos atestados de óbito não constavam a silicose como causa mortis de uma parcela significativa de mineiros. E por fim, ao afirmar ser a silicose inerente à atividade de mineração, introduz no discurso um argumento possível, para, em seguida, apresentar o argumento contrário e decisivo para a conclusão: “mas a silicose não é em princípio, uma moléstia. Morre-se com ela e não necessariamente dela.” E justifica: “a sílica existe em todas as partes do mundo... provoca evidentemente, danos à saúde.” Desses enunciados, pode-se deduzir os pressupostos: 1) a sílica não existe apenas nas minas exploradas pela JMC, existe em todas as minas do mundo; 2) a silicose é uma doença inerente à exposição ocupacional; 3) a tecnologia ainda não tem equipamentos eficazes para reduzir o nível de concentração de sílica. Portanto, pelos pressupostos, o discurso orienta para a conclusão: a JMC não pode ser responsável

³⁶ Fórum Jorge Calmon. 3ª Vara Cível. Processo nº 056/93.

pelo nível de concentração de sílica em suas minas, muito menos pela silicose contraída pelos trabalhadores.

Na imbricada teia, os discursos controlam os acontecimentos, isentando e afastando a possibilidade de atribuir à empresa a responsabilidade de que o trabalhador contraiu silicose no ambiente laborativo. Os processos cíveis revelam os significados construídos que disputam, no âmbito da linguagem, o estatuto de verdade sobre o trabalho nas minas da JMC, focando as condições de trabalho e de saúde dos mineiros.

Nesse sentido, os depoimentos das testemunhas de defesa e acusação revelam múltiplos significados, provenientes de verdades produzidas, para que no final apenas uma das partes saia vencedora. Os depoimentos geralmente são iniciados por quem move a ação, descrevendo variados aspectos da trajetória do trabalho do mineiro até a descoberta da silicose.

“...Juarez Barbosa da Silva respondeu que ingressou na firma Jacobina Mineração em 04 de abril de 1985 na função de operário; sendo posteriormente promovido a ajudante de marleteiro; que a rescisão do contrato de trabalho ocorreu em abril de 1989; que quando exercia a função de operário trabalhava na limpeza, passando a laborar nas galerias, após 01 ano e meio foi promovido a ajudante de marleteiro; que usava os equipamentos de segurança logo quando iniciou a laborar como ajudante, sendo que transcorrido 01 ano e alguns meses a empresa deixou de fornecer os equipamentos de segurança, tais como: máscaras de respiração e abafador de ouvido; que laborou durante 09 meses sem uso dos equipamentos necessários a sua segurança; que após passar a trabalhar sem o uso dos equipamentos de segurança e transcorridos 03 meses, aproximadamente começou a sentir falta de ar e cansaço ao subir escadas; que permaneceu laborando seis meses com os mesmos sintomas; que após este período foi despedida pela empresa ré ao ter se acidentado no trabalho e ficou afastado de suas funções quatro meses; que ao retornar para o trabalho foi despedida; que laborava seis horas ininterrupta, carregando explosivo do tipo dinamite, sendo que às vezes acionava os explosivos; que no interior

da mina não havia sistema de ventilação;que após detonar os explosivos, o depoente se retirava do interior da mina e transcorrido 01 hora, aproximadamente retornava ao local da explosão para efetuar a limpeza sendo que na maioria das vezes ainda encontrava resquício de pó de sílica resultante da explosão;que durante o período em que trabalhou fazendo uso dos equipamentos de segurança lhe eram fornecidos os seguintes materiais:capacete, luvas, botas, quanto ao protetor auricular e a máscara contra pó estes lhe eram fornecidos de vez em quando, sendo que embora procurasse os EPI'S, na maioria das vezes estes não lhes eram fornecidos; que transcorridos 04 meses de sua despedida, passou a laborar na zona rural, sendo que ao aspirar a poeira advinda de ventania passou a apresentar sintomas do tipo: tontura, falta de ar e depois foi detectada contaminação por silicose, perícia esta realizada pelo CESAT.Dada a palavra ao advogado do autor as suas perguntas respondeu que:quando realizava a limpeza não usava nenhum tipo de roupa especial, trajando as simples vestes diárias que como ajudante de marteleteiro queimava o aço na pedra, significando esta expressão segurar o aço na pedra, fazendo uso de ambas as mãos para possibilitar ao marteleteiro vir com máquina e introduzir aço na pedra;que no momento em que a máquina fura a pedra, o ajudante permanece mais tempo em contato direto com a pedra e, conseqüentemente inala maior quantidade de partícula de sílica[...] Dada a palavra ao advogado da ré às suas perguntas respondeu que o depoente trabalhava na qualidade de ajudante de marteleteiro, na ocasião em que introduzia o aço na pedra fazendo uso de jato d'água esta somente eliminava 10 a 20% do pó de sílica existente no interior da mina, que a empresa realiza treinamento nos seus funcionários, cuja duração perfaz 01 mês aproximadamente; que ao ser despedido da empresa foi submetido a exame demissional e esta não constatou a presença de contaminação de silicose;que o depoente nunca trabalhou em nenhuma empresa mineradora[...]"³⁷

³⁷ Fórum Jorge Calmon. 3ª Vara Cível. Processo nº 056/93.

Ao demarcar o tempo trabalhado na mineração, constitui uma estratégia que sinaliza para o fato de que após quatro anos de trabalho em minas subterrâneas de ouro, contraiu silicose. O discurso é regulado e selecionado para revelar a “verdade” dos acontecimentos. Inicialmente, descreve as funções do trabalhador e suas atividades diárias. Em seguida, descreve os equipamentos de segurança, a falta e/ou o não fornecimento de máscaras de respiração, como argumento para comprovar a tese de negligência da empresa. Relaciona o não fornecimento ou a provisão irregular dos equipamentos de segurança com os sintomas que começou a sentir, como falta de ar e cansaço. Caracteriza, através do episódio sobre a demissão do trabalhador, as relações de poder hierarquizadas e desiguais estabelecidas na ordem social, que legitimam o poder coercitivo da mineradora sobre o trabalhador. Nesse sentido, seu discurso reduz a complexidade das relações de trabalho para construir a verdade que quer ver circundar e fazer funcionar seus enunciados, instituindo efeitos de verdade para ganhar a batalha jurídica.³⁸

Descreve de maneira minuciosa como realizava sua função de ajudante de marleteiro, as condições laborativas, revelando os perigos. Seleciona produções imagéticas, focalizando os riscos, o caráter intenso e o descumprimento da lei “laborava seis horas ininterrupta,” contrariando a norma regulamentadora (NR-22) sobre segurança e saúde ocupacional na mineração, que determinava que a cada período de três horas trabalhadas houvesse uma pausa de quinze minutos. Além disso, a norma também determinava que o retorno à frente de serviço depois da detonação só poderia ocorrer “com autorização do responsável pela área e após verificação da dissipação dos gases e poeiras, observando-se o tempo mínimo determinado pelo projeto de ventilação...”³⁹ Ao selecionar, o aspecto perigoso e árduo de sua função, mostra que a empresa pouco se importava com a saúde e segurança dos empregados.

³⁸ FOUCAULT, Michel. “Verdade e poder.” In: *Microfísica do poder*. 16ªed. Rio de Janeiro. Graal, 2001, p.14.

³⁹ *Segurança e Medicina do Trabalho*. Lei 6.514 de 22/12/1977. NR-22.50ªed. São Paulo, Atlas, 2002, p.309.

Sobre a doença afirma que só a descobriu depois de sua demissão, quando os sintomas começaram a se agravar, principalmente, porque continuou a desenvolver trabalho na zona rural, que exigia esforço físico. Por meio do CESAT, obteve o diagnóstico de que era portador de silicose por conta da atividade que exerceu na mineração. A partir daí, seu discurso é incriminatório. Acusa a empresa de não lhe comunicar que estava com a doença.

Aponta a deficiência dos equipamentos de segurança, do sistema de ventilação e exaustão diante da concentração de poeira nas galerias. Segundo o depoimento, a quantidade do pó de sílica respirado parecia estar acima do nível de tolerância permitido, mesmo “fazendo uso de jato d’água, esta somente eliminava 10 a 20%” da poeira. A atividade de furar e explodir rochas, nas condições oferecidas pela empresa, encontrava ressonância entre as testemunhas de acusação que afirmavam enfrentar diariamente a alta concentração da poeira nas galerias. Deraldo Costa, ajudante de marleteiro e colega de Juarez, revela que nas galerias, “aspirava as partículas de pó de sílica [...] e os índices de contaminação chegavam a nível insuportável, que não existia exaustor e mesmo com jato d’água o índice de poluição não é reduzido em percentual igual a 50%.”⁴⁰

Outro aspecto desconstruído pelo discurso das testemunhas refere-se ao treinamento oferecido ao trabalhador admitido pela empresa. No curso ministrado “não se faz nenhum tipo de alusão ao uso de EPI’S e não é destinado aos marleteiros.” José Freire, também testemunha de acusação, afirmou que os “EPI’S na ocasião que eram ofertados aos trabalhadores não ultrapassavam o período de 01 a 02 dias [...] e na fase admissional não era prestado nenhum tipo de informação atinente as doenças que poderiam advir da contaminação de chumbo ou pelo pó de sílica.”⁴¹

O que a empresa diz sobre o sistema de segurança é interpelado pelo autor da ação e suas testemunhas. O que está em jogo é revelar a labuta diária do trabalhador intensamente permeada

⁴⁰ Fórum Jorge Calmon. 3º Vara Cível. Processo nº 056/93. O nível de poeira existente nas minas foi apresentado no segundo capítulo.

⁴¹ Fórum Jorge Calmon. Processo nº 056/93

por muitos riscos, entre eles a alta concentração de poeira que a empresa apresentava como natural e os equipamentos de proteção que não eram adequados para a quantidade de poeira produzida no subsolo. Mas para a JMC seu esforço concentrava-se em reduzir a poeira em níveis toleráveis. Entretanto, há de se pensar que os princípios da tecnologia de controle abarcam medidas de caráter coletivo para beneficiar um maior número possível de trabalhadores e não tentativas, esforços de controlar e cumprir apenas uma das regras da vigilância e segurança do trabalho. Essas medidas deveriam “ser instaladas tanto na fonte como na trajetória de propagação de poeira, poupando o trabalhador do uso de equipamentos de proteção individual.”⁴²

O relatório técnico do CESAT, de 1992, apontava para o caráter poluidor da mina denominada João Belo que realizava exploração a céu aberto. “Nesta mina o processo de exploração é altamente poluidor, expondo os operários de perfuratriz a nuvens de poeiras que as vezes chegam a encobri-los totalmente [...] No presente caso tanto os referentes às concentrações de poeiras, como aos níveis de ruído, mostram-se absurdamente elevados para um ambiente de trabalho.”⁴³

A questão sobre a poluição na mina remete inevitavelmente ao uso adequado do EPI’S. De acordo com o parecer da FUNDACENTRO, o uso contínuo dos equipamentos, principalmente a máscara em um ambiente laborativo adverso é desaconselhável, por que seu uso é preconizado pela legislação brasileira “em casos quando não é possível introduzir melhorias de caráter coletivo [...] considerando a carga de trabalho, a umidade e poeiras presentes no ambiente parecem difícil manter o EPI em boas condições e acoplados devidamente à face.”⁴⁴

O Ministério Público da Bahia, por meio dos pareceres de peritos das instituições relacionadas à saúde e segurança no trabalho,

⁴² SANTOS, Alcineia Meigikos dos Anjos. O tamanho das partículas de poeira suspensas no ar dos ambientes de trabalho. Ministério do Trabalho e Emprego. FUNDACENTRO, 2001, p.46.

⁴³ CESAT/COVAP. Relatório DSO/CESAT N.º 1/92.

⁴⁴ CESAT/COVAP. FUNDACENTRO. Parecer sobre relatório de avaliação de riscos ambientais apresentado pela JMC S/A, 1992.

elaborou em 1992 um laudo pericial para avaliar as condições do ambiente na JMC. Detectou o controle parcial das emissões de poeira, quando ocorriam as perfurações, detonações e britagem nas minas. Assim o MP se pronunciou:

“O controle existe na tentativa de reduzir as emissões. No entanto, o monitoramento (que é a principal forma de controle das emissões é insatisfatório.[...]O principal método adotado para reduzir a emissão é a borrifação de água na perfuração e na britagem. Nos britadores dentro das minas existe, também, a sucção do ar através de possantes ventiladores/exaustores. Estas providências reduzem a quantidade de poeira emanada dos britadores, no entanto não a eliminam completamente, assim como aumentam consideravelmente a poluição sonora.

A perfuração mecanizada é realizada na mina João Belo. Isto fornece maior segurança ao trabalhador, mas não elimina o problema. Na mina Itapicuru, devido a menor dimensão das galerias, o problema das poeiras se agrava, particularmente durante a perfuração, feita com equipamentos mais obsoletos, dá-se a exposição dos trabalhadores à poeira.”⁴⁵

Os esforços apontados no discurso da empresa pareciam não transformar os riscos enfrentados pelos mineiros, como descreve o laudo do MP. Pode-se pensar que a eliminação da poeira não ocorria como preconizava os modelos da segurança do trabalho, porque as medidas de caráter coletivo não haviam sido implantadas de maneira satisfatória, expondo os funcionários da JMC aos riscos e perigos. Os discursos revelados nos processos focalizam o desinteresse da empresa, engenheiros, gerentes e técnicos em segurança do trabalho em propor modificações que promovessem a saúde do trabalhador no processo produtivo. Essa postura, segundo M. Llory, decorre da “incapacidade de compreender e incorporar a concepção de homem, contemporânea da evolução dos conhecimentos que aparece como um dos maiores problemas de análise de acidentes baseadas na

⁴⁵ Fórum Jorge Calmon. 2ª Vara Cível. Laudo Pericial: Ação Civil com pedido de liminar de interdição. Processo: 8326/92.

concepção tradicional de Saúde e Segurança.”⁴⁶ Nessa perspectiva, o indivíduo é revelado “como um ser sem corpo ou sem moral respondendo essencialmente aos imperativos das sanções e ou aos atrativos de uma recompensa.”⁴⁷ Assim, as práticas relacionadas à segurança e saúde são produzidas pelo discurso que focaliza sobretudo as dificuldades em implantar políticas de vigilância na empresa e na falta de preparo e articulação do trabalhadores em lidar com essa questão, uma vez que o discurso hegemônico da Medicina do Trabalho, perpetuado durante décadas entre os trabalhadores, ditava que se o risco não impede a realização do trabalho, então a situação de risco é mantida, como também a idéia de que o trabalhador é cobrado não pela forma como desenvolve o trabalho, mas pelos resultados. Por outro lado, há de se pensar que o trabalhador “às vezes, prefere, de forma silenciosa, correr o risco oferecido pela atividade a correr o risco de ser mal-entendido, taxado de medroso e frouxo pelos colegas ou mesmo pela chefia em caso de reclamação ou de recusa ao trabalho”⁴⁸ e ainda conviver com o pesadelo do desemprego, aspectos que contribuem de maneira significativa, para que as medidas de saúde e segurança fossem relegadas a um plano secundário, dentro da lógica das relações de força que instituem o processo produtivo.

Assim, a partir da década de 1990, instituições ligadas à saúde e segurança do trabalho delinearão medidas, visando desconstruir o discurso de que a empresa se esforça em amenizar a poluição nas frentes de trabalho, como também de que o uso/não uso de equipamentos de proteção individual pelos trabalhadores explicava os acidentes produzidos nas galerias da JMC. A FUNDACENTRO discute o que a mineradora não quer aceitar como realidade, ou seja, a intensa jornada de trabalho, as condições inadequadas do ambiente laborativo e a qualidade das máscaras de respiração, como elementos que se entrelaçam e explicam como e porque os

⁴⁶ LLORY M. Acidentes industriais: o custo do silêncio. Rio de Janeiro: Editora Multi Mais, 1999 Apud CORDEIRO, Ricardo; et al “O sistema de vigilância de acidentes do trabalho de Piracicaba, São Paulo, Brasil. Cad.Saúde Pública, v.21, n.5. Disponível em www.scielo.br Acesso em 26 nov.2006.

⁴⁷ LLORY Apud CORDEIRO, Ricardo; et al Op. cit.

⁴⁸ OLIVEIRA, João Cândido de. Op.cit.

marleteiros contraíram silicose. De outro lado, a JMC produz estratégias para deslocar o discurso sobre segurança e saúde no trabalho para o da imprudência do trabalhador, após receber orientação do sindicato, como também a naturalização da doença como “típica” da atividade mineradora.

No caso de Juarez, focaliza o fato dele só ter apresentado relatório médico, atestando a doença, tempos depois de sua demissão. Naquela ocasião, o serviço médico da empresa havia constatado sua aptidão para o trabalho. Em razão desse parecer médico a empresa afirma que o marleteiro “passou a ser lavrador, trabalhando no campo e em razão da poeira que recebia da terra, [os sintomas já existentes se agravaram] e resolveu fazer um exame no CESAT.”⁴⁹ O discurso da JMC respalda-se no fato de o trabalhador continuar realizando atividades produtivas e o que deveria ser visto como luta e garantia da sobrevivência, após a demissão, passa a ser a prova e/ou argumento de que o trabalhador estava em plena capacidade laborativa e por conseguinte de saúde.

Táticas e estratégias construídas engendram produções discursivas de significados múltiplos. Cada representante das partes em litígio produz suas verdades, imprimindo novos sentidos e significações para uma determinada realidade. Nessa luta, os discursos são construídos de maneira argumentativa para persuadir e convencer, levando “o destinatário a certa conclusão, ou então desviá-la dela,”⁵⁰ além de combater e desconstruir o discurso do outro. Nos processos judiciais, os discursos estão em constante enfrentamento, movimentando-se, selecionando e indicando um determinado acontecimento, revelando relações de força produzidas dentro de uma rede de poder e saber.

Nesse sentido, o relatório médico e o atestado de óbito constituíram elementos da produção discursiva da empresa para contestar os casos de trabalhadores como Juarez que tivera o diagnóstico do CESAT, após sua demissão, e também casos como o de Manoel Nascimento Maia que trabalhou “por mais de seis

⁴⁹ Fórum Jorge Calmon. 3ª Vara Cível. Processo nº 056/93.

⁵⁰ PETRI, Maria José Constantino. *Argumentação Lingüística e discurso jurídico*. SP. Selinunte, 1994, p.69.

anos na função de marleteiro, tendo sua atividade exercendo no subsolo, no interior da mina, onde contraiu silicose, por ingestão de sílica, vindo a sofrer diversas complicações na sua saúde, como a que causou seu óbito: parada cardio respiratória, edema pulmonar, cujo falecimento ocorreu em 24 de março de 1989.”⁵¹ Nesse episódio, o discurso da JMC se apóia no fato de que a causa mortis não tinha sido atestada como silicose. A nomeação de outra doença no atestado de óbito, em muitos aspectos, dificultou a luta das viúvas que moveram as ações, principalmente quando a morte havia ocorrido antes da década de 90, momento em que foi iniciada a articulação mais efetiva dos órgãos de saúde e do sindicato dos mineiros.

Em 1989, também falecera em decorrência do trabalho exercido no subsolo, Laudelino Madureira da Silva, 38 anos de idade, casado e pai de dois filhos menores. No atestado de óbito, no entanto constava que a causa da morte havia sido “insuficiência respiratória aguda, broncopneumonia.” Em 1995, a viúva moveu ação de reparação por dano, exigindo:⁵²

- Indenização relativa a 27 anos, de vida útil (equivalente a 324 meses, tornando-se por base o salário do falecido de 4,2 salários mínimos, levando-se em conta a idade do falecido a época do óbito e a média de vida do brasileiro que é de 65 anos.
- 27 férias mais os seus terços constitucionais;
- 13º salários de igual período;
- Constituição de capital, no montante 500 salários do requerente;
- Diárias, durante o período de 12 meses;
- Despesa com funeral, no valor de 05 salários mínimo;
- Juros e correção monetária;
- Honorários advocatícios na base de 20%.

⁵¹ Fórum Jorge Calmon. 3ª Vara Cível. Processo nº45/96.

⁵² Fórum Jorge Calmon. 3ª Vara Cível. Processo original 268/95. O atestado de óbito encontra-se anexado ao processo.

O processo que moveu a viúva exigia a indenização como forma de “prover a vítima de algo equivalente ao bem que perdeu,”⁵³ dentro da lógica compensatória do dano material. Desse modo, os valores financeiros das ações de indenizações consideraram a idade do autor da ação, quando de seu falecimento para atestar que a silicose o atingiu ainda jovem e em pleno exercício de sua atividade laborativa. Produz ainda o discurso, considerando as conseqüências da perda do pai, marido e provedor da família como a desorganização social, econômica e afetiva nas relações familiares. Enuncia, portanto, o quadro desolador das condições de vida de uma família desamparada.

“A JMC tem se valido da procrastinação dos processos indenizatórios que lhe move um sem número de viúvas e filhos de ex-mineiros [que tiveram suas vidas destronadas pela perda prematura dos maridos e pais, em conseqüência da silicose adquirida no desempenho do trabalho destes para a empresa]. Nesses longos anos, essa empresa tem apenas auferido grandes lucros à custa de vidas humanas de seus empregados, ceifados pela silicose. E às famílias dessas pobres almas, a executada tem oferecido apenas sua intransigência. Não se sabe de nenhum caso que esta tenha indenizado voluntariamente a família da vítima, que em razão da perda do chefe da casa, passam a padecer de toda a sorte de privações materiais e afetivas.”⁵⁴

A estratégia construída com base nesse tipo de discurso, constituído de sentimentos, valores morais e sociais, é considerado de grande influência nas decisões judiciais, pois além de sensibilizar juízes e denunciar a situação familiar, com a perda do pai e provedor, interfere no julgamento e, ao mesmo tempo, investe contra a empresa, construindo sua imagem associada principalmente a lógica do capital. Nesse sentido, sua produção discursiva sobre a forma e a finalidade da extração do ouro constitui efeitos de verdade que focalizam o caráter exploratório da JMC sobre a força de trabalho. Discurso de denúncia das formas como foram tecidas as relações

⁵³ VILELA, Rodolfo. Op cit. p.74.

⁵⁴ Fórum Jorge Calmon. Processo original 268/95.

de trabalho dentro da empresa, provocando e levando à morte o trabalhador que empregava.

A resposta da empresa é de que os advogados de acusação, fascinados pelo seu poder econômico, produzem uma “verdadeira indústria de indenizações [...] estimuladas pela sedução do ouro extraído em suas minas [...] O montante já chega a (59) cinquenta e nove iniciais, envolvendo um contingente que ascende a (303) trezentos e três ex-empregados da empresa, com muitos deles integrantes de mais de uma ação em andamento, outros nem sequer ter trabalhado no interior das minas.”⁵⁵ Este discurso, procura desqualificar as ações dos trabalhadores doentes e das viúvas tomando alguns exemplos de aproveitadores e oportunistas como sendo a regra.

“Os autores [da ação] dizem ‘incapacitados’, mas na realidade inúmeros deles são hoje *profissionais autônomos, corretores de imóveis, motoristas de táxis, e até empregados regularmente admitidos a terceiros*, dentre outras atividades profissionais.”⁵⁶

O embate discursivo produz elementos significativos, a acusação pretendendo revelar a perda das condições econômicas e afetivas das famílias atingidas, como forma de mostrar o desordenamento social em decorrência da empresa não reconhecer a silicose como doença produzida no trabalho, criticando-a por usar seu poder econômico para burlar a legislação, protelando dessa forma o pagamento de indenizações. Por outro lado, a defesa se apóia para construir o argumento de que muitos dos trabalhadores queriam se aproveitar do conflito trabalhista para obter vantagens financeiras. Nesse sentido a empresa introduz ainda uma outra linha argumentativa, ou seja o frágil estado de saúde dos mineiros, questionando sua capacidade laborativa, instituindo assim um novo significado para a silicose. Estes enunciados parecem fazer ecoar um outro enunciado que circula na sociedade, “todo brasileiro gosta de levar vantagem em tudo.”

⁵⁵ Fórum Jorge Calmon. 3ª Vara cível. Processo nº 27/97 vol.III.

⁵⁶ Processo nº 27/97 vol.III.

Nesse aspecto, arma seu discurso produzindo outros efeitos de verdade como a limitação de seu poder econômico em face do aperfeiçoamento tecnológico da mineração.

“No entanto, o tempo encarregou-se de demonstrar que a realidade da contestante está longe desta ilusória opulência. Apesar de todo investimento no que há de mais moderno em tecnologia, na tentativa de superar as dificuldades de extração mineral e aprimorar, ainda mais, as condições ambientais de trabalho, esses esforços em determinados setores extrativos, tem sido em vão[...] Lamentavelmente, essas inopinadas e afoitas ações que agora hostilizam o relacionamento sadio sedimentado ao longo do tempo entre os ex-empregados e a contestante vêm a ser suscitadas na abrangência de um longínquo passado.”⁵⁷

A produção discursiva construída apresenta a JMC como uma empresa atenta, preocupada em se modernizar e investir na segurança do trabalho. Produção que revela sua outra faceta, diferente da imagem construída pelos advogados dos trabalhadores que, segundo a empresa, vem acirrando o relacionamento entre patrões e empregados, relações baseadas na confiança e no respeito, mas que foram rompidas pelas ações judiciais, colocando em foco a construção do paternalismo para abafar as diferenças nas relações de força e de dominação entre patrão e empregado. O enunciado desqualifica a ação cidadã do trabalhador, porque para a empresa é o fascínio de seu poder econômico que gera a produção de causas judiciais, requerendo indenizações.

Nesse sentido, Arivaldo Amâncio, advogado de outra parcela dos trabalhadores e que não tinha vínculo com o sindicato dos mineiros revela que muitas vezes a relação entre ele e a empresa foi tensa, por conta “da peça contestatória da empresa, dizendo que eu criei uma indústria de indenizatórias e eu devo informar que dos processos tramitados, apenas quatro foram julgados e eu ganhei em todas as instâncias e a empresa foi condenada a mais de dois milhões

⁵⁷ Processo nº 27/97 vol.III.

de reais, uma média de quinhentos mil reais em cada condenação. O que outrora chamava de indústria de ações indenizatórias, hoje já reconhece.”⁵⁸ A crítica ao grande número de processos indenizatórios é combatida pelo advogado, utilizando o argumento da vitória da ação, legitimando o discurso da negligência e imprudência e transformados em efeitos de verdade contra a empresa.

Segundo Arivaldo Amâncio, ele tomou conhecimento sobre a silicose quando conheceu Dona Judite, casada com um portador de silicose. Naquele período, ambos desconheciam a dimensão daquela realidade.

“Eu tive a felicidade de encontrar uma senhora que dava assistência ao marido doente, Dona Judite. Numa das minhas idas para Justiça Federal [em Salvador]a encontrei lá, procurando um amparo, ela não estava devidamente orientada e daí conversamos e nesta conversa eu a convidei para que viesse ao meu escritório[em Salvador] me contar a situação que tanto lhe tornava vexatória até que ela veio me explicou tudo e eu pude perceber que não tinha nada a ver com Justiça Federal e daí em diante passei a fazer uma análise do problema, porque o problema me saltou aos olhos em função da gravidade e da forma como os poderes públicos deixaram que aquilo caísse em descaso.”⁵⁹

Segundo o advogado, a partir do encontro casual com sua futura cliente começou a conhecer sobre a realidade da silicose em Jacobina. Ao mesmo tempo, teve que enfrentar uma campanha da empresa, em que esta afirma que ele era um advogado que escavava causas jurídicas de repercussão social e econômica para lucrar financeiramente. A entrada de Arivaldo como advogado de uma parcela significativa de mineiros e viúvas, segundo ele, não agradava nem a empresa e nem ao sindicato, porque,

“Os representantes legais da empresa começaram me vendo como inimigo, como se eu fosse o inimigo número um da empresa, que eu queria fechar a empresa, queria tirar

⁵⁸ Entrevista Arivaldo Amâncio dos Santos. 16 março 2005.

⁵⁹ Entrevista Arivaldo Amâncio. 16 março 2005.

o pão da boca dos trabalhadores. Então parte do sindicato até hoje não me vê como bons olhos, eles acham que eu fui o responsável, mas na verdade, a empresa fechou [em 1998] porque o ouro baixou o preço no mercado [...] Em verdade o sindicato tinha uma boa relação com a empresa e de forma pouco recomendável passou a me ver como Jacobina me enxergava que eu iria criar um problema insolúvel para a cidade e tal e tal [...]”⁶⁰

O relato mostra que as ações ajuizadas foram fonte de tensão e produziram o discurso do fechamento da empresa e o medo do desemprego entre os trabalhadores. Discurso que tem origem na hierarquia da autoridade pré-estabelecida, formalizando as relações de forças para tentar impedir os trabalhadores de moverem ações judiciais e que parece ter encontrado ressonância em alguns dos segmentos da cidade. Arivaldo recorda que recebeu “ameaças feitas não por prepostos da empresa, mas por admiradores lá que andavam com eles, diziam que eu não ia ficar vivo para contar essa história, perseguições mesmo, diziam que eu visava apenas o dinheiro, quando não era, o dinheiro era uma consequência do trabalho. O que me interessava era que a atividade da empresa não fosse objeto maior de causar tanta doença na cidade[...].”⁶¹ Nesse relato, pode-se perceber a imagem que o advogado faz de si próprio, o de indivíduo combativo que ameaça desestabilizar as relações de poder ao denunciar as práticas do trabalho da JMC, que terminam resultando em doença, deslocando o ponto de sustentação do discurso de seus adversários, que explicita apenas seu interesse financeiro, ocultando o seu compromisso com a cidadania. Pode-se pensar também que se o advogado recebia ameaças declaradas, deve-se considerar a variedade de discursos construídos pela empresa desqualificando, invertendo e deslocando a realidade sobre os trabalhadores, tanto que o sindicato, talvez por apreensão, medo e desconfiança em relação aos advogados não vinculados a entidade, terminou por colaborar em certos aspectos na produção discursiva da empresa contra Arivaldo.

⁶⁰ Entrevista citada.

⁶¹ Entrevista citada.

Nesse imbricado das relações sociais o discurso focaliza as condições de vida de uma parcela da população que enxergava na empresa Morro Velho a solução para o problema do desemprego, gerando condições de vida dignas para os homens e suas famílias. É compreensível que o discurso de Arivaldo não encontrasse ressonância entre os próprios trabalhadores, inclusive os que já estavam com silicose, porque imersos nas relações de poder não reconhecem a possibilidade do diferente que gera conflitos e incertezas. De outro lado, a empresa não queria que sua imagem associada à doença fosse divulgada dentro e fora da cidade. Assim, a mineradora instituiu o discurso de que o poderio econômico atraía indivíduos com propósito de obter apenas vantagens financeiras. Dentro dessa lógica, o papel do advogado dos trabalhadores era desqualificado e o pedido indenizatório sem propósito e inadequado. O discurso é construído como um lugar de combate, utilizando-se de estratégias múltiplas para fazer valer os interesses que estavam em jogo.

Pode-se considerar também que a repercussão de causas trabalhistas, sobretudo as relacionadas com as doenças contraídas no ambiente laborativo, provavelmente, atraía advogados de diversas localidades da Bahia, mas este estudo centra seu interesse na forma como o discurso da empresa, e, em certos aspectos, os dos trabalhadores contribuíram para retardar o ingresso de ações movidas contra a JMC. Assim, o discurso de que os marleteiros juntamente com seus advogados queriam obter vantagens financeiras, atraídos pelo fascínio do enriquecimento, é propagado para que atinja o maior número de pessoas, seja legitimado e continuamente reproduzido para que as práticas do trabalho que levam à doença sejam deslocadas e invertidas, produzindo outros significados. Os processos cíveis terminam se transformando em objetos a serem debatidos e questionados, mas são construídos no campo das práticas sociais, tecidas nas relações de força entre os sujeitos sociais.

Nessa perspectiva, um dos representantes da empresa passou a divulgar que “as indenizações pedidas são extremamente elevadas, existem posições na justiça que estão olhando por indenização bastante, financeiramente interessante, vamos chamar

de milionárias, mas enfim não vamos entrar nisso aí, a justiça com relação a isso é muito subjetiva, mas o número de casos [de silicose] que se diz é extremamente exagerado.”⁶²

Nesse âmbito, as ações consideradas como milionárias parece ter constituído um dos efeitos de verdade fabricados pela empresa para esvaziar a denúncia e a cobrança da sua responsabilidade perante os trabalhadores que contraíram a silicose. Para refutar esse discurso, Arivaldo relata que, após o contato com dona Judite, conheceu outras pessoas na mesma situação, cerca de cem pessoas. Atualmente, existem “oitenta e sete, desses, treze já morreram, mas quem morre abre inventário e a esposa e os filhos sucedem. E os outros desapareceram porque não tinham documento, não queriam se submeter a exames. Todos que agilizaram o processo estão andando normalmente. Alguns que desapareceram porque foram pressionados pela liderança sindical, outros porque não eram de Jacobina, eles [a empresa] contratavam muita gente de outros locais, tem pessoas até de outros estados, Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará [...] Ao todo tem oitenta e sete pessoas distribuídas em pouco mais de vinte processos.”⁶³

O registro de número de pessoas envolvidas nos processos constitui-se como contra argumento à versão da empresa de que o número de trabalhadores com silicose era exagerado. Revela ainda que a quantidade de pessoas envolvidas nas ações não traduz de maneira fidedigna aquela situação, porque muitos abandonaram, por diversas razões, seus processos, indicando que, quando começaram a ser ajuizados, o número de processos era maior. A existência de oitenta e sete casos comprovados com diagnóstico médico é significativa, à medida que contraria a afirmação da empresa, de que a doença havia sido contraída por um número reduzido de trabalhadores e os demais apenas queriam se aproveitar para tirar vantagem financeira da empresa.

Nesse sentido, a burocracia e os trâmites legais para provar a silicose contraída no trabalho dificultavam o andamento do processo. Arivaldo detalha essa etapa. Primeiro seguiu o caminho de pesquisar

⁶² Entrevista Kurt Herwig Menchen. 11 julho 2006.

⁶³ Entrevista Arivaldo Amâncio. 16 março 2005.

com especialistas da área sobre a doença, “fui conhecer o problema, convoquei pessoas técnicas da área, fiz entrevista com um médico do trabalho, logo depois ele me indicou os rumos para serem tomados através de um profissional de medicina que fosse especialista da patologia que é pneumoconiose.”⁶⁴ Após compreender o que era a doença, Arivaldo reuniu um dos instrumentos dessa luta, o laudo médico emitido pelo CESAT para comprovar o diagnóstico de que o trabalhador contraiu a silicose nas galerias das minas, mas reconhece que esta não constituiu tarefa das mais fáceis.

“Ah! isso é um trabalho hercúleo porque é toda uma cadeia. Tem que se pegar a primeira patologia, então vai, marca com o médico. Isso durou anos, eu fiz isso durante três anos, isso não é um trabalho simples, é coisa para você correr atrás, procurar o médico conversar e muitos se furtam porque o corporativismo na classe médica é muito grande, chega a ser irresponsável [...] os profissionais médicos [de Jacobina] sem nenhum compromisso técnico, nem profissional, muitos se negaram até ser perito porque a mina tem um poder econômico muito grande, uma influência econômica na região, na cidade. Então era muito difícil lutar contra um dinossauro desses e as pessoas se curvaram e muitas foram omissas, outras extremamente complacentes. E a classe médica da região simplesmente negligente para não dizer irresponsável.”⁶⁵

A trajetória do advogado, na busca de provas para sustentar seus argumentos, é revelada como longa, um emaranhado de negociação e conflitos com os médicos, particularmente, os de Jacobina que pareciam segundo o relato, isentar-se de fornecer o diagnóstico e compactuar com a empresa. Descreve esse percurso como permeado de obstáculos construídos nas relações de força que engendravam aquela situação, principalmente, porque nessa luta o poder da empresa tinha ressonâncias em outros segmentos, inclusive o dos médicos. A procura pelo CESAT transformou-se na solução mais viável, apesar de mais demorada, pois as consultas médicas

⁶⁴ Entrevista Arivaldo Amâncio. 16 março 2005.

⁶⁵ Entrevista citada.

não ocorriam imediatamente por conta da demanda existente, mas uma vez realizadas, o trabalhador era encaminhado para fazer os exames e, após o resultado, finalmente tinha o diagnóstico emitido com o laudo oficial.

A batalha travada, segundo o relato, esbarrava nas teias do poder tecidas pela empresa. A produção discursiva sobre a JMC como dinossauro traz a ordem simbólica para revelar a desigualdade na correlação de forças existente na cidade de Jacobina, mostrando as várias etapas da luta e produzindo outros significados para o trabalho nas minas. A denúncia de Arivaldo revela o “pacto” com “o mais forte,” a empresa e seus aliados em Jacobina. Aponta ainda este advogado (assim como já relatou diretores do sindicato) as maneiras, as táticas e manobras da empresa para impedir a associação doença/trabalho. Nesse espaço social, a campanha contra este advogado parecia ganhar força entre alguns segmentos da cidade, apresentando-o como “um desagregador” das relações construídas entre empresa e empregados, médicos e pacientes, sindicato e trabalhadores. Para ele, seu trabalho foi muito prejudicado por essas questões, mas mesmo assim denunciou a situação dos trabalhadores na imprensa. “Denunciei nos órgãos da imprensa falada, escrita, em todas as redes de televisão, Bandeirantes, SBT, Globo e Record.”⁶⁶

Trazer à tona que os trabalhadores contraíram uma doença fatal no ambiente laborativo, inclusive divulgando nos meios de comunicação passava a ser uma das práticas para torná-la conhecida do público, principalmente, de muitos moradores da cidade. A imprensa foi utilizada também para legitimar seu trabalho perante a sociedade de Jacobina, além de torná-lo mais popular. Assim divulgou o discurso de que a silicose era produzida e não algo casual, fortuito.

“Eu falo em moléstia porque nos códigos médicos a silicose está catalogada como doença, mas no campo do Direito, dentro da situação circunspecta do processo, ela não é uma doença, porque o estado de rigidez física do empregado é exigido na sua plenitude quando ele ingressa na empresa para trabalhar, então pelo menos aquelas pessoas estavam

⁶⁶ Entrevista citada.

saudáveis. Então lá [na empresa] foram molestados, então a partir do momento que eles foram imolados e que isso se transformou em algo inerente ao seu corpo, então isso passou a ser uma moléstia que foi contraída em função da sua atividade profissional. Então a doença existe no termo da CID- Classificação Internacional de Doença, mas no caso dos mineiros, mais particularmente os meus clientes, eles foram molestados por essa condição inóspita que os deixaram atingidos.”⁶⁷

Pode-se pensar que reconhecer a silicose como uma doença adquirida em razão das condições orgânicas do indivíduo poderia implicar em dizer que o trabalhador tinha propensão a adquiri-la, discurso que terminava por produzir a idéia de que o organismo debilitado é quem produzia a silicose, deslocando o sentido da realidade. Tentando escapar dessa armadilha, Arivaldo institui outro significado para o seu discurso. Os trabalhadores foram molestados em um ambiente de trabalho perigoso que os levou a contrair uma doença sem cura. O discurso sobre o trabalho é produzido como o agente causador do desequilíbrio orgânico, a silicose é produzida como enfermidade resultante dos acontecimentos. Desse modo, constrói efeitos de verdade para que seu argumento possa ter efetividade nos trâmites judiciais.

Produz seu discurso no âmbito do direito, nele encontra ressonância para armar e criar argumentos que focalizam a dimensão social do problema, revelando as práticas da empresa e as maneiras de trabalhar do marleteiro. Nessa perspectiva, o discurso médico terminava por reduzir o efeito de verdade, porque classificava a silicose como produzida em decorrência da pobreza do indivíduo, da fragilidade do corpo humano. O advogado discute que a silicose é classificada como doença de acordo com a Classificação Internacional de Doenças- CID, mas a classificação médica não atingia a dimensão social e jurídica que seu discurso pretendia produzir.⁶⁸

⁶⁷ Entrevista Arivaldo Amâncio 20 abril 2005.

⁶⁸ Por outro lado pode-se considerar a importância da CID para aprofundar as questões relacionadas a saúde e trabalho na década de 1980 e 1990, período de intensos debates que caracterizou o campo nomeado como Saúde do Trabalhador. Com a criação da Lei Federal

A CID a que se refere Arivaldo estava em processo de revisão constante por sugestões dos grupos de especialistas em saúde dos variados países que reconheciam a necessidade de incorporar à classificação os novos conhecimentos. Nesse sentido, a décima revisão da CID, iniciada no início dos anos 80 e aprovada em 1990, focaliza o maior número de doenças possíveis de serem codificadas, como foi o caso da AIDS e de outras novas doenças, embora se reconheça que nem sempre o aparecimento de uma doença nova classificada pelo código “é totalmente adequada a algumas necessidades,” como os casos de doenças que apresentam “vários tipos de manifestações e complicações.”⁶⁹ Nesse sentido, a crítica à décima Classificação Internacional de Doenças [CID-10] encontrava ressonância no discurso de Arivaldo, pois apenas focalizava os agentes causadores da doença ou seu fator de risco e as doenças relacionadas, mas não revelava como a doença era provocada e nem as formas de seu aparecimento, como divulga a tabela a seguir:⁷⁰

8.080/90 foi delegada ao Sistema Único de Saúde (SUS) a “revisão periódica da listagem oficial de doenças originadas no processo de trabalho” e a Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 220, de 5 de maio de 1997 recomendava ao Ministério da Saúde a “publicação da Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho, a importância da definição do perfil nosológico da população trabalhadora para o estabelecimento de políticas públicas no campo da saúde do trabalhador.” In: Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 - Lei Orgânica da Saúde. Cap. I Inciso VII, parágrafo 3º do Art. 6º In: NOBRE, Letícia; Jacobina, Alexandre. Coletânea de Legislação em Saúde do Trabalhador e Meio Ambiente p.37-38. Segundo a resolução, as listas das doenças poderiam ser revisadas anualmente. Sua codificação e revisão também contou com o auxílio naquele período de diversos segmentos relacionados ao campo da saúde do trabalhador.

⁶⁹ BUCHALLA, Cássia Maria et al. Avaliação do uso da Classificação Internacional de Doenças para codificar a síndrome da imunodeficiência adquirida. Rev. Saúde Pública., São Paulo, v.30, nº5, 1996. Disponível em <<http://www.scielo.br>> Acesso 08 nov. 2006

⁷⁰ Ministério da Saúde do Brasil. Representação no Brasil da OPAS/OMS. Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimento para os serviços de saúde. Brasília: Ministério da Saúde do Brasil, 2001, p.535 e 540.

Tabela 2 Classificação Internacional de Doença CID-10 (Silicose)

Agentes Etiológicos ou Fatores de Risco de Natureza Ocupacional	Doenças Casualmente Relacionadas aos Respective Agentes ou Fatores de Risco denominadas e codificadas segundo a CID-10)
Sílica Livre	Neoplasia maligna dos brônquios e pulmões Outras Doenças Pulmonares Obstrutivas Crônicas Silicose Pneumoconiose associada com Tuberculose (Sílico-Tuberculose)

A codificação da silicose como doença ajudou Arivaldo na construção do seu discurso, à medida que indicava a relação entre exposição à poeira e a silicose, mas, por outro lado, o reconhecimento da doença pela CID era insuficiente para provar a associação da doença às inadequadas condições de trabalho. A escolha das palavras, sua ênfase e seu tom de denúncia constituíam elementos que fundamentavam sua acusação, o nexo causal. Não pretendeu produzir discurso ambíguo e impreciso que pudesse lhe colocar em armadilhas, preferiu o discurso direto de denúncia tecidamente comprovado.

O relato construído sobre a moléstia é o fio condutor dos processos judiciais. Para isso, organizou e selecionou aspectos fundamentais para garantir a vitória da causa, entre eles revelar como a doença atingiu de maneira diferente cada um de seus clientes. No processo de José Araújo da Silva, marido de dona Judite, destaca o fato de ter contraído além da silicose “intoxicação por chumbo.”⁷¹

“O requerente laborou mais de 14 (quatorze anos) para a requerida [empresa], exercendo sua função no subsolo onde contraiu intoxicação por chumbo (Pb), pelo fato de exercer a sua atividade profissional sem a utilização de equipamentos de segurança [...] o suplicante foi admitido aos serviços da suplicada em perfeitas condições de saúde

⁷¹ Fórum Jorge Calmon. 3ª Vara Cível. Processo n. 49/96.

[...] No lar que construiu ao lado da sua companheira JUDITE PEREIRA DA SILVA, mantém uma prole com 04 (quatro) filhos.”

A requerida, ao tomar conhecimento da gravidade da sua intoxicação (que provoca uma morte lenta) o desligou do seu quadro funcional de forma desumana.

A vida do requerente tem sido repleta de dificuldades, o seu estado clínico é péssimo, os seus membros inferiores se encontram paralisados completamente, o seu metabolismo está seriamente prejudicado, defeca e urina na cama, inclusive tendo a sua bexiga totalmente destruída, utilizando-se de sonda para urinar. Verifica-se Ex.^a que esta intoxicação desgraçou completamente com a vida do peticionário, ou seja, interceptou um processo de vida normal que o requerente vinha desenvolvendo antes de trabalhar para a requerida.”⁷²

Nesse processo, Arivaldo detalha o estado físico de seu cliente, estratégia construída para revelar as duras condições de vida provocadas depois de ter trabalhado por um longo período na empresa. O argumento de que seu cliente ao ingressar na JMC estava em “perfeitas condições de saúde,” aponta as perigosas condições do trabalho de José Araújo que sem o uso dos equipamentos de segurança, contraiu intoxicação por chumbo, doença que lentamente lhe retirava sua capacidade física e laborativa, conduzindo-o para a morte.

Afirma também que o trabalho no subsolo foi responsável por rupturas em sua vida como sustentar a família, provocando o deslocamento de sua função social de provedor a excluído socialmente. Com a redução de sua capacidade física, uma vez que não conseguia realizar nem mesmo as atividades fisiológicas e higiênicas, passou a depender de seus familiares. Arivaldo explora esse aspecto da vida de José Araújo que dentre os processos analisados parece ter sido um dos casos mais graves por conta da contração de silicose e chumbo. Ao elaborar seu discurso com informações diretamente relacionadas à condição humana do

⁷² Processo n. 49/96.

trabalhador, pretende mostrar que a empresa demitiu o trabalhador mesmo estando com uma doença grave e letal produzida pelas condições do trabalho. Assim, seu discurso centraliza as maneiras de se trabalhar e as relações desiguais estabelecidas entre empresa e trabalhadores, estratégia na maioria das vezes eficiente, pois a questão trabalhista no Brasil favorece, quando devidamente comprovada, os destituídos de poder e de força, os trabalhadores. Por outro lado, não se pode esquecer que o discurso do advogado é construído para revelar efeitos de verdade, entre eles o fato de que os trabalhadores foram vítimas do trabalho, produzindo um discurso maniqueísta, mas que encontra ressonância na legislação trabalhista. Nessa luta, as produções discursivas sobre condições de trabalho constituem táticas para que um dos lados saia vencedor.

O trabalho em condições consideradas perigosas é amplamente discutido nos processos judiciais e tanto a defesa como a acusação produzem efeitos de verdade para interferir na construção do julgamento pelo tribunal. Nesse percurso, a hipótese de que a doença pode ser considerada acidente de trabalho é o que Arivaldo quer provar com base nos fatos e demais componentes situacionais, mas a empresa institui outro significado para acidente de trabalho, recorrendo ao discurso de que a silicose tem “previsão legal,” conforme a legislação trabalhista “que admite o instituto jurídico do risco profissional, em decorrência da exposição da saúde do trabalhador.”⁷³

Pecorrendo as normas legais aplicáveis à situação de conflito, para criar um estatuto de verdade que lhe favoreça, a empresa traz para o processo, enunciados da Constituição Federal e Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para fortalecer seu argumento de que a silicose é prevista por lei, porque segundo o Direito do Trabalho os adicionais destinam-se a “indenizar condições desfavoráveis de prestação de trabalho.”⁷⁴

Constrói, portanto, o argumento de que o exercício de atividade considerada “penosa, insalubre e perigosa” está

⁷³ Fórum Jorge Calmon. 3ª Vara Cível. Processo n. 268/95

⁷⁴ PINTO, José Augusto Rodrigues. Curso de direito individual do trabalho. São Paulo: LTr,1993,p.334.

regulamentado por lei, portanto, lícito, uma vez que seu pagamento é realizado através do “adicional remuneratório (...) e a constituição não veda trabalho em condições à insalubridade (...) visto que prevê em algumas atividades NÃO SER POSSÍVEL A ELIMINAÇÃO DOS AGENTES INSALUBRES.” E por fim associa sua atividade ao princípio constitucional quando afirma que “na atividade mineira de subsolo não existe A ATIVIDADE SEM RISCO ALGUM, na exposição ao ambiente laboral.”⁷⁵

O princípio constitucional é utilizado para naturalizar o discurso de que algumas atividades de trabalho implicam riscos, e, conseqüentemente, respaldar as formas do trabalho da empresa no subsolo. O termo insalubridade é produzido no lugar das perigosas atividades exercidas por marleteiros, montadores, operadores, ajudantes nas frentes de serviço, para impedir a associação da silicose com o ambiente laborativo. Quando recorre à legislação para construir o discurso da defesa, o argumento aparentemente coerente, irrefutável e produzido como estatuto de verdade foi selecionado para impedir que a JMC S/A fosse associada à imagem de empresa que não cumpria as normas de segurança e saúde do trabalho. Assim, com base na lei vigente, interpreta os acontecimentos de forma seletiva, para silenciar, apagar e excluir os outros sentidos, construindo o argumento indiscutível, porque legítimo para isentar-lhe da responsabilidade trabalhista e do pagamento das indenizações.

Dessa forma, utiliza-se da voz da autoridade, a CLT, que regulamenta as atividades insalubres para dizer:

“Art.189 - São consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.”⁷⁶

⁷⁵ Fórum Jorge Calmon. 3ª Vara Cível. Processo n. 268/95.

⁷⁶ Processo n. 268/95. Ver a Lei nº 6.514 de 22/12/77 DOU 23/12/77. Altera o capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo a segurança e medicina do trabalho. In: DELMANTO, Armando Moraes (org) C.L.T. 5ª ed.São Paulo: Rideel,1999,p.42 (Coleções de leis Rideel.Série compacta).

Ao citar a Consolidação das Leis do Trabalho, a empresa representa-se em um lugar social de legitimação e atribuição de sentidos, para criar a imagem de que respeitava os direitos dos trabalhadores, cumprindo o que determinava a lei, não cabendo discordâncias sobre as condições do trabalho de subsolo da JMC. No contexto da retórica da opressão, validava os riscos da atividade mineradora por meio do estatuto jurídico “ressarcimento das atividades insalubres.”

“ Art.192- O exercício de trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, assegura a percepção de adicional de 40% (quarenta por cento) e 10% (dez por cento) do salário mínimo da região, segundo se classifiquem nos graus máximo, médio e mínimo.”⁷⁷

A insalubridade prevista na lei e remunerada através de adicionais de salário articula o discurso de “verdade” da defesa para impedir o pagamento de indenizações, baseado no argumento de que sua atividade apesar de ser considerada geradora de riscos “tem regulamentação em normas próprias para reduzir os efeitos maléficos dos agentes insalubres, sabendo o legislador impossível a eliminação total dos riscos inerentes à atividade de mineração. Por isso a regulamenta e fiscaliza.”⁷⁸ Nesse sentido a própria legislação, como produto da criação humana é arbitrário e indissociável do ato interpretativo, e como tal produz brechas que colaboram na construção de discursos que focalizam o risco como inerente à atividade de mineração, minimizando a importância das políticas sobre saúde e segurança no trabalho.

O discurso competente construído sobre o direito ganha força para instituir significados sobre a prática desenvolvida pela empresa. Nos fios que engendram esse discurso, os da previsibilidade legal, os advogados dos trabalhadores produzirão o argumento para provar que a JMC descumpria a lei, sobretudo as normas regulamentadoras de segurança (NR’S) como a NR-22

⁷⁷ Lei nº 6.514 de 22/12/77 DOU 23/12/77... In: DELMANTO, Armando Moraes (org) C.L.T. 5ª ed. São Paulo: Rideel,1999,p.43 (Coleções de leis Rideel.Série compacta)

⁷⁸ Processo n.268/95.

que normatiza sobre segurança e saúde ocupacional na mineração, principalmente no que diz respeito à proteção contra poeira.⁷⁹ Em 1986, os trabalhadores denunciaram a Delegacia Regional do Trabalho -DRT- irregularidades na empresa como:

“O descumprimento da jornada de trabalho e o não fornecimento de alimentação especial para os trabalhadores. O delegado Regional do Trabalho afirmou que, em casos de empregados que trabalham num ambiente insalubre, como o subsolo das minas a empresa não pode exigir uma jornada de mais de seis horas ou um prolongamento de mais duas horas como hora extra. ‘Apesar de ser lei, isto não vem sendo cumprido pela empresa, informou Emanuel Gomes, advogado dos trabalhadores [...]’⁸⁰

Em novembro desse mesmo ano, a DRT inspecionou as dependências da empresa com “o fim específico de verificar e delimitar as áreas de Insalubridade e/ou Periculosidade/porventura existentes por solicitação do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Ouro e Metais preciosos de Jacobina,”⁸¹ e constatou que:

“A atividade extrativa propriamente dita ocorre em passagens, túneis e galerias subterrâneas, em diversos níveis de profundidade (até 600 metros no momento) e com diferentes extensões de penetração, contando atualmente com cerca de 6 (seis) quilômetros de túneis e galerias, de onde a lavra é obtida mediante uso de explosivos. A ventilação e exaustão são precárias, principalmente nas frentes de lavra, onde, inclusive, paira uma intensa atmosfera contando poeira de sílica em suspensão, além de gases nitrosos e outros vários decorrentes das explosões[...] Mesmo assim constatamos vários empregados sem

⁷⁹ Segurança e Medicina do Trabalho. Lei 6.514 de 22/12/1977. NR-22.50ªed. São Paulo, Atlas, 2002.

⁸⁰ Jornal Tribuna da Bahia 29 abril 1986.p.5.

⁸¹ Termo de Notificação DRT 10843/86 e 4056/87.21 janeiro 1987. Esses e outros termos estão anexados em vários processos cíveis movidos pelos trabalhadores e suas famílias para ilustrar o descumprimento das normas de segurança e saúde pela empresa

protetores auriculares, nem máscaras contra gases e poeiras[...]"⁸²

O processo e a gestão do trabalho são apresentados como inadequados pelos técnicos da DRT, que descrevem o ambiente de trabalho e suas perigosas condições. A insalubridade monetarizada pelo discurso da empresa parece não ter encontrado ressonância no discurso da DRT que descrevia um cenário de trabalho que terminava prejudicando a vida e a saúde de seus funcionários. Nesse sentido, a DRT atuava, por meio de multas, as irregularidades da empresa, mas como relata o advogado Arivaldo, naquele período, meados da década de 1980, a DRT “era um órgão extremamente capenga, nessa época só existia a delegacia em Salvador. Seguindo as denúncias eles mandavam técnicos, aí perceberam que a coisa era muito grave e foi lavrando autos de tudo que ele via de irregularidades [...] Depois a DRT fez um trabalho razoável, a partir de 1989, 1990, 1991, ela começou a atuar mesmo.”⁸³

As autuações, para Arivaldo, pouco adiantaram, porque as irregularidades continuavam ocorrendo, e a empresa pouco se importava com o pagamento das multas, pois “a multa nem sempre é equivalente ao dano causado. É mais uma forma inibitiva da prática lesiva, ela não tem assim o caráter pecuniário, assim milhões, não existe isso. Aí a empresa pagava e era super reincidente. Tem mais de cem autos de infração.”⁸⁴ Pode-se pensar que, mesmo pagando as multas, a empresa continuava a ter lucro, secundarizando as condições de trabalho e de saúde. Nos processos cíveis, movidos pelos trabalhadores, as autuações foram anexadas como estratégia para comprovar que as condições do trabalho a que estavam expostos eram perigosas, não atendiam suas necessidades básicas, além de provocar e produzir acidentes de trabalho:

“A empresa já fora por mim notificada desde 12.11.1986, para cumprir a NR-22, dentre o que, fornecer água potável aos trabalhadores do subsolo, e até o presente momento os

⁸² Termo de Notificação DRT 10843/86 e 4056/87.21 janeiro 1987.

⁸³ Entrevista Arivaldo Amâncio 16 março 2005.

⁸⁴ Entrevista citada.

trabalhadores não tem como beber água, sendo obrigados a se deslocarem para fora da mina para este fim.”⁸⁵

Havia também notificações que apontavam para a falta de proteção na área subterrânea das minas.

“Manter aberturas dos pisos desprotegidos e sem sinalização de perigo, no interior das galerias subterrâneas, por onde circulam empregados sujeitando-os a quedas e acidentes fatais.

A empresa já foi por várias vezes fiscalizadas, já teve casos de acidentes fatais por queda de trabalhador no subsolo e mesmo assim, constatamos um buraco no interior da galeria, sem proteção ou sinalização de perigo, expondo os trabalhadores ao risco de quedas fatais, vez que os pisos são molhados e escorregadios.”⁸⁶

A jornada de trabalho que excedia o que preconizava o art.200 da CLT também fez parte das infrações cometidas pela JMC.

“Os empregados trabalham 06 dias por semana em turno ininterrupto de revezamento das 7:00 às 15:00 e nas semanas seguintes das 16 às 00:00 h e das 23:00 às 7:00 h o que excede 36(trinta e seis) horas permitidas por se tratar de atividade insalubre em grau máximo, a exemplo do Sr.Abraão Antonio de Souza Filho, entre outros.”⁸⁷

As notificações centralizam o descumprimento total da empresa em relação às condições do ambiente de trabalho que englobavam desde o não fornecimento de água potável até o excesso da jornada de trabalho, instituindo significados, entre eles de que o meio de vida dos trabalhadores era o que os levava à morte. Portanto, não é de se estranhar que muitos dos marteleteiros começassem a adoecer e outros viessem a falecer em decorrência da forma como se organizava a prática do trabalho, sem política preventiva, sem o cumprimento das normas de segurança e saúde no trabalho.

⁸⁵ Termo de Notificação da DRT. 09 junho 1994. Este e os demais termos de notificações encontram-se anexados a diversos processos cíveis.

⁸⁶ Termo de notificação da DRT 09 junho 1994.

⁸⁷ Termo de notificação da DRT 09 junho 1994.

Some-se a isso o fato de que apesar das autuações da DRT, a empresa continuava a realizar o trabalho em condições impróprias, mostrando a força de seu poder. Batalha de múltiplas artimanhas e estratégias tramadas sobretudo no campo da linguagem.

Nesse sentido, a prática discursiva da JMC é tecida para desconstruir o significado da doença produzida em suas galerias de trabalho, acrescenta-se a isso a dificuldade/despreparo inicial de atuação de órgãos como a DRT, como recordou o advogado Arivaldo. Nesse cenário, a empresa encontrou espaço para produzir o discurso da naturalização dos acidentes de trabalho na atividade mineradora, legitimando-os através da legislação que a inclui como atividade de risco, isentando-a, portanto de responsabilidade. Produz-se, assim, outro significado para acidente de trabalho, o de que o trabalhador não se protegeu adequadamente em uma atividade reconhecida como de risco, portanto a responsabilidade pelo acidente terminava recaindo sobre ele. Esse discurso que tem como foco a culpa da vítima está muito enraizado no meio industrial, presente nos discursos de uma parcela de técnicos, engenheiros e médicos do trabalho e também nos discursos dos próprios trabalhadores. Reforçados também pela teoria jurídica que entre outros fatores afirma que a responsabilidade do empregador ocorre somente quando há a existência do dano, seu nexos com o trabalho e a culpa do empregador. Cabendo ao trabalhador provar a culpa do empregador.⁸⁸

De acordo com Rodrigo Vilela, o que predomina no Brasil,

“É a compreensão de que o acidente é um evento simples, com origens em uma ou poucas causas (...) Sua abordagem privilegia a idéia de que os acidentes decorrem de falhas dos operadores [ações ou omissões], de intervenções em que ocorre desrespeito à norma ou prescrição de segurança, enfim ‘atos inseguros’ originados em aspectos psicológicos dos trabalhadores. Os comportamentos são considerados como frutos de escolhas livres e conscientes

⁸⁸ VILELA, Rodrigo Andrade de Gouveia. Desafios da Vigilância e da Prevenção de Acidentes do Trabalho. São Paulo: Ltr,2003.

por parte dos operadores, ensejando responsabilidade do indivíduo.”⁸⁹

A mineradora reconstrói em certos aspectos o discurso de que o acidente de trabalho, nesse caso a silicose, ocorreu por conta do despreparo do trabalhador em lidar com a insalubridade do ambiente laborativo, sobretudo a resistência ao uso das máscaras, instituindo a naturalização da atividade de mineração e também a culpa do trabalhador. Mas o acidente de trabalho deve ser compreendido de acordo com Dwyer como “fenômenos socialmente determinados, previsíveis e preveníveis.”⁹⁰ Nessa perspectiva, os acidentes de trabalho decorrem de múltiplos fatores dentre eles o fornecimento inadequado, o não fornecimento de equipamentos de segurança, a falta de fiscalização e sobretudo a prevenção no ambiente laborativo.

Entretanto, é o discurso hegemônico sobre os atos inseguros do trabalhador que ganha força entre patrões e técnicos de segurança e até mesmo entre os trabalhadores. Assim, termina prevalecendo a idéia de que o acidente de trabalho, incluindo as lesões de todos os tipos dentro do ambiente e também ocorrido no trajeto entre a residência e o local de trabalho, além das doenças contraídas são casuais, deslocando o que é central nos estudos sobre vigilância e prevenção de acidentes de trabalho, as condições do ambiente laborativo, encobrendo, sobretudo “o mau funcionamento do sistema em que ocorreram.”⁹¹ Aceitar o discurso da fatalidade e do acaso nos acidentes significa ratificar a concepção “dicotômica e monocausal ultrapassada a décadas nos países desenvolvidos e que continua prevalecendo no interior da grande maioria das

⁸⁹ VILELA, Rodolfo Andrade Gouveia; IGUTI, Aparecida Mari; ALMEIDA, Ildeberto. Culpa da vítima: um modelo para perpetuar a impunidade nos acidentes de trabalho. *Cad.Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.20,n.2,2004. Disponível em <[http:// www.scielo.br](http://www.scielo.br)> Acesso em: 26 Nov.2006.

⁹⁰ Dwyer, T. Life and death at work. Industrial accidents as a case of socially produced error Apud CORDEIRO, Ricardo et al “O sistema de vigilância de acidentes do trabalho de Piracicaba, São Paulo, Brasil.” *Cad.Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.21,n.5,2005. Disponível em : <[http:// www.scielo.br](http://www.scielo.br)> Acesso em: 26 Nov.2006.

⁹¹ VILELA, Rodrigo Andrade de Gouveia. *Desafios da Vigilância e da Prevenção de Acidentes do Trabalho*. São Paulo: Ltr,2003.p.40

empresas brasileiras.”⁹² Concepção que encontrou ressonâncias na JMC contribuindo na produção do discurso que desqualifica o trabalhador à medida que traz à tona sua incapacidade em proteger-se. Discurso que liga diversos fios para fabricar efeitos de verdade sobre a prática do trabalho nas galerias das minas, entre elas a de que o acidente de trabalho está quase sempre relacionado à falha humana do operador, ou seja, o denominado ato inseguro. Assim, a culpa dos acidentes passa a ser “da própria vítima, além de aliviar responsabilidades patronais.”⁹³

Labirinto de muitos caminhos, as práticas produzidas pela empresa tentaram apagar o discurso dos trabalhadores, que contraíram a doença nas minas de ouro. Nessa luta era utilizado os mais diferentes argumentos e os discursos instituíam em seus recortes diferentes significados para o trabalho desenvolvido pelos marleteiros que os levou ao adoecimento e muitos à morte. Outras estratégias vão se somando às já descritas, armando as ligações do discurso, enredando as personagens dessa história em um cenário que apresenta a marca de tragédia em razão do trabalho inadequado, exploratório e sem prevenção. Fragmentos de histórias de muitos combates, de experiências de vida que trilhavam o caminho da justiça social, traduzida na luta nos tribunais.

4.3 E a luta continua...

A batalha travada entre trabalhadores e a JMC resultou em muitos embates, entre eles a contestação da empresa ao parecer favorável de promotores e juízes nas ações movidas pelos trabalhadores. Os julgamentos, em que os juízes interpretam a lei e a aplicam aos fatos, atestaram que os trabalhadores contraíram a doença trabalhando para a empresa, caracterizando-se “como acidente de trabalho, para fins previdenciários, nos termos da lei n.8.213/91,” reconhecendo que têm direito de receber as “prestações

⁹² VILELA, Op.cit p.43. A teoria monocausal dos acidentes foi publicada na década de 1930 pelo engenheiro norte-americano H.W.Heinrich “ e pretendia ser uma sistematização teórica e científica da causalidade dos acidentes de trabalho.”

⁹³ VILELA, Op.cit p.49

previdenciárias, independente de ter havido culpa da ré na aquisição da moléstia.”⁹⁴ Entretanto, as linhas do discurso da promotoria sobre o processo movido por uma das viúvas coloca em evidência o fato da empresa não fornecer as máscaras “contra pó, equipamento essencial para evitar a contaminação pela poeira de sílica” e nem oferecer “um sistema de ventilação no interior da mina.”⁹⁵ O fio deste discurso que assinala a negligência da JMC é aceito pela promotoria, e o pedido de indenização é acatado com base “no dolo ou culpa do empregador na produção do acidente.”⁹⁶

“A negligente caracteriza-se exatamente pela omissão de uma atividade que teria evitado o resultado danoso. No caso sub-judice a prova carreada para os autos demonstrou que a omissão da requerida em fornecer os equipamentos que poderiam minorar a contaminação de seu empregado (máscara contra pó), assim como a falta de instalação de um sistema de ventilação/exaustão à época da relação laboral em comentário foi a causa da precoce contaminação do falecido pela enfermidade que veio a retirar-lhe a vida.

Presentes nos autos, assim os três elementos essenciais à configuração da responsabilidade civil, quais sejam: um erro de conduta, dano e o nexa da causalidade entre eles. Diante do exposto, em face das normas contidas [...] manifestamos-nos pela procedência da ação e deferimento do pedido.”⁹⁷

Os primeiros resultados da justiça favoreceram os trabalhadores, mas a legislação existente permite o recurso contestatório. Frequentemente a JMC entrava com recursos para ganhar tempo e demorar a pagar o que era determinado pela justiça. A lei permite que a parte condenada tenha o direito de recorrer cerca de cinco vezes, mas cada etapa dessa fase é demorada, em média um ano, porque o réu recorre, o tribunal julga e fornece o parecer.

⁹⁴ Fórum Jorge Calmon. 3ª Vara Cível. Processo 268/95

⁹⁵ Fórum Jorge Calmon. 3ª Vara Cível. Processo 268/95

⁹⁶ Processo n.268/95.

⁹⁷ Processo n.268/95.

Assim a estrutura do poder judiciário terminava favorecendo o acusado que por sua vez aposta na morosidade da justiça para se eximir da responsabilidade e culpa que lhe cabe. Nesse sentido, Arivaldo recorda que devido as ações contestadoras da empresa para não pagar as indenizações tomou algumas medidas como forma de pressioná-la para garantir o pagamento, entre elas o pedido de penhora dos bens.

“Penhora, seqüestro de bens, uma das formas coercitivas de fazer com que o devedor pague a sua dívida é através de medidas mais forte como seqüestro, porque a penhora por si só não impede o uso e o gozo, mas o seqüestro sim, esse tira a posse e o domínio, então o caminho é dentro da execução a gente pede a penhora e se a penhora não satisfaz o desejo do credor aí logo em seguida nós tomamos medidas mais forte, então eu ameacei seqüestrar os bens da Jacobina Mineração.”⁹⁸

Outra medida tomada foi o bloqueio das contas da empresa.

“Bloquear contas e inclusive as ações dela (empresa) dentro e fora do país através de carta precatória, foi uma medida mais forte que fez com que acelerasse o processo de pagamento.”⁹⁹

As medidas coercitivas e punitivas descritas por Arivaldo foram tomadas porque o fato de ganhar a causa não significava pagamento imediato das ações, a empresa criava manobras para retardar o pagamento. De outro lado, a acusação pedia a penhora dos bens e o bloqueio das contas bancárias da empresa para barrar a movimentação do seu capital. O discurso produzido tem como foco evitar a movimentação financeira da JMC, impedindo que produzisse e tecesse suas redes de poder e prestígio. Pode-se pensar que o advogado utiliza-se desse recurso para punir a empresa e limitar o desenvolvimento de seu negócio até que fosse cumprida a execução.

⁹⁸ Entrevista Arivaldo Amâncio 20 abril 2005.

⁹⁹ Entrevista citada

Em contraposição, a mineradora pedia à justiça que reconsiderasse “o procedimento de penhora através do bloqueio de sua conta bancária junto a Caixa Econômica Federal.”¹⁰⁰ A empresa não aceitava que “recaísse a penhora em moeda corrente,” porque a empresa para manter as suas atividades vivas, com a sobrevivência da empresa e dos empregos que gera no município necessita de capital de giro.”¹⁰¹

O discurso de empresa como pólo de emprego é ligado a outro, o das dificuldades financeiras enfrentadas pela empresa no contexto do mercado nacional e internacional.

“A realidade, pois, evidencia que o confisco dos seus recursos financeiros, ao contrário da proposição da garantia da execução, poderá criar embaraços para, no futuro, saldar seus compromissos (...)

A suplicante é mineradora de ouro e ao contrário do que transparece aos olhos da maioria, também se posiciona no mercado concorrente com as mesmas dificuldades experimentadas pela sociedade em momento de reais mudanças implementadas pela economia (...) e não precisa muita conta e cálculo para saber os prejuízos que a medida da penhora trará para a normalidade dos negócios empresariais.

O momento exige de todos prudência e parcimônia no trato da moeda corrente, sob pena de se ver, por vezes, o experimento da concordata e da falência de uma atividade produtiva que gera riqueza, empregos e se posiciona em considerável reconhecimento da economia do município(...)

Para tanto, oferta em garantia DOIS TRANSFORMADORES DE POTÊNCIA (...) em perfeito estado de conservação e funcionamento, avaliados em R\$ 282.000,00.

Por estas razões (...) espera a substituição da penhora pelo bem ofertado. ”¹⁰²

¹⁰⁰ Fórum Jorge Calmon. 3ª Vara Cível. Processo n. 268/95

¹⁰¹ Fórum Jorge Calmon. 3ª Vara Cível. Processo n. 268/95

¹⁰² Processo n. 268/95.

O discurso da empresa em certos aspectos é ameaçador à medida que afirma que o bloqueio de suas contas impedirá de honrar os compromissos financeiros, provocando sua falência que terminaria afetando a economia da cidade. Nesse sentido, seu discurso credita unicamente o desenvolvimento sócio-econômico de Jacobina à atividade mineradora. Pode-se pensar que a produção discursiva que faz de si a coloca de maneira inequívoca, como promotora da riqueza e do bem estar dos empregados e de maneira mais ampla dos moradores do local. Liga ainda seu discurso a uma outra produção, a de que a concorrência do mercado internacional do ouro causada pelo processo histórico-social, denominado globalização, provoca em certos aspectos a retração econômica de sua atividade.

Este componente argumentativo do discurso tem suporte nas relações econômicas mundiais, a partir de meados da década de 80, que “se abriam para a globalização, com o desafio da competitividade.”¹⁰³ A expansão do comércio internacional e, conseqüentemente, a competitividade dos mercados constituíram o foco da empresa para armar seu discurso contra a penhora de seus bens. Acrescido a isso, as possíveis dificuldades financeiras da empresa, provocadas pela decisão judicial, afetariam a vida do município. Dessa forma, termina propondo outra solução, o pagamento através da doação de transformadores. Esta proposta pode ser pensada como maneira de a empresa não ser vista como não cumpridora da lei, mas o juiz não aceita a sugestão, permanecendo a penhora através do bloqueio da conta bancária.

Um outro componente informativo foi apresentado como argumento com reduzida possibilidade de contestação. As cotas da JMC, controlada pela Anglo American, haviam sido arrendadas por uma empresa canadense, a WILLIAM RESOURCES, e esta não poderia ser responsabilizada pelos casos de silicose. Argumento desconstruído por Arivaldo quando afirma que, ao arrendar as

¹⁰³ BRUM, Agemiro. Desenvolvimento econômico brasileiro. Ijuí.Unijuí,1999,p.427.Diversos são os autores que trabalham sobre a Globalização econômica mundial, entre outros títulos ver SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico. São Paulo: HUCITEC, 1994 & Por uma outra globalização:do pensamento único à consciência universal.São Paulo:Record,2000.

cotas, a empresa “assumiu cotas com responsabilidade específica,”¹⁰⁴ como revela em um dos processos:

“Conforme cópia do contrato social em anexo, comprova-se que a empresa-executada transmudou-se para a forma societária pessoal (sociedade de pessoas), quando antes assumia a forma de sociedade anônima.

Em razão disso, passou a ter apenas dois sócios individuais (um dos quais, pessoa jurídica privada estrangeira) os quais passaram a responder subsidiariamente pelos atos fraudulentos e ilícitos que por ventura, a empresa-executada, por meio de seu representante, vier a cometer.”¹⁰⁵

Nesse campo de luta as manobras e estratégias da empresa foram construídas por meio de múltiplos discursos que tentavam impedir que a empresa fosse responsabilizada em produzir a doença em seu ambiente de trabalho, instituindo significados, produzindo efeitos de verdade, recusando-se a cumprir a ordem judicial. Assim, as medidas de penhora e bloqueio podem ser compreendidas como as formas mais viáveis de se fazer cumprir a lei, embora não significasse que as ações fossem imediatamente cumpridas. A JMC conhecia os meandros do julgamento dos processos, sabia dos seus percursos, da lentidão, das táticas que poderia utilizar e também da estrutura judiciária no Brasil, fatores que contribuíram para retardar o pagamento das indenizações, facilitando a realização de acordo entre as partes.

Os discursos de defesa e acusação se confrontavam, ocorrendo verdadeiras batalhas entre os personagens discursivos, com direito a contestações e manobras que retardavam o pagamento das indenizações. Muitos dos mineiros e suas famílias terminavam por fazer acordo, porque os processos demoravam muito tempo tramitando, em média oito a dez anos, criando certa ansiedade nas famílias para que a pendência judicial fosse resolvida, diante das condições financeiras difíceis nessa luta pela sobrevivência.

¹⁰⁴ Entrevista Arivaldo Amâncio. 20 abril 2005.

¹⁰⁵ Fórum Jorge Calmon. 3ªVara Cível. Processo n.268/95

Arivaldo explica que exigia um valor aproximado para o acordo, mas o processo era muito demorado e exigia negociação.¹⁰⁶

“Se chega ao acordo porque o trabalho que nós fizemos não deixa muita margem para eles [a empresa] ganharem, então o que se discute são os valores e se faz acordo é porque na justiça o processo é muito lento, tem processo de sete, oito, nove anos até mais de nove anos e a prole [os filhos dos mineiros] vai crescendo e precisando de recurso para estudar, então nós chegamos a uma composição amigável dentro de um patamar nunca inferior a cem mil reais para a viúva [...] e em média a condenação para aqueles que estão vivos são valores superiores a 60, 70 mil reais.”

Os últimos processos que Arivaldo saiu vencedor revelam que, em princípio, a empresa pegava uma parte e depois estipulava dividir o restante da dívida em pagamentos mensais. Assim ocorreu com a ação movida por José Araújo da Silva:¹⁰⁷

“As partes, nessa oportunidade, transacionam seus interesses, com intuito de por fim à presente demanda, conforme cláusula a seguir:

A Executada pagará ao Exequente a importância total de R\$ 540.040,00 (quinhentos e quarenta mil e quarenta reais)

O valor mencionado será pago em 49 parcelas, da seguinte forma:

(i) Uma única parcela de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

(ii) 12 parcelas de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) cada uma, iniciando em 2005;

(iii) 12 parcelas de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) cada uma, iniciando em 2006;

(iv) 12 parcelas de R\$ 10.000,00, (dez mil reais) cada uma iniciando em 2007;

(v) 12 parcelas de R\$ 14.170,00, (quatorze mil e cento setenta reais) cada uma iniciando em 2008

¹⁰⁶ 106 Entrevista citada.

¹⁰⁷ 1Fórum Jorge Calmon. 3ª Vara Cível. Processo n.49/96.

Em outro processo, movido por uma das viúvas, a causa ganha ficou no valor de R\$ 500.040,00, (quinhentos mil e quarenta reais) recebendo inicialmente R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) e o restante parcelado em quatro anos nos valores que variam de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) a R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais).¹⁰⁸ Dos processos de silicose existentes, alguns poucos conseguiram ser julgados e o acordo realizado. O advogado do sindicato dos mineiros, Emanuel, também atribui o fato de poucos terem sido julgados por conta da “morosidade da justiça” nos julgamentos dos recursos que a legislação permite que a parte ré recorra. Esclarece que cada etapa do recurso é demorada, “cada processo passa por três entrâncias,” e dos processos que moveu “um total de setenta e poucos, ganhei seis ou sete, sendo que a maioria sequer foi julgado na primeira instância.”¹⁰⁹

Pode-se pensar que as táticas e os discursos construídos pelos advogados de defesa, aliados a fatores como a lentidão dos trâmites jurídicos, parecem ter sido fundamental para a realização dos acordos entre os autores e os acusados da ação. Nessa batalha, algumas famílias chegavam a desacreditar que a luta pudesse chegar a um final que lhe favorecesse, como relatou Ednilza Pereira da Silva, viúva de Raimundo da Silva.

“Ah! eu não tinha esperança não, porque se passou muitos anos, mas lá no fundo eu dizia se for mesmo a justiça, ela vai ser feita, embora não tem dinheiro que pague a vida de uma pessoa, mas pelo menos as partes [família] não vai passar tanta dificuldade como a gente passou [...] Então hoje como ela ta reaberta [JMC], aí se vier aparecer um caso de silicose que ela reconheça a doença e que venha amparar pelo menos as famílias [...] Só isso que espero, como eu ganhei agora que a justiça pelo menos fez justiça, pelo menos no meu caso e nos outros [casos] espero que a justiça seja feita [...] Hoje eu estou ótima, as meninas também, a gente ta vivendo. Recebi o dinheiro parcelado. Cada mês eles depositam uma quantia até 2008, eu achei melhor assim, sabe por que? Porque pelo menos a gente

¹⁰⁸ Processo n.46/96.

¹⁰⁹ Entrevista Arivaldo Amâncio. 05 abril 2005.

vai recebendo e vai sabendo no que vai gastando, porque se receber todo de vez gasta todo de vez e fica sem nada. Aí comecei a investir nas coisas e aí vai comprando o que tem precisão.”¹¹⁰

O foco de seu relato direciona para o desamparo familiar e social que vivenciou após a morte de seu marido. A condição de viúva e com filhos para criar marcou seu discurso, a demora do julgamento do processo acrescido de uma vida difícil fazia-lhe desacreditar em certos momentos de que fosse possível ganhar a causa contra a empresa. Afinal, a correlação de forças dessa luta era desigual, mas acreditava que se a justiça aplicasse o que em seu discurso era construído como justo e verdadeiro sabia que podia ganhar. Como o que esperava terminou por acontecer, revelou que a “justiça fez justiça,” embora reconheça que a vida humana não pode ser paga, mas o resultado positivo, segundo ela, pode favorecer os demais casos de silicose, uma vez que a empresa reconheceu a doença como produzida dentro do seu ambiente laborativo.

Nesse sentido, seu discurso deixa de estar circunscrito ao plano individual, deslocando-se para o âmbito coletivo. O fato de ganhar a ação poderia ter ressonância nos demais processos, resultando em melhoria das condições de vida das outras famílias que vivenciaram histórias semelhantes, construindo um discurso solidário e também político. Queria a vitória, o parecer favorável da justiça para os demais processos movidos por trabalhadores e viúvas, pois sabia que a vida daquelas pessoas poderia modificar-se. Seu relato também mostra as marcas impressas pela experiência do passado, sobretudo o medo de voltar a não ter dinheiro. Por esta razão, não se opõe a receber a indenização parcelada, pois recebendo o dinheiro de uma única vez poderia ser tentada a gastá-lo, mostrando sua falta de habilidade em lidar com altas quantias de dinheiro. Instala-se o medo do desconhecido, por isso desloca o discurso para o fato de que o dinheiro tem que ser investido e o consumo deveria estar restrito ao que era necessário ao sustento

¹¹⁰ Entrevista Ednilza Pereira da Silva. 19/07/2005. Sua narrativa foi analisada no 3º capítulo.

de sua família. Segundo o relato, o dinheiro parcelado significava futuro garantido.

Arivaldo recorda que, após o recebimento da indenização, as viúvas “em princípio pensam em proteger os filhos, aí vai passando o tempo e vem a vaidade pessoal, aí elas começam a se tratar melhor, algumas até pleiteiam pretendentes novos.”¹¹¹ Pode-se pensar que as famílias que vivenciaram a experiência da silicose, ao receber as indenizações, produzem outros significados como o de um novo começo de vida, com expectativas de dias melhores, contando com um futuro que lhes favorecesse. Algumas viúvas tentaram recomeçar a vida em outras localidades. Uma das clientes de Arivaldo se mudou para sua terra natal e outra com dinheiro colocou comércio em outra cidade da Bahia.¹¹²

O trajeto que ia desde a entrada das ações judiciais até a vitória, como foi analisado, era permeado de muitas imbricações, bifurcações, constituindo verdadeiros labirintos. Nos túneis das minas da empresa Morro Velho, mais tarde denominada Jacobina Mineração e Comércio S/A, foi produzida uma doença que levava seus funcionários ao adoecimento e a morte, decorrente de muitos fatores, todos relacionados à forma como era organizado o processo de gestão do trabalho. Desses túneis, a doença terminou sendo levada aos tribunais, mas antes atravessou inúmeras batalhas, iniciadas quando o trabalhador soube que era portador de silicose, entretanto, só isso não bastava para compor essa história. O trabalhador, além de doente, precisava lutar na justiça pelo direito de reparação indenizatória. Os que já haviam falecido em decorrência do trabalho exercido no subsolo legavam aos seus cônjuges a tarefa de reunir provas para relacionar doença/trabalho. Nesse cenário, esta batalha foi travada sobretudo no campo da linguagem. Os discursos dos trabalhadores, da empresa e de seus respectivos advogados organizaram o processo social de atribuição de sentidos à prática do trabalho nas minas de ouro. Os personagens discursivos constituíram-se como mediadores dos significados, desempenhando papéis decisivos como representantes dos diferentes lugares sociais

¹¹¹ Entrevista Arivaldo Amâncio. 20 abril 2005.

¹¹² Entrevista citada.

de onde falam. Os advogados de acusação recortaram os espaços dessa história em muitos fragmentos, formando um mosaico com as experiências dos trabalhadores que contraíram a doença. Assim, teceram o discurso sobre a negligência, imprudência e culpa da empresa em relação aos seus funcionários, focalizando a ausência de políticas preventivas relacionadas à saúde e segurança no trabalho. Discurso que se liga a outros como a jornada de trabalho excessiva, as condições exploratórias do trabalho, a pouca importância dada à vida e à saúde do funcionário, sentidos múltiplos de um processo histórico que focaliza as relações de força existentes na sociedade marcada por profundas desigualdades.

De outro lugar social, articulou-se o discurso sobre o progresso, a geração de emprego e renda, como uma voz que circulava para fazer acreditar que a mineradora era a única salvação para promover riquezas para Jacobina. Esse discurso encontrou ressonância em alguns segmentos da cidade, mas também pode-se supor que foi esse mesmo discurso, que de certa forma, instaurou os conflitos que resultaram em ações dos sujeitos históricos contra as condições perigosas de trabalho produzidas pela JMC. A produção discursiva sobre riqueza e desenvolvimento se ligava a outra, a da naturalização dos riscos da atividade mineradora. Escavar, perfurar e dinamitar rochas de ouro por longas horas, sem sistema de ventilação adequado passou a ser nomeado como próprio da mineração. O fato de ser considerada atividade de risco, prevista por lei, terminou sendo estratégia da empresa para se isentar da responsabilidade de ser apontada como produtora da silicose.

Os meandros do discurso constroem a doença como “típica” da mineração, deslocando os sentidos sobre como e porque as condições do trabalho exercido retiraram a saúde de diversos marleteiros. A estratégia da naturalização dos acidentes contribui para o discurso de que a doença contraída era casual e fortuita, utilizando o discurso técnico da Medicina do Trabalho muito divulgado na década de 1970 que encontrou ressonância nas décadas de 1980 e 1990 na empresa, afirmando que os acidentes de trabalho, em sua maioria, tinham como causa principal a falha do operador, cabendo à empresa a orientação e não a fiscalização sobre segurança no trabalho.

Desse modo, a produção discursiva da empresa institui significados para os riscos e perigos da atividade mineradora. Inicialmente, produz o argumento de que as galerias e os túneis são ambientes insalubres, previstos pela legislação através do pagamento de adicionais, monetarizando a saúde dos trabalhadores. Nesse sentido, pode-se pensar de como a empresa soube armar seu discurso por meio das brechas produzidas pela legislação para construir o discurso da naturalização da mineração.

Os subterfúgios e manobras produziram múltiplos efeitos de verdade sobre o trabalho no subsolo da empresa o que demandou longo tempo de espera dos trabalhadores e de suas famílias pela indenização. E mesmo quando tiveram o julgamento do juiz a seu favor, a empresa recorria da decisão e a espera até um novo julgamento era longa. Nesse trajeto, alguns fizeram acordo, diante dos problemas sociais da sobrevivência, da busca por uma vida mais tranqüila e com segurança financeira e também da morosidade da justiça. Estes fatores parecem ter contribuído para que ocorresse um consenso entre trabalhadores e empresa. E, finalmente, quando conseguiram a vitória nos tribunais, o tempo tinha decorrido e a vida de cada família havia se modificado, seguia outros rumos. A marca trágica produzida pelo trabalho que resultou em doença não iria ser apagada de suas memórias. A indenização ressarcitória pelo dano material e moral foi conseguida, mas as marcas dessa história produziram outros sentidos, delinearam outras práticas para compreensão da história da extração do ouro na cidade de Jacobina.

Esses discursos, que selecionaram os fragmentos de uma história, marcada pela correlação de forças entre patrão e empregados, foram muito além da dicotomia construída pela dinâmica do capitalismo. Cada sujeito social armava suas manobras, retramava a história para que a luta lhe favorecesse. O embate dos discursos cria e recria os acontecimentos da história do trabalho e da doença na cidade, produzindo novos sentidos, fazendo emergir outras práticas bem diferentes dos discursos produzidos sobre ouro e o desenvolvimento de Jacobina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

ENREDOS E HISTÓRIAS

CONSIDERAÇÕES FINAIS – ENREDOS E TRAMAS

As histórias narradas neste trabalho centralizaram os variados significados das relações sociais entre trabalhadores e a empresa Jacobina Mineração e Comércio (antiga empresa Morro Velho). Procurando investigar/analisar o cotidiano dos atores sociais, sujeitos da história do ouro em Jacobina, no período de 1980 a 1998, para compreender a tensão constitutiva das relações de força marcada pelo “lugar de poder,” lugar que o sujeito ocupa e de onde fala.

Os enredos produzidos dos fios dessa história apontavam para a construção de uma pergunta que foi se delineando com mais força e terminou se constituindo a tese. Como foram construídas essas relações? Questão fundamental que se ligava a outros questionamentos como os significados da prática do trabalho de perfurar rochas para extração do minério; como explicar que o jogo de interesses e as relações de força representada pela mineração Morro Velho, na cidade de Jacobina, produziram práticas que levaram seus trabalhadores a contraírem uma doença letal e sem cura? Nessa perspectiva, se tornou necessário compreender o processo de produção dos discursos sobre mineração, trabalho e doença e, sobretudo analisá-los na escrita dessa história, em que o discurso sobre cotidiano carrega as marcas, decorrentes do embate entre direitos e deveres, reguladas por leis e por regras de comportamento baseadas no senso comum.

Desse modo, o conjunto das reflexões e análises dos discursos produzidos pela empresa Jacobina Mineração e Comércio S/A, mineiros, viúvas, órgãos de saúde e segurança do trabalhador, sindicato e advogados indicam que:

- a) Existe “uma microfísica do poder”¹¹³ que permeia as relações sociais e os discursos.
- b) As relações de força institucionais e históricas constroem a hierarquia, quem pode e deve exercer o poder no jogo das relações, mas as resistências dos sujeitos se mostram e encontram os recursos para lidar com o poder, redistribuindo a tensão para poder falar, protestar.
- c) A resistência dos mineiros, apesar de sua aparente submissão, é revelada na história de cada um, a seu modo.
- d) O “calar” e a aceitação implícita das relações de poder, por parte de alguns trabalhadores, têm sustentação na ordem cotidiana, nas regras, valores, crenças e opiniões produzidas no domínio da memória sobre símbolos que representam a garantia da ordem, dos direitos e deveres da comunidade.

Assim, a prática historiográfica produzida é constituída de histórias de homens e mulheres que viveram experiências com a silicose, mas a história também tem compromisso com a cidadania, é para ser dita, para dizer o que não foi dito ou anunciado de outra forma.

A produção dessa narrativa centraliza alguns aspectos da história da mineração, do trabalho e da doença em Jacobina, compreendidas como lugar de luta. Analisar os discursos em suas variadas instâncias, foi uma das possibilidades para escrever essa história, produzida pelos personagens que tramaram seus enredos e as fabricaram. Histórias que nem de perto se aproximam daquelas que perpetuaram o mito dos desbravadores do ouro, os nomeados bandeirantes, mas histórias tecidas na prática social produzida das experiências de homens e mulheres.

¹¹³ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 16ªed. Rio de Janeiro: Edições Graal,2001.

Fontes

Arquivo Municipal de Jacobina

Poder Executivo: (1980-1990)

- Correspondências expedidas
- Correspondências recebidas

Poder Legislativo: (1980-1992)

- Ofícios recebidos
- Ofícios expedidos
- Câmara de vereadores
- Dissídios coletivos
- Justificativas

Fórum Jorge Calmon

- Processos cíveis (2ª vara e 3ª vara) Década de 90
- Alvarás de pesquisa (2ª vara cível)
- Processos crimes (vara criminal) Década de 90

Centro de Estudos de Saúde do Trabalhador -CESAT

- Relatórios
- Pasta: memória
- Pasta: conferências
- Correspondências
- Pareceres técnicos
- Dados estatísticos

16ª DIRES - Arquivo do NUSAT

- Fichário do Núcleo de Saúde do Trabalhador - NUSAT

Sindicato dos trabalhadores na indústria da extração do ouro e metais básicos de Jacobina-Ba

- Relatórios médicos

JORNAIS

- A Palavra (1973;1974;1975;1976; 1978;1980;1981;1984;1985;1986)
- Correio da Serra (1979)
- A Tarde (1982) Biblioteca Pública do Estado da Bahia
- Correio da Bahia (1982) Biblioteca Pública do Estado da Bahia
- Primeira Página (1993;1995;1997)
- Tribuna da Bahia (1986)

NÚCLEO DE ESTUDOS ORAIS E MEMÓRIA - NEO

- O Lidador (1934)

DEPOIMENTOS ORAIS

Entrevistas realizadas com os seguintes depoentes:

Trabalhadores:

- Agnaldo Amorim dos Santos. Jacobina. 2006
- Afonso Caldas Goiãna. Jacobina. 2005
- Javan Sousa Rios. Jacobina. 2006
- Leosvaldo Santana da Silva. Jacobina. 2006/2007
- Raimundo Nonato Rodrigues dos Anjos. Jacobina. 2005

Viúvas

- Edelvita Mesquita de Souza. Jacobina. 2005
- Ednilza Pereira Santos da Silva. Jacobina. 2005
- Newcy Felícia Lima. Jacobina. 2005

- Arivaldo Amâncio dos Santos. Salvador. 2005
- Emmanuel Barbosa Gomes Jacobina. 2006
- Filinto Acendino da Cruz. Jacobina. 2005.
- Flávio Antônio de Mesquita Marques. Jacobina. 2005
- Francisco Malaquias Aguiar. Jacobina. 2005/2006/2007
- Kurt Herwing Menchen. Jacobina. 2005/2006
- João Clarindo. Jacobina. 2003
- Maria José Ferreira Queiroz. Jacobina. 2005
- Sônia Maria Sales da Silva. Salvador. 2005
- Tânia Regina Carneiro dos Prazeres Estrela. Salvador. 2005
- Zislaine Ferreira da Silva Araújo. Jacobina. 2006

Referências Bibliográficas

Livros, Artigos, Teses e publicações oficiais

ACCIOLY & AMARAL, Braz. Memórias históricas e políticas da província da Bahia. Salvador. Vol.2, 1928.

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. “Um leque que respira: Michel Foucault e a questão do objeto em história.” Disponível em <<[http:// www. ppghistoria.ufpe.br/prodocent.htm](http://www.ppghistoria.ufpe.br/prodocent.htm). Acesso em 25 mai.2006.

ALMEIDA, Anna Beatriz de Sá. “As parcelas (in)visíveis da saúde do trabalhador”: uma contribuição à história da medicina do trabalho no Brasil (1920-50).Tese (Doutorado História),Universidade Federal Fuminense, Niterói, 2004.

ALMEIDA, Antonio de. Novas leituras para antigas lutas: representatividade e organização coletiva entre trabalhadores do ABC Paulista -1964/1990. Revista Brasileira de História. São Paulo, n.37, v.19, 1999. Disponível em <[http:// www.scielo.br](http://www.scielo.br).>Acesso em 25 out.2006.

ALVES, Giovanni. “Do ‘novo sindicalismo’ à ‘concertação social’: ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). Sociologia Política. n.15. Curitiba, nov. 2000. Disponível em: <[http:// www. scielo.br](http://www.scielo.br)> Acesso em 21 set.2006.

ALVES, Luis Carlos Corrêa. “Um olhar sobre o perfil funcional respiratório de trabalhadores da indústria naval do Rio de Janeiro avaliados em ambulatório de referência em saúde do trabalhador.” Tese (Doutorado). Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana. Escola Nacional de Saúde Pública. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz. Disponível em: < [http:// teses. ciet.fiocruz.br](http://teses.ciet.fiocruz.br)>Acesso em 14 Nov./2005

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez.

ASSIS, Machado. Memórias póstumas de Brás Cubas. 28^aed. São Paulo: Ática, 2004.

BAHIA, Secretaria da Indústria, comércio e mineração, SEBRAE. Diagnóstico de municípios: Piemonte da Diamantina. Jacobina. Salvador: SICM, 1995.

BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas: magia e técnica; arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BERLINGUER, Giovanni, TEIXEIRA, Sônia Maria Fleury, CAMPOS, Gastão Wagner de Souza. Reforma sanitária: Itália e Brasil. São Paulo: HUCITEC, 1988.

BOITO Jr. Armando. O sindicalismo brasileiro nos anos 90. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BRANDÃO, Maria de Azevedo; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (orgs) Jacobina: passado e futuro. Jacobina; ACIJA, 1993.

BRASIL Revolucionário. São Paulo, Instituto Mário Alves de Estudos Políticos. Ano III, n^o10, maio, 1992.

BRASIL. Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimento para os serviços de saúde. Brasília: Ministério da Saúde do Brasil, 2001.

BRASIL. Manual de normas para o controle das pneumoconioses. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 1997.

BRASIL. Ministério da Saúde. 3^a Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador: 3^a CNST: "Trabalhar, sim! adoecer, não!": coletânea de textos/Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Previdência e Assistência Social. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

BRUM, Argemiro. Desenvolvimento econômico e brasileiro. Ijuí, UNIJUÍ, 1999.

BUCHALLA, Cássia Maria et al. Avaliação do uso da Classificação Internacional de Doenças para codificar a síndrome da imunodeficiência adquirida. Revista Saúde Pública, São Paulo,

v.30, nº5,1996. Disponível em <<http://www.scielo.br>> Acesso em 08 nov.2006.

CANGUILHEM, Georges. O normal e o patológico. 4.ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1995.

CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. Rio de Janeiro: Forense Universitária,1982.

CHALHOUB, Sidney. et al (org) Artes e ofícios de curar no Brasil:capítulos de história social. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2003.

CHALHOUB, Sidney. “Múltiplos olhares sobre a doença e história no Brasil.” História, Ciências, Saúde - Manguinhos. v.13, n.2, p.515-517, abr-jun, 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br>>> Acesso em 24 jan. 2007.

CORDEIRO, Ricardo; et al “O sistema de vigilância de acidentes do trabalho de Piracicaba, São Paulo, Brasil. Cad.Saúde Pública, v.21, n.5. Disponível em <www.scielo.br> Acesso em:26 nov. 2006.

COSTA, Afonso. “Minha terra: Jacobina de antão e agora. Annaes do 5º Congresso Brasileiro de Geografia. II Volume. Bahia, 1918.

COSTA, Hermes Augusto. O sindicalismo, a política internacional e a CUT. Lua Nova. São Paulo, n.64, 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br>> Acesso em 25 out.2006.

COSTA, Márcia da Silva. “O sistema de relação de trabalho no Brasil: alguns traços históricos e sua precarização atual.” Revista brasileira de Ciências Sociais.v.20 n.59. São Paulo, out.2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em 10 dez.2006.

DELLEUZE, Gilles. Foucault. São Paulo: Brasiliense,1988.

_____. Conversações. (3.Reimpressão) Rio de Janeiro: Ed.34, 2000.

_____. Proust e os signos. Trad.Antônio Piquet e Roberto Machado. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2003.

DELMANTO, Armando Moraes. (org) C.L.T. 5ª ed. São Paulo: Rideel,1999(Coleções de leis Rideel.Série compacta).

FARIAS, Sara Oliveira. "Do Garimpo ao Desenvolvimento: O Brilho do ouro nas serras de Jacobina-Ba." In: CLIO nº21, 2003. UFPE/PPGH/CFCH. Recife: Ed.Universitária, 2005.

FONSECA, Antônio Ângelo Martins da. Poder, crise e novas estratégias de desenvolvimento: o caso de Jacobina. Diss. mestrado arquitetura. Salvador, UFBA, 1995.

FOUCAULT, Michel. "Genealogia e poder." In: Microfísica do poder. 16ªed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

_____. Arqueologia do Saber. 6ªed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, (Trad. Luiz Felipe Baeta Neves)

_____. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. 26.ed. Petropolis, Vozes, 2002.

_____. A Ordem do discurso. 9.ed. São Paulo: Loyola, 2003. (Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio)

_____. "A escrita de si" In: Ditos e escritos. Vol.V.Rio de Janeiro: Forense Universitária,2004.

_____. O Nascimento da Clínica. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

GOMES, Álvaro (org) O trabalho no século XXI: considerações para o futuro do trabalho. São Paulo: A.Garibaldi. Bahia: Sindicato dos Bancários, 2001.

GOMES, Angela de Castro. "Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo." In: GOMES, Ângela de Castro (org) Escrita de si, escrita da história. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____. A invenção do trabalhismo. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GROSSI, Yonne de. Mina de Morro Velho: a extração do homem. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. A Lenda do Ouro Verde: política e colonização no Brasil contemporâneo. Cuiabá. UNICEN, 2002.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz; ARAÚJO, Maria do Socorro de Souza. "Cartas do Chile: os encantos revolucionários e a luta armada no tempo de Jane Vanini." In: GOMES, Angela de Castro (org). Escrita de si, escrita da história. Rio de Janeiro. FGV, 2004.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Cidades da mineração: memória e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do século XX. Cuiabá, MT: Carlini & Caniato. EdUFMT, 2006.

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JESUS, Zeneide Rios de. Eldorado sertanejo: garimpos e garimpeiros nas serras de Jacobina (1930-1940) Salvador. Dissertação (mestrado), UFBA. 2005.

LE GOFF, Jacques (org) As doenças têm história. Lisboa: Terramar, 1985

LEMOS, Doracy Araújo. Jacobina. Sua história e sua gente. Jacobina, 1995.

MACEDO, Márcia dos Santos. "Tecendo os fios e segurando as pontas: mulheres chefes de família em Salvador" In: BRUSCHINI, Cristina, PINTO, Regina Céli (orgs) Tempos e lugares de gênero. São Paulo: FCC. Ed.34, 2001.

MENDES, René. Medicina do Trabalho. Doenças Profissionais. São Paulo: Sarvier, 1980.

_____ Patologia do trabalho. Rio de Janeiro: Atheneu, 1995.

Mineração Morro Velho Ltda. Morro Velho- História, fatos e feitos. Nova Lima.

MOLINARI, Lúcio; SCARPELLI, Wilson. "Depósitos de ouro de Jacobina, Bahia." In: SCHOBENHAUS, Carlos; COELHO, Carlos Eduardo S. Principais depósitos minerais do Brasil (vol.III) Brasília, 1988.

MONTENEGRO, Antônio. História oral e memória: a cultura popular revisitada. 3ªed. São Paulo: Contexto. 2001.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. As pestes do século XX: tuberculose e AIDS no Brasil, uma história comparada. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

_____ & CARVALHO, Diana Maul (orgs) Uma história brasileira das doenças. Brasília: Paralelo 15, 2004.

NOBRE, Letícia; Jacobina, Alexandre. Coletânea de Legislação em Saúde do Trabalhador e Meio Ambiente. Salvador: Secretaria da Saúde do Estado da Bahia/Superintendência de Vigilância e Proteção da Saúde/Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador, 2001.

OLIVEIRA, João Cândido. Segurança e saúde no trabalho. São Paulo. Perspectiva. v.17.n.2 São Paulo.abr/jun.2003 Disponível em <www.scielo.br> Acesso em 09 março 2007.

OLIVEIRA, Juarez (org) Código Civil. 42.ed. São Paulo: Saraiva. 1992.

PANORAMA do Ouro – SGM, Bahia, março, 1998.

PETRI, Maria José Constantino. Argumentação Lingüística e discurso jurídico. São Paulo: Selinunte, 1994.

PINTO, José Augusto Rodrigues. Curso de direito individual do trabalho. São Paulo: LTr,1993.

PIRES, Kátia Maria de Azevedo Caldeira. Silicose experimental em ratos. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Escola Paulista de Medicina, 1992.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. “O ‘milagre’ brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973)” In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil Republicano (Vol.4) O tempo da ditadura; regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

REVEL, Jacques; PETER, Jean-Pierre. "O corpo: o homem doente e sua história." In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. História: novos objetos. 3. Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

REZENDE, Antônio Paulo. (Des) encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de XX. Recife: FUNDARPE, 1997.

RIBEIRO, Fátima Sueli Neto. Exposição ocupacional à sílica: tendência temporal (1985-2001) Tese (Doutorado). São Paulo. Faculdade de Saúde Pública. USP, 2004.

RICOEUR, Paul. Tempo e Narrativa. Tomo I, Campinas, 1994.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2001.

SANTANA, Charles d'Almeida. Fatura e ventura camponesas: trabalho, cotidiano e migrações: Bahia, 1950-1980. São Paulo. Annablume, 1998.

SANTANA, Marco Aurélio. "Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990." In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Brasil Republicano v.4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTANA, Vilma Sousa. "Saúde do trabalhador no Brasil: pesquisa na pós-graduação." Saúde Pública, 2006; 40 (N Esp)101-11.

SANTOS, Alcinéia Meigikos dos Anjos. O tamanho das partículas de poeira suspensas no ar dos ambientes de trabalho. Ministério do Trabalho e Emprego. FUNDACENTRO, 2001.

SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico. São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____ Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

SEGURANÇA e Medicina do Trabalho. Lei 6.514 de 22/12/1977. 50.ed. São Paulo, Atlas, 2002.

SGS. Guia de Jacobina. 1980.

SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985. 7ªed. Rio de Janeiro: PAZ e Terra,1988.

SOBREIRA, Joselita Flávia; SILVA, Sônia Sales da. "Silicose." In: Manual de Normas e Procedimentos Técnicos para a vigilância da Saúde do Trabalhador.Salvador,Bahia, 2002.

SONTAG, Susan. Doença como metáfora. AIDS e suas metáforas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SOUTO, Daphnis Ferreira. Saúde no Trabalho: uma revolução em andamento. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2004.

SPINOLA, Noélio Dantaslé. Política de localização industrial e desenvolvimento regional: a experiência da Bahia. Salvador, 2003.

SPIX &MARTIUS Viagem pelo Brasil (1817-1820) 3ªed. Melhoramentos, vol.II, cap.II.

TAVARES, Luis Henrique Dias. História da Bahia. 6ªed. São Paulo: Ática, 1979.

TERRA FILHO, Mario;SANTOS,Ubiratan de Paula. Silicose. J.bras. Pneumol., São Paulo, v.32, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>Acesso em 08 Nov. 2006.

VEYNE, Paul. Como se escreve a história. 2.ed. Edunb, 1992.

VILELA, Rodolfo Andrade Gouveia. Desafios da vigilância e da prevenção de acidentes do trabalho. São Paulo: LTr, 2003.

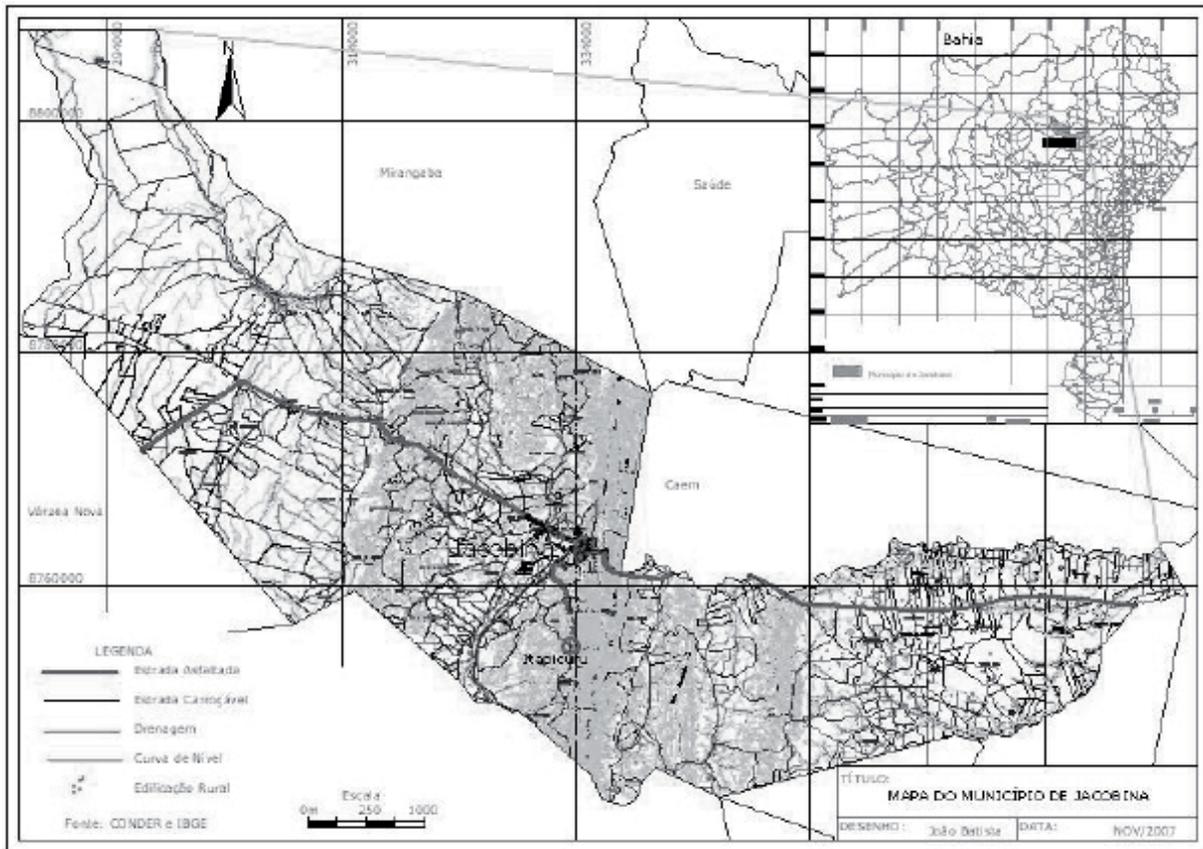
_____ IGUTI, Aparecida Mari; ALMEIDA, Ildeberto. Culpa da vítima: um modelo para perpetuar a impunidade nos acidentes de trabalho. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 20, n.2, 2004. Disponível em < <http://www.scielo.br>> Acesso em 26 nov. 2006.

WUNSCH FILHO, Victor. "Perfil Epidemiológico dos Trabalhadores," ver Revista Brasileira de Medicina do Trabalho. BH, vol.2, nº2, pp 103-117, abr-jun, 2004. Disponível em:<<http://www.scielo.com.br>> Acesso em 21 Set. 2005.

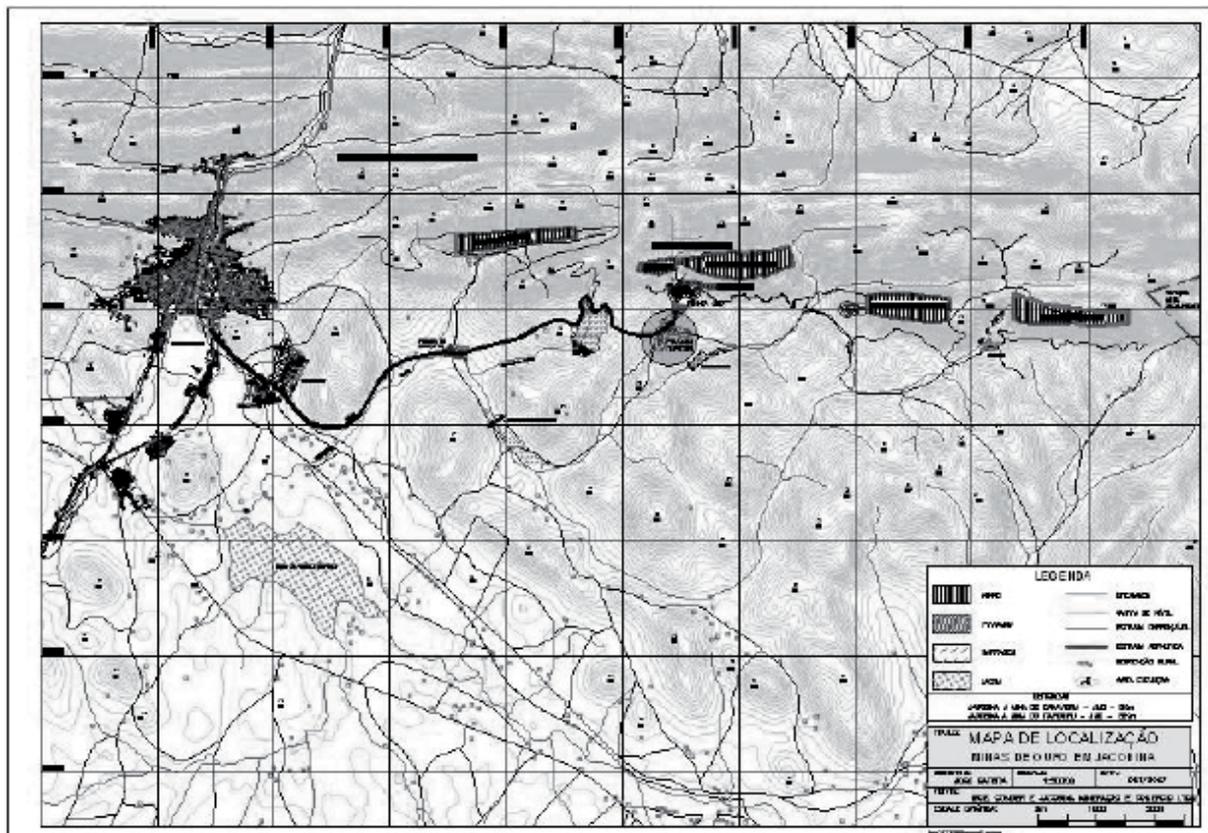
ZOLA, Émile Zola. Germinal. São Paulo: Ed.Martin Claret, 2006.

ANEXOS

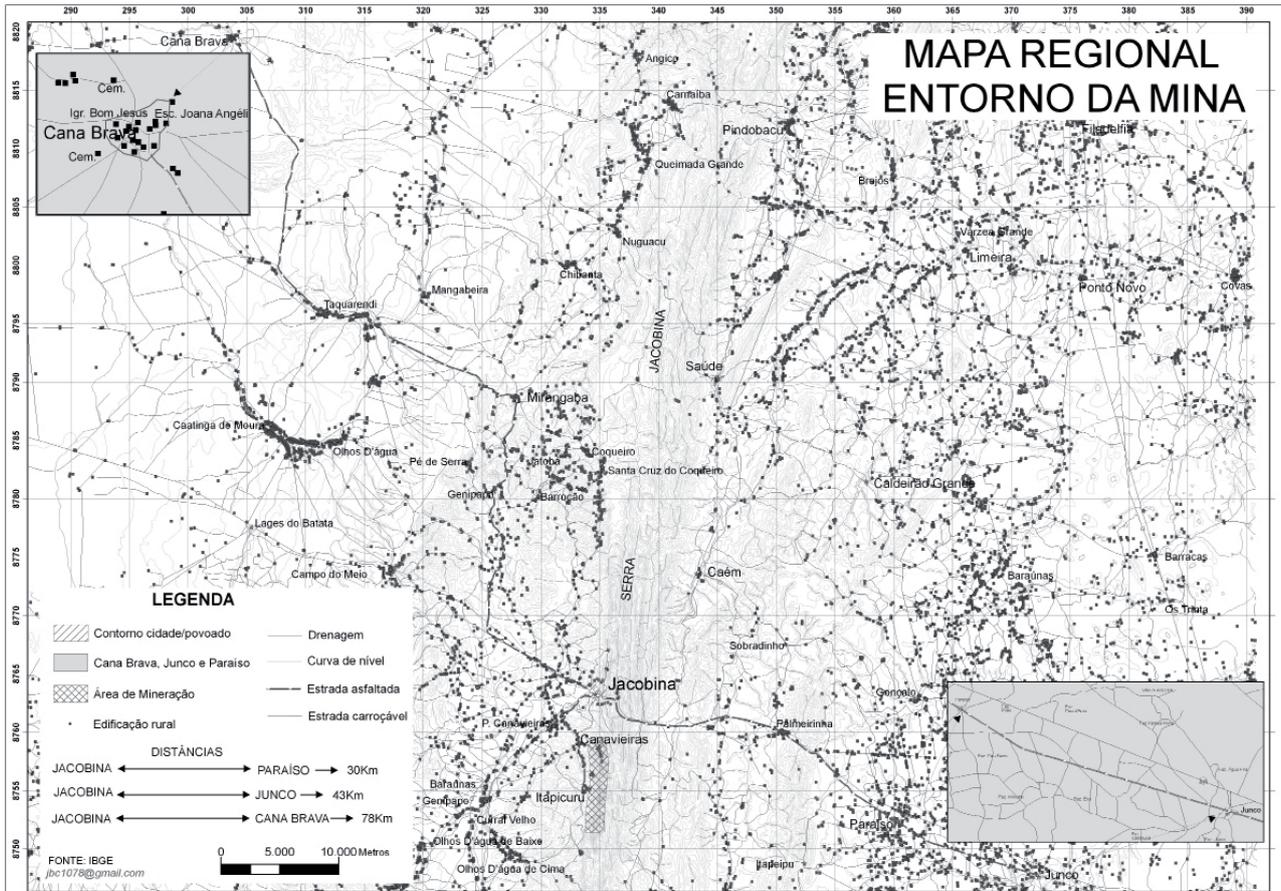
ANEXO A - Mapa do município de Jacobina



ANEXO B - Mapa de localização (minas de ouro em Jacobina)



ANEXO C - Mapa Regional Entorno da mina



ANEXO D - Cartão postal (Jacobina anos 80)



ANEXO E - Av. Orlando Pires (Av principal de Jacobina - anos 90)



ANEXO F - Mineração área externa (1990)



ANEXO G - Túnel da mina (1991)



Editora
Universitária  **UFPE**

Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20 - Várzea

Fones: (81) 2126.8397 / 2126.8930

Fax (81) 2126.8395 - Recife - PE

CEP 50740-530

Home page: <http://www.ufpe.br/editora>

E-mail: editora@ufpe.br - edufpe@nlink.com.br



Numa ação conjunta Pró-Reitoria para Assuntos de Pesquisa e Pós-Graduação, Editora Universitária e Programas de Pós-graduação da UFPE, apresentamos, em consonância ao previsto no edital/2008, doze títulos do Programa Teses e Dissertações, fruto de uma nova política editorial.

Esta Coleção oportuniza e publica a pesquisa qualificada de professores e alunos da UFPE. O padrão de cores utilizado nas capas identifica a área do conhecimento e, conseqüentemente, o Centro Acadêmico onde o pesquisador está inserido: laranja para as Humanidades, verde para Saúde e azul para as Ciências Exatas e da Natureza.

Espera-se que, incentivados pelas publicações, a comunidade universitária prossiga na pesquisa realimentando o ensino e abrindo portas à extensão.

Como Editora, ressalto, mais uma vez, o empenho da Administração Central/PROPEsq e da Comissão Editorial que, criteriosamente, vêm avançando nesse nível de produção, especialmente dos Conselheiros Carlos Alberto Cunha Miranda, Elba Lúcia Cavalcanti de Amorim e José Zanon de Oliveira Passavante aos quais coube a missão de rever e adequar as normas do novo edital. Congratulo-me, ainda, com autores/orientadores, e com os Centros Acadêmicos que responderam à chamada do Edital.

Gilda Lins
Diretora da EDUFPE

